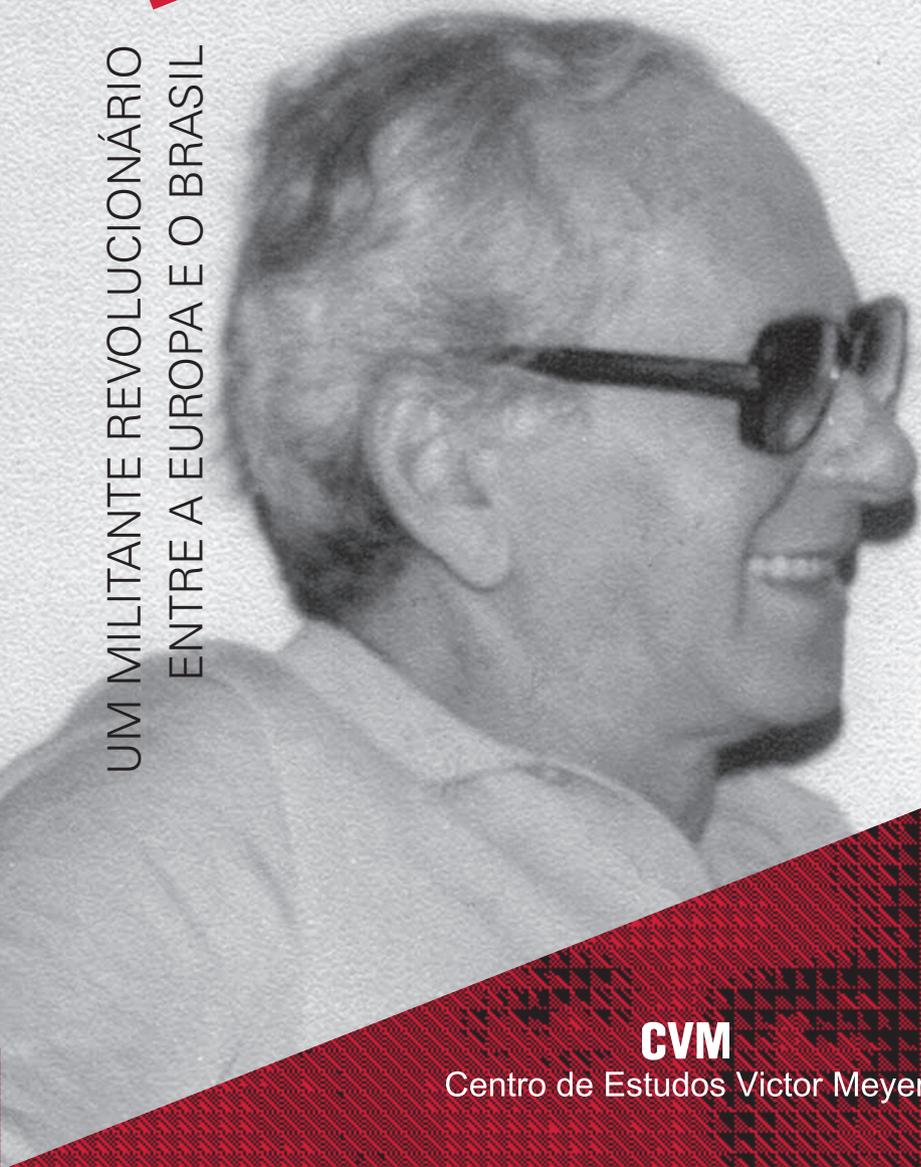


ÉRICO SACHS / ERNESTO MARTINS

UM MILITANTE REVOLUCIONÁRIO
ENTRE A EUROPA E O BRASIL



CVM

Centro de Estudos Victor Meyer

ÉRICO SACHS / ERNESTO MARTINS

UM MILITANTE REVOLUCIONÁRIO
ENTRE A EUROPA E O BRASIL

ORGANIZAÇÃO Sérgio Paiva

Homenagem do Centro de Estudos Victor Meyer
por ocasião dos 30 anos de sua morte (1986–2016)

Salvador – 2016

CVM

Centro de Estudos Victor Meyer

Copyright © 2016
Centro de Estudos Victor Meyer

Organização
Sérgio Paiva

Produção editorial
Daniel Viana

Capa, projeto gráfico e diagramação
Daniel Viana

Revisão
Dayana dos Santos

(Este livro segue as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.)

Todos os direitos reservados ao Centro de Estudos Victor Meyer.
É vetada a reprodução por qualquer meio mecânico, eletrônico, xerográfico
etc., sem a permissão por escrito da editora, de parte ou totalidade
do material escrito.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

E81

Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a
Europa e o Brasil / organização de Sérgio Paiva. -- Salvador : CVM, 2016.
408 p. : il.

Homenagem do Centro de Estudos Victor Meyer por ocasião dos 30
anos de sua morte (1986-2016)

ISBN 978-85-633-2009-4

1. Sachs, Érico Czaczkes, 1922-1986 – Biografia 2. Socialismo 3.
Filosofia marxista 4. Organização Revolucionária Marxista I. Paiva,
Sérgio II. Centro de Estudos Victor Meyer.

CDD 320.531

16-1602

CDU 321.74

CVM

Centro de Estudos Victor Meyer

Visite o nosso portal em www.centrovictormeyer.org.com

*Em memória do companheiro
Ivaldo Dário da Silva Pontes Filho*

08/09/1955 – 30/04/2016

SUMÁRIO

- 7 Apresentação – CVM
- 19 **PARTE I – CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS**
- 21 Ernesto Martins, Eric Czaczkes Sachs – *Victor Meyer*
- 29 A formulação do Programa Socialista para o Brasil e o caminho
da independência de classe: contribuições de Érico Sachs –
Ceici Kameyama e Eduardo Stotz
- 73 De volta ao Brasil: as expectativas imediatas e os desafios –
Aderson Marques e Sérgio Paiva
- 87 Érico Sachs e a luta contra o reformismo – Lucas Correa
- 97 Notas a respeito de Érico Sachs como periodista internacional
no *Correio da Manhã* (1949–1951) – *Eduardo Stotz*
- 117 A POLOP nas estantes – Um balanço da historiografia –
Eurelino Coelho
- 171 **PARTE II – CONTRIBUIÇÕES ALEMÃS**
- 173 As raízes políticas de Érico Sachs – *Lothar Wentzel*
- 181 Érico Sachs e a Política Operária – *Lothar Wentzel*
- 189 Entre a fuga e o retorno: Érico Sachs no exílio na Alemanha
(1970–1980) – *Elke Stichs e Lothar Wentzel*
- 203 Entrevista de Elke Stichs ao CVM
- 211 Érico, o sábio (entrevista com Rafik Shami) – *Lothar Wentzel*
- 217 **PARTE III – O PENSAMENTO POLÍTICO**
- 219 Caminho e caráter da revolução brasileira – *Érico Sachs*
- 317 O PSB e a fase atual da luta de classes – *Érico Sachs*
- 323 Qual é a herança da Revolução Russa? – *Érico Sachs*
- 383 **APÊNDICE**
- 385 Curriculum vitae – *Érico Sachs*
- 389 Carta de Érico Sachs a Theodor Bergmann
- 391 Fotografias e documentos

APRESENTAÇÃO

Há 30 anos, no dia 9 de maio de 1986, morria no Rio de Janeiro um dos mais influentes líderes da “Política Operária” e do movimento revolucionário brasileiro: Érico Czaczkes Sachs.

Nascido em Viena em 1922, emigrou com sua mãe para a União Soviética em 1934, onde estudou na escola de língua alemã de Moscou, a Escola Karl Liebknecht, também conhecida como a “escola dos sonhos”. A instituição enquadrava-se na política soviética de promover a igualdade entre as inúmeras nacionalidades do país e era destinada, em princípio, a acolher os filhos da minoria alemã da URSS. Posteriormente, abrigou também os filhos dos comunistas de língua alemã que fugiam do fascismo. Por sua qualidade e por seu ensino de vanguarda, caracterizado por abrigar experiências pedagógicas ambiciosas para a época, como a abolição das notas, a promoção do sentimento coletivo por meio de trabalhos de grupo e a relação amigável entre alunos e professores, a escola também era muito procurada por pessoas que não tinham ascendência alemã.

De volta a Viena, após os expurgos estalinistas de 1937 e o fechamento da Escola Karl Liebknecht, Érico e sua mãe presenciaram a anexação da Áustria à Alemanha Nazista, em

março de 1938. A vida naquele país se tornou impossível para eles, tanto por serem comunistas, como por sua ascendência judaica, dois motivos que, isoladamente, já seriam suficientes para merecer a perseguição dos fascistas.

Érico, então com 16 anos, conseguiu fugir para a França, disfarçado de excursionista, cruzando a pé a região de florestas entre a Alemanha e a Bélgica, contando com o apoio de contatos que possuía. Na França, conheceu o dirigente e teórico comunista alemão August Thalheimer e tornou-se o mais jovem membro da Oposição do Partido Comunista daquele país (KPD-O), cuja direção encontrava-se no exílio, após a ascensão de Hitler ao poder. Esse encontro marcou-o profundamente e foi responsável pela formação ideológica crítica e independente, que constituiu a tônica da sua atuação política posterior.

A instabilidade da situação europeia fez com que ele e a mãe saíssem da França e viajassem para o Brasil, em maio de 1939, país onde um tio paterno já havia se estabelecido. Érico trabalhou até 1948 como gráfico, participando da organização do sindicato da categoria e, depois de aprender e dominar o português, dedicou-se ao jornalismo, em especial à cobertura da situação internacional, nos jornais *Correio da Manhã*, *Correio do Povo*, *Diário da Noite* e *Jornal do Commercio*.

O registro mais antigo da atuação política de Érico no país provém de um depoimento de Antônio Candido, no qual ele relata a sua participação, já no final de 1942, no “Grupo Radical de Ação Popular” (GRAP), integrado por quatro estudantes de direito, um jornalista e o próprio Érico, descrito por Candido como litógrafo e “marxista estrito”, que os iniciava em teóricos desconhecidos, como Thalheimer e Brandler. O grupo mantinha discussões políticas e preparava documentos de oposição ao Estado Novo.

Em 1957/58, Érico ingressou no Partido Socialista Brasileiro, segundo ele próprio porque a entidade não possuía ainda uma linha política estabelecida, permitindo-lhe uma maior liberdade nas discussões internas e nos debates teóricos, com o

objetivo maior de influenciar o partido como um todo. Realizava debates semanais para os jovens do Partido, mas nas eleições presidenciais de 1960 a Ala Jovem defendeu o voto nulo, o que entrou em choque com a liderança partidária, que se comprometera com a candidatura Lott, ocasionando o alijamento dos jovens do partido e impossibilitando a continuidade do uso de suas dependências para os debates políticos.

Em fevereiro de 1961, Érico participou do Congresso de fundação da “Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP)”, cujas participantes provinham da Juventude Socialista do PSB do Rio de Janeiro, de círculos estudantis da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais e da Liga Socialista de São Paulo, aos quais se agregaram alguns simpatizantes de Rosa Luxemburgo, trotskistas e dissidentes do PCB.

A partir de 1960, foram editados os boletins políticos denominados *Política Operária*, logo transformados em jornal impresso (três números), revista e novamente em jornal, em 1964. Como jornalista do *Correio da Manhã*, aproximou-se em 1963/64 do movimento dos sargentos e, pouco depois do golpe, em maio de 1964, foi preso por seis semanas em função dessas relações, respondendo a um inquérito policial militar.

Em setembro de 1969, voltou a ser preso, mas conseguiu fugir da prisão do DOPS do Rio de Janeiro, na madrugada de 8 para 9 de outubro do mesmo ano, utilizando uma corda que havia sido apreendida pela polícia e que estava guardada no mesmo recinto para o qual havia sido transferido para interrogatório. Segundo relatório da própria polícia, Érico utilizou a corda para descer por um basculante, chegar ao teto da garagem do edifício e, daí, ganhar a via pública. Alguns dias depois, com o auxílio de companheiros, conseguiu se asilar na Embaixada do México e, cinco meses depois, obteve um salvo-conduto para viajar para a Cidade do México.

Érico residiu no México até outubro de 1970, tendo obtido abrigo na casa da pintora Sita Garst, filha de August Thaleimer. Foi lá que redigiu um dos seus trabalhos mais impor-

tantes: *Caminho e caráter da revolução brasileira*. Do México, decidiu transferir-se para a Alemanha Ocidental por uma série de fatores: como havia trabalhado como tradutor na Embaixada desse país no Rio de Janeiro, tinha contatos que poderiam facilitar-lhe o exercício do mesmo ofício em instituições públicas alemãs; além disso, a concentração de exilados brasileiros na Europa Ocidental era maior do que no México e, por último, havia no país uma pequena organização política que se situava dentro das tradições da KPD-O, o Grupo *Arbeiterpolitik* (Política Operária, em alemão), com a qual pretendia estabelecer contato.

De fato, já em abril de 1971, conseguiu emprego como jornalista na seção brasileira do serviço de radiodifusão alemã para o exterior, a *Deutsche Welle*, e em outubro de 1972 foi admitido como *Lektor* de português no Instituto de Tradução da Universidade de Heidelberg. Consta que Érico foi o primeiro e até hoje o único docente daquela prestigiosa Universidade que, por sua vida atribulada, sequer havia concluído o ensino fundamental.

Na Alemanha, Érico organizou grupos de formação política, congregando estudantes alemães, latino-americanos e de outros países, organizou um arquivo com os principais textos de autoria de Thalheimer e Brandler e influenciou também no debate político brasileiro, por meio da publicação da revista *Marxismo Militante – Exterior*, que era editada pelo grupo de exilados da Política Operária e distribuída clandestinamente no Brasil. Seus vínculos com o país também se davam por meio de correspondência ou contatos pessoais com militantes da organização que podiam viajar legalmente para a Alemanha.

Em 1980, Érico retornou ao Brasil, após a promulgação da Lei da Anistia. Do Rio de Janeiro, concentrou suas energias na fusão dos grupos remanescentes da “Política Operária” e na atuação organizada dos seus participantes dentro do Partido dos Trabalhadores, cuja fundação saudou e não teve dúvidas em apoiar desde o início. Apesar de sua experiência política,

não se interessou em ocupar cargos no partido, mas sim em fortalecer os seus núcleos operários, como parte dos esforços para promover a independência política dos trabalhadores, sem a qual não via futuro possível.

Participou do Núcleo dos Jornalistas e da seção do Rio de Janeiro da Fundação Wilson Pinheiro. Nessa época, redigiu *Qual é a herança da Revolução Russa*, importante texto que faz um balanço da União Soviética e do seu significado para o movimento comunista internacional.

Érico sofria de diabetes há bastante tempo e a sua saúde era frágil. Os seus últimos anos combinaram os problemas de saúde com a precariedade de suas condições de vida e a frustração de não conseguir reorganizar e dar um papel à Política Operária na nova situação conjuntural, caracterizada pela existência do Partido dos Trabalhadores e da CUT.

Assim, depois um curto período de internação, Érico Czaczkes Sachs veio a falecer no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1986, aos 64 anos de idade.

O Centro de Estudos Victor Meyer, cujas finalidades incluem a preservação e a difusão da herança política da “Política Operária”, decidiu homenagear os 30 anos da morte de Érico Sachs com a edição deste livro: *Érico Sachs / Ernesto Martins – Um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*.

O livro é constituído de três partes: uma de responsabilidade dos companheiros do Brasil, centrada na importância de Érico e da “Política Operária” para o movimento revolucionário do país. Essa parte é constituída por cinco artigos: uma biografia de Érico Sachs, de autoria de Victor Meyer; uma análise da importância da atuação de Érico no período compreendido entre os primórdios da fundação da POLOP e a elaboração do *Programa Socialista para o Brasil*, de autoria de Ceici Kameyama e Eduardo Stotz; um artigo que aborda as atividades de Éri-

co após a sua volta do exílio, elaborado por Aderson Marques e Sérgio Paiva; um texto de Lucas Correa, abordando o papel de Érico na luta contra o reformismo; um outro, de Eduardo Stotz, sobre o seu papel como periodista internacional no *Correio da Manhã*, entre 1949 e 1951; e, finalmente, uma análise abrangente de Eurelino Coelho a respeito da produção literária recente sobre a POLOP, intitulada “A POLOP nas estantes – Um balanço da historiografia”.

A segunda parte, a cargo de companheiros alemães que conheceram Érico no exílio, inclui dois artigos de Lothar Wentzel: “As raízes políticas de Érico Sachs”, sobre a influência da Oposição do Partido Comunista Alemão no seu pensamento político e Érico Sachs e a Política Operária, artigo que apresentou Érico ao público alemão, publicado na revista *Sozialismus*, em sua edição de outubro de 2013.

Complementa essa parte três depoimentos pessoais, importantes para o conhecimento de sua personalidade: “Entre a fuga e o retorno: Érico Sachs no exílio na Alemanha (1970–1980)”, elaborado por Lothar Wentzel e por sua ex-companheira, Elke Stichs; uma entrevista dela própria ao CVM e uma outra entrevista a Lothar Wentzel, do escritor de língua alemã Rafik Shami, também publicada na citada edição de *Sozialismus*, intitulada “Érico, o sábio”.

Por último, a terceira parte permite que o próprio Érico exponha as suas concepções políticas, representadas por três de seus mais importantes textos: “Caminho e caráter da revolução brasileira”, produzido em 1970, no exílio mexicano, “Qual é a herança da Revolução Russa?”, elaborado em 1981, depois de sua volta ao Brasil e “O PSB e a fase atual da luta de classes”, escrito no início dos anos 80, que faz um balanço da atualidade política e das necessidades de revisão do instrumento político mais importante produzido pela POLOP.

O objetivo era lançar o livro em 9 de maio de 2016, mas, infelizmente, isso não foi possível por diversas razões, entre elas o infortúnio do súbito falecimento, no dia 30 de abril em

Recife, do nosso companheiro Ivaldo Pontes, autor, organizador e um dos maiores entusiastas da publicação. A ele dedicamos este livro.

CVM, 03/10/2016

SOBRE OS AUTORES

ÉRICO CZACZKES SACHS nasceu em Viena, em 11 de março de 1922, filho único de uma família judia, em meio à qual entrou em contato precocemente com as ideias socialistas. Em 1934 acompanhou sua mãe, Sina Ida Czaczkes, na emigração para a Rússia, em razão da perseguição aos judeus na Áustria e da repressão à esquerda. Estudou o marxismo pela primeira vez na Escola Karl Liebknecht, em Moscou. Os contatos com a Oposição ao estalinismo valeram a sua expulsão da Rússia em 1937. O retorno à Áustria foi breve, em decorrência da nazistificação oficial do país e do antissemitismo. Permaneceram durante um ano na França, onde se tornou o mais jovem militante da Oposição Comunista Alemã, à frente da qual se destacava, entre outros, August Thalheimer. Em maio de 1939, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, emigrou com sua mãe para o Brasil, aos quais se juntou em seguida o pai, David Czaczkes, que morreu pouco depois. Aqui trabalhou como gráfico e depois como jornalista. Na década de 1950, exerceu grande influência na preparação ideológica e política da corrente de pensamento que culminou na fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, em

1961. Principal formulador das teses dessa organização, que se opunha à política de colaboração de classes liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), definia o Brasil como país capitalista e fazia defesa do caráter socialista da revolução, cuja força motriz teria de ser o proletariado industrial. Érico empenhou-se imediatamente após o golpe de 1964 em desenvolver e tirar consequência prática das posições revolucionárias, com destaque para a estratégia da mobilização independente e oposta, política e ideologicamente, do proletariado em relação à burguesia e, nesse processo, da organização do partido revolucionário. Preso pelo DOPS do Rio de Janeiro em 1969, conseguiu fugir da prisão e retomou o caminho do exílio, inicialmente no México e depois na Alemanha, em 1970. Na sua volta ao Brasil, em 1980, integrou-se ao Partido dos Trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, onde veio a falecer, em 9 de maio de 1986.

VICTOR MEYER (16/07/1948 – 17/04/2001), militante da POLOP, foi professor de Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade Católica de Salvador. Autor dos livros *Determinações Históricas da crise da economia soviética* (Ed. EDUFBA, 1995) e *REAÇÃO – Articulação e organização internacional dos trabalhadores ante a globalização – um fenômeno emergente* (Casa da Qualidade Editora, 2001).

EDUARDO NAVARRO STOTZ, sociólogo, pesquisador em Saúde Pública, membro do Centro de Estudos Victor Meyer e presidente da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.

CEICI KAMEYAMA, engenheiro, membro do Centro de Estudos Victor Meyer.

EURELINO COELHO, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), coordenador do Laboratório de His-

tória e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU), autor de *Uma esquerda para o capital. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979–1998)*. 1ª Ed. São Paulo – Feira de Santana: Xamã – UEFS, 2012.

ADERSON MARQUES, geólogo, membro do Centro de Estudos Victor Meyer.

SÉRGIO PAIVA, engenheiro, membro do Centro de Estudos Victor Meyer.

LOTHAR WENTZEL atuou no trabalho de formação do sindicato metalúrgico alemão IG Metall.

ELKE STICHS foi professora do ensino fundamental e companheira de Érico Sachs na Alemanha.

RAFIK SHAMI é um escritor sírio-alemão, autor de *Histórias da noite* e *O segredo do Califa*, ambos traduzidos para o português.

LUCAS CORRÊA, mestre em História pelo CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – RJ com a dissertação *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária* (2014).

MOACY CIRNE (12/12/1943 – 11/01/2014), poeta e professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.



PARTE I
CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS



Em Heidelberg, 1978

ERNESTO MARTINS, ERIC CZACZKES SACHS¹

Victor Meyer

A recente publicação do livro *Marxismo e luta de classes*², fez despertar em determinadas áreas interesse pela obra de Eric Sachs.³ Quem foi e onde viveu esse marxista, aparentemente desconhecido, que deixou no Brasil uma obra presumidamente tão importante? A explicação é simples: para mais de uma geração de marxistas brasileiros, Eric Sachs não era um desconhecido. Sob os nomes de Eurico Mondes, Eurico Linhares ou, especialmente, **Ernesto Martins**, seus textos foram passados de mão em mão e, durante pelo menos 25 anos, sustentaram uma das mais originais correntes da esquerda brasileira, associada ao extinto grupo **Política Operária**. Mas somente agora sua obra pode ser colocada abertamente à disposição de todos os interessados em conhecer as diversas vertentes do marxismo no nosso país.

Eric Czaczkes Sachs não era brasileiro: nasceu em Viena, em 1922. Filho único numa família judia proveniente de

¹ Escrito em julho de 1987 como texto de apresentação da coletânea “Qual a herança da Revolução Russa e outros textos”.

² Editora Práxis, Salvador-BA, 1987.

³ Apesar de ser conhecido por muitos como “Eric”, o seu nome original era “Erich Czaczkes” e, após a naturalização no Brasil, “Érico Czaczkes Sachs” (N.Ed.).

Tchernowitz (fronteira da Áustria-Hungria com a Rússia até 1919), seu pai era membro destacado da social-democracia austríaca, e sua mãe, nascida na Rússia, conhecia de perto o Partido Bolchevique, dada a circunstância de ter um irmão militante nas fileiras do partido russo.

Em 1934, Eric acompanha sua mãe, Sina Ida Czaczkes, numa viagem que representaria sua primeira emigração: mudam-se para a Rússia, em consequência do recrudescimento das perseguições aos judeus na Áustria. Instalados em Moscou, Eric passa a frequentar a escola Karl Liebknecht, onde permaneceria até 1938. Os quatro anos em Moscou marcaram decisivamente sua formação intelectual. A escola era frequentada principalmente por filhos de refugiados alemães, embora também abrigasse jovens de outras nacionalidades. Foi nesse período que Eric estudou pela primeira vez o marxismo, ao tempo em que obtinha informações da oposição a Stálin. Seus contatos com os militantes da Oposição valeram-lhe a expulsão da Rússia, em 1937. O episódio seria lembrado posteriormente por um dos alunos da escola Karl Liebknecht, o alemão Wolfgang Leonhardt, no livro *A Revolução despachou suas crianças*.

De volta para a Áustria, Eric e sua mãe não permanecem mais que alguns meses: o clima de perseguições aos judeus tornava inviável a sua permanência na Áustria. Eric, então com apenas 16 anos, se vê obrigado a abandonar um país pela terceira vez. Foge da Áustria a pé, alcançando a Bélgica através de território alemão e dali chega até a França. Em Paris, procura Thalheimer e Brandler, os líderes da Oposição Alemã. Torna-se o mais jovem militante da KPO (Oposição Comunista Alemã) no exílio. Morando com Thalheimer, além das discussões sistemáticas que mantém com o principal líder da Oposição Alemã, encontra-se com outras figuras destacadas do comunismo, como Victor Serge, e com militantes do POUM. Esse é também o primeiro período em que Eric vive dentro de agudas privações materiais. A Oposição Alemã vive sérias dificuldades

financeiras e é grande o número de exilados. Ele passa a trabalhar numa escola de agricultura destinada a jovens refugiados judeus. Em 1939, com o começo da guerra, a situação se torna ainda mais insegura para os judeus comunistas. Muitos já haviam decidido rumar para a América – Cuba, Brasil, Chile, etc. Eric e sua mãe decidem emigrar para o Brasil.

Em seus primeiros passos no ambiente brasileiro, aos poucos foi conhecendo a realidade do nosso movimento operário. Trabalhando como gráfico, participou da organização dos gráficos paulistas. Posteriormente – a partir do final da década de 1940 – foi jornalista, e seus artigos publicados no *Correio da Manhã* dão uma rica visão panorâmica do mundo no pós-guerra. Progressivamente, sua influência intelectual foi se firmando junto a segmentos da esquerda brasileira.

Acontece que no Brasil, a história da esquerda praticamente gravitava em torno das influências provindas do Partido Comunista soviético, reproduzindo-se aqui o cenário das lutas de facções ligadas aos nomes de Stálin e Trotski. Havia muito que o centro comunista, em Moscou, deformara completamente um dos pontos de honra dos primeiros tempos da Terceira Internacional: o respeito à autonomia dos PC internacionais. O PCB não fugia à regra e já se tornara um mero reflexo da política estalinista. Eric chegava ao Brasil trazendo uma tradição ideológica inteiramente diversa, e não por acaso: o Partido Comunista Alemão fora, durante toda a década de 1920, o mais forte partido depois do russo, o único que incorporava sólida trajetória teórica e prática, mantendo por isso reservas internas de autonomia frente ao rolo compressor da luta de facções na Rússia. Pesava, nesse sentido, a tradição aberta por Rosa Luxemburgo e outros. Cindindo-se do partido alemão oficial somente quando a convivência tornara-se impossível – ao ser decretada a política ultraesquerdista da guerra contra o “social-fascismo” – a Oposição Alemã tornou-se um baluarte sobrevivente da convicção de que a luta do proletariado de qualquer país não pode se submeter ao modelo de alguma

revolução vitoriosa. Eric trouxe para o Brasil o fio condutor dessa tradição e independência: cada nova revolução é uma fonte de novas experiências, mas não cabe acatar o estalinismo, o trotskismo (nem o maoísmo ou o castrismo) como métodos ou sistemas.

A trajetória pessoal de Eric no Brasil seria um assunto para uma publicação à parte, fugindo aos limites dessa apresentação. Bastaria aqui lembrar que, durante a década de 1950, exerceu grande influência na preparação ideológica de uma corrente de pensamento, trabalho que culminou, em 1960, na convocatória para o 1º Congresso da Organização Revolucionária Marxista Política Operária. Estudiosos da esquerda brasileira, como Daniel Aarão,⁴ situam na fundação da Política Operária, em 1961, marco inicial da história da nossa nova esquerda.

Em 1969, Eric foi preso pelo DOPS carioca. Conseguindo fugir da prisão, refugia-se na Embaixada da Áustria⁵ e, em 1970, pela quarta vez em sua vida, tem que abandonar um país. Mas desta vez trata-se do país que, voluntariamente, escolheu como seu. Na sua volta ao Brasil, em 1980, integra-se no Partido dos Trabalhadores, no Rio de Janeiro.

“Só existem dois mundos, pois entre capitalismo e socialismo não existe terceira ordem social”. Essa visão quanto à contradição fundamental do mundo contemporâneo é uma das características sempre constantes na obra deixada por Eric Sachs. Textos datados do início dos anos 1960, tanto quando os escritos dos últimos anos de sua vida, batem na mesma tecla: a crítica à degenerescência burocrática do Estado, nos atuais países socialistas, não pode ultrapassar a solidariedade que os revolucionários têm por dever prestar a esses países em suas lutas contra o bloco imperialista.

Contudo, não obstante a importância de suas análises sobre a evolução do movimento comunista no mundo, pode-

⁴ *Imagens da Revolução*, Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, 1985.

⁵ Na realidade, o asilo se deu na Embaixada do México (N.E.).

mos seguramente afirmar que a contribuição mais notável e marcante do autor, que definitivamente iria ligar seu nome à história da esquerda brasileira, situa-se em outro terreno. Estamos nos referindo à discussão sobre o caráter da revolução brasileira, sobre o papel da classe operária e sobre o cenário estratégico no qual se projetam as metas qualitativas mais imediatas, capazes de alterar substancialmente a posição da classe operária na nossa sociedade e de melhorar as condições para a luta posterior.

Quanto ao caráter da revolução, Eric argumentaria que a única revolução possível no Brasil contemporâneo seria socialista. Hoje, essa tese talvez não encontre muitos opositores entre os marxistas brasileiros, mas quando foi formulada pela primeira vez se chocou frontalmente contra a maré montante, contra o dogma da revolução democrático-burguesa, comungado em consenso pelo pensamento então hegemônico na nossa esquerda.

Quanto aos objetivos estratégicos, Eric argumentaria que todos os esforços deveriam visar a transformação da classe operária numa classe independente, em condições de agir em faixa própria, formulando suas reivindicações políticas e construindo suas organizações sem a burguesia e contra a burguesia. Esse pensamento, hoje, certamente soará familiar para todo um contingente, incluindo aí os valorosos operários de vanguarda que lutam para construir o Partido dos Trabalhadores como porta-voz das aspirações da classe operária e demais assalariados, em oposição à política das classes dominantes. É verdade que ainda não podemos identificar, rigorosamente, no Brasil de hoje, uma classe operária independente. Mas estamos a caminho. Aí estão a CUT, o programa do PT, e a consciência prática efetivamente alcançada pela vanguarda do nosso movimento operário. Pode-se dizer que já existe na sociedade brasileira uma força material intensamente identificada com a perspectiva política e organizatória, tornada concreta, de marchar com as próprias pernas, passando ao largo dos apelos das classes dominantes.

Mas 25 atrás, ou antes, há quase trinta anos, quando Eric escrevia para a revista *Movimento Socialista* e preparava a fundação do grupo *Política Operária*, quando apenas começava a se formar a geração pioneira que pela primeira vez integraria no Brasil uma corrente de opinião contrária à colaboração de classes, a situação era bem diferente: o pensamento e a prática predominantes na esquerda oficial já entravam pela terceira década de apoio mais ou menos crítico ao Estado populista e às facções ditas “nacionais” da nossa burguesia.

O operário consciente que hoje proclama slogans contra a Nova República, aqueles operários que fizeram comícios em portas de fábrica na hora da reunião do Colégio Eleitoral, demarcando assim sua independência com relação ao novo governo burguês que se formava, então liderado por Tancredo Neves, esses operários certamente reconheceriam sua própria consciência atual se lessem qualquer dos artigos de Eric Sachs escritos nos idos de 1960.

Ou a lerem o texto que ora publicamos—“Aonde Vamos?”⁶—datado de 1966, que se constitui num libelo histórico contra a conciliação de classes e a favor da formação independente do nosso proletariado. Essa circunstância não deixa de ser incomum, e mereceria algumas reflexões.

É uma situação incomum, visto que a história das correntes da esquerda brasileira parece quase totalmente submetida a uma maldição, parece fadada a ver a realidade sempre resistir às suas teses. Aqui, ao contrário, temos algo que foge a essa sina, aqui o pensamento conseguiu ser intérprete de um processo histórico real. Hoje, Eric está morto, o grupo político que criou já deixou de existir como organização, mas a linha estratégica esboçada trinta anos atrás está em vias de realização; o movimento operário brasileiro avança no marco qualitativo da sua formação independente. Não registramos o fato pela tri-

⁶ Vide “Qual a herança da Revolução Russa e outros textos”, Eric Sachs, SEGRAC, Belo Horizonte – MG, 1988.

vialidade de querer glorificar a memória de um indivíduo, mas para ressaltar que o marxismo, dentro de certas condições, continua sendo uma doutrina fecunda. Basta que esteja liberto dos dogmas e dos esquemas apriorísticos; basta que assuma frente à realidade a mesma postura dos seus fundadores ou dos discípulos mais ilustres, a exemplo de Lênin, de Rosa Luxemburgo e outros, que em seus tempos e em seus países se recusaram a copiar modelos ou traçar esquemas. Eric conseguiu incorporar esse antidogmatismo criador, por isso sua obra é atual. Talvez por isso, também, gostasse tanto de lembrar uma passagem da obra da juventude de Marx: “A teoria” – disse Marx em 1844 – “só se realiza no seio do povo na medida em que seja a expressão das suas necessidades”.

Eric morreu no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1986. Seus últimos anos foram vividos em condições materiais extremamente precárias, virtualmente relegado ao isolamento e à miséria. Velho comunista, mais de uma vez lembrara a célebre colocação de Rosa Luxemburgo sobre o “isolamento revolucionário”. Para ele, a consciência do próprio isolamento era também a certeza do caráter circunstancial dessa situação, sobre a qual se projetava a convicção da vitória final que caberá à sua causa, à sua ideologia e à classe à qual aderiu. A história do comunismo está repleta de exemplos como esse.

Eric Czaczkes Sachs: o adolescente que adotou o marxismo na Rússia, o jovem militante da Oposição Comunista na Europa, o imigrante tornado brasileiro e que entre nós levantou as bandeiras da formação independente da classe operária e do Brasil socialista, o exilado na Alemanha durante a ditadura militar brasileira, o retornado em 1980 que se integrou no Partido dos Trabalhadores. Seu pensamento tinha raízes tão antigas quanto sólidas: Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin. Eric está sepultado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, e em seu túmulo caberiam perfeitamente as palavras de um revolucionário do século XIX, o russo Tchernichevski:

“Permanece tranquilo ante às adversidades que aos demais abatem. Repete o poeta: ‘Joguei tudo que tinha apostando contra nada, e o mundo inteiro me pertence’; não se lamente por nada que tenha feito o seu tempo, e diz: aconteça o que acontecer, no final das contas a vitória pertencerá ao nosso campo”. (In “Qual a herança da Revolução Russa e outros textos”, Eric Sachs, SEGRAC, Belo Horizonte – MG, 1988.)

A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL E O CAMINHO DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE: CONTRIBUIÇÕES DE ÉRICO SACHS

Ceici Kameyama e Eduardo Stotz

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, ORM-POLOP, surgiu em janeiro de 1961, reunindo cerca de vinte militantes, resultado da fusão de pequenos grupos do Rio de Janeiro (Juventude do Partido Socialista Brasileiro), Minas Gerais (Mocidade Trabalhista), São Paulo (Liga Socialista Independente) e Bahia (um grupo em Salvador e outro em Ilhéus).¹

Esses militantes não aceitavam as propostas do Partido Comunista Brasileiro, força então dominante na esquerda, que afirmava que a revolução no Brasil tinha caráter democrático, isto é, burguês; e não concordavam com a orientação do PCB de levar o operariado a apoiar um setor da burguesia.

Na convocatória para a fundação, os militantes se propunham os objetivos de:

- elaborar um programa socialista para o país;
- recrutar jovens militantes operários para a organização;

¹ Texto escrito por Érico Sachs para a apresentação da edição especial da revista *Marxismo Militante* comemorativa dos vinte anos da fundação da POLOP, em janeiro de 1981. Doravante apresentada como “Apresentação dos vinte anos da POLOP”. Disponível em <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>

- procurar influir, em cada momento da luta e com os meios disponíveis, sobre o desenrolar das lutas de classe no país.

Apesar de 55 anos terem se passado desde a fundação, as linhas mestras delineadas pela POLOP ainda guardam atualidade.

A elaboração de um programa e a criação de uma organização com perspectiva revolucionária implicavam, antes de tudo, a retomada da teoria marxista, praticamente soterrada pelo estalinismo que dominou a esquerda no mundo até meados da década de 1950.

A POLOP procurou incorporar conscientemente a tradição marxista da aplicação da teoria à realidade – a partir da análise concreta da realidade concreta – retomando as formulações de Marx e de Engels e dos Partidos Comunistas no início do século XX e dos quatro primeiros Congressos da Terceira Internacional (Internacional Comunista), aqueles que contaram com a participação de Lênin.

Essa retomada foi uma iniciativa de Érico Sachs, um dos fundadores da POLOP.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e discutir aspectos das contribuições formuladas por escrito no período compreendido entre 1958 e 1967. Optamos por selecionar alguns dos artigos mais significativos em três momentos, a saber: na parte I, do momento da formulação do primeiro artigo teórico sobre os desafios postos à constituição de um movimento revolucionário brasileiro, passando pela fundação da POLOP, até o golpe militar de 1964; na parte II, na fase da atuação sob as condições de clandestinidade então impostas, da reorganização iniciada em fins desse ano até a aprovação, no IV Congresso, em 1967, do Programa Socialista para o Brasil; e finalmente na parte III, uma avaliação sobre a atualidade desse Programa à luz das condições da luta de classes no começo da década de 1980, quando do retorno de Érico Sachs do exílio.

I. O marxismo militante: a fase da luta teórica

A naturalização de Érico como cidadão brasileiro em 1955 tornou possível a sua militância aberta. Esta opção, além do precedente de Paul Singer,² austríaco como ele, devia-se à percepção de uma mudança no cenário mundial e no país. Certamente a crise do estalinismo, aprofundada com o falecimento do líder soviético em 1953, teve um impacto importante nesta decisão. Isaac Deutscher, escrevendo naquele momento³ observou que o estalinismo havia esgotado sua missão histórica. E o processo de desestalinização, na medida em que colocasse em questão o caráter tutelar do socialismo implantado da URSS e o papel aí desempenhado pelo partido, teria consequências mundiais. Por outro lado, o sistema capitalista havia chegado ao final da reconstrução das economias destruídas pela Segunda Guerra Mundial e a exportação de capital delas oriunda indicava o amadurecimento de seu desenvolvimento e, logo, de suas contradições. No Brasil, o governo de Juscelino Kubistchek adotara uma política de integração ao imperialismo para impulsionar a indústria, mas assentada na emissão de moeda, ou seja, assumindo a consequência da inflação. Tudo prenunciava a possibilidade de uma nova fase da luta de classes no mundo e no país.

Com a divulgação do Relatório de Krushev sobre os crimes de Stálin durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido em fevereiro de 1956, jornalistas vinculados ao PCB abriram o debate interno sobre os sentidos políticos da desestalinização.⁴ Surgiu no PCB uma cor-

² Paul Singer frequentava o Partido Socialista desde 1953 e trabalhava numa grande empresa metalúrgica em São Paulo. Foi uma das lideranças da greve dos 300 mil de 1953. Em 1954, naturalizou-se e passou à condição de membro regular do partido, intensificando a sua participação, sem deixar o sindicato dos metalúrgicos. Ver entrevista concedida à revista *Teoria e Debate*, n. 62, 10 de abril de 2005.

³ *Rusia despues de Stalin*. Original do inglês *Russia After Stalin*, 1953. Disponível em https://www.marxists.org/espanol/deutscher/1953/rusia_despues_de_stalin.htm#h08

⁴ O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): Desestalinização e crise. XIII Encontro Regional de História – ANPUH Rio de Janeiro, 2006.

rente “renovadora” entre os intelectuais que, logo excluídos da imprensa partidária, resolveram então publicar a revista *Novos Tempos*.

Este periódico, dirigido por Osvaldo Peralva, tinha a pretensão de estabelecer convergências entre as várias correntes do movimento socialista no Brasil, mas o fazia sob o pressuposto do caráter democrático-burguês das transformações em curso no país. Tendo em vista levantar a bandeira do marxismo militante junto às esquerdas, Érico participou do periódico sob o pseudônimo de Eurico Mendes com os artigos “O comunismo nacional nas democracias populares” (*Novos Tempos*, nº 2 – outubro/novembro de 1957) e “O movimento revolucionário brasileiro na encruzilhada” (*Novos Tempos*, nº 4 – janeiro de 1958).

No último artigo, Eurico Mendes, assumindo os termos propostos pelos “renovadores” agrupados em torno do periódico,⁵ avalia a tentativa de revivescência do comunismo brasileiro com certo ceticismo, deixando claro que o problema de fundo residia no não enfrentamento radical da linha política oficial. Contudo, se até recentemente as perspectivas de luta pareciam remotas e mesmo incertas, a situação naquele ano era mais favorável a uma verdadeira renovação do comunismo, apontando para a retomada das lutas operárias numa nova fase de intensificação das lutas de classe em escala mundial.

O pressuposto de uma verdadeira renovação do comunismo era uma retomada do leninismo, mas do ponto de vista crítico, ou seja, que levasse em conta a influência da Revolução Russa sobre os nascentes partidos comunistas, sobretudo após o IV Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1922, o último do qual Lênin participaria. Apesar da advertência feita naquele congresso de que os partidos comunistas estavam excessivamente presos à experiência russa, em muito distinta dos países da Europa ocidental que conheceram a

⁵ Osvaldo Peralva, Leoncio Basbaum, Horacio Macedo e Roberto Morena são os nomes mais conhecidos do conselho de redação aos quais cabe acrescentar o de Agildo Barata, pela liderança do grupo dentro do PCB.

social-democracia sob democracias burguesas,⁶ houve uma progressiva subordinação daqueles partidos à direção do PCUS (conhecida como “bolchevização”)⁷ e finalmente a sua transformação em instrumentos da diplomacia soviética. Tal processo tomou forma acabada, após a vitória do nazismo na Alemanha, nas “frentes populares” adotadas em 1935 no VII Congresso da Internacional Comunista, política na qual se admitia que as “burguesias progressistas” dos países europeus, numa provável guerra, poderiam ser aliadas da URSS.

O questionamento do monopólio ideológico do PCB na tradição comunista brasileira é posto no artigo “O movimento revolucionário brasileiro na encruzilhada” diante do seu fracasso em expressar a ideologia socialista da classe operária brasileira e, em decorrência, de tê-la deixado à mercê da dominação ideológica da burguesia. O partido havia falhado em sua tarefa de “transformar o proletariado brasileiro de uma classe em si em uma classe para si”, quer dizer, de constituir um movimento de classe próprio e independente, de ajudar as massas operárias a adquirir a consciência, a partir das suas próprias experiências coletivas, de que na sociedade burguesa não há solução para seus problemas; de que somente poderia resolvê-los quando, ao polarizar o conjunto das classes exploradas pelo capital, conquistasse o poder para iniciar o estabelecimento de uma sociedade socialista.

A “Corrente Renovadora” do PCB situava o problema da formação ideológica da classe operária ainda nos limites do nacionalismo. Apesar de admitir que o movimento nacionalista no país tivesse um papel progressista ao questionar a domina-

⁶ Trata-se do Informe de Lênin apresentado ao IV Congresso em 13 de novembro de 1922, intitulado “Cinco anos da Revolução Russa e perspectivas da revolução mundial”.

⁷ A “bolchevização” ou o alinhamento dos partidos comunistas à orientação da Internacional Comunista sob controle do PCUS, na forma de seções nacionais, foi adotada no VI Congresso, em 1928. Eurico Mendes aponta para o papel de Trotski e do trotskismo de reforçar a bolchevização, ao transferir as disputas com o estalinismo dominante na URSS para dentro das seções nacionais da Internacional.

ção imperialista, para Eurico Mendes tal movimento seria apenas um “aliado da classe operária, dentro de um movimento anti-imperialista mais vasto.” Enfatiza no artigo que a expectativa de estarem a participar de um movimento de libertação nacional não significaria tornarem-se nacionalistas. Pelo contrário, comunistas não poderiam abraçar o nacionalismo, por se tratar de uma ideologia burguesa. E o movimento sustentado na pequena-burguesia teria um caráter necessariamente limitado, defensivo. Lembra que Marx, na Alemanha, e Lênin, na Rússia, tinham uma visão bastante clara de qual devia ser a posição dos comunistas nas revoluções burguesas, cuja base era nacional. Manifesta na célebre palavra de ordem “marchar separado, bater junto”,

A preocupação máxima deles era a conservação da independência e integridade do movimento operário revolucionário, que impulsionava as demais classes para a frente, as quais, em virtude de suas hesitações, sozinhas, não conseguiram nem as medidas que elas estavam propagando.

Ao desafiar os renovadores a dar um grito de independência ideológica, Eurico Mendes deixava patente a necessidade da formação de um legítimo movimento comunista brasileiro. As divergências internas no PCB contribuiriam para o debate geral num movimento revolucionário mais amplo.

Aqui importa ressaltar uma das características mediante a qual a teoria poderia tornar-se força material, ao conquistar as massas da classe operária. Trata-se da organização do partido, num processo diferente daqueles admitidos pelos partidos comunistas, a exemplo do que viria a acontecer com a criação do PCdoB, uma cisão do partido comunista oficial.

Criado sob a égide estalinista, ao Partido Comunista bastava um núcleo dirigente que aplicava uma política à qual os militantes aderiam. Em contrapartida,

Um futuro partido revolucionário tem, desde o início, de assegurar uma estrutura interna, garantindo a elaboração da orientação política por meio de debates e criando, ao mesmo tempo uma estrutura bastante sólida, que lhe permita seguir a linha uma vez tomada.

Advertia, porém, que o movimento revolucionário tomaria forma na efervescência social pela qual o país passaria num futuro próximo e que se deveria ter a pretensão de ser o núcleo dirigente na formação do partido. E principalmente que, nesse processo de reagrupamento de forças, a formação de uma organização de quadros teria de superar o abismo entre intelectuais comunistas e operários fabris, encontrando sua unidade numa linguagem comum forjada nas lutas diárias da classe operária.

A participação publicista de Érico Sachs convergia com a atuação política. Como assinalado na nota “Érico Sachs: Homenagem a um revolucionário (1922–1986)”, escrita pelo coletivo do Centro de Estudos Victor Meyer,

Em 1957/58, Érico ingressou no Partido Socialista Brasileiro, segundo ele próprio, porque a entidade não possuía ainda uma linha política estabelecida, permitindo-lhe uma maior liberdade nas discussões internas e nos debates teóricos, com o objetivo maior de influenciar o partido como um todo. Realizava debates semanais para os jovens do Partido...⁸

Essa tentativa se fez presente na publicação da revista *Movimento Socialista*, cujo jornalista responsável era Luis Alberto Dias Lima. Nomes como os de Agripino Soares Thomas, Marcos Ferreira, Paul Singer, Luiz Vidal, Hermínio Linhares e Izaltino Pereira compartilham artigos com Eurico Mendes e Ernesto Martins, pseudônimos de Érico Sachs, ao lado de textos marxistas de Rosa Luxemburgo, August Thalheimer,

⁸ Ver apresentação do Acervo do CVM, <http://centrovictormeyer.org.br/>

Isaac Deutscher, Manuel Augustin Aguirre e Andrés Nin, dentre outros. O primeiro número saiu à luz em junho de 1959, incluindo o artigo “Marxismo ou apologética nacionalista?” assinado por Eurico Mendes. O segundo e último número da revista publica, em dezembro do mesmo ano, os artigos “Luís Carlos Prestes e seus aliados” (Eurico Mendes) e “Tendências da Política Internacional” (Ernesto Martins).

A conjuntura demandava, entretanto, uma definição mais clara de posições. A crise econômica que se delineava na alta da inflação, a insatisfação das massas de trabalhadores com a carestia, as greves operárias pela recomposição do poder de compra dos salários, a emergência do movimento camponês, tudo obrigava a um realinhamento político geral na sociedade.

O cenário em que a revista aparece é demarcado, do ponto de vista ideológico, nos termos do que o editorial, sob o título “As razões e a missão do ‘Movimento Socialista’”, denomina de uma fase de preparação para o combate em que os porta-vozes dos interesses de classe em disputa elaboram e “reveem suas concepções, seus programas a curto e longo prazo, armam-se ideologicamente para assegurar seus interesses e seu futuro”.

A classe operária brasileira, apesar de capaz de lutar por seus interesses imediatos, como as greves ocorridas desde 1953 atestavam, estava desprovida de uma ideologia própria, funcionando, do ponto de vista político, como massa de manobra da burguesia. A formação de uma classe com consciência de sua oposição à burguesia somente seria possível por meio do marxismo. Mas o nome marxismo precisaria ser apartado do PCB, representado no Comitê Central por Luís Carlos Prestes. O processo de luta interna no interior deste partido estava inconcluso, a corrente “renovadora” não tivera forças para completar o trabalho iniciado com *Novos Tempos* e abrir novas perspectivas.

Movimento Socialista apresentava-se, pois, enquanto um órgão de pensamento revolucionário, sob a bandeira do marxismo, sem tergiversações, voltado para desenvolver e aperi-

morar a consciência de classe do proletariado brasileiro. Seu papel, como dirá um ano depois Ernesto Martins, consistia em atrair aqueles setores que fornecessem os militantes da fase inicial da construção de um partido, a da elaboração da teoria revolucionária.⁹

Partidária dos princípios teóricos gerais do marxismo, a revista admitiria a interpretação, ampliação ou desenvolvimento da teoria diante de fatos e condições históricas novas. Em outros termos, voltava-se para o desenvolvimento e a aplicação dos princípios marxistas à realidade do Brasil. A crítica ao estalinismo e, portanto, ao reboquismo e adesão às posições burguesas características do núcleo dirigente do PCB jamais seria feita, contudo, para desmoralizar e negar os direitos de existência do comunismo.

É interessante a inserção, antes dos artigos, de dois textos claramente conjunturais, mas exercendo o papel de explicitar a abordagem do problema da luta de classes, ou seja, da dialética materialista, em luta *contra os fogos de duas hostilidades* que a demarcavam – *a do dogma e a da revisão*. A revista, como escreveu Érico Sachs duas décadas mais tarde, lançava mão do método materialista que,

na prática da militância, significa usar a cabeça para traduzir uma realidade existente e adaptar nela a experiência viva da luta. Não significa querer usar a cabeça para inventar sistemas, esquemas ou “estratégias”. E o lado dialético desse materialismo consiste na compreensão do processo todo, de cada momento da luta e de cada mudança da situação.¹⁰

A nota “Encampação” da CEERG analisa a estatização, pelo governo trabalhista de Leonel Brizola, da filial do truste

⁹ Convocatória para o I Congresso da POLOP, julho de 1960. Ver adiante.

¹⁰ Texto de apresentação da edição especial da revista *Marxismo Militante* comemorativa dos vinte anos da fundação da POLOP, janeiro de 1981. Disponível em <http://centrovictormeyer.org.br/>

americano Bond and Share. Compreende-a como a iniciativa dos setores médio e pequeno da burguesia que oferece ao “nacionalismo um novo ponto de apoio material e concreto ao lado da Petrobras, alargando consideravelmente seu campo direto e imediato de ação”. Comparando-o ao monopólio estatal do petróleo, mostra a encampação como um passo adiante, uma vez que a Petrobras deixara aos trustes a indústria petroquímica e a comercialização dos derivados de petróleo; a CEERG, em contrapartida, controlada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, tomava características de uma expropriação do truste da energia elétrica no âmbito regional. O ato de Brizola projetava-o politicamente no cenário nacional, fortalecendo a corrente nacionalista e deixando o seu partido, o PTB, no drama de não poder assumir uma posição frente aos seus aliados, mas não poder deixar de fazê-lo diante de suas bases. Importava, porém, para o grupo organizado em torno de *Movimento Socialista*, definir a posição de classe do proletariado: afirma-se com clareza que o objetivo era o triunfo sobre a dominação imperialista, mas não em abstrato. Pergunta a favor de quem e do reforçamento político de quem se dava a luta, pois a classe operária não poderia ser “força de apoio e de reserva, trampolim e escada”. Ela tinha interesses específicos, de classe, incompatível com os padrões, seja estrangeiro, seja nacional. Então se apresenta a proposta da cogestão das empresas estatais sob a forma do controle operário.

Lança-se também mão de outros dois exemplos do movimento sindical, o do aumento salarial dos trabalhadores da Light, vinculado ao da majoração da tarifa de energia elétrica, e dos sapateiros, que são convocados pelos patrões a reivindicar medidas políticas de defesa do ramo calçadista, de modo a evidenciar como o proletariado estava politicamente acéfalo, porque o PCB sacrificava os interesses do proletariado em prol dos da burguesia em nome da “frente única por um governo nacionalista e democrático”.

O artigo “Marxismo ou apologetica nacionalista?”¹¹ retoma a argumentação já apresentada em *Novos Tempos*, mas nas novas condições da luta de classes. Assim, a campanha da eleição presidencial em 1959 é tomada sob o ângulo da ideologia dominante na sociedade brasileira presente em todos os discursos naquele momento – o nacionalismo –, deixando clara a correspondência entre o discurso e a realidade material. Esse fenômeno, afirma, reflete meramente o processo de industrialização do país e a maior autoconfiança da burguesia nacional.

O objetivo do artigo é esclarecer as vertentes do nacionalismo do ponto de vista das diferentes facções de classe da burguesia e combater esta influência ideológica sobre a classe operária, uma vez que a ideia de um nacionalismo “oportunistata” e de um nacionalismo “verdadeiro” estava disseminada na opinião pública. Este último, manifestação radical das classes médias, apresentava-se como o legítimo defensor dos interesses reais da nação. Apesar de mais enraizado, o nacionalismo da pequena-burguesia, observa Eurico Mendes, desconhece as nuances da política, interna e externa, conduzida de fato pela grande burguesia. E conclui: “A classe média não tem uma atitude independente e enquanto não houver um proletariado que impulse sua luta, mais ou menos tempo, ela cai a reboque da grande burguesia.”

Mas a questão política importante, numa perspectiva revolucionária, dizia respeito à influência que a ideologia nacionalista, sobretudo em sua vertente “verdadeira” ou “radical” exercia (e exerce ainda) sobre o proletariado. Tal influência explicar-se-ia em parte pela situação objetiva de um proletariado jovem que cresce continuamente pelo afluxo do campo e que teve pouco tempo para formar sua ideologia própria. Contudo, esta situação se mantinha por conta da atuação da chamada “esquerda” que tinha em comum a defesa da colaboração de

¹¹ Revista *Movimento Socialista* nº 1, julho de 1959. Disponível no portal do Centro de Estudos Victor Meyer em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Marxismo-Militante-N%C2%BA-1.pdf>

classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das reivindicações do proletariado era tido como condição *sine qua non* da luta anti-imperialista. Trata-se de uma “escola nacional-reformista” que procura justificar tal posição com argumentos marxistas, expressão ideológica de uma pequena-burguesia que tenta apresentar-nos um Marx subdesenvolvido, “fiel à sua própria imagem e em harmonia com seus interesses imediatos”.

Era este gênero de marxismo que era necessário enfrentar. Na verdade um marxismo subdesenvolvido porque se afirmava contra a experiência e os ensinamentos de mais de um século de lutas, os quais ignorava. Eurico Mendes dedica-se a restabelecer em linhas gerais essas lições teóricas de caráter político em defesa do internacionalismo proletário, apontando a contribuição negativa do estalinismo que havia reabilitado a paz social e o social-patriotismo oriundo da Segunda Internacional, ilustrada na Frente Popular na França e na retirada do apoio aos movimentos revolucionários nas colônias daquele país. As sucessivas gerações da classe operária francesa, educadas dentro desse nacionalismo pequeno-burguês, eram na verdade um caso particular de um fenômeno mundial.

A crítica ao movimento nacionalista brasileiro em sua vertente de esquerda desdobra-se em vários aspectos, a saber: se no Brasil existia uma questão nacional, qual o papel do movimento operário na luta anti-imperialista, a construção do partido político e a do objetivo revolucionário.

Eurico Mendes afirma categoricamente não existir uma “questão nacional” a ser resolvida no Brasil. A Guerra do Paraguai solucionara os últimos problemas de fronteiras nacionais, não havia minorias brasileiras oprimidas no país ou em países vizinhos, não éramos uma nação partilhada ou ocupada. Em outros termos, o Brasil era um Estado nacional, com unidade territorial, econômica, política, linguística e cultural no sentido burguês. Deduzia, assim, sermos um país soberano. Apesar de admitir e dar a devida relevância à limitação da soberania pelo imperialismo ressaltava a compatibilidade, na fase histórica em

curso, entre opressão imperialista e Estado nacional, ainda que os países imperialistas mais fracos defendessem a sua forma colonial clássica – a dominação direta (como era o caso da França na Indochina, por exemplo). Como é que se estabelecia essa compatibilidade, ou, em termos da dialética materialista, como se expressa a unidade de contrários no caso brasileiro? Transcrevemos aqui uma passagem que será um aporte fundamental na formulação do *Programa Socialista para o Brasil*:

... a nova forma de dominação imperialista não seria possível sem a cumplicidade das classes dominantes dos países oprimidos. Elas se defendem contra certos aspectos da dominação imperialista, procuram resistir a sua pressão em determinados ramos econômicos, mas não combatem o sistema. Sabem que a guerra ao imperialismo implica um ataque frontal às bases do capitalismo mundial e isso significa às bases do seu próprio domínio de classe. As burguesias que chegaram tão tarde ao cenário histórico, como a nossa, lutam simplesmente para uma melhor integração na economia mundial, para condições de existência mais favoráveis dentro do sistema imperialista.

O artigo traz outras contribuições, como a crítica à ideia do “subdesenvolvimento” do Brasil vigente nas esquerdas, uma vez que tal classificação considerava países recém-saídos do *status* colonial, o que não era o nosso caso. Distinguia-se o Brasil pelo grau de desenvolvimento industrial, pela existência de uma burguesia e de um proletariado bem definidos. A nossa burguesia chegara ao poder com a revolução de 1930 e desde o pós-guerra era a classe dominante no país.

Essas questões examinadas de modo sucinto foram abordadas com maior detalhe no artigo “Luís Carlos Prestes e seus aliados”, publicado no número 2 da revista, em dezembro de 1959.

A propósito de criticar a nova linha política do PCB em defesa da Frente Única Nacionalista e Democrática, Eurico

Mendes formula as bases de um futuro programa socialista, sustentado na aliança do proletariado com os trabalhadores da cidade e do campo. A divergência era de fundo: não havia tarefas democrático-burguesas a serem assumidas pelo proletariado como parte da estratégia de luta pelo socialismo, tal como expostas na “Declaração sobre a Política do PCB”, publicada no jornal *Voz Operária* de 22 de março de 1958.¹² De modo sucinto e direto, afirma, como resultado de um processo histórico concluído, que:

A burguesia está no poder e lidera a coligação das classes dominantes. A tarefa fundamental da revolução burguesa, a de destruir o domínio político do campo sobre a cidade foi solucionada de um modo burguês-reformista. E outra solução a nossa burguesia não está mais em condições de apresentar e nem disposta a fazê-lo.

Depois de deixar claro que a frente proposta por aquele partido nada tinha a ver com o marxismo e que, portanto, a defesa da colaboração com a burguesia nacional ou “progressista” não passava de uma capitulação e uma traição dos interesses de classe do proletariado, Eurico Mendes define, a partir da situação do país *naquele momento* as características fundamentais para resolver, do ponto de vista teórico, a questão das alianças de classe e do caráter da revolução. Ou seja, delinea no artigo os traços básicos do desenvolvimento capitalista no Brasil, em termos de classe, no plano econômico e político e de quais deveriam ser as tarefas revolucionárias do proletariado diante da contradição fundamental que o separava da burguesia.

O caráter tardio da constituição e crescimento da burguesia brasileira no cenário mundial dominado pelo imperialismo que se defrontava com um sistema socialista é o primeiro as-

¹² Ver documento disponível na página <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>

pecto ressaltado. No plano interno, ressalta que se depara com uma classe operária numericamente expressiva e que no passado (isto é, nos anos 1917–19) havia revelado “*pre disposições para “soluções revolucionárias”*”.¹³

O desenvolvimento capitalista tardio seguiu no Brasil o caminho da reforma e da conciliação de interesses com o latifúndio e o imperialismo, uma vez que a burguesia precisara das exportações de produtos agrícolas produzidos nas grandes plantações de café e de açúcar para financiar a industrialização, exportações que, por outro lado, dependiam dos mercados dos países imperialistas. Tais eram as condições materiais, objetivas, para o fato de que a “burguesia brasileira não tem mais disposições para soluções revolucionárias – nem no combate do atraso interno, nem na luta contra um opressor interno”.

Destaca, então, a relevância da ideologia política como arma de classe da burguesia, formulada nas “teorias do desenvolvimento apresentadas nos mais diversos tons”. Eurico Mendes traduzia os avanços do reformismo burguês sob Juscelino Kubistchek, pautado no lema “cinquenta anos em cinco”. Esta foi a matriz de todos os “tons” ou as formas posteriores do “desenvolvimentismo”, desde a ditadura militar até recentemente, sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff:

Todos eles têm em comum o pretender que o crescimento econômico capitalista solucione os problemas nacionais, que esse crescimento terá de ser lento e constante, eliminando os conflitos internos e atritos sociais e que desse modo repetiremos o que nações mais antigas já realizaram no passado. (Ignorando quase dois séculos de agudas lutas de classes, que marcaram o auge e o declínio do capitalismo europeu). O que essas teorias de desenvolvimento têm em comum, até as mais nacionalistas, é que, de um modo ou de outro, pressupõem uma colaboração do capital

¹³ Durante uma semana, em decorrência da greve geral de 1917, o proletariado paulistano chegara a controlar o funcionamento da cidade por meio de um Comitê de Defesa Proletária.

estrangeiro, isto é, do imperialismo, que deve ajudar a solucionar os problemas nacionais. O que varia nas diversas matizes do “desenvolvimento” são as condições dessa “colaboração”.

Importava, como marxistas, entender que o futuro do desenvolvimento do país estava ligado à classe operária, ao desafio de vincular-se organicamente a ela no intuito de fazer com que pudesse expressar a sua força social nos termos de uma força politicamente independente e oposta à burguesia no cenário nacional.

Numa análise de poucas linhas, mas extremamente densa, situava os limites do reformismo burguês e da crise que se delineava, na qual o papel do proletariado era considerado a chave do futuro político, verdadeiro ponto de partida para equacionar as alianças de classe:

... a situação do país chegou a um ponto em que a chave do futuro desenvolvimento político do país está com o proletariado. O desmoronamento dos partidos burgueses, o desgaste dos políticos profissionais, o surgimento de nomes extrapartidários nas eleições como salvadores da pátria, mostram o beco sem saída da política burguesa. Esta situação dá à luta pela independência ideológica e orgânica da classe operária uma atualidade toda especial e é esse o ponto de partida para julgar o problema das alianças.

Sem deixar de apontar que os trabalhadores da cidade e do campo seriam esses aliados, e de analisar qual seria o papel da pequena-burguesia nesta frente de classes, Mendes voltava a enfatizar a prioridade dos esforços para a organização da classe operária e considerar essa tarefa no contexto de suas lutas diárias. Uma vez atingido esse patamar, aí sim as águas na esquerda se dividiriam.

Entretanto, à urgência dessa tarefa contrapunha-se a fragilidade do movimento revolucionário, disperso entre pequenos grupos e ainda situados no terreno teórico da luta de classes.

A campanha eleitoral de 1960 – polarizada entre a corrente burguesa dominante, a oligarquia pessedista, disposta ao exercício do populismo e estruturada na candidatura do marechal Lott, e sua oposição direitista, apoiada pela UDN, mas de fato liderada por um candidato autônomo, Jânio Quadros, que, pretendendo desempenhar o papel de um Luís Bonaparte tupiniquim, iria posteriormente precipitar o país numa das suas mais sérias crises – não podia deixar de envolver todas as forças políticas. Também arrastou o Partido Socialista Brasileiro, a ponto de impedir a atuação de qualquer grupo à esquerda em seu interior. Assim, de acordo com a memória expressa na mesma nota biográfica acima referida,

... nas eleições presidenciais de 1960 a Ala Jovem defendeu o voto nulo, o que entrou em choque com a liderança partidária, que se comprometera com a candidatura Lott, ocasionando o alijamento dos jovens do partido e impossibilitando a continuidade do uso de suas dependências para os debates políticos.

É nesse contexto que, em 24 de julho de 1960, sob o pseudônimo de Ernesto Martins, Érico Sachs encaminha, em nome da Juventude Socialista, a *Convocatória para o I Congresso da POLOP*. A criação de uma organização revolucionária para intervir na luta de classes se impunha como decorrência de um debate de mais de três anos.¹⁴

Na *Convocatória* assinala-se a concordância na formação de um partido independente da classe operária, um partido oposto a todos os partidos da burguesia. Tratava-se, então,

¹⁴ Érico menciona, na *Apresentação dos 20 anos da POLOP*, a edição, pelo grupo da Juventude Socialista desde 1959, de um boletim quinzenal denominado *Política Operária* e, como a fundação foi uma iniciativa deste grupo, a proposta do nome da Organização certamente derivou daí. Antonio Candido, em suas memórias, também faz menção à edição de um jornalzinho com este nome por um grupo de gráficos socialistas em 1945, destacando aí a liderança de Érico. Ver a referência ao depoimento no capítulo “Notas a respeito de Érico Sachs como periodista internacional no *Correio da Manhã* (1949–1951)” do presente livro.

de esclarecer duas questões para enfrentar praticamente esse desafio: como chegar à formação deste partido nas condições concretas das lutas de classes no país e definir qual a forma que esse partido assumiria sob estas condições.

Uma tese ali afirmada se mantém até nossos dias, a ponto de podermos subscrevê-la no tempo verbal em que foi escrita, há mais de cinquenta anos, ainda que as condições para resolvê-la sejam outras e, em consequência, as tarefas específicas distintas da época em que foi formulada: “O surgimento de um partido do proletariado brasileiro será um acontecimento de alcance tão profundo, que mudará não só o panorama político do país como toda a sua história futura.”

Ernesto Martins observa, de modo apropriado, não ser a formação do partido um “ato meramente formal”, resultado da vontade subjetiva dos revolucionários. Não resultaria da reunião de tantas pessoas, ainda que a existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária fosse uma premissa do partido. Na realidade, o passo qualitativo seria dado com a existência de quadros políticos da classe operária, formados a partir e no interior das lutas da classe. Por isso, um partido desse gênero requer que “os grupos de revolucionários se liguem ao movimento operário existente e que este amadureça o bastante para fornecer os necessários quadros políticos”.

Aparentemente a tese é um paradoxo: faltam os quadros operários, mas também ainda não há o desenvolvimento e a intensificação das lutas capazes de gerar a camada avançada de onde sairão esses quadros. A aparência de círculo vicioso se romperia, adverte, na medida em que o processo histórico avançasse e os grupos revolucionários nele inseridos procurassem entendê-lo e aprofundá-lo, do ponto de vista das experiências coletivas e da formação das lideranças.

Essa tese deixava claro que a formação do partido e a mobilização independente da classe operária seriam aspectos de um mesmo processo, dimensões subjetiva e objetiva da luta de classes.

A dimensão subjetiva implicava a capacidade de compreender as condições e os desafios postos aos quadros políticos. Mais uma vez destaca que o proletariado deparava-se, no processo de sua formação como classe do ponto de vista político, com a tutela ideológica da burguesia desempenhada pelo “desenvolvimentismo”, aceita pela esquerda oficial e as cúpulas sindicais sob o signo do nacionalismo.¹⁵ A penetração das ideias nacionalistas era facilitada pela exploração burguesa dos sentimentos anti-imperialistas reinantes nas massas, tendo em vista barganhar posições com o imperialismo e, ao mesmo tempo, criar uma aparente “comunidade de interesses” para justificar sacrifícios por parte do proletariado, numa atitude caracterizada, aliás, como aventureira, pelo risco de perder o controle sobre as massas. A contraposição a esta visão teria de se dar com uma compreensão marxista do desenvolvimento capitalista no Brasil e, portanto, dos interesses e do antagonismo de classe aí implicados enquanto problemas teóricos e desafios políticos.

A elaboração do programa revolucionário não era uma tarefa trivial. Ernesto Martins assim a situava na *Convocatória*:

Temos de criar um programa para um partido operário no Brasil. Não vejo essa tarefa como simples elaboração de um documento. Antes de chegar a esse ponto, teremos de estudar e interpretar a realidade brasileira sob um ângulo marxista, teremos de analisar a situação mundial, e, não por último, assimilar boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional. Na medida em que prosseguimos nessa obra, forneceremos ao movimento revolucionário metas mais claras e permitiremos aos militantes interpretar os problemas diários sem perder de mira o objetivo final.

¹⁵ A tutela ideológica da burguesia contava com outros recursos, como a religião, o patriotismo, a ignorância cultivada por meio de um sistema de educação arcaico e, acrescentaríamos, a comunicação de massas, hoje tão avassaladora na construção de uma pseudorealidade do ponto de vista de classe.

A elaboração desse programa consistiu um desafio que apenas foi concluído no IV Congresso, em 1967, ou seja, sob as condições adversas da ditadura militar.

Há de se notar a ressalva, na *Convocatória*, para a natureza do programa: “um programa para um partido operário” que ainda deveria ser construído nas lutas e não de cima para baixo, mediante a associação de militantes ou o reagrupamento de cisões no PCB.

A compreensão dialética materialista desse processo histórico implicava a existência de uma organização de quadros vinculada ao movimento e, portanto, capaz de atuar no sentido de formar os quadros em lutas, mesmo que embrionárias, de caráter político ou de classe. Mesmo assim, essa capacidade teria de ser posta à prova, expressar de fato uma liderança. O que supunha uma atuação permanente da organização em centros estratégicos da classe operária, cujo exemplo repercutisse nacionalmente.

Entre 16 e 19 de janeiro de 1961 acontece, em Jundiaí, o congresso da fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO).

O encontro em Jundiaí se deu por diferentes modos e caminhos, mas a maioria provinha de três organizações políticas – a Juventude Socialista do PSB, no Rio de Janeiro, a Mocidade Trabalhista, de Minas Gerais e a Liga Socialista Independente, de São Paulo – que se destacavam no cenário nacional na busca de um caminho revolucionário para o desenvolvimento da luta de classes.

Para o sucesso desse encontro a liderança intelectual e política de Érico Sachs foi decisiva. Vale destacar aqui uma imagem de Érico Sachs, na época já conhecido como “Velho”, embora tivesse apenas 39 anos. Gabriel Cohn, militante da LSI e um dos participantes do congresso de Jundiaí, em entrevista concedida a Joelma de Oliveira, afirma que

o Eric me dava esta impressão de ser formado na mais dura escola da militância, inclusive da militância clandestina, ele era a figura do clandestino, discreto, usava nome de guerra, isso era incomum aqui.¹⁶

Participaram da fundação, de acordo com depoimentos de Moniz Bandeira, Paul Singer e Otavino Alves da Silva¹⁷: Érico Sachs, Moniz Bandeira, Paul Singer e Piragibe de Castro, da Juventude Socialista; Guido Rocha, Juarez Guimarães de Brito, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, da Mocidade Trabalhista; Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy e Gabriel Cohn, da Liga Socialista Independente; Otavino Alves da Silva, do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte, ex-militante do PCB e próximo da Mocidade Trabalhista; Arnaldo Mourthé (estudante de Engenharia de Minas Gerais); Ruy Mauro Marini, Aluísio Leite Filho e Simon Schwartzman, estudantes da Escola Brasileira de Administração Pública, do Rio de Janeiro; Hermano Penalva, de Ilhéus, Bahia; Silvio Frondizi e Marcos Kaplan, do MIR-Praxis (Argentina).

¹⁶ O trecho da entrevista foi reproduzido por Manolo, do blog *Passa Palavra*, sobre a POLOP. *Extrema-esquerda e desenvolvimentismo (8): A história da POLOP pode ajudar a compreender melhor os zigue-zagues da esquerda nas décadas de 1950 e 1960*. Disponível em <http://www.passapalavra.info/2011/08/44467#source-of-footnote-23>

¹⁷ Em comentário ao texto do blog inserido em 12 de dezembro de 2011, Otavino Alves da Silva, dirigente sindical dos marceneiros e igualmente participante do congresso, apresenta uma imagem mais próxima e matizada: “Nos textos que em geral falam sobre o Érico ele é apresentado como um militante duro, exigente; em parte procede, porém há um lado humano que pouco se fala. Eu tive uma amizade militante, até já afirmei que o Érico para mim foi uma referência como nos tempos do PCB, como foi o Carlos dos Santos Friedrik, austríaco; é evidente que o Carlos não exercia a liderança que o ‘Velho’ desempenhava, pois ele, além da melhor formação marxista, trabalhou um projeto para um Brasil socialista. A nossa amizade fazia sentido por eu ser operário e dirigente sindical, embora não cabia em seu projeto disputa por direções sindicais. Como Alcides, Milton e eu éramos dirigentes do Sindicato dos Marceneiros em BH e morávamos na cidade industrial, o último [ônibus] de Belo Horizonte saía às 11 horas e nós tínhamos que caminhar 5 km a pé, ele nos falou: ‘a caixa da organização em Minas não pode comprar três bicicletas para vocês?’, nós dissemos que não precisava. Outra vez, o Milton estava com problema nas vistas, ele fez a mesma pergunta, demos a mesma resposta, porém fizemos uma coleta entre os marceneiros e compramos os óculos para o Milton.” [texto editado]

A questão da natureza da organização a ser criada foi, aliás, uma das polêmicas travadas no interior da nova Organização, que iria ser constituída por ativistas da Juventude Socialista, Mocidade Trabalhista, Liga Socialista Independente e grupos da Bahia.

Paul Singer tinha o ponto de vista de que não se devia criar uma organização própria, mas disputar a influência dentro do PSB:

O Partido Socialista estava completamente na mão dos janistas e tínhamos divergências fundamentais com o PC. Praticamente alguns meses depois, os janistas foram derrotados no Partido Socialista e saíram em massa, pois o partido apoiava Lott para a eleição presidencial em 1960. Voltamos e tomamos conta. Coloquei para a POLOP que deveríamos assumir a direção do partido, pois não tinha cabimento ficarmos numa organização menor, que pretendia um dia virar partido, quando havia uma legenda que tinha uma história, etc. Durante algum tempo tive duas camisas, dirigente do PSB e membro da POLOP. Acabei me afastando da POLOP por falta de tempo, não que houvesse divergência política. Isso é de 1960 em diante, período que antecede o golpe militar e o PSB se torna, em São Paulo, o polo da esquerda. Havia reuniões com o PC, os trotskistas, todos que queriam militar.¹⁸

Apesar de seu ponto de vista de que não havia divergência política, não ter concordado com a necessidade de uma organização de quadros com uma perspectiva revolucionária própria foi a razão de ele ter se afastado e de assumir a direção do PSB.

O Congresso, como Érico observa na apresentação *20 anos da POLOP*, não deixou escritas as resoluções adotadas e uma ideia do nível teórico da Organização pode ser avaliada nas resoluções do II Congresso, realizado dois anos mais tarde.¹⁹

¹⁸ Entrevista... Ver nota 2.

¹⁹ O II Congresso aconteceu em janeiro de 1963. As resoluções foram publicadas na revista *Política Operária* nº 6, de maio ou junho de 1963, sob o título de "Diretrizes para uma política operária" e já incorporam a evolução ocorrida desde então.

A fundação da POLOP aconteceu num momento de exacerbação da luta de classes, no plano internacional e nacional. A Revolução Cubana foi, sem dúvida, o acontecimento de maior importância no cenário mundial, particularmente na América Latina, onde os conflitos das burguesias nacionais com o imperialismo norte-americano ensejavam experiências reformistas. Em resposta às ameaças econômicas dos EUA (recusa em aceitar o preço das indenizações às empresas nacionalizadas e redução brutal da cota de importação de açúcar) durante o ano de 1960 e principalmente depois, em abril de 1961, à intervenção militar que redundou na fracassada invasão da Baía dos Porcos, o governo cubano declarou a opção pelo socialismo e o alinhamento ao lado do bloco liderado pela União Soviética. É importante assinalar a influência do exemplo do Partido Comunista Cubano, ao integrar o processo revolucionário na Ilha, sobre os partidos comunistas da América Latina, inclusive no Brasil. Alguns anos mais tarde, na mensagem à Tricontinental, em 1967, Ernesto Che Guevara afirmava: “Não há nenhuma alternativa: revolução socialista ou caricatura de revolução”.

Por outro lado, o Brasil entrava num período de efervescência social. Em 1960, Jânio Quadros sucedeu Juscelino em um cenário de inflação em ascensão e de mobilização crescente dos trabalhadores para recompor o salário. Renunciou com menos de um ano de governo, na expectativa de que o Congresso o reconduzisse com plenos poderes, mas a manobra falhou. Após um período de negociação marcado pelo golpe civil da imposição do parlamentarismo, o seu vice, João Goulart, assumiu; este, por meio do plebiscito que lhe devolveu o regime presidencialista, tentou reproduzir o bonapartismo de Getúlio: utilizar o movimento sindical para pressionar o imperialismo e o latifúndio para obter concessões: as reformas de base. Mas o seu partido, o PTB, e o PCB, que controlavam as máquinas sindicais, tinham diante de si um proletariado mais amadurecido e com o movimento grevista aumentando

em decorrência de uma inflação que alcançava a marca dos 80% ao ano.²⁰

Organização recém-constituída, além de numericamente reduzida, a POLOP carecia de uma estrutura propriamente dita para intervir na luta de classes, cuja temperatura política estava ascendendo. Já no final de 1961, o núcleo de São Paulo apontava no boletim *Militância e organização* a falta de entrosamento entre os demais núcleos regionais. O crescimento da Organização supunha unidade e homogeneidade e o “espírito de Jundiá” era claramente insuficiente diante do processo político em curso. Existia uma direção que editava boletins de modo não muito regular e desenvolvia um trabalho propagandístico com a edição do jornal *Política Operária*, de caráter semilegal, vendido em bancas, dirigido às camadas avançadas dos movimentos operário, camponês, estudantil. Os debates internos aconteciam em plenárias. E a atuação dependia dos eventos e das possibilidades de intervenção.

Tais preocupações se mantiveram, enquanto a crise política do país se acentuava. No início de 1963, a direção nacional publicou vários boletins para enfrentar o grande espontaneísmo reinante, destacando, dentre outras tarefas, a formação teórica, a organização das bases, as tarefas de agitação e propaganda e a necessidade de preparar um congresso com vistas a discutir e aprovar um programa revolucionário. Estava-se, deste modo, apenas retomando as recomendações contidas na *Convocatória* de 1960.

Não se pode desconhecer, evidentemente, nesse espontaneísmo, a influência que o movimento ascensional de massas teria sobre um agrupamento de quadros revolucionários, surgido

²⁰ Destaque-se a crescente perda de influência do PCB junto à esquerda, tanto pela política de colaboração de classes como pelos zigue-zaguess de trajetória, com mudanças na linha política, ora à esquerda, ora à direita impostas pelo seu Comitê Central e, como assinalamos, no plano internacional, pelos efeitos do XX Congresso do PCUS e da revolução socialista em Cuba. Todo esse processo desgastou profundamente o “partidão”, que nos anos que precederam o golpe não conseguiu 200 mil assinaturas para legalizar o partido.

fora do movimento operário, sem formação marxista e experiência de militância organizada. Contudo, mesmo onde existia uma atuação de quadros operários ou de simpatizantes, como era o caso dos marceneiros em Belo Horizonte e dos operários em fábricas de papel e papelão em São Paulo, faltava uma direção política cotidiana, como o depoimento de Otavino Alves da Silva aponta:

Conseguimos organizar um grupo de uns cinquenta marceneiros, distribuídos nas várias fábricas, mas nunca tivemos a preocupação de fazê-los militantes da POLOP. A preocupação era que atuassem no Sindicato e na fábrica.²¹

A agudização da luta de classes e a possibilidade concreta de um golpe integravam a análise e as perspectivas de atuação da POLOP. No documento *O caminho da crise brasileira* publicado como parte das resoluções do II Congresso da POLOP, realizado no início de 1963,²² este agravamento é interpretado como a impossibilidade do governo de João Goulart conciliar os interesses das frações latifundiário-exportadora e industrial da burguesia com a exigência do controle das classes trabalhadoras, uma vez que o presidente somente representava alguma coisa para a burguesia na medida em que lhe garantisse esse controle. Prevenido que a luta de classes acabaria por romper o esquema social de apoio ao reformismo burguês de Goulart, a POLOP propôs a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), recém-constituído, uma vez que o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), organização política das Ligas Camponesas entrara em crise, mal tendo anunciado seu surgimento. Mas também essa esperança frustrou-se por conta do PCdoB, resultado da cisão do “partidão”, já se julgar um partido operário de caráter revolucionário.

²¹ Otavino Alves da Silva. *Fragments 1 – Memórias de um carpinteiro que muito cedo aprendeu a dizer não!* Edição do autor.

²² Ver nota 25.

A POLOP, que surgira com o objetivo de lutar pelo Brasil Socialista – ou, como escrevera antes Eurico Mendes, de “*has-tear a bandeira vermelha sob o Cruzeiro do Sul*” (“Luís Carlos Prestes e seus aliados”, *Movimento Socialista* nº 2, dezembro de 1959) –, deparava-se, portanto, com uma difícil situação de lutar pelo futuro com uma fragilidade política e organizativa muito grande no presente.

No documento *Partido Revolucionário e Programa Socialista*, provavelmente escrito no início do segundo semestre de 1963, apresentava-se esse reconhecimento e os desafios impostos. A POLOP surgira da

união de diversos grupos heterogêneos, de jovens vindos a maioria do nacionalismo, portanto, sem formação marxista-leninista e era uma organização restrita do ponto de vista numérico, e em formação, do ponto de vista teórico, tendo ainda como caracteres dominantes a flexibilidade, a falta de continuidade no trabalho, etc.

Como, apesar disso tudo, “poderia julgar-se capaz de fornecer às esquerdas e às massas um programa socialista para o Brasil?”

A tarefa de se constituir como uma força política organizada com perspectiva revolucionária é situada diante de questionamentos que estavam na verdade presentes na consciência de Érico Sachs e demais companheiros desde o congresso da fundação, em 1961. Assumia-se com clareza essa limitação, ao se formular a pergunta: “*Por que forçamos a nossa evolução, por que não a deixamos seguir seu curso natural, que acabará por conduzir-nos a um nível mais elevado de organização?*” – para recusar o espontaneísmo e o empirismo. Sem confundir esta tarefa com a criação do partido revolucionário, a POLOP considerava ser necessário definir sua linha política por meio de um programa, ponto de referência para a atuação, o recrutamento de quadros e uma definição mais precisa do caráter da

organização. Tal programa serviria igualmente para se contrapor ao reformismo e aventureirismo e às soluções burguesas no processo da luta de classes em curso.

Em *A propósito do programa* (1963) apresenta-se uma caracterização do que deveria ser um programa:

- Uma análise atual e uma perspectiva histórica do desenvolvimento capitalista do país, no quadro do presente estado do imperialismo e da revolução mundial;
- A meta do Brasil socialista, como a nossa contribuição prática à revolução mundial;
- Os rumos da luta pela revolução socialista no Brasil. Isso inclui uma análise do papel das classes e um capítulo especial sobre a necessidade do partido.

Mas um programa com estas características ainda estaria limitado pela situação do movimento da classe operária, dominado por tradições da política burguesa reformista. A compreensão de que o programa deveria ser um programa de ação da POLOP com as limitações subjetivas e objetivas apontadas traduziu-se na proposta do Programa Socialista para o Brasil.

II. A construção de uma Organização Revolucionária sob a ditadura militar

Esta era a expectativa com a realização do III Congresso, agendado e realizado em 30 de março de 1964, na véspera do golpe militar. Essa expectativa não pôde ser realizada uma vez que o programa então elaborado

não se mostrou amadurecido para aprovação. O Congresso deliberou que ele voltasse às bases, preparando a discussão para um Congresso extraordinário, em julho, que aprovaria a versão final. As discussões revelaram a insuficiência teórica que ainda nos impedia de explicitar nossa visão programática.

Esta visão daquele momento encontra-se apresentada no documento *Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da*

ORM-PO, datado de setembro de 1967. Remetemos o leitor ao texto disponível no portal do Centro de Estudos Victor Meyer,²³ mas consideramos importante ressaltar que o *Relatório* é uma avaliação crítica de uma trajetória política no contexto da luta de classes no Brasil e, simultaneamente, uma tomada de posição para os desafios postos na nova situação de conjunto criada com o golpe. A trajetória é identificada por meio dos documentos publicados na época, muitos dos quais se perderam, tendo, portanto, um inegável interesse historiográfico sob uma perspectiva revolucionária.

Ainda que previsse um golpe cuja natureza não estava ainda claramente formulada (fascismo, bonapartismo), o III Congresso propunha que a POLOP se dirigisse, apesar da crítica a Brizola, às massas de trabalhadores que estavam se radicalizando e formando os chamados “grupos de onze”, pois expressavam o nível de consciência mais avançado da conjuntura que, como dito no *Relatório*, “atingia seu ápice e fim”.

No número 13 do jornal *Política Operária*, de 12 de março de 1964, distribuído no dia seguinte, no Comício da Central do Brasil,²⁴ constava uma advertência na frase inicial do quinto artigo de uma série intitulada “As lutas de classe e as Forças Armadas”, de autoria do sargento Márcio Peres:

Dentro das Forças Armadas trava-se, sem transpirar, uma luta interna cujas proporções e consequências ainda não foram bem analisadas. Aparentemente, tudo vai bem com as Forças Armadas, estão unidas, coesas em torno de seus chefes e dos ideais democráticos.

A conspiração militar em marcha desde 1961 surpreendeu a todas as forças políticas de esquerda, reformistas ou revolucionárias, pois um golpe fascistizante, expresso nas ruas com a

²³ Ver <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Relat%C3%B3rio-do-CN-ao-IV-Congresso-Nacional-da-ORM-PO.pdf>

²⁴ Otavino, obra citada na nota 27.

Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade, tendo Carlos Lacerda por cabeça política, parecia ser, nos idos de 1964, uma probabilidade concreta. Na realidade, esse movimento fascista serviu para angariar apoio social e ideológico de massa na pequena-burguesia para o golpe militar, cuja decisão final deve ter sido tomada após a Marcha dos 300 mil em São Paulo, no dia 19 de março.

O golpe militar foi deflagrado pouco depois dos 51 delegados participantes do III Congresso chegarem aos seus estados. A POLOP, como ademais o conjunto da esquerda, não se encontrava preparada, do ponto de vista organizatório, para tal emergência. Até o final de 1964, a POLOP viveu praticamente sem uma direção nacional efetiva, por conta das prisões e das perseguições.²⁵

Em maio saía a primeira análise política, plasmada no documento *O golpe militar e as novas tarefas revolucionárias*, elaborado por três membros da direção nacional sediados em São Paulo. Apresentada sucintamente no *Relatório do CN ao IV Congresso (1967)*, delineava essencialmente a questão do poder sob as novas condições de luta: o golpe militar havia demonstrado a falência da estratégia de contar com as divisões internas da classe dominante, entregando a liderança da classe operária a uma dada facção delas, apontando para o desastre decorrente da ilusão com o “dispositivo militar” legalista do governo João Goulart; que somente existem duas forças sociais que polarizam o conjunto do Brasil, o proletariado e a burguesia; que o golpe, implantando a ditadura por meio do Exército vinha para salvar os privilégios desta classe, unida em torno do governo autoritário para “barrar o avanço das classes

²⁵ A prisão de Ruy Mauro Marini, Arnaldo Mourthé e Guido Rocha, membros da direção nacional, acontecida em 1º de abril de 1964, decorreu do fato de que tinham oferecido refúgio a marinheiros e fuzileiros navais em apartamentos localizados no bairro de Copacabana. O problema é que agentes do Cenimar infiltrados no movimento dos marinheiros conseguiram localizar e prender todos os refugiados, evento que foi batizado pela imprensa, numa época em que ainda não havia censura, de “guerrilha de Copacabana”.

trabalhadoras, golpear-lhes as organizações e fazer recair nelas o ônus da crise econômica”; ao ressaltar o caráter de classe da ditadura militar, a impraticabilidade do “caminho pacífico” na nova situação ressaltava a importância da luta armada dentro de um processo insurrecional que expressaria a mobilização das bases sociais da revolução, constituindo a frente dos trabalhadores da cidade e do campo.

Uma linha geral exigiria, contudo, orientações políticas específicas para enfrentar os problemas concretos da luta de classes nas novas condições, além de medidas organizativas adequadas à atuação clandestina. A direção executiva do Comitê Nacional sediado em São Paulo deixou-se então levar por uma concepção espontaneísta, baseada no pressuposto de um agravamento da luta de classes que beirava a insurreição e a guerra civil, propondo a criação de sindicatos ilegais num movimento operário que sequer havia disseminado os comitês de empresa (*Perspectivas da Crise Política*, de agosto de 1964). A reorganização, no final deste ano e início do seguinte, do Comitê Nacional permitiria enfrentar o voluntarismo reinante, ao reconhecer a falsidade das perspectivas insurrecionais na conjuntura e estabelecer a centralização e a disciplina por meio da elaboração da linha política. Um processo lento e difícil, inclusive pelo fato de que o golpe militar produzira uma renovação muito grande dos quadros, verificando-se aí a falta de formação e de preparo no trabalho prático no meio operário sob as duras condições de luta. Uma expressão utilizada no *Relatório* sintetiza as dificuldades: “o novo nível das tarefas revelava a heterogeneidade política submersa num nível anterior”, numa referência ao contexto imediatamente anterior ao golpe militar.

A própria direção nacional que procurava elaborar a orientação para a luta diária por meio do *Informe Nacional* (circulando a partir de novembro de 1965) acabou incorrendo na defesa de posições anteriormente criticadas. Assim é que o terceiro número desse informe, elaborado pela Secretaria Executiva, convocava os militantes e a esquerda a defenderem a

posse dos governadores eleitos, então ameaçados pela linha dura das Forças Armadas, defendendo ademais o “voto direto e universal para o povo brasileiro”, sugerindo o restabelecimento do *status quo* anterior ao golpe. Outros membros do Comitê Nacional opuseram-se à palavra de ordem da posse dos eleitos, argumentando que seria necessário chamar a massa operária “por seus próprios interesses, e não pelos objetivos de qualquer facção burguesa.” A divisão existente no CN foi superada praticamente,

... quando os próprios acontecimentos tiraram o problema da ordem do dia. Só mais tarde – afirma-se no Relatório –, quando o caso foi novamente levantado no interior da O., é que o CN voltou a discutir a questão e, desta vez, por unanimidade (5x0), considerou errônea a posição defendida na ocasião pelo Informe.²⁶

Em meio a divergências, foram aprovadas pelo Pleno Ampliado do Comitê Nacional (abril de 1966) as diretrizes políticas decisivas, as *Teses sobre a situação internacional* e as *Teses de “Tiradentes”*.²⁷

Neste último documento está traçada a linha estratégica da POLOP para a atuação nas novas condições de luta impostas pela ditadura militar.

A primeira das dez teses deixa claro que o golpe e a subsequente implantação da ditadura militar sem a resistência das massas e dos partidos foram decorrência da falta de “um movimento operário independente, capaz de aglomerar em torno de si o campesinato e as camadas radicalizadas da pequena-burguesia”. Politicamente atrelada à colaboração de classes, “ficou a reboque de uma das facções da classe dominante que o traiu

²⁶ O reconhecimento de que foi errada a palavra de ordem “posse dos eleitos” decorreu tanto de uma interpretação errônea da linha da Organização como da situação de fato então criada está publicado no documento *Do CN às células*, datado de 22 de outubro de 1966. Doc. 1309, Acervo POLOP do CEDEM/UNESP.

²⁷ O nome é uma referência à data da aprovação do documento.

para evitar um aguçamento da luta de classes”. Trata-se de uma referência a João Goulart que capitulara para “evitar o derramamento de sangue”. O sangue foi derramado mesmo assim, pelos vitoriosos de abril contra os trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas, com prisões, torturas, assassinatos, numa violência talvez superior à ocorrida no Estado Novo.

“A formação dessa classe operária independente”, afirma-se na segunda tese, “continua sendo a tarefa de qualquer movimento revolucionário no país”. A superação da tradição nacional-reformista, que atrelara o movimento operário à reforma e modernização da sociedade burguês-latifundiária (as chamadas “reformas de base”), era, diz-se na terceira tese, premissa para tal formação e para a luta contra esta sociedade, pelo Brasil Socialista.

O golpe e a derrota criaram as condições objetivas para que o proletariado tomasse consciência de seu papel e de sua força, afirma-se na quarta tese; contudo, na medida em que dificilmente daria esse passo sozinho, precisaria contar com a atuação de agitadores e propagandistas capazes de definir seus interesses enquanto classe, de despertar sua solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força ao longo de lutas parciais nas quais os objetivos finais fossem claramente indicados. Tais tarefas eram uma incumbência a ser assumida pelas *vanguardas marxistas-leninistas existentes* que fossem capazes, assim, de se transformar em partido. O avanço do partido revolucionário deveria refletir “o amadurecimento da classe operária”, quer dizer, fazia parte de um processo histórico no qual o aprendizado coletivo da classe ao longo das lutas, a formação de lideranças e de quadros operários por meio da atuação de agitadores, propagandistas e organizadores, se traduziria em posicionamentos de classe próprios e opostos aos interesses da burguesia em cada momento da luta de classes.

Insistentemente, desde o início de sua trajetória política, Érico Sachs fazia uma defesa explícita do método materialista dialético no terreno da luta de classes, fazendo jus ao epíteto

de “marxista estrito” que Antonio Candido formulara a seu respeito na juventude.²⁸

Essa dimensão de “pedagogia política” característica da militância de Érico aparece com nitidez no documento *Formar a Vanguarda Proletária*, publicado sob o nome de Ernesto Martins para circulação interna em maio de 1967. Parte da preparação do IV Congresso e dos debates em torno da relação entre “estratégia” e “tática”, ou seja, da linha política de atuação da POLOP, o documento começa por esclarecer o sentido do uso dessas noções. Ressalvando ser parte do vocabulário militar, assim como os termos “vanguarda”, “frente”, etc., problematiza o seu uso à luz das condições concretas da luta de classes:

O uso de noções como “estratégia e tática” disciplinam os debates do problema — sob condição de que sejam aplicadas de um modo materialista e não como chavões para cobrir lacunas. O marxismo-leninismo entra em cena, no início, como movimento teórico, meramente por meio de literatura, propaganda e agitação. Na medida em que se passa à prática revolucionária, começa-se a lidar com fatores materiais, com forças à disposição, e é aí que os problemas de “estratégia e tática” propriamente ditos começam a pesar.²⁹

Advertindo que tanto a Organização como o conjunto da esquerda do país enfrentava a situação de mais parecer um estado-maior automeado e sem tropas, uma vez que a “abrilhada causou a derrota sem luta de ‘exércitos’ mal preparados e mal liderados para as exigências da luta de classes modernas”, propõe formular a pergunta de modo realista: “qual é a nossa força material? Qual é o nosso ‘exército’?” Oferece uma res-

²⁸ Ver capítulo *Notas a respeito de “Érico Sachs como periodista internacional do Correio da Manhã (1949–1951)”*.

²⁹ Disponível no portal do Centro de Estudos Victor Meyer em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Formar-a-vanguarda-prolet%C3%A1ria.pdf>

posta que contempla a especificidade da situação em que a POLOP se encontrava: simultaneamente assumir a tarefa de “elaborar e propagar conceitos estratégicos para um exército em potencial, a classe operária, e de empenhar-se na formação de um ‘exército revolucionário’”. Luta teórica e luta prática, portanto; a primeira subordinada à segunda, dedicada “a reunir as facções mais consequentes para a ação comum” no movimento operário e, nessa medida, “criar as bases materiais para alterar as relações de forças” no país.

A mudança qualitativa aconteceria desde que estivesse na cena política do país um movimento operário independente e oposto à sociedade burguês-latifundiária. Por isso mesmo, seria um equívoco discutir se a tática seria de “cerco” ou de “assalto”³⁰ ou ainda a crítica de a Organização não dispor de uma “estratégia para derrubar a ditadura”. Esta última só poderia ser concebida, naquelas circunstâncias – quer dizer, da esquerda ser composta por grupos conspirativos, maiores ou menores, que funcionavam como “estados-maiores automeados e sem tropas” – “em aliança com as forças que ainda dispõem de poder real, com ‘exércitos’, isto é, com facções [descontentes] da classe dominante”. Conclui taxativamente: “é a estratégia do reformismo”.

Em contraposição, a linha estratégica foi assim formulada neste documento:

A nossa linha estratégica é a da penetração no proletariado – ideológica e organicamente — e a da mobilização do proletariado independente nas lutas de classe do país. É a da criação de um exército revolucionário e de uma vanguarda capaz de liderá-lo. Trata-se de dois aspectos de um só processo. É a essa linha estratégica que devemos saber submeter todas as outras considerações.

A maior parte do texto de seis páginas é dedicada a explicitar esta linha. O pressuposto de que a emancipação da classe

³⁰ Em termos gramscianos, de “posição” ou de “movimento”.

operária somente poderia ser obra da própria classe, formulado como lema da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional), sob proposta de Karl Marx, conduz à reflexão sobre a necessidade de entender que a organização da classe operária seria fruto da atividade da própria classe, ou seja, de suas lutas. Mas a aquisição de uma consciência de classe seria fruto da atuação, em seu meio, “de agitadores e propagandistas que preparam o terreno para a organização e a luta consciente”. Esse tópico é retomado no final do documento, quando se destaca a relevância da agitação anticapitalista e da propaganda socialista baseada nas denúncias diárias contra a injustiça da sociedade, a exploração capitalista, o estado burguês e seu aparelho de repressão, desenvolvidas de modo a arrancar os acontecimentos de “rotina” de seu invólucro natural e conformista, o que é indispensável para a formação da consciência de classe dos operários.

A vinculação de uma organização de quadros revolucionários com o movimento operário seria possível mediante uma atuação revolucionária que tivesse por base a fábrica, o local de trabalho. O sindicato, naquela conjuntura, “era mais um ponto de encontro, um dos meios de penetrar na classe, do que um instrumento de luta”.

A palavra de ordem dos Comitês de empresa como órgãos representativos básicos do proletariado, entendida ali (1967) como educativa e propagandística, daria sentido de classe para as reivindicações ligadas ao “*emprego, condições de trabalho, salário, situação do operário frente ao mestre e ao patrão*”. Isso, por sua vez, exigia a organização de células fabris da Organização e, por meio delas, de núcleos de operários politizados dispostos a uma luta mais consequente, numa atuação clandestina que, contudo, não “representaria” o Comitê de Empresa por não ser a expressão do próprio coletivo operário.

Tratava-se de um enorme desafio, pois a justeza teórica das posições era insuficiente para desempenhar um papel efetivo na luta de classes: era indispensável tornar-se uma força real no mo-

vimento operário, sem a qual a própria formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária, mediante a qual se avançaria a construção do partido, seria inviável. Dar o exemplo de prática revolucionária, conclui Érico Sachs (Ernesto Martins), significa

... fazer os nossos aliados em potencial agirem na mesma direção, é a maneira mais sólida para formar uma frente, como primeiro passo para a criação de uma nova vanguarda do proletariado brasileiro. Pois, nós não pretendemos simplesmente “somar forças”, e sim somar forças revolucionárias com raízes na classe.

A formulação das posições básicas para as quais a contribuição de Érico Sachs foi decisiva e que seriam em seguida incorporadas no Programa Socialista para o Brasil não foi, como assinalamos, consensual. Pelo contrário, depararam-se com oposições internas. Já mencionamos as divergências internas quanto ao problema da democracia – o que, aliás, levaria Érico Sachs (Ernesto Martins) a escrever *Classes e Estado, democracia e ditadura* (1967), de modo a retomar a tese marxista clássica sobre o caráter de classe do estado, expresso como uma ditadura e das diferentes formas em que se estruturou ao longo da luta de classes (ditadura aberta ou velada, direta ou indireta) sob o capitalismo, particularmente no Brasil. Quando este documento foi escrito, porém, as divergências políticas que tinham por centro o caminho da luta revolucionária tinham se cristalizado e já dividiam uma parte da Organização.

As divergências do grupo mineiro representado por Carlos Alberto Soares, Guido Rocha, Inês Etienne Romeu e outros³¹ com o Comitê Nacional da POLOP tomaram forma aberta em 1967, mas sua formulação acontecera um ano antes, quando o Secretariado Regional de Minas Gerais lançou o documento *Por*

³¹ Uma parte do grupo mais antigo (Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra) estava em Brasília na época do golpe militar e depois rumou para São Paulo, e Otavino Alves da Silva não seguiu a posição da direção regional.

uma Constituinte Popular.³² Neste documento, a luta pela Constituinte era vista como objetivo estratégico, caminho que, contudo, retrocedia à tese da revolução democrático-burguesa sempre combatida pela POLOP e transformava o governo de transição, então formulado como Governo Revolucionário dos Trabalhadores no *Manifesto-Programa* (1965), em Governo Constitucional-popular. No encaminhamento dos debates do IV Congresso, Ferdinando Machado, em nome da fração mineira, formulou suas críticas ao Comitê Nacional da POLOP no documento *Do economismo prático ao foquismo teórico*.³³ A crítica às posições da fração mineira foi desenvolvida por Érico Sachs (Ernesto Martins) no documento *Mais uma vez a pequena burguesia*.³⁴

No fundo, a formação marxista da grande maioria dos militantes não passava de um verniz sobre uma posição fundamentalmente nacionalista e democrática, típica da pequena-burguesia radicalizada.³⁵

O grupo mineiro confrontou a direção da POLOP na pessoa de Érico Sachs, mas no final do debate concordou em participar de “aulas de história do movimento operário” sob a orientação dele. Vale transcrever a avaliação retrospectiva de Guido Rocha acerca daquele processo:

Por medo de que, dessa forma, ele cooptasse nossas bases, des-conversamos e, com isso, perdemos uma grande oportunidade de

³² *Relatório do CN...* ver nota 29.

³³ A par dos argumentos em torno do “governo de transição” esgrimidos contra o Projeto de Programa do CN, o grupo fracionista denunciava, a boca pequena, o “obreirismo” da direção nacional que somente se preocupava com a classe operária, uma denúncia que seria, aliás, mais tarde transformada em argumento político para a defesa de alianças e concessões à burguesia liberal, média – ou, como se defende novamente na atualidade, da burguesia “interna”.

³⁴ Ver Documentos Básicos – Acervo da POLOP no portal do Centro de Estudos Victor Meyer.

³⁵ É, aliás, o que se constata no diário de prisão escrito na Colônia Penal Magalhães Pinto, em Neves, por um dos líderes da fração, Carlos Alberto Soares de Freitas: “Orgulho-me de fazer parte da resistência democrática da Nação. Silenciar é consentir, é desertar, é tornar-se conivente”. Citado por Cristina Chacel. *Seu amigo esteve aqui: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

adquirir e aprofundar os nossos precários conhecimentos sobre o tema. Em outras palavras, conseguimos, a esse preço, neutralizar a tentativa de “pacificação” das bases mineiras da POLOP.³⁶

A tendência democratista defendida pela fração de Minas era, contudo, apenas o reverso reformista de outra, radical na forma, da defesa imediata da luta armada que conduziria à formação, após a saída do grupo derrotado no IV Congresso, do Comando de Libertação Nacional (Colina). A força dessa posição decorria, em grande medida, das condições objetivas de luta impostas pela ditadura militar, mas também expressavam a transformação da impaciência com o trabalho cotidiano, difícil e cinzento, nas fábricas, num argumento teórico a favor da “crítica das armas”. A composição pequeno-burguesa de origem dos quadros desempenhou aí um papel emulador. Por outro lado, boa parte das dissidências surgidas no PCB não apenas divergiam do caminho pacífico defendido pela direção deste partido, tendo em mente a capitulação diante do golpe militar, como também estava entusiasmada com o exemplo da Revolução Cubana. Vários militantes dessas dissidências participaram no congresso da Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS), realizado em agosto de 1967, quando Ernesto Che Guevara se encontrava na Bolívia procurando dar sequência à palavra de ordem “Criar um, dois, muitos Vietnãs!”.

O assim chamado “militarismo” apareceria no Partido Operário Comunista³⁷ depois que o Ato Institucional nº 5, proclamado em 13 de dezembro de 1968, interrompeu as veleidades da oposição burguesa de retomar as rédeas do governo e iniciou o processo de consolidação da ditadura militar, mas afastou também qualquer possibilidade imediata de ação de massas. A gorilada encontrara finalmente o seu King

³⁶ Vale lembrar que Dilma Rousseff estava ainda na condição de um quadro em formação quando se deu o “racha” no IV Congresso, em setembro de 1967.

³⁷ O POC resultou da fusão entre a ORM-PO e a dissidência leninista do PCB do Rio Grande do Sul em congresso realizado em maio de 1968.

Kong como predissera Ernesto Martins no documento “Aonde Vamos?” (abril de 1966); em contrapartida, a maioria da esquerda revolucionária lançou-se num confronto trágico porque desproporcional às suas forças.³⁸

Esgotava-se também, a partir de então, as possibilidades de aproximação das dissidências e “alas rebeldes” do Partido Comunista Brasileiro que estavam, em maior ou menor escala, rompendo com o passado reformista. Na sexta tese de *Tiradentes*, o CN da POLOP formulara já em 1966 a expectativa de encontrar naquele processo de luta interna uma reserva de quadros militantes e contatos diretos com o movimento operário, indispensáveis para o futuro partido revolucionário e em *Formar a Vanguarda Proletária* (1967), quando constatou o isolamento da dissidência militante do PCB, composta praticamente por estudantes, em relação às *vastas bases operárias rebeldes*. A saída “militarista” decorrente das cisões confirmou, de modo negativo para a luta revolucionária, a tese de que a luta interna no PCB não fora levada às últimas consequências.

III. Uma avaliação retrospectiva do *Programa*

No balanço “O PSB e a fase atual da luta de classes” escrito após seu retorno do exílio, uma década mais tarde, Érico esboçou as linhas gerais de atualização do *Programa Socialista para o Brasil*³⁹:

Quinze anos de ditadura aberta mudaram algo na face desta terra. Não solucionando nenhum dos problemas que levaram ao golpe militar de 1964, aprofundaram as contradições latentes no seio da sociedade brasileira. Houve, antes de tudo, uma forte ex-

³⁸ No documento “Aonde Vamos?”, escrito em abril de 1966, sob o pseudônimo de Ernesto Martins, advertia que sem a mobilização das massas de trabalhadores da cidade e do campo seria impossível derrubar os senhores da “abrilada”, evitar que novas facções rivais substituam os atuais expoentes gastos da ditadura, ou impedir que a gorilada encontre finalmente o seu “King-Kong”.

³⁹ Como ele próprio assinala no texto, o *Programa* fora elaborado havia mais de quinze anos; o documento foi escrito, portanto, provavelmente em 1983.

pansão das forças produtivas, que teve como consequência um crescimento da classe operária, em termos relativos e absolutos. Esse crescimento não foi meramente quantitativo. O proletariado deu passos decisivos em direção ao seu amadurecimento como classe – embora ainda se encontre no meio do caminho. Mas fato é que o populismo, como sistema e estrutura política, desmoronou e não ressurgirá nos antigos padrões. A derrocada do populismo não levou a grande massa do nosso proletariado à procura de novos caminhos políticos – nesse sentido se criou, antes, um vácuo. A luta está hoje, em sua maior parte, em nível econômico, isto é, sindical. Já se criou, entretanto, uma situação em que a luta pela liberdade sindical – que em 1965 ainda não passava de uma palavra de ordem propagandística e educativa – se torne uma premissa indispensável para a mobilização política da classe. Este terá que ser o próximo passo.

Nesse sentido, a linha estratégica do PSB, que consiste em formar e fazer avançar o processo objetivo da criação da classe operária independente, foi plenamente confirmado. O problema hoje consiste em levar em conta as circunstâncias concretas dentro das quais o fenômeno se dá, para poder elaborar uma linha política correspondente.

Não pretendemos fazer aqui uma análise desse documento, preferindo remeter o leitor ao próprio texto incluído neste livro. Queremos, porém, ressaltar dois aspectos da linha política pela importância desempenhada na trajetória da Organização e da Esquerda Revolucionária no Brasil.

O primeiro diz respeito à guerrilha como instrumento de luta revolucionária. Sobre esse capítulo, Érico recorda ter observado, em outra ocasião⁴⁰, que o assunto ocupou um lugar de destaque em demasia no *Programa* por conta da luta interna, principalmente com a ala debrayista.

⁴⁰ “Liquidar o passado para destruir o futuro? Escrito publicado na revista *Marxismo Militante* (exterior) nº 3, de abril de 1977.

Trata-se de um tema a merecer aprofundamento.

O Relatório do CN ao IV Congresso (1967) faz referência, entre as dificuldades organizatórias vividas em 1965, à “preparação militar [que] se fazia agora em ritmo mais lento”. A defesa da guerrilha como instrumento de luta revolucionária, enquanto catalizador de um processo insurrecional e sua implementação está claramente expressa no número nove das “Teses de Tiradentes” (1966):

Há uma conclusão que podemos tirar. Depois do fato consumado da ditadura militar e da supressão violenta do movimento de massas, nenhuma “redemocratização” justificaria o abandono de um dispositivo de guerrilha em preparo ou em ação. Com o golpe e o desenrolar da situação internacional, qualquer espécie de “redemocratização” só pode ser transitória e precária, que dará lugar a investidas reacionárias mais violentas, se o proletariado não destruir as bases sociais dos golpes militares e fascistas. Do mesmo modo como aproveitamos, em nossa estratégia, todas as brechas e contradições que possam surgir no seio da classe dominante, sem abandonar a nossa posição de independência e de desconfiança declarada a todas as suas facções, nós temos de aproveitar, daqui em diante, todas as conjunturas para preparar a luta própria e final.

Entretanto, em meados de 1967 esta possibilidade estava descartada. Eis o que escreveu a respeito Érico Sachs (Ernesto Martins) no documento mencionado como escrito em “outra ocasião”:

Fato é que o capítulo sobre a Guerra Revolucionária é um dos pontos fracos do *Programa*. A fraqueza do capítulo não está no conteúdo, mas no lugar que toma no documento. Colocado como último capítulo, poderá ser facilmente interpretado como seu ponto máximo e uma conclusão final das análises precedentes. Isso, evidentemente, não foi a intenção do coletivo que o vo-

tou, e foi muito mais tarde que a Organização se deu conta disso. O fato se torna mais contraditório ainda quando temos em conta que no momento em que o *Programa* foi escrito (em meados de 1967) a Organização já tinha chegado à conclusão que a oportunidade política para uma possível guerrilha tinha passado. Não foi, portanto, sob a pressão subjetiva de uma próxima guerra de guerrilha que o Programa viu a luz do dia.

Como pôde então, dar-se essa forma de redação? Foi, sem dúvida, sob o impacto da luta de fração, pela qual a Organização passou no IV Congresso e na qual a Oposição de Minas abraçou as teorias debrayistas do foco. Foi justamente na luta contra o foquismo, que o problema tomou esse destaque. A maioria procurou tirar os ensinamentos da Revolução Cubana, que era lícito tirar, mas esse problema cardeal na luta de fração tomou então um lugar no Programa, que não estava previsto.⁴¹

No documento *O PSB e a fase atual da luta de classes* (1983) Érico destaca ainda a importância de se fazer um balanço da experiência da chamada “guerrilha urbana” que sacrificou uma geração de revolucionários e que contribuiu para o esfacelamento das organizações operárias durante a clandestinidade. Ele próprio havia contribuído anteriormente para esse balanço no documento *Caminho e caráter da revolução brasileira*, organizado em quatro partes e publicado no exílio, em 1970.⁴²

Não se pode desconhecer, porém, que a expectativa do aguçamento da luta de classes fazia parte da avaliação das condições de luta sob a ditadura militar. A raiz teórica dessa interpretação, que atingiu um ponto mais extremado após 1968, encontra-se formulada nas teses de Paul Baran sobre o

⁴¹ Ernesto Martins. *Liquidar o passado para destruir o futuro?* 1975. Disponível no portal do Centro de Estudos Victor Meyer.

⁴² A crítica às posições “militaristas” encontra-se em *Caminho e caráter da revolução brasileira III*, disponível no portal do Centro de Estudos Victor Meyer <<http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>>

capitalismo dependente em países da América Latina, que encontraram guarida no Programa. Essa formulação é nítida na frase inicial do segundo tópico *As lutas de classes no Brasil*, a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil: “O Brasil é hoje um país capitalista industrial, cujo desenvolvimento encontra-se bloqueado”.

Vale transcrever, a propósito, o parágrafo dedicado ao assunto por Érico no documento *O PSB e a fase atual da luta de classes*:

Finalmente, neste contexto [a situação do Brasil dentro do contexto do capitalismo mundial] autores do PSB não facilitaram muito a tarefa, quando falaram do “bloqueio” do desenvolvimento capitalista do Brasil e tomaram a política econômica do regime militar como sintoma de “estagnação”. É verdade que o PSB não estava sozinho com esta interpretação; economistas como Celso Furtado, incorreram em erro análogo. O que facilitou esse equívoco foi o fato de a crise cíclica de 1963–66 ainda não ter sido superada. Isso, em grande parte, foi responsável pelo nosso despreparo frente ao “milagre econômico”.

Devemos ter em mente ser esta uma discussão mais ampla e não exaurida no campo da esquerda até os nossos dias, dada a concepção avançada desta tese, desenvolvida por Rui Mauro Marini em *Dialética da Dependência*, ter ampla aceitação em várias organizações. Ressalve-se que a crítica a esta posição, com ênfase na tese da superexploração da força de trabalho, foi apresentada no documento *Voltando às raízes*⁴³, parte de uma reavaliação da trajetória da Organização em seu V Congresso, realizado em abril de 1978.

Terminamos este capítulo com a citação da passagem final do documento *Mais uma vez a pequena burguesia*, no qual

⁴³ Disponível no portal do Centro de Estudos Victor Meyer em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Voltando-as-ra%C3%ADzes-Sintese-das-autocriticas-da-OCML-PO.pdf>

Érico Sachs (Ernesto Martins) avalia o papel de vanguarda desempenhado pela ORM-POLOP, que se podia descortinar nos debates em torno do Programa Socialista para o Brasil e de sua própria militância no interior dela, nos idos de 1967:

Embora não estejamos satisfeitos com o papel que a Política Operária desempenha em face das necessidades das lutas de classes no país e, embora não partamos da premissa de que já estejamos em condições para dirigir a Revolução Socialista no Brasil, o descontentamento com a nossa insuficiência não nos fará ainda aceitar uma alternativa reformista. Consideramos a Organização como uma vanguarda revolucionária. Consideramos que desempenhou esse papel principalmente na luta ideológica e sua existência e atuação se fizeram sentir em toda a transformação que a esquerda do país está passando. E achamos que esse papel não se esgotou, que temos muita coisa a fazer ainda, como vanguarda ideológica, nessa luta que precede o surgimento de uma vanguarda que dirija de fato a classe operária. Muita coisa mudou neste país, desde que a Política Operária surgiu como primeira Organização nacional que desafiou o monopólio do reformismo. Muitos dos nossos companheiros não se lembram mais do abismo que nos separou naquela época do movimento operário e da esquerda oficial. Nem das campanhas pró-Lott e Pró-Tancredo das quais ainda participavam. Os novos já encontraram barreiras vencidas por um trabalho persistente e tenaz. Trabalho que foi realizado por uma vanguarda pequena, mas – apesar dos Machados – a melhor existente no país. Se não fosse não estaríamos no seu meio.

DE VOLTA AO BRASIL: AS EXPECTATIVAS IMEDIATAS E OS DESAFIOS

Aderson Marques e Sérgio Paiva

Em 28 de março de 1980, Érico Sachs retornou ao Brasil. Haviam passado pouco mais de dez anos, desde que fugira da prisão no DOPS e buscara asilo político na Embaixada do México no Rio de Janeiro.

O que o levou a trocar um final de vida confortável e estável na Alemanha por um futuro incerto no Brasil? Na Europa, exercia o cargo de professor (*Lektor*) no departamento de traduções da Universidade de Heidelberg, tinha vínculos afetivos estáveis e condições para receber tratamento de saúde adequado para sua doença crônica.

Voltava, na verdade, para retomar pessoalmente a atividade que escolhera como objetivo de vida e que a prisão interrompera em 1969. O seu principal objetivo, ao decidir pelo regresso ao Brasil, era reunificar os grupos remanescentes da Política Operária, em nível nacional, de forma a constituir uma organização de comunistas que congregasse a parte “mais adiantada e resoluta dos partidos da classe operária”, aquela que possuísse a vantagem teórica de compreender a linha de ação para o movimento e fosse capaz de impulsionar para frente todas as demais.

Érico reconhecia que essa organização de comunistas não existia ainda no Brasil, mas que os remanescentes da POLOP poderiam assumir o papel de criá-la. Para isso, ele apontava duas vantagens. A primeira era teórica: nenhuma organização havia elaborado até então uma alternativa viável para o *Programa Socialista para o Brasil*, elaborado pela Organização no final dos anos 1960.¹

A outra vantagem era prática: considerava que o ponto de partida em 1980 era superior ao existente em 1961, quando a POLOP havia sido criada. Avaliava que no início dos anos 1980, em vez de estudantes, havia entre os remanescentes da Organização quadros experientes, que tinham sobrevivido à seleção natural da clandestinidade e aprendido a pensar como comunistas, superando as doenças infantis e o sectarismo.

A construção de uma organização de comunistas no país, entretanto, só seria possível e teria sentido se estivesse em estreita ligação e a serviço das lutas operárias. Ao voltar, Érico observou que, em 1980, o movimento enfrentava um impasse, depois do esgotamento dos métodos de luta surgidos na onda grevista dos dois anos anteriores. Em 1978, as greves haviam sido conduzidas pelas comissões operárias e pelos comitês de greve, e não pelos sindicatos, haviam se expandido por contágio e pegado de surpresa os patrões e o estado.

Já em 1979, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo havia dirigido a greve, mas sofrera intervenção, e em 1980 a repressão policial e judicial havia sido aberta, obrigando a substituição dos piquetes de fábrica pelos piquetes de bairros. A integração com outras categorias e sindicatos também não havia tido êxito e o Sindicato de São Bernardo acabara ficando isolado.

¹ Ver “Superar o impasse” em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Superar-o-impasse.pdf>. Esse texto, datado de dezembro de 1980 e destinado aos diversos grupos remanescentes da PO, é de autoria de Érico Sachs, embora tenha sido assinado pela OCML-PO. Nele figuram as avaliações referidas adiante.

Para Érico, a transformação da estrutura sindical era essencial para que o movimento superasse o impasse em que se encontrava. Era necessário criar fundos de greve, centrais sindicais de caráter nacional, acabar com a base municipal dos sindicatos e com o atrelamento ao Ministério do Trabalho. Só assim seria possível se contrapor ao poder do Estado e da burguesia.

Propunha uma campanha sistemática de propaganda contra o atrelamento sindical, aproveitando as lutas parciais e a experiência viva do movimento. Mas sabia que a luta pelo sindicato livre transcendia o caráter puramente econômico do movimento operário pós-1978 e que deveria ser sustentada no plano político, onde observava um vácuo, apesar do recém-criado Partido dos Trabalhadores.

Ao analisar o PT, reconhecia que ele representava o nível de consciência política dos trabalhadores na época, possuía um incipiente caráter de classe, sintetizado no lema de um “partido sem patrões”, mas abrangia uma parcela insignificante da classe operária e tinha uma atividade ainda muito fraca na organização e na mobilização de setores do proletariado.

Diagnosticava que suas lideranças eram heterogêneas, uma mistura de sindicalistas “autênticos”, porém omissos politicamente, parlamentares com preocupações eleitorais, avessos ao caráter de classe do PT, e o que ele denominou “oligarquias estaduais” formadas por grupos e seitas saídos da clandestinidade, de origem e caráter pequeno-burgueses, ocupados com a disputa de cargos no partido.

Para ele, era necessário, sobretudo, incentivar a formação de núcleos proletários no partido, que pudessem fazer sentir sua influência internamente. Porém, reconhecia a dificuldade da tarefa e que ela não se daria em curto prazo. Assim, o objetivo não deveria ser o de conquistar o PT, nem de tomar postos sem o lastro das bases, nem o de criar blocos ou aderir a frações internas.

O esforço deveria centrar-se na educação política das bases do partido e na sua expansão no meio operário. A transfor-

mação do PT, de um partido de massas em um partido revolucionário, só seria possível se a classe operária se politizasse e aceitasse posições revolucionárias, superando a influência interna da pequena-burguesia e da Igreja.

A classe teria que “aprender a andar com os próprios pés” e um desses pés era a organização legal do PT. Mas isso não seria suficiente. Era preciso que o PT assumisse a luta política pelas liberdades sindicais, de forma a superar o histórico atrelamento das entidades ao Estado e passar a formas mais avançadas de luta. Nesse sentido, criticava também as Oposições Sindicais, como a de São Paulo, por privilegiar o imediatismo do combate a diretorias pelegas e não a luta contra o atrelamento sindical.

* * * * *

Logo que retornou ao Brasil, uma das primeiras providências de Érico Sachs foi sua filiação ao PT, em cuja participação, num primeiro momento, apostou parte de suas fichas, juntamente com o que ainda podia contar da militância da POLOP. Para Érico, o PT, a CUT, o MST e o movimento que os gestaram correspondiam à esperada entrada do proletariado na cena política nacional, por ele prevista em seus escritos, que golpeou de forma definitiva a ditadura militar, configurando de forma inequívoca uma nova conjuntura, na qual ocupava um lugar privilegiado para a atenção e intervenção da militância marxista.

Mas, o que Érico tinha diante de si era talvez um pouco menos do que tivesse imaginado em relação à organização em tempos idos: nada mais que vários agrupamentos remanescentes de um processo de sucessivos fracionamentos, que pouco se comunicavam entre si e que, por isso, tinham influência difusa no movimento operário, quer a nível sindical, quer no plano político, como este se apresentava através do PT.

A exceção talvez ficasse por conta do grupo que atuava no Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP,

com destacada presença política nas bases metalúrgicas e de outras categorias profissionais da região metropolitana de São Paulo, onde esteve à frente das greves operárias que ocorreram na época, inspiradas pelo ABC, apesar da posição contrária da direção do Sindicato. O MOMSP tinha também influência na CUT, onde liderava a tendência “CUT pela Base”, mas essa influência se limitava à frente sindical, por não atuarem no PT, com o qual tinham divergência.

A OCML-PO² e o MRPO³ também tinham pouca influência política nos acontecimentos do movimento operário. Por esse motivo, uma das primeiras iniciativas político-organizatórias de Érico foi a formação de uma Comissão Paritária para aproximar e, se possível, unificar a prática política dos dois agrupamentos, que em termos práticos não possuíam divergências significativas. Essa Comissão Paritária reunia-se para discutir e planejar a intervenção política dos dois grupos, formular diretrizes e produzir publicações.

Érico desempenhava um papel insubstituível na Comissão Paritária. Com seu conhecimento e experiência, ele sempre conseguia entender e encontrar uma resposta e uma orientação política às indagações e inquietações da militância, diante da intervenção no movimento. Como resultado dessa interação, entre direção e militância de base, foram produzidos diversos documentos, visando uma atualização ou adequação dos documentos da PO às necessidades da conjuntura e às condições de atuação no momento vivido. É desta época a produção dos documentos: *De que tipo de organização necessitamos, O PSB e a fase atual da luta de classes*⁴, *Qual a*

² Organização de combate marxista-leninista – Política Operária (OCML-PO): grupo formado por ex-militantes da POLOP que se retiraram em 1970 do Partido Operário Comunista (POC), por rejeição à linha política de ações armadas contra a ditadura militar.

³ Movimento pela Reconstrução da Política Operária (MRPO): grupo resultante de um fracionamento da OCML-PO em 1977, com bases no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

⁴ Ver nesta coletânea.

*herança da Revolução Russa?*⁵, *Mais uma vez a Constituinte* e outros.

O documento *De que tipo de organização necessitamos*⁶ procurava adaptar as questões de organização às necessidades e especificidades das condições conjunturais da década de 1980. Ele atendia às demandas das bases quanto a uma maior presença dos dirigentes na orientação do dia a dia do movimento, pois havia um distanciamento produzido pela estrutura forjada no período de maior clandestinidade. Alguns trechos desse documento são ilustrativos:

Evidentemente, e esse ponto é pacífico, necessitamos de uma organização de comunistas, concretamente de uma organização que atua na situação peculiar das lutas de classe no Brasil da década de 80. Portanto, não podemos copiar modelos de outros países e de outras épocas. Temos, nós mesmos, de encontrar as formas de organização mais eficientes nas circunstâncias em que estamos militando. (...) No passado, e para muitas organizações ainda no presente, estava em voga o modelo de “partido bolchevique” ou “leninista”. A chave desse modelo era o *Que Fazer?* de Lênin, livro de cabeceira de tantas gerações de revolucionários que sonharam formar a verdadeira vanguarda do proletariado. Não conseguiram mais do que fazer seitas. O próprio Lênin, em 1915, quando editou o seu livro e outras publicações do tempo da fundação do POSDR, escreveu um prefácio com o título *Doze anos depois*, muito pouco conhecido dos nossos “bolcheviques-leninistas”. A tônica desse prefácio era que o *Que Fazer?* estava adaptado às condições das lutas de classe da Rússia czarista e das condições reinantes em 1903. Ele mesmo se recusava a canonizar o modelo do *Que Fazer?* como válido em todas as condições. Posteriormente, com a fundação da Internacional Comunista,

⁵ Idem.

⁶ Texto publicado no *Boletim Interno* nº 20 da Secretaria Nacional da OCML – PO, em outubro de 1981. Ver a íntegra em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/De-que-tipo-de-org-precisamos.pdf>

os partidos não russos se organizavam à base das 21 Condições adotadas no 2º Congresso da IC, mas essas “condições” eram, antes de tudo, políticas. As formas organizatórias apropriadas às lutas de classes de cada país, os próprios países tinham de encontrar e desenvolver. E nós, hoje, não podemos agir diferente. (...)

Tomando as condições concretas nas quais estamos desenvolvendo a nossa militância, impõe-se a conclusão de que só podemos atuar como organização de quadros. Estamos longe ainda da perspectiva da formação de um partido comunista de massas. Uma das peculiaridades da situação criada com a “abertura” e isso é novo e positivo, é que atuamos no seio de organizações de massas como o PT e as Oposições Sindicais, que até certo ponto refletem o nível de consciência da classe operária. Nossa atividade nesses organismos de massas não visa “conquistá-los”, nem ocupar postos de comando, mas contribuir para que amadureçam, na medida em que o proletariado colha nova experiência nas lutas cotidianas. Não se trata, portanto, da afamada tática do “entrismo”, mas de uma luta a prazo, à qual temos que adaptar a estrutura da O. Ainda não criamos uma estrutura adequada à situação, mas temos de partir da premissa de que não deve ser rígida demais para que nos isole dos organismos de massa, nem deve se afrouxar até um ponto em que nós nos dissolvamos na massa. Essa estrutura tampouco pode ser projetada na mesa: terá que ser resultado da experiência que colhemos na luta.⁷

Assim, o próprio trabalho passou a ser conduzido sob a forma da realização de ativos, isto é, reuniões amplas com a participação das bases e direções, de maneira a organizar uma intervenção conjunta no PT, nos sindicatos e no trabalho de base, sob a perspectiva geral do eixo estratégico da organização independente do proletariado. Todos os militantes, incluindo os dirigentes, passaram a atuar seja em um núcleo do PT, seja em sindicatos, bairros ou onde fosse possível. Ele mesmo pas-

⁷ Ver nota anterior.

sou a atuar no Núcleo de Jornalistas do PT e na hoje extinta Fundação Wilson Pinheiro, que se dedicava à formação política. São exemplos desta prática a tentativa de construir e organizar a Casa do Trabalhador e o Comitê contra o Desemprego, trabalhos desenvolvidos na Baixada Fluminense. Saíram nesta época diversos números do jornal *Política Operária*, produzido e editado pelos dois agrupamentos.

Além disso, Érico permanecia atento a qualquer possibilidade de intervenção política e vez por outra se fazia presente em reuniões de articulações entre grupos e tendências do PT regional ou nos diretórios municipal e estadual, ainda que como observador. Por exemplo, na Plenária Estadual do PT realizada na Câmara Municipal de Duque de Caxias foi organizada uma intervenção unificada, precedida da realização de um ativo com os delegados eleitos dos dois agrupamentos. Durante a plenária, foram distribuídos massivamente alguns documentos com propostas políticas, entre os quais o texto “Mais uma vez a Constituinte”. Na plenária, por proposta de Érico, foi submetida à aprovação a mesa formada pelas tendências hegemônicas do Diretório Estadual para dirigir os trabalhos, questionamento que conquistou aproximadamente um terço dos votos dos delegados presentes.

Posteriormente, também foi planejada e organizada na Comissão Paritária a participação nas eleições, voltada de forma proeminente para a divulgação das posições políticas da PO para o momento político. Sob o eixo estratégico da organização independente dos trabalhadores, destacavam-se a liberdade sindical, as comissões de fábricas e empresas, além das bandeiras gerais do *Programa Socialista para o Brasil*, como a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a reforma agrária, através da nacionalização das terras, e o Governo dos Trabalhadores. Foi aprovada e colocada em prática a candidatura do metalúrgico Gilson Thomaz de Aquino para deputado estadual.

Sobre esse período, são bem ilustrativos alguns trechos do Boletim Interno nº 24 (“Em que pé estamos?”):

Fazemos isso partindo da premissa da criação de uma organização de comunistas em escala nacional, embora ainda estejamos no meio do caminho. Não obstante o fato de a fusão de dois remanescentes da antiga POLOP (dos demais ainda estamos aguardando uma definição a respeito) tenha se dado apenas em escala regional, já há todas as premissas para a criação de uma coordenação nacional que permita às duas organizações atuarem de fato como uma só entidade. Isso será um passo decisivo para o surgimento no país de uma organização nacional operária e comunista.

A fusão regional cria um ponto de partida mais favorável para a intervenção de fato da O. nas lutas de classe. Trata-se, evidentemente, de uma tarefa que terá que ser enfrentada em escala nacional, mas o fato de se dar no momento em escala regional não diminui a sua importância. A região torna-se um laboratório para o país. (“De que tipo de organização necessitamos?”)⁸.

A participação de Érico em tentativas de reaproximação com outros grupos remanescentes de PO teve seu ponto máximo em um Encontro de PO, realizado no ano de 1983, em Belo Horizonte. Esses encontros tiveram sua motivação e origem no sucesso obtido em atividades conjuntas e articulações de base para suprir as demandas concretas de organização de lutas e mobilizações, como nas eleições sindicais dos metalúrgicos de São Paulo, em greves como a da Fiat no Rio de Janeiro e em reuniões preparatórias de eventos da CONCLAT,⁹ CUT, CUT pela Base e ANAMPOS.¹⁰

A experiência mais profícua deu-se com o MOMSP. Apesar da divergência em relação ao PT, foi encontrado um terreno fértil para o desenvolvimento de uma unidade prática em torno da intervenção no movimento sindical e de fábricas, tendo sido

⁸ Ver a íntegra em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/De-que-tipo-de-org-precisamos.pdf>

⁹ Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

¹⁰ Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais.

realizados diversos ativos, com a participação de representantes de estados como Pernambuco e outros centros industriais onde o MOMSP possuía ramificações ou havia expandido o seu modelo.

Após a chegada de Érico, com os avanços conseguidos na prática conjunta dos dois grupos remanescentes da PO,¹¹ foi ensejada a oportunidade política de colocar em prática a organização dos Encontros de PO em um novo patamar. O evento de Belo Horizonte contou com a participação de membros da direção e da militância das duas organizações e do núcleo dirigente do MOMSP, representado pelo metalúrgico Cleodon Silva, ex-militante da PO e conhecido como principal expoente da Oposição Sindical Metalúrgica.

Havia uma expectativa quanto ao desdobramento resultante da realização desse evento, onde se encontrariam duas das maiores lideranças, cada uma a seu modo, da trajetória política da PO, uma caracterizada pelo domínio da teoria marxista e experiência política voltada para a intervenção prática nos movimentos, e outra, pelo conhecimento adquirido na longa experiência com o movimento operário paulista.

De fato, o MOMSP levou à prática a política de enraizamento na classe operária, fosse no trabalho de base, com a organização de grupos e comissões de fábrica e outros tipos de organismos independentes, durante a clandestinidade, fosse no então recente ciclo grevista, onde teve papel importante. Silva, além disso, tinha conhecimento das diversas tendências do movimento sindical paulista, incluindo a dos sindicalistas “autênticos” que deram nascimento ao PT.

A expectativa era a de avançar em termos políticos a partir do que se pudesse aprender coletivamente em relação ao PT e ao movimento operário e sindical. Esperava-se também contar com maior poder de fogo e capacidade de intervenção no movimento operário a partir desse marco.

¹¹ OCML-PO e MRPO.

Apesar de não serem esperadas, a princípio, diferenças quanto aos eixos programáticos e estratégicos, não havia consenso em relação à participação no PT, mostrando uma diferença no terreno tático. O problema é que naquele momento político a questão partidária, tal como se apresentava ao nível de consciência do proletariado brasileiro com o surgimento do PT, estava presente em todas as frentes, mesmo no MOMSP, onde as objeções não eram unanimidade. Se as greves da região metropolitana de São Paulo aconteceram em grande parte por contágio das greves de São Bernardo, a consciência política da base metalúrgica também estava contagiada pela ideia de um “partido sem patrões”.

A previsão de Érico, da entrada do proletariado no cenário político, se fundamentava na história da luta de classes em várias épocas e lugares, correspondendo no Brasil, como em outros países, a uma transformação qualitativa produzida pelo crescimento quantitativo da classe operária e das suas lutas. Nesses momentos, tudo acontece muito rápido e as lideranças nem sempre estão prontas e acabadas, cabendo aos marxistas entender a importância de delas se aproximar e interagir, contribuindo para a formação de uma direção mais consequente no movimento operário.

Silva, entretanto, conhecia de perto os denominados “sindicalistas autênticos” do ABC e suas limitações políticas, para acreditar que pudessem conduzir o movimento operário muito mais longe e por muito tempo. Ele algumas vezes avaliava aquele ciclo de movimento ainda como um mero “bafejo” da classe operária, diante do que ainda estaria por acontecer no futuro.

Havia, portanto, muitas diferenças a vencer no processo de amadurecimento de posições e pontos de vista, de maneira que fosse obtida uma síntese entre a teoria representada por Érico Sachs, ela mesma uma síntese de experiências históricas internacionais, e a prática do setor mais combativo do operariado paulista, representada por Cleodon Silva.

A não superação desse descompasso seeria sentida de forma drástica em 1987, um ano após a morte de Érico. Isso ocorreu durante o processo eleitoral para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando houve uma oportunidade de acabar com a quase cinquentenária hegemonia dos pelegos no sindicato, através de uma aliança entre o MOMSP e uma chapa apoiada pelos “sindicalistas autênticos” do ABC. Naquele momento havia grande polarização política no centro de gravidade do movimento operário brasileiro, entre o “sindicalismo autêntico” e oposições sindicais, de um lado, e o sindicalismo pelego e reformistas de outro, com a correlação de forças ligeiramente favorável para o primeiro lado.

A hesitação do MOMSP quanto à aliança, optando apenas por um compromisso de apoio mútuo no segundo turno eleitoral, pode ter custado caro ao movimento operário. A vitória da chapa pelego-reformista, “mesmo nas urnas das fábricas, significou não apenas a derrota eleitoral do MOMSP, mas de um projeto de independência política da classe operária, assinalando o início da sua desarticulação”.¹²

Passados trinta anos daqueles acontecimentos, analisando o momento político e o quadro atual de desarticulação em que se encontra o movimento operário, para o qual contribuíram os erros e desvios do PT e da CUT em suas trajetórias, nunca saberemos ao certo, se Silva tinha razão em relação às suas ressalvas e ao seu diagnóstico daquela onda do movimento operário.

Por outro lado, nunca saberemos o que teria acontecido caso a decisão tivesse sido pela unidade, ainda que tática, entre os “autênticos” e a OSM, resultando na vitória da chapa de oposição no Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo. Jamais saberemos o quanto esse fato contribuiria para uma qualidade maior das direções do movimento operário até os dias atuais.

¹² Maria Rosângela Batistoni – *Confronto Operário: A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978 – 1980)*. IIEP, 2010.

Na luta de classes as oportunidades aparecem e muitas vezes não voltam, e se voltam, isso não se dá nas mesmas condições. O que podemos dizer é que, em qualquer circunstância, não há futuro sem uma organização que lute por ele.

ÉRICO SACHS E A LUTA CONTRA O REFORMISMO

Lucas Correa

*“... a tradição de todas as gerações passadas é como
um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”*

Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*

I. A teoria revolucionária e o reformismo

Desde sua fundação, em 1961, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) desenvolveu um programa de ação baseado em uma interpretação marxista da realidade brasileira, até então inédita: o Brasil era definido como um país capitalista, cujo “povo”, portanto, já se encontrava dividido em classes com interesses antagônicos. A superação desta situação se daria apenas por uma revolução de caráter socialista, que teria como agente a classe operária. Na conjuntura brasileira da época, esses pontos levavam à necessidade da luta pela organização independente dos trabalhadores e, nesse processo, da formação de um partido operário revolucionário.

A compreensão da necessária relação entre teoria, estratégia e tática caracterizou este programa e a militância de seu principal formulador, Érico Sachs. Sua trajetória foi marcada

pelo esforço de desenvolver e tornar politicamente consequente a teoria revolucionária. Desde, pelo menos, os anos 1950 até sua morte, em 1986, Érico lutou pelo desenvolvimento de um marxismo ao mesmo tempo rigoroso e criativo.

Na esquerda brasileira do final dos anos 1950, a linha política que informava o proletariado era o marxismo-leninismo oficial vindo da União Soviética e mediado pelo PCB, e o “trabalhismo” representado pelo PTB. Em ambos os casos o “nacionalismo” era visto como fundamental para o desenvolvimento do Brasil e para a luta contra o imperialismo.

Para Sachs, entretanto, “o nacionalismo é uma ideologia burguesa”. Se ela podia ainda representar uma parcela progressista da burguesia, aos comunistas cabia “mostrar onde se dividem as águas”. Isto é, uma aliança entre classes (ou frações de classes) não deveria ser motivo para confusões e ilusões teóricas. A aliança não pode gerar a dissolução dos antagonismos de classe, ela é apenas uma tática possível na luta. Portanto, era preciso estar claro para comunistas e para o conjunto do proletariado que:

Existem nacionalistas e existem comunistas, mas o que não é possível é abraçar as duas correntes ao mesmo tempo. Os companheiros que não compreenderam isso, não se deram simplesmente ao trabalho de estudar o comunismo como teoria.¹

Além do combate ao nacionalismo, Érico Sachs travou diversos combates teóricos ao longo da sua vida de militante marxista. Papel fundamental desempenhou na luta por uma prática verdadeiramente revolucionária em oposição ao reformismo, em suas diversas manifestações.

Pelo menos desde Bernstein, o reformismo é um espectro que ronda o marxismo. A formulação “o objetivo final, seja lá

¹ SACHS, Érico “O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada” (1958) <https://www.marxists.org/portugues/sachs/1958/01/movimento.htm>

qual for, para mim não é nada, o movimento é tudo”,² sintetiza os programas que de forma assumida ou velada caem em um *taticismo*, mudando suas diretrizes a cada transformação da conjuntura. Assim, toda eleição, mudança de presidente, crise ou novidade teórica são motivos para uma transformação radical do programa e da estratégia política.

O reformismo, ao reificar o “movimento real” opondo-o ao “objetivo final”, se fecha em uma fetichização do presente. Quando Marx, em “O capital”, descreveu o fetichismo da mercadoria, na qual a relação entre produtos esconde as relações entre os homens, ele apontou que “o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social”.³

O reformismo, o taticismo e a aversão à teoria – fenômenos inerentemente relacionados – são como fetichismos do presente. Estão ligados à incapacidade de entender luta de classes, e de como o “proletariado”, o “movimento real” e o “objetivo final” estão ligados por relações historicamente concretas numa determinada formação econômico-social. A falta de compreensão destas relações transforma, para o reformista, a teoria marxista em um “hieróglifo social”, em um mistério apartado das relações materiais e da luta de classes. Ver a teoria como secundária, ou como resultado de um “doutrinarismo”, é ver o “movimento real” do ponto de vista burguês – sempre pronto a naturalizar o presente e pregar o fim da história.

Dessa forma, o reformismo é “um produto híbrido, uma contradição contínua, na qual a concepção da classe antagonista, a classe capitalista, é enxertada na classe operária”.⁴ Este híbrido é capaz de desorganizar o “movimento real”, apartá-lo

² BERNSTEIN apud LUXEMBURGO in LUXEMBURGO, Rosa. “Reforma social ou revolução?” In: LOUREIRO, Isabel (org.). Rosa Luxemburgo: *Textos escolhidos*, vol. I, p. 1-88. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

³ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 19. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. Livro 1, v. 1.p.96.

⁴ THALHEIMER, A. “O que é reformismo e oportunismo?” Disponível em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/O-que-eh-reformismo-e-oportunismo1.pdf>

da história – e, portanto, da teoria – e transformar a dominação presente em única forma possível de organização social.

Foi esse o sentido da divisão do movimento operário em 1914. A Primeira Guerra Mundial “obrigou o reformismo a uma decisão: pelo imperialismo ou pelo socialismo, pela revolução ou contra ela”.⁵ O apoio à guerra e às burguesias nacionais foram os resultados práticos do abandono da perspectiva revolucionária.

O aprendizado teórico na luta de classes teria, também, importância central após o descenso da onda revolucionária de 1917–1919. Entretanto, houve uma crescente subordinação dos partidos comunistas recém-criados à influência soviética por meio da Internacional Comunista e a culminação destes, entre as décadas de 1930 e 1960, em instrumentos nacionais da política exterior da URSS. Em decorrência disto, tragicamente, esta foi a época histórica em que se observou o declínio desse aprendizado e da possibilidade da teoria ser “um guia para a ação”.

Em sua luta pelo desenvolvimento do marxismo no Brasil, Érico Sachs se defrontou com essa situação. Sem deixar de reconhecer os avanços do dito “socialismo real”, Érico chamou atenção para a debilidade dessa prática:

Mas nós não somos diplomatas, companheiros. Ainda não fizemos a nossa revolução e a experiência mostra que nenhum dos PC's que seguiram essa política se mostraram capazes de fazer a sua revolução. Só a fizeram partidos que se rebelaram contra a linha oficial, como o chinês e o iugoslavo, ou comunistas que não estavam no partido oficial, como em Cuba.⁶

A teoria, quando revolucionária, portanto, enraíza-se na luta de classes. Não por acaso, às vésperas da revolução de 1848, Marx e Engels escreviam o *Manifesto do Partido Co-*

⁵ Idem.

⁶ SACHS, Érico. “Coexistência pacífica e luta de classes” (1963), disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Coexist%C3%A2ncia-pac%C3%ADfica-e-luta-de-classes.pdf>.

munista, e, em pleno 1917, Lênin escrevia *O Estado e a Revolução*. Os dois textos eram urgentes porque a teoria não se desenvolveu apartada da luta de classes.

Como Érico Sachs percebeu, o marxismo “não nasceu das cabeças de Marx e Engels”. Foi apenas quando ambos passaram a conhecer o movimento operário e a se organizarem nele, que o marxismo se desenvolveu. Ele é originado dessa “penetração recíproca” entre teoria e prática militante.⁷

Como aponta Érico Sachs:

Marx não tinha somente algo a dar, tinha também algo a aprender com a prática das lutas operárias da época. Sabemos que as organizações revolucionárias do proletariado, nos diversos níveis que percorreram, sempre foram produto da fusão do marxismo com o movimento operário vivo. Conhecemos o papel que a teoria marxista exerceu na história do movimento proletário; menos atenção costuma dar-se ao papel que o movimento operário vivo, desde o início, teve na formação e no aperfeiçoamento do marxismo como teoria.⁸

Com esta compreensão do marxismo, Érico Sachs produziu críticas fundamentais ao pensamento político da esquerda e à ideologia dominante. A crítica, entretanto, se é capaz de revelar uma realidade antes escondida, não pode, sozinha, transformá-la.

II. A transição para a democracia.

Durante a ditadura empresarial militar (1964–1985), a situação da esquerda brasileira modificou-se radicalmente. As prisões e torturas, a dificuldade de se estabelecer debates e

⁷ SACHS, E. *Marxismo e luta de classes: questões de estratégia e tática*. Salvador: CVM, 2010. 218 p. (Coleção marxismo militante). Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/publicacoes/marxismo-e-luta-de-classe-erico-sachs-ed-praxis-1987/>.

⁸ Idem

formações políticas prolongadas e a desconfiança gerada pelas condições de exílio e clandestinidade dominavam o dia a dia das organizações.

A partir do AI-5, a esquerda passa a sofrer derrotas cada vez mais desorganizadoras, a exemplo dos assassinatos de Marighella (1969) e Lamarca (1971), os dois principais dirigentes da luta armada contra a ditadura; da liquidação da Guerrilha do Araguaia (1972–1975), transformando em desaparecidos políticos importantes membros da direção do PCdoB; da Operação Radar (1973–1976), assassinando os principais dirigentes do PCB.

Os militantes exilados também viram suas esperanças de reorganização frustradas pelos golpes no Chile (1973) e na Argentina (1976). Diante de tantas derrotas, os programas, as organizações e as teorias pareciam não corresponder à realidade.

Quando emergiram os movimentos grevistas no ABC, uma década depois, parecia ainda mais claro que não eram necessárias uma teoria e uma organização marxistas. Os operários “autênticos” construiriam sua central e seu partido. Erigiu-se, assim, um “mito fundador” do Partido dos Trabalhadores (PT) que o tratou como um corte na história da esquerda brasileira, diferente dos “pelegos” do PCB e dos “vanguardistas” das outras organizações clandestinas.

Dentro do PT, a Articulação, tendência majoritária, demarcou sua diferença em relação à “meia dúzia de radicais de palavras” que defendiam um “partido de classe”, enquanto para eles o PT deveria ser um “partido de massas”.⁹

Se analisarmos criticamente, entretanto, a história da esquerda brasileira durante o processo de democratização, veremos que o corte foi preparado pelas derrotas da esquerda, e pela crise na teoria que as acompanhou.

⁹ Fonte: COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979–1998)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, UFF, 2005. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf>

A esquerda retornada do exílio, após sucessivas derrotas, sofria a influência do “eurocomunismo”, da luta pelos direitos humanos, do pós-estruturalismo, ou seja, da crise do marxismo. Em seu clássico texto “A democracia como valor universal” (1979), o então militante do PCB, Carlos Nelson Coutinho, afirmou:

Não creio que nenhuma formação popular responsável ponha hoje em dúvida a importância dessa unidade em torno da luta pelas liberdades democráticas tais como essas são definidas, entre outros, no atual programa do MDB.¹⁰

Esta linha política não divergia fundamentalmente da adotada pelas organizações Ação Popular (AP) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que passaram a pregar o voto nos “autênticos” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), aproveitando as brechas que se abriam durante a “farsa eleitoral”.

Entre 1975 e 1977, as duas organizações editaram em conjunto a revista *Brasil Socialista* (BS). O editorial da sétima edição, publicada em outubro de 1976, defende a sua posição diante das eleições e critica “os doutrinários de todo tipo, que recomendam o voto nulo”.¹¹

A Política Operária, nesta conjuntura, se opôs às duas linhas políticas. Nem o apoio ao “atual programa do MDB” (PCB), nem às candidaturas comprometidas com “uma plataforma claramente democrática” entre aquelas do MDB, posição defendida pelo BS. A POLOP entendia que estas estratégias prejudicavam a percepção do proletariado como uma classe com interesses próprios, diferentes dos da burguesia.

¹⁰ Fonte: COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal” (1979), disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>

¹¹ *Brasil Socialista*, ano II, nº 7 Paris, 1976. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, depositário da documentação. Cópia digital cedida pelo Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Muitas vezes acusados de “intelectuais”, “marxólogos” ou “doutrinelistas”, os militantes da POLOP insistiam em defender a luta pela “independência de classe”, pela não dissolução da perspectiva classista – e, portanto, revolucionária – em perspectivas “populares” ou “democráticas”. Em artigo publicado na revista *Marxismo Militante Exterior*, em abril de 1977, Érico Sachs lembrava que:

Fato é que em momentos em que a classe operária luta por objetivos que direta ou indiretamente ameacem os pilares da sociedade burguesa, a “bandeira democrática” se torna a bandeira da classe dominante e de seus defensores. Foi sob essa bandeira que Kerensky e Kautsky lutaram contra a revolução proletária na Rússia e foi sob a mesma bandeira que Mário Soares, com o apoio de Will Brandt e os países da CEE, liderou a ofensiva contra o proletariado português”.¹²

Para a POLOP a ditadura militar era a “ditadura aberta e indireta da burguesia”, e não seria do interesse do proletariado que esta fosse substituída por uma “ditadura velada e direta da classe burguesa”.

Essa posição era defendida pela organização desde 1965, em seu *Manifesto Programa*, no qual denunciava que “os setores liberais da burguesia” buscavam ganhar a liderança da luta pela democracia para um “compromisso com os militares”. Inerente a este compromisso, era o objetivo de “incutir na classe operária a ideia de que qualquer radicalização somente encorajaria a reação a novas violências”.¹³

¹² Sachs, Érico. In: “A crise que se avizinha.” *Marxismo Militante Exterior* (1977), disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/A-crise-que-se-avizinha.pdf>. A polêmica entre Érico Sachs (Ernesto Martins) e Éder Sader (Raul Villa) a propósito da luta pelas liberdades democráticas, no contexto da experiência da Unidade Popular chilena, também pode ser encontrada no sítio do Centro de Estudos Victor Meyer na internet.

¹³ *Manifesto Programa da ORM-POLOP* (1965). Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Manifesto-Programa.pdf>.

Mais de uma década depois, a Anistia “parcial e restrita” de 1979, dava forma legal a esse compromisso. Os responsáveis por crimes de tortura e seus mandantes foram protegidos pela Lei, não sendo nem mesmo citados como anistiados, como no caso dos que lutaram contra a ditadura.¹⁴

Entretanto, a POLOP acabou se dissolvendo dentro do PT. Em 1986, Érico Sachs faleceu, politicamente isolado após seu retorno do exílio.

III. Memória e continuidade

A vitória da transição como “conciliação” e “compromisso” representou a derrota dos programas da esquerda clandestina e de sua memória. Como aponta o ex-militante da Política Operária, Victor Meyer, em 1999:

É verdade que a memória da esquerda revolucionária brasileira, de um modo geral, dentro da qual se encontram os registros particulares da POLOP, constitui-se numa dessas realidades que o curso da vida cotidiana confina a vala comum do esquecimento. Tempos de reação, os três últimos lustros decretaram a morte do proletariado, o fim das utopias e, na franja do pensamento único que a velha ordem social tentou e ainda tenta impor, a intelectualidade majoritária permitiu-se criar um índice de temas excluídos do campo das discussões.¹⁵

Estas palavras permanecem atuais. A derrota das esquerdas clandestinas resultou em um amplo esquecimento dos debates, discussões, programas e ações realizadas pelas diversas organizações durante a ditadura empresarial militar brasileira.

¹⁴ Ver em: Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964–1985)*. 2ª ed., São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

¹⁵ MEYER, Victor. “Frágua Inovadora: o tormentoso percurso da POLOP” (1999), disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Fr%C3%A1gua-inovadora.pdf>

O *capital* transmutou as organizações que levantaram a bandeira da resistência em jovens inquietos, românticos e sonhadores e a experiência da luta armada, do exílio e da clandestinidade foram contadas como histórias de *Dom Quixote*. A derrota deixa marcas na memória, e os próprios militantes, olhando para trás, muitas vezes não entendem mais as ações que realizaram, os programas que escreveram, os debates que travaram. Incapaz de se reorganizar depois de sucessivas derrotas, a esquerda se agarrou à ideologia dominante, aceitando chamá-la de pragmatismo.

A historiografia e a imprensa acompanharam este processo. As narrativas que culpabilizam o radicalismo da esquerda, classificando-o como “golpismo”, ou que transformam a ditadura em “ditabranda”, agem como protetoras da “conciliação”. Enquanto uma “falta de apego pela democracia” era apontada como a causa do golpe, empresários, políticos e generais que conspiraram pelo golpe e apoiaram a ditadura mantinham seus nomes, empresas e aparatos de repressão intocados pela transição.

Existem limites, entretanto, para a manipulação do passado. O Estado precisou constantemente reelaborar suas narrativas sobre a ditadura, renegociando os termos do compromisso firmado.

O passado não pode ser alterado como gostariam alguns ideólogos. A própria trajetória de Érico Sachs parece comprovar a persistência do passado em emergir da clandestinidade e do isolamento. Lembrar Érico Sachs, é parte do trabalho de recuperar um pedaço esquecido da história da luta de classes no Brasil, e colaborar para a construção do marxismo militante em nosso tempo.

NOTAS A RESPEITO DE ÉRICO SACHS COMO PERIODISTA INTERNACIONAL NO *CORREIO DA MANHÃ* (1949–1951)

Eduardo Stotz

Apresentação

Érico Sachs mal acabara de chegar no Brasil quando decidiu aprender o ofício de gráfico. Tinha então 17 anos. Conforme afirma em seu “Currículo”, trabalhou nesta profissão até 1948. Antonio Candido assim se recorda dele em suas memórias:

Eric Czaczkes, litógrafo austríaco que trabalhava numa livraria, vivera na Rússia, era marxista estrito e nos iniciava em teóricos desconhecidos, como Thalheimer e ... Brandler. “Leia isso que é muito importante”, dizia. Mais tarde me deu um livrinho em alemão: *Por que os marxistas renegam*. Foi também ele que me fez ler o livro terrível de Krivitski sobre os horrores do estalinismo.¹

Corria o ano de 1942. Érico tinha então 20 anos e participava, com Antonio Candido, Paulo Emílio, Antônio Costa Correia e Germinal Feijó, alunos da Faculdade de Direito, e Paulo Zingg, jornalista de um grupo denominado por eles, de brinca-

¹ “Memória: Antonio Candido – A militância por dever de consciência”. Fundação Perseu Abramo – FPA – Teoria e Debate nº 02 – março de 1988, publicado em 29/03/2006. Entrevista feita por Eder Sader e Eugênio Buccì.

deira de Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), na verdade apenas um grupo de leituras e discussões que queria assumir posições políticas contra o Estado Novo, mas à esquerda do Partido Comunista Brasileiro. Antonio Candido faz questão de deixar claro que Érico se distinguia política e ideologicamente por ser um “leninista revolucionário mesmo!” e não acompanhou a opção democrática do grupo naquele momento em que “todo mundo se dizia meio socialista”.

Os dois atuaram juntos em 1945 e daí advém pela primeira vez o nome “Política Operária”. Conforme a memória de Antonio Candido, ele fora

...trabalhar com o Eric na organização de um grupo de gráficos socialistas. Nós tiramos um jornalzinho chamado *Política Operária*, e pelo nome já se vê a liderança do Eric.²

Foi no decorrer dessa época em que, ao lado do progressivo domínio da língua portuguesa e de conhecimento da estrutura de classes e de poder no Brasil, Érico construiu vínculos com o pessoal da imprensa. Passou então a colaborar como autônomo no jornal *Correio da Manhã*. Neste periódico, dedicou-se, entre 1949 e 1951, à análise da situação internacional. Esta colaboração se manteve até o golpe militar de 1964.³

Importa observar, para entendimento do conteúdo e da forma dos artigos publicados, que ele era estrangeiro e, portanto, suscetível de expulsão do país caso viesse a ser acusado de interferir na vida política nacional. Lembremos do agravamento deste risco na conjuntura nacional da época, expressão do clima da guerra fria existente entre EUA e URSS, enquanto países líderes dos blocos capitalista e socialista em que o

² Idem.

³ Currículo de Érico Czaczkes Sachs Colônia, 24 de abril de 1971. Disponível em <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Curr%C3%ADculo-Erico-Czaczkes-Sachs.pdf>

mundo passara a se dividir desde o pós-guerra.⁴ A renúncia à cidadania austríaca em 1955 permitiu seu engajamento político mais aberto, tendo, aliás, ingressado na seção carioca do Partido Socialista Brasileiro em 1957 e conseguido ingressar no serviço público federal como funcionário do Ministério da Educação e Cultura, em 1962.

Érico também trabalhou no *Diário da Noite* (1953–1958) e no *Jornal do Commercio* (1958–1962). Mas, apenas em 5 de outubro de 1960, inscreveu-se no Sindicato dos Jornalistas da Guanabara.

No presente capítulo, vamos examinar apenas sua atuação como periodista internacional do *Correio da Manhã*, no período compreendido entre 1949 e 1951, porque, com base em cópias de recorte dos artigos trazidos da Alemanha para o Brasil no final da década de 1980, foi possível ter acesso à série digitalizada pela Biblioteca Nacional. Nosso objetivo limita-se a apresentar subsídios para um estudo das análises de Érico Sachs a respeito da situação internacional, com destaque para a relevância do método adotado nos artigos.

Situamos inicialmente a linha geral do *Correio da Manhã* e o contexto político da época, em seus eventos críticos. Apon-tamos brevemente, em seguida, a quem se destinavam os artigos por ele escritos e publicados naquele periódico. Por último, analisamos alguns dos 122 artigos a que tivemos acesso. A lista com o número da edição, data, título e página de cada artigo publicado encontra-se no final do capítulo.

O *Correio da Manhã* e o contexto da época

Um dos principais órgãos da imprensa brasileira, o *Correio da Manhã* foi um jornal carioca e matutino, fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974.

⁴ A propósito vale lembrar que o governo Dutra encaminha, a partir de 1946, a cassação do registro do PCB e do mandato de seus parlamentares e o fechamento dos jornais do partido, empurrando seus militantes para a clandestinidade.

Jornal de orientação burguesa liberal-democrática, desenvolveu oposição a Vargas e ao Estado Novo, alinhando-se politicamente à União Democrática Nacional (UDN), a partir de 1945. Do ponto de vista ideológico, o jornal, sob a chefia de redação de Pedro da Costa Rego, tinha uma posição declaradamente anticomunista e pró-imperialista. As matérias sobre política internacional eram geralmente traduções das notícias divulgadas por agências internacionais como a United Press e a Reuters.

A situação mundial estava a passar, nos anos 1949–1951, por uma brusca mudança de caráter crítico. O Pacto Atlântico, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), tendo por aliado principal a Grã-Bretanha, começou a ser desafiado em decorrência da ruptura do monopólio nuclear, com a explosão da bomba atômica pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1949; tomou uma dimensão ameaçadora com a vitória do Exército de Libertação Nacional liderado por Mao Tsé-Tung e seus companheiros do Partido Comunista Chinês sobre as tropas do Kuomintang de Chiang Kai-shek e a proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949; e finalmente alcançou o nível de enfrentamento militar na Guerra da Coreia (25 de junho de 1950 a 27 de julho de 1953). A guerra “limitada” da Coreia acentuou a bipolarização mundial entre os dois sistemas, capitalista e socialista, com o envolvimento dos países dos dois lados na contenda e, face ao relativo equilíbrio de forças militares, a chamada “guerra fria”.

Fontes para o estudo da época e leituras de Érico Sachs

Os artigos de Eric Sachs (ele assinava os artigos ainda com o nome estrangeiro)⁵ publicados no *Correio da Manhã* pressupunham esses fatos, processos e contexto e tomavam aspectos

⁵ Segundo o seu pedido de naturalização, o nome “Eric Sachs”, que utilizava para assinar os seus artigos, derivava da maneira como ele, cuja língua materna era o alemão, ouvia os brasileiros pronunciarem o seu nome original: Erich Czaczkes. [N.E.]

particulares de cada momento em cada país ou na relação entre países. Em outros termos, eram textos de caráter interpretativo.

A linha geral estava, contudo, subjacente. Embora não disponhamos de informação para comprovar a correspondência com August Thalheimer, que viveu em Cuba até 1948, quando faleceu, parece-nos plausível supor o conhecimento, por parte de Érico Sachs, da obra “Linhas e conceitos básicos da política internacional após a Segunda Guerra Mundial”.⁶ Nesta obra, escrita em 1946, Thalheimer formula a tese da cooperação antagonica, que passou a caracterizar a situação mundial, como resultado do desfecho da Segunda Guerra Mundial.

Thalheimer publicou a partir de Cuba, entre 1945 e 1948, os “Internationale monatliche Übersichten” (Panoramas internacionais). Após seu falecimento em Havana, em 19 de setembro de 1948, o *Gruppe Arbeiterpolitik* (Grupo Política Operária),⁷ passou a publicar o jornal *Arbeiterpolitik*, que teve edições de novembro de 1948 a julho de 1950. Thalheimer, Brandler e outros eram oriundos da Oposição ao Partido Comunista Alemão dos anos 1930, conhecida pela sigla KPO.

Outra possível publicação de esquerda lida por parte de Érico seria a revista *Monthly Review*.⁸

As fontes de leitura indicadas acima são mais suposições do que hipóteses de trabalho. Somente uma análise comparativa dos artigos publicados no *Correio da Manhã* com aqueles dos periódicos *Arbeiterpolitik* e *Monthly Review* do mesmo período poderá dar base concreta para tal possibilidade, algo que escapa aos propósitos deste capítulo.

⁶ A obra está disponível no Acervo do autor no Centro de Estudos Victor Meyer <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Linhas-e-conceitos-basicos-da-politica-intern.-apos-a-II-guerra.pdf>

⁷ *Arbeiterpolitik* (1948–1950) publicação disponível na página do grupo de esquerda alemã, existente até hoje: <http://www.arbeiterpolitik.de/index.htm>

⁸ Intitulada uma revista socialista independente, *Monthly Review* era então editada por Paul Sweezy e Leo Huberman. O volume 1, nº 1 da revista que traz análise do Pacto Atlântico, a China e o socialismo, data de maio de 1949. Publicação mensal, a revista existe até hoje. Os volumes dos anos 1949–51 estão disponíveis em <http://archive.monthlyreview.org/index.php/mr/issue/archive?issuesPage=30#issues>

Entre leituras citadas por ele próprio estão referências ao noticiário das agências internacionais, como United Press International e France-Presse, a artigos na imprensa estrangeira (*New York Times*, *The Economist*, *Times*, *Il Globo*) e a revistas como *Fortune* e *Perspectives*, a relatórios oficiais da Casa Branca dos EUA, do Secretariado da ONU, do *Commonwealth Economic Committee* e mesmo à Rádio Pequim. Os artigos publicados também trazem referências a obras.

A quem se destinavam os artigos: um leitor de esquerda

A tensa situação internacional acima sucintamente relatada era acompanhada diariamente pela grande imprensa brasileira, a exemplo do *Correio da Manhã*, com informações baseadas nas agências noticiosas do campo imperialista. De um lado, percebe-se que Eric Sachs polemiza de maneira discreta com a linha editorial do *Correio da Manhã*; por outro, havia também uma imprensa de esquerda e era quase certamente para os leitores desta que Eric Sachs escrevia para abrir uma alternativa fora do contraponto estalinismo-trotskismo.

Os trotskistas haviam cindido em 1938 com o PCB e estavam nucleados em torno de *Vanguarda Socialista*, sob liderança de Mário Pedrosa e principalmente por *Orientação Socialista*, do Partido Socialista Revolucionário, no qual se destacou Herminio Sachetta.

Talvez seu foco principal fossem os dirigentes e as bases do Partido Socialista Brasileiro, oriundo da Esquerda Democrática, com a qual Érico mantivera contato no final do Estado Novo. O PSB foi fundado em 1947 e seu principal órgão de imprensa era a *Folha Socialista*, editada desde final de 1946 pela Comissão Estadual do PSB de São Paulo.⁹ Gráficos e marceneiros estavam entre os operários leitores dos jornais de esquerda,

⁹ O periódico com edições entre 1947 a 1950 está disponível no *Marxists Internet Archives*.

como atesta Otavino Alves da Silva, em seu depoimento concedido à revista *Teoria e Prática*.¹⁰

Que ele se dirigia a este leitor fica evidente no artigo “O espectro da guerra civil” (*Correio da Manhã*, 15/01/1950, p.3), dedicado à situação na Itália. Mas, ironicamente, após analisar a grave situação social e a derivação política do governo De Gasperi cada vez mais à direita, deixa para o final o comentário que dá sentido ao título, em apenas duas frases: “Mas se o leitor espera uma guerra civil, terá de ter paciência. Não há indícios de que tal acontecimento esteja perto”.

Artigos no *Correio da Manhã*, 1949–1951

Entende-se, em consequência, porque os artigos eram escritos supondo-se um conhecimento dos fatos. O leitor estaria acompanhando diariamente o noticiário, de modo a ser capaz de contextualizar as interpretações sobre eventos, processos ou relações abordadas.

Ao lermos os artigos sobre a situação internacional, escritos por um periodista recém-ingresso no campo do jornalismo, percebemos uma maturidade intelectual rara em jovens que, como Érico, então com 27 anos, tinha apenas nível fundamental de escolarização.

Na análise dos artigos destacamos algumas características de seu trabalho como periodista: a primeira é o modo como constrói o artigo, geralmente a partir da apresentação e do exame de um aspecto particular da situação internacional, sempre com um tom crítico destilado por fino humor; a segunda é a intenção de diálogo, com a busca de uma reflexão, por parte do leitor, de um determinado problema; em decorrência, tem a preocupação em apresentar de modo mais profundo, conceitual ou teoricamente, esse problema, ou seja, de desenvolver

¹⁰ Otavino ingressou no PCB em 1951, tendo feito contato por meio do jornal *O Momento*, do partido. Em 1961, participou da fundação da POLOP. Ver entrevista no portal da Fundação Perseu Abramo em [http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/](http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/memoria-entrevista-otavino-alves-da-silva) editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/memoria-entrevista-otavino-alves-da-silva

um trabalho educativo ou o que, em política revolucionária, se denomina “propaganda”; mas tal preocupação implica em enfrentar o desafio político e ideológico da forma, de não poder usar uma linguagem marxista em artigos publicados num jornal burguês e anticomunista; e por último, a cuidadosa análise empírica do desenvolvimento das contradições apontadas, com o que também procura equacionar o desafio da forma, face a uma autocensura controlada.

Nos artigos publicados entre 1949 e 1951 se vislumbram elementos que se tornariam tendências e se imporiam depois e que hoje estão “consolidadas” (o papel da Alemanha na unificação europeia, por exemplo) e ameaças à dominação imperialista hegemônica pelos EUA que, atualizadas pelas transformações ocorridas desde o final do século XX, são hoje protagonizadas pela Federação Russa e pela República Popular da China.

O primeiro artigo, publicado em 21 de setembro de 1949, intitula-se “À margem do Relatório Truman”, tendo como foco a pergunta de se os EUA estavam à beira da depressão. Observa que no relatório assinala-se que o país atravessara um ano de prosperidade sem precedentes e particularmente o comércio exterior tivera nesse desempenho um papel fundamental, mas era também a “espinha dorsal dos negócios mundiais”. Esse papel os EUA puderam assumir por terem sido “o arsenal de duas guerras mundiais e dos períodos de reconstrução” seguintes. Após avaliar a conjuntura, na qual se evidencia o decréscimo da produção e dos negócios, Érico aponta para as imposições do ciclo econômico à qual nenhum país de economia privada (capitalista, diríamos) poderia subtrair-se. A partir deste ponto observa-se no artigo a intenção de analisar o relatório sob o ponto de vista teórico. Retoma o relatório econômico da Casa Branca para apontar que o presidente, contrário à ideia de que os EUA estivessem à beira da depressão, alerta para o pânico implicado pelo derrotismo. Nesta passagem, Érico coloca em relevo o elemento “subjetivo” na política econômica, ou seja, a

posição do Estado numa economia privada cujo funcionamento segue as leis “mais ou menos estabelecidas, isto é, expandindo-se ou se retraindo segundo as oscilações dos lucros”.

A propósito do “elemento subjetivo na política”, aponta a ressonância dos ensinamentos de Keynes, identificada na leitura que faz do artigo de um discípulo, publicado na revista *Fortune*, “porta-voz da opinião das altas esferas da indústria e do comércio” (porta-voz ideológico da grande burguesia, diríamos), de que a política econômica opera numa economia privada e adverte aqueles que veem os gastos estatais como um remédio mágico para a crise: “Em suma: economia política contra política econômica”. Um aspecto importante é a observação feita por Érico de que a tensão entre economia política e política econômica costuma apresentar-se nos momentos de crise econômica.

Conclui o artigo com uma avaliação realista, estimulando o leitor a acompanhar a evolução da conjuntura.

Há vários artigos em que aspectos econômicos são abordados, os quais podem ser apreciados como aprofundamentos da análise do papel hegemônico dos EUA no mundo capitalista em reconstrução naqueles anos. O peso dos fatores políticos ou das relações interestatais no contexto da luta entre dois blocos mundiais é sempre destacado, quando oportuno. É o caso do artigo “A Conferência de Washington”, de 15/09/1949, no qual examina as dificuldades financeiras da Grã-Bretanha, cujo edifício, antes um colosso europeu e colonial, encontra-se abalado. Apesar da imposição do ajustamento ao domínio do dólar, a Grã-Bretanha pode não sacrificar a libra e o motivo, argumenta Érico, deve-se menos à força econômica da moeda do que a fatores políticos. Entenda-se: por ser o aliado preferencial dos EUA no Pacto Atlântico.

Os temas propriamente políticos, ou seja, das relações interestatais entre e em cada um dos blocos mundiais são tratados geralmente de acordo com o mesmo método, a saber, o exame particular de uma situação.

Uma exceção é o artigo “A propósito de Yalta” (04/09/1949). Escrito para dar conta do debate revisionista que tomava conta na imprensa norte-americana acerca dos ganhos da política de Roosevelt com os acordos de Yalta (11 de fevereiro de 1945), Érico apoia-se no livro *The Yalta Conference*, de Edward R. Stettinius, Secretário de Estado nesta conferência. Ao contrário da tese revisionista, defende a ideia, com base neste autor, de existirem evidências de ser Yalta o símbolo de uma política russófila e que, pelo contrário, os ganhos maiores ficaram com os EUA e não com a URSS. Examina a conferência sob os aspectos do poder de veto das potências no Conselho de Segurança da ONU, da fronteira ocidental da Polônia e da reparação de guerra da Alemanha para a URSS.

A par dos argumentos específicos em torno de cada uma dessas questões, respondendo-as sob a linha de um favorecimento dos EUA, situa a questão de método de fato relevante: “Para apreciar o resultado da conferência é preciso considerar em primeiro lugar as relações de força existentes na ocasião” e de sua projeção para um cenário de pós-guerra. Pergunta então, sem responder diretamente, quem se teria beneficiado de uma ruptura inicial entre os Aliados ou de um choque que não fosse atenuado no quadro da ONU. A resposta à questão deixaria claro que Yalta destinou a parte do mundo colonial, atrasada, para ficar sob a influência da URSS; mais ainda, que o governo de Stálin havia abdicado de apoiar a revolução nos países em que a luta antifascista conduzira os comunistas a participar dos governos de unidade nacional, ou seja, de colaboração de classes. Mas Yalta acarretou a inegável constituição de uma Europa Ocidental, do Plano Marshall e do Pacto Atlântico, afirma, “filhos legítimos da política ocidental”. E conclui: “E é pouco provável que pesquisas históricas mais sérias não restabeleçam essa paternidade, posta em dúvida de maneira barulhenta”.

Obviamente a explosão da bomba atômica pela URSS¹¹ é tratada e ocupa mais de um artigo, como “À margem do problema atômico”, “O mistério russo” e “Círculo vicioso”.

Mas, ao invés de dar prioridade para a espionagem como uma das formas da “guerra fria”, Érico procura sempre deslocar a ênfase para as questões relacionadas à “soberania”, ao poder político nacional e suas implicações nos sistemas de alianças internacional. No artigo “O mistério russo” (22/12/1949), ao abordar as denúncias da imprensa norte-americana e do próprio governo Truman de que havia sido violado o maior segredo da última guerra, o periodista propõe examinar o problema sob o ângulo da possibilidade concreta de a URSS utilizar as informações baseadas na espionagem, com o que a indústria e a capacidade científico-técnica soviética existentes passam a primeiro plano da análise. O problema da corrida armamentista (“Círculo vicioso”, em 09/02/1950) deve ser situado nesta perspectiva.

Com o fim do monopólio nuclear norte-americano, os confrontos militares assumiriam um caráter limitado. A primeira oportunidade desse confronto surgiu, como veremos adiante, com a transformação dos contínuos enfrentamentos ao longo do Paralelo 38 – que definia os limites entre Coreia do Norte e do Sul – em combates de larga escala.

Outro aspecto sobre a questão nuclear analisado (“Perspectives”, em 24/11/1949) é o das implicações da explosão da

¹¹ A explosão da primeira bomba atômica soviética no polígono de Semipalatinsk, ao noroeste da República Soviética do Cazaquistão, em 29 de agosto de 1949, tomou o governo americano de surpresa, dado que tanto os cientistas como a própria CIA haviam assegurado que precisariam de dez anos para fabricarem armas nucleares. Logo constataram o papel da espionagem realizada por Klaus Fuchs, um físico alemão refugiado na Inglaterra, convidado por Oppenheimer a participar do Projeto Manhattan, devido a seus importantes conhecimentos em pesquisa nuclear. Mais do que uma vitória russa no campo da espionagem, que passaria a ser um dos métodos relevantes da guerra fria, foi a desativação do chamado “Pano Dropshot”, mediante o qual o governo de Truman pretendia desfechar golpes nucleares preventivos contra o território da URSS, se assim considerasse necessário aos interesses estratégicos globais dos EUA. Alexander Ratsimor. Alguns dos segredos da primeira bomba atômica soviética. Fonte: http://sp.rian.ru/opinion_analysis/20121003/155152404.html. Traduzido por Dinâmica Global. Disponível em <https://dinamicaglobal.wordpress.com/historica/alguns-dos-segredos-da-primeira-bomba-atomica-sovietic/>

bomba atômica pelos soviéticos no rearmamento dos países do Pacto Atlântico, destacando na pauta o rearmamento da Alemanha e o deslocamento do eixo da política americana no continente europeu da França para a Alemanha.

Quanto à Alemanha, diversos artigos tratam da questão da reconstrução econômica, da divisão do país entre os dois blocos e do rearmamento que pautam o governo Adenauer, na luta pela reconquista da soberania nacional e da centralidade na Europa Ocidental.¹²

O risco do retorno dos nazistas é examinado em dois artigos. Em “O memorando de Von Manteuffel” (16/04/1950), a propósito da reivindicação de Adenauer de dispor de garantias militares das potências de ocupação para a Alemanha (frente à URSS), Érico registra, de passagem, ter a imprensa comentado que o chanceler teria se tornado vítima de uma associação de ex-gerais da *Wehrmacht*. Chama atenção para o fato do memorando enviado pelo General Hasso Von Manteuffel, comandante das Divisões *Panzer* (Blindadas) ao governo Adenauer trazer a proposta do rearmamento alemão integrado no sistema de defesa da Europa, isto é, na OTAN. Adenauer o publicou oficiosamente, sem comentários e, portanto, sem poder ser responsabilizado pelo seu conteúdo. No artigo “Bruderschaft” (18/04/1950) nomeia assim a associação militar referida no artigo anterior. A organização recrutava seus membros entre militares desempregados e “deslocados da vida civil”, porém não entre os mais altos representantes da hierarquia da *Wehrmacht*. Destaca que sua organização era tolerada pelas

¹² O desmonte da indústria e a desmilitarização da Alemanha dividida, propostos no Plano Morgenthau, adotado por Roosevelt em 1945, foram abandonados definitivamente em 1949, depois de uma prolongada crise econômica, em decorrência da qual o país recuou para uma situação generalizada de escambo e mercado negro. O governo Adenauer denominou o Plano de “vingança judaica”. Mas nunca chegou a acontecer um processo radical nos termos daquele Plano, pois as potências de ocupação do Pacto Atlântico impediram a expropriação das grandes propriedades capitalistas, a exemplo das empresas de carvão e aço do Ruhr, base da indústria bélica e também limitaram a desnazificação ao nível superior do oficialiato e dos dirigentes do vasto emaranho estatal do nazismo, em seguida abolido.

forças de ocupação, observando que isso provavelmente se devia a sua insignificância numérica, mas também por favorecer a ideia de representar um contrapeso às formações militares do lado oriental, sob ocupação soviética. A associação constituía a corrente de extrema direita na Alemanha; Érico destaca a persistência, nesse grupo, do sonho nazista de conquistar a hegemonia mundial a partir da Europa que, aliás, pressupunha um sistema de alianças no velho continente no qual os vizinhos da Alemanha teriam o papel de colaboracionistas. Contudo, vale citar suas próprias palavras, “o europeísmo de um exército derrotado tem pretensões mais modestas, visa simplesmente recuperar as posições perdidas em consequência da *débâcle*”.¹³

A organização de um exército alemão integrado no europeu, sob o comando das potências atlânticas, passa a ser vista sob o ângulo do renascimento do nacionalismo alemão e do problema de soberania colocado pela formação de um exército próprio, principalmente pelo governo da França. Ou seja, aponta para a permanência das contradições no interior do Pacto Atlântico.

Contudo, a cooperação é o aspecto de maior peso nas relações interestatais dentro do Pacto. No artigo “Um só mercado?” (08/03/1950) observa que a unificação não era levada a sério no continente europeu, mas sim nos EUA. Ao lado de um vago projeto de criação de um mercado comum sob a forma de comércio livre e multilateral defendida pelo governo Truman (o que ia ao encontro da exportação de capital americano), Érico assinala a existência de “uniões regionais”, cuja estabilidade e repercussão teriam ainda de passar pela prova de fogo da competição mundial. Tais uniões são reportadas no artigo “Perspectiva de riqueza demasiada?”

¹³ A leitura dos artigos de Érico põe abaixo a pretensa descoberta da existência de uma força paramilitar na Alemanha entre 1949–1950, secreta inclusive para o governo alemão e as potências ocidentais, pelo historiador Agilof Kesselring. A informação foi divulgada na revista *Der Spiegel* e noticiada pelo jornal *O Globo* pouco depois, em sua edição de 27/05/2014.

(04/02/1950) e remetem à criação do Tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que foi assinado em 13 de abril de 1951, mas posto em funcionamento a partir de 1953, assunto que incluiria a organização desse embrião de mercado comum e da formação da futura Comunidade Europeia. Mas este é um assunto fora dos limites temporais da série de artigos aqui examinados.

De qualquer modo, a integração alemã é considerada o maior desafio do Pacto Atlântico. Tão urgente quanto a mudança do cenário mundial então em curso (“Desenvolvimento”, em 20/09/1950).

O que dramatiza a situação mundial a partir de 1950 é a Guerra da Coreia. Até a sua eclosão, os EUA ainda consideravam a China uma possível versão asiática do titoísmo, em contradição com a URSS (“Na China”, em 14/12/1949), processo de cisão que iria ocorrer uma década depois. A Guerra da Coreia¹⁴ obriga à retirada dessa carta do jogo diplomático americano.

No artigo “Coreia” (06/07/1950) toma-se como questão o âmbito localizado do conflito, em decorrência da observância, pela URSS, dos acordos de Yalta. O uso do termo “conflito local” não deve deslocar a importância geral que a Guerra da

¹⁴ O governo sul-coreano, eleito de modo violento em 20 de julho de 1948, havia sido imposto pelas tropas de ocupação norte-americanas com apoio do exército japonês, e as forças policiais sul-coreanas de colaboração, derrotadas em 1945, contra um movimento anticolonial e anti-imperialista. Ver Michel Chossudovsky. *Guerra dos EUA contra o povo da Coreia: o recorde histórico de Crimes de Guerra dos EUA*. Global Research, 2013. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/author/michelchossudovsky>. Tradução disponível em <http://wzbvornyxpress.blogspot.com.br/2013/10/coreia-recorde-historico-de-crimes-de.html>. No ano de 1946, em decorrência da exclusão dos coreanos acerca do futuro de seu país – a URSS, diga-se de passagem, procurou manter o *status quo* da divisão da Coreia, firmado com os EUA na Conferência de Potsdam (julho-agosto de 1945) – protestos nacionalistas tomaram conta, greves assolaram e levantes populares de grandes proporções conduziram as forças de ocupação americana a decretar a lei marcial. Em abril de 1946, a insurreição na Ilha de Jeju terminou com 60 mil pessoas mortas. É por isso que o historiador Bruce Cumings afirma que a guerra civil está nas origens da guerra na Coreia. Para saber mais, acessar https://en.wikipedia.org/wiki/Bruce_Cumings.

Coréia teve no cenário mundial, afirma o periodista.¹⁵ Traça um paralelo com a *strategischer Aufmarsch*, “a corrida pelas posições mais favoráveis [que] dá lugar às primeiras escaramuças de uma conflagração [e] que, com o tempo, parece tornar-se sempre mais difícil evitar.” A comparação nos faz lembrar os riscos de um enfrentamento direto entre os exércitos americano e russo no cenário da guerra civil da Síria.

A avaliação de conjunto da Guerra da Coreia do ponto de vista das relações entre os dois blocos é examinada no artigo “Os participantes do Pacto Atlântico aceleram as conversações” (09/08/1950). O artigo inicia com uma referência à denominação “país da manhã calma” (Choson) dado à Coreia,¹⁶ falando no aumento de mortos, feridos e desaparecidos, enquanto os componentes do Pacto Atlântico se reuniam em Paris. Baseando-se em informações do correspondente parisiense do *New York Times*, Érico considera que “a preocupação fundamental das potências ocidentais [na Velha Europa] está em salvaguardar o precário equilíbrio de sua existência econômica que, se abalado novamente, poderá inutilizar as medidas de segurança militar”. Em outros termos, a guerra era uma responsabilidade americana.

Uma das consequências dessa mudança na correlação de forças no plano internacional foi o fortalecimento da Repú-

¹⁵ A ofensiva norte-coreana desencadeada em junho de 1950, inicialmente bem-sucedida, levou o governo do sul a evacuar a capital, mas, antes de fugir, o presidente Syngman Rhee, ordenou, em 28 de junho de 1950, o massacre de pelo menos 100 mil suspeitos de simpatia pelo comunismo, executados sem julgamento. Fato é que a ofensiva norte-coreana, com a tomada de Seul na mesma data, criou uma situação de impasse para os EUA. Na medida em que a URSS, voltada para manter o *status quo* da divisão do mundo em Yalta, declarou não intervenção na Coreia, o governo Truman, apoiado na resolução 83 do Conselho de Segurança da ONU, da qual aliás, os soviéticos se abstiveram, ordenou o ataque de alvos na península coreana. A intenção norte-americana de transpor o Paralelo 38 após derrotar as tropas norte-coreanas no sul desencadeou a guerra, com a entrada de tropas da China no norte e o apoio de suprimentos militares da URSS. O armistício firmado em 27 de julho de 1953 restabeleceu as fronteiras em torno do Paralelo 38, mas a guerra teve um desfecho sem uma vitória militar decisiva para ambos os lados.

¹⁶ Uma tradução mais correta seria “país da manhã fresca”, mas a adotada pelo periodista contrasta melhor no contexto examinado.

blica Federal Alemã, do ponto de vista econômico, com a retomada do crescimento e apoio do Plano Marshall, e político, com sua integração ao sistema imperialista sob a forma de país soberano, ou seja, seu rearmamento e a incorporação de parte dos oficiais da Reichswehr no novo Exército, sob a supervisão da recém-criada Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).¹⁷ A mesma repercussão irá ocorrer na Ásia, anotada em diversos outros artigos, na ratificação do acordo de paz com Tóquio, no apoio americano à República Nacionalista em Formosa e ao surgimento de novos países, como a Indonésia e a Indochina, no sudeste asiático.

O último artigo da série intitula-se “Bevin retira-se” (25/03/1951). Neste, Érico Sachs se debruça sobre a relevância do apoio político interno (ou das relações de classe sob hegemonia burguesa) para a implementação da política externa em um país que perdera o protagonismo mundial. Toma como referência o afastamento de Ernst Bevin, Ministro do Exterior da Inglaterra, por motivo de doença (ele viria a falecer em 14 de abril de 1951), para demonstrar como “a defesa dos interesses britânicos nos quatro cantos do mundo” obteve apoio entre as próprias *Trade Unions* e parte da facção parlamentar do governo trabalhista. A relevância de Bevin estava exatamente em “convencer o trabalhismo radicalizado do pós-guerra da necessidade de apoiar uma política anticomunista”, algo inviável para um conservador naquele momento. A burguesia inglesa podia, portanto, contar com o apoio de uma corrente conservadora, ou como disse Lênin e seus companheiros da Terceira Internacional, uma tendência burguesa no interior do movimento operário, dividindo-o e enfraquecendo-o em sua luta pela emancipação social.

¹⁷ Adenauer teria feito a respeito o seguinte comentário: “Vocês acham que podemos colocar no comando do Exército jovens recrutas de 18 anos?”

**Artigos de Érico Sachs no jornal *Correio Da Manhã* –
Hemeroteca da Biblioteca Nacional**

Edição	Data	Título	Página
17283	21/07/1949	À margem do relatório Truman	2
17286	24/07/1949	Inflação e deflação nos Estados Unidos	2
17291	30/07/1949	Preparam-se os conservadores britânicos	1
17292	31/07/1949	A carência de dólares	1
17296	30/07/1949	Na França	2
17299	09/08/1949	A nacionalização do aço na Inglaterra	4
17307	18/08/1949	Problemas nipônicos	4
17312	27/08/1949	As relações sino-norteamericanas	4
17322	04/09/1949	A propósito de Yalta	4
17324	07/09/1949	Iugoslávia	3
17328	11/09/1949	[Comentários ao artigo de Érico Sachs]	1
17331	15/09/1949	A Conferência de Washington – Resposta aos comentários	3
17333	23/09/1949	Uma nova Alemanha?	3
17335	20/09/1949	Questões petrolíferas	3
17336	21/09/1949	A desvalorização	3
17340	25/09/1949	O outro lado da medalha?	3
17345	01/10/1949	Relações internacionais	2
17348	05/10/1949	Após a desvalorização	2
17351	08/10/1949	A renúncia do governo francês	3
17353	11/10/1949	Duas Alemanhas?	3
17366	26/10/1949	Lord Beaverbrook faz das suas	3
17387	22/11/1949	Um acordo sobre a energia atômica?	5
17389	24/11/1949	Perspectives	3
17391	25/11/1949	A vez dos economistas	3
17395	01/12/1949	O futuro de Bonn	5
17396	02/12/1949	Tudo depende das circunstâncias	3
17399	06/12/1949	Do lado soviético	3
17401	08/12/1949	Na Itália	3
17406	14/12/1949	Na China	3
17407	15/12/1949	Taicho Kostoff	3

Edição	Data	Título	Página
17410	22/12/1949	À margem do problema atômico	3
17415	24/12/1949	O mistério russo	3
17417	27/12/1949	O aproveitamento industrial da energia atômica	3
17423	03/01/1950	No Ruhr	3
17424	04/01/1950	A deixa de 1949	3
17428	08/01/1950	A mensagem de Truman	3
17429	10/01/1950	A nova política	3
17432	12/01/1950	O camponês na Europa Oriental	3
17435	15/01/1950	O espectro da guerra civil	3
17439	20/01/1950	A Commonwealth na Ásia	3
17444	26/01/1950	O roteiro de Philip Jessup	3
17446	28/01/1950	Indonésia	3
17452	04/02/1950	Perspectiva de riqueza demasiada?	5
17456	09/02/1950	Círculo vicioso	3
17458	11/02/1950	Novos encontros	3
17461	15/02/1950	E a União Europeia?	3
17462	16/02/1950	Primeiros resultados	1
17464	18/02/1950	As primeiras reações	3
17465	19/02/1950	Prepara-se uma mesa verde	3
17466	23/02/1950	O pleito britânico	1
17467	24/02/1950	A presença da América Latina	3
17470	28/02/1950	Dificuldades europeias	3
17473	03/03/1950	O dilema	3
17475	05/03/1950	Impasse?	3
17477	08/03/1950	Um só mercado?	3
17479	10/03/1950	Uma voz norte-americana	5
17481	12/03/1950	Na Inglaterra, depois das eleições	3
17482	14/03/1950	Problemas agrícolas	1
17483	15/03/1950	Borracha	5
17484	16/03/1950	Concluída a missão de Jessup	5
17485	17/03/1950	As palavras de Acheson	5
17486	18/03/1950	Volta à tona o problema alemão	3
17489	22/03/1950	Atividade no Ruhr	3

Edição	Data	Título	Página
17490	23/03/1950	Idealismo econômico e realidade	5
17493	26/03/1950	Liberalismo econômico	3
17496	30/03/1950	As formas da integração	3
17497	31/03/1950	A economia mundial em 1949	3
17498	01/04/1950	O rublo	3
17499	02/04/1950	A controvérsia petrolífera	3
17504	09/04/1950	A América vista por Harold Laski	3
17505	11/04/1950	Cairo	3
17509	15/04/1950	Uma história que se repete	3
17510	16/04/1950	O memorando de Von Manteuffel	3
17511	18/04/1950	Bruderschaft	3
17514	21/04/1950	Diplomacia total	3
17516	23/04/1950	A reunião dos chanceleres	3
17521	29/04/1950	É o tom que faz a melodia	3
17525	05/05/1950	A reserva americana	3
17530	11/05/1950	Estabilidade	5
17535	17/05/1950	O comunicado	5
17538	20/05/1950	A união franco-alemã	5
17539	21/05/1950	Progride a reintegração	3
17540	23/05/1950	Abd El Krim	2
17541	24/05/1950	A caça ao espião	3
17544	27/05/1950	Encontro dos doze	3
17545	28/05/1950	Queixas da indústria europeia	3
17547	30/05/1949	Encontro em Tóquio	3
17548	01/06/1950	No Sueste	3
17549	02/06/1950	Trigve Lie tem esperanças	3
17553	07/06/1950	Nervosismo	5
17555	09/06/1950	Redivivus	5
17561	16/06/1950	Os trabalhistas ingleses discutem a sua estratégia política	5
17562	17/06/1950	Na Inglaterra	3
17564	20/06/1950	No Leste do Elba	3
17566	22/06/1950	"A La Hausse"?	3
17575	02/07/1950	A vez do Irã	5

Edição	Data	Título	Página
17576	04/07/1950	A resposta da Liga	3
17578	06/07/1950	Coreia	5
17580	08/07/1950	Os aliados mais eficientes da Rússia	5
17584	13/07/1950	Crise	5
17585	14/07/1950	Aspectos militares	5
17593	23/07/1950	Teste	3
17594	27/07/1950	No Irã	7
17596	27/07/1950	A Liga Árabe enfrenta a crise da Coreia	5
17600	01/08/1950	Defesa do Ocidente	3
17603	04/08/1950	Um marechal escreve História	3
17605	06/08/1950	A Inglaterra estará "perdendo a face"?	5
17607	09/08/1950	Os participantes do Pacto do Atlântico aceleram as conversações	3
17614	17/08/1950	O ponto de vista norte-americano	5
17617	20/08/1950	Rearmamento	5
17633	08/09/1950	Um novo round	5
17638	14/09/1950	Despesas	5
17643	20/09/1950	Desenvolvimento	3
17646	23/09/1950	A contribuição	5
17650	28/09/1950	Em torno da guerra preventiva	3
17655	04/10/1950	A propósito de um aniversário	3
17705	03/12/1950	Sondagens	3
17717	17/12/1950	Sintomas	6
17733	07/01/1951	Depois de Bruxelas	3
17742	18/01/1951	Taft secunda Hoover	3
17751	28/01/1951	Na Grã-Bretanha	3
17786	13/03/1851	A Conferência de Istambul	3
17796	25/03/1951	Bevin retira-se	3

A POLOP NAS ESTANTES – UM BALANÇO DA HISTORIOGRAFIA

Eurelino Coelho

Com relativa exceção do PCB e, se decidirmos classificá-los como de esquerda, dos trabalhistas, a história das organizações de esquerda que atuaram no Brasil no século XX ainda é pouco estudada e, por isso mesmo, pouco conhecida. Se compararmos o volume da nossa historiografia sobre a esquerda, seja em formato acadêmico (teses, dissertações) ou publicada (livros, revistas especializadas), com a que encontramos em países como Itália, França, Inglaterra ou Argentina, a diferença salta imediatamente aos olhos. Essa escassez de interesse merece ser estranhada, ao menos, para os momentos em que aquelas organizações incomodaram vivamente o Estado e foram por ele consideradas – e combatidas – como um problema político muito sério.

Foi o que ocorreu no período correspondente à existência da POLOP, dos últimos anos da década de 1950 até o final da ditadura militar, que foi marcado pela intensificação da luta política no país e deu ocasião ao surgimento de vários grupos de esquerda, multiplicando as alternativas programáticas e organizativas que, lutando por seus objetivos, disputavam espaço entre si. A significativa agitação da vida política nacional decorrente da atuação daqueles grupos, alguns com ações armadas

(e da mobilização do grande aparato repressivo estatal para combatê-las), contrasta com a pequena atenção a elas dedicada pelos pesquisadores da história do Brasil recente. Nas prateleiras de livrarias e bibliotecas universitárias a historiografia da esquerda ocupa, comparativamente, espaços relativamente pequenos. A explicação para este fenômeno, que supõe uma pesquisa ampla do campo historiográfico na atualidade, não será tentada aqui. Mas é preciso ter este quadro em mente quando se inicia um balanço da produção historiográfica sobre a POLOP.

Por sua dimensão quantitativa, observada em números absolutos, a historiografia sobre a POLOP pode parecer diminuta, mas em termos relativos, ou seja, levando em conta o pequeno número do total de trabalhos dedicados à história da esquerda como um todo, não é assim. Levantamento feito na rede mundial de computadores com ajuda de instrumentos de busca nos fazem acreditar que, exceto o PCB, nenhuma outra organização de esquerda no Brasil foi tema de trabalhos acadêmicos e publicações especializadas de história mais vezes do que a POLOP. Aliás, parece delinear-se um crescimento recentíssimo do interesse pela história da POLOP, como veremos. Por detrás deste impulso está a atividade do Centro Victor Meyer, que tomou medidas cruciais para a preservação da memória da organização. Graças aos esforços dos membros do CVM e ao fato de que a POLOP (e nela, em especial, Érico Sachs) sempre se caracterizou pela abundante produção de textos, têm sido postas à disposição dos pesquisadores bases documentais extensas e valiosíssimas, grande parte ainda inexplorada.

As estantes que examinamos continham apenas textos oriundos de pesquisas sobre a história da POLOP. Não consideramos as narrativas e reflexões de cunho memorialístico de ex-militantes, o que certamente ampliaria bastante o nosso corpus. Este é um material riquíssimo para a pesquisa histórica que permanece quase inexplorado – compartilhando a sorte dos demais estudos sobre a esquerda – mas, exatamente por isso, apresenta desafios cuja complexidade e extensão estão

além do nosso alcance neste momento.¹ Tampouco foram incluídos textos sobre a trajetória da POLOP produzidos como armas na luta política travada seja no interior da organização seja contra ela, ou para cumprir objetivos pedagógicos/formativos traçados por instâncias dirigentes. Esses textos, relativamente numerosos nos acervos históricos disponíveis,² são fontes imprescindíveis para a pesquisa histórica, na medida em que dão acesso a modos de ver a história da POLOP que foram construídos e empregados por autores como recursos úteis à sua atividade militante, individual ou coletiva. Por isso mesmo é que preferimos interpretá-los como mais um aspecto da própria história da POLOP, ou seja, como fontes primárias.

Por fim, não trataremos da bibliografia, que possui dimensões apreciáveis, dedicada a temas que, conquanto inseparáveis da trajetória da POLOP, foram objeto de investigações especializadas que privilegiavam aspectos outros que não a história da organização. Este é o caso, por exemplo, das discussões a respeito da teoria da dependência ou de determinados conceitos, como subimperialismo ou cooperação antagonica. Tais construtos teóricos não apenas foram formulados ou retomados por intelectuais ligados organicamente à POLOP, mas foram concebidos ou desenvolvidos em estreita conexão com a vivência da práxis revolucionária experimentada na organização. Sobre esses temas não existe escassez de trabalhos, mas qualquer balanço a respeito deles exigirá mergulhar nas complexas problemáticas que orientaram aquelas produções, o que escapa aos objetivos mais modestos deste nosso esforço.

¹ Para citar somente dois exemplares deste rico conjunto: BAIARDI, Amílcar. “Bira como rearticulador local da POLOP na Bahia nos meses que se seguiram ao golpe de estado de 1964”. In: SALLES, João Carlos. *Filosofia e consciência social. Homenagem a Ubirajara Dorea Rebouças*. Salvador, Quarteto, 2016; MEYER, Victor. “O Labirinto. Encontros Clandestinos entre a vida e a morte”. Salvador, [sd], mimeo.

² O exemplo mais conhecido e muito citado em reconstituições históricas da POLOP é o texto de Raul Villa (pseudônimo de Eder Sader) “Para um balanço da P.O.” *Brasil Socialista*, ano II, n. 7, outubro de 1976.

Ao longo de sua existência, que foi menos curta que a da maioria das organizações revolucionárias de esquerda no Brasil, a POLOP incomodou. Sua defesa intransigente do princípio da independência de classe, suas duras críticas à linha política do PCB ou à precipitação das organizações que adotavam o foquismo de modo automático, suas divergências a respeito da condução das lutas contra a ditadura nos anos 1970... há muitos pontos de discórdia entre a POLOP e o restante da esquerda. Nas estantes que percorremos encontramos ecos dessas dissonâncias. Aparecem com frequência acusações e defesas apaixonadas não apenas a respeito de temas que, em seu devido tempo, foram objeto de disputa política real, mas também sobre o alcance ou a atualidade de conceitos e teses. Em certa medida, é o próprio significado histórico daquela trajetória que se mantém como questão aberta para os pesquisadores. Não deixa de ser surpreendente esta capacidade persistente de gerar incômodo para uma organização que esteve longe de ser hegemônica e que desapareceu de modo quase melancólico:

Insignificante do ponto de vista numérico, isolado do epicentro das grandes mobilizações que envolviam o nascimento do PT e da CUT e fragmentado em mínimas facções regionais, o grupo dissolveu-se de modo lento, sem haver um desfecho bem definido no tempo.³

O que haveria de tão inquietante nas marcas que aquela trajetória deixou no passado?

As páginas que seguem foram concebidas como uma apresentação, um convite à leitura da historiografia sobre a POLOP. Além do inventário das obras, procurei fazer um mapeamento de temas e questões privilegiadas, um panorama do que se pode encontrar sobre a POLOP nas prateleiras

³ MEYER, Victor. “Frágua inovadora: o tormentoso percurso da POLOP”. In: STOTZ, Eduardo. *O tempo no planetário e outros ensaios*. Rio de Janeiro, ed. do Autor, 2008, p. 141.

das boas bibliotecas ou nos bancos de teses universitárias. Tais mapas permitiram divisar os pontos sobre os quais foi tecida a trama historiográfica: confluências e dissensos, zonas de luz e de sombra, superposições, repetições e deslocamentos. O resultado do inventário é apresentado abaixo em duas partes, ambas organizadas cronologicamente: na primeira examinamos textos que foram endereçados a públicos maiores, no formato de livros ou artigos em periódicos; na segunda parte visitaremos a produção acadêmica, de circulação mais restrita e que, neste caso, tem o formato de dissertações de mestrado (sete dissertações). Uma das descobertas destas leituras foi a da existência de dois modos de conduzir a pesquisa histórica sobre a esquerda, dois paradigmas, por assim dizer. Um deles prioriza a apreciação do valor político das posições assumidas pela organização ao longo de sua trajetória, o outro, sem necessariamente se omitir quanto à avaliação do papel histórico da organização, formula problemáticas voltadas mais diretamente para a decifração de enigmas históricos identificados naquela trajetória.

I. LIVRARIAS E BANCAS

Precursores

Os textos mais antigos⁴ que se enquadram nos critérios de nosso corpus foram escritos por Marco Aurélio Garcia como parte da série “Contribuição à história da esquerda brasileira (1960–1979)”, publicada no jornal *Em Tempo* entre 1979 e 1980. Aquele jornal era, então, uma “frente jornalística” que se propunha a “ser um jornal nacional, que fosse referência para os setores de esquerda que haviam sobrevivido ao regime mili-

⁴ Registre-se que em 1966 Theotônio dos Santos apresentou na Universidad de Concepción (Chile) o seu *La Izquierda Brasileña: Historia y Perspectiva*. Menciona as origens da POLOP, suas formulações no período anterior a 1964 e seus problemas pela ausência de bases de massas e pelo fracasso da frente com o PCdoB e o MRT. O texto, do qual conhecemos a cópia digital do original mimeografado, permanece quase desconhecido até os nossos dias.

tar, e que se encontravam atomizados e pulverizados”.⁵ Ainda sem vínculo orgânico com qualquer partido ou organização (situação que seria alterada depois da fundação do PT), era distribuído nas bancas de revista que aceitassem o risco ou por colaboradores atuando em diversas cidades brasileiras. Através do *Em Tempo*, Garcia, historiador profissional e ex-militante do POC, fazia chegar pela primeira vez a um público maior que a militância organizada o conhecimento sobre a história de grupos de esquerda que haviam lutado contra a ditadura militar.

Os artigos sobre a POLOP e o POC, que saíram em edições de outubro de 1979, merecem atenção não apenas por serem os mais antigos, mas por anteciparem alguns dos temas e problemas que não mais seriam abandonados pela historiografia posterior. De fato, alguns anos ainda se passariam até que aparecesse outra publicação com informações mais completas sobre a história da POLOP. O primeiro parágrafo do primeiro texto já anuncia alguns dos temas que se tornariam recorrentes: “... ainda que fosse um minúsculo grupo formado no essencial por intelectuais e estudantes e muito poucos trabalhadores, representa, no entanto, um fenômeno novo”⁶. O tamanho diminuto e a pequena presença de quadros com origem na classe trabalhadora foram problemas debatidos exaustivamente pela própria organização e repercutiriam de modo intenso na historiografia. Também veio para ficar a questão do caráter pioneiro da POLOP na crítica de esquerda às posições do PCB, na caracterização da realidade brasileira como capitalista e na definição do caráter socialista da revolução. Ao mencionar o “fenômeno novo” Garcia tem o cuidado de lembrar da anterioridade histórica de “pequenos núcleos de inspiração trotskista” que, no entanto, não chegaram a reunir condições para intervir nas lutas políticas do país.

⁵ PONT, Raul. 30 anos de “*Em Tempo*”, 2007. Disponível em http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/artigos/item?item_id=115832, acessado em 23/02/2016.

⁶ “Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira”. *Em Tempo*, nº 84, 4 a 10 de outubro de 1979, p. 12. Nem todos os artigos da série traziam assinatura do autor.

Garcia identifica grupos que deram origem à POLOP, como a Liga Socialista Independente e a Mocidade Trabalhista de Minas e também reconhece o papel de “gravitação ideológica” exercido por Ernesto Martins (Érico Sachs). Thalheimer, Bukharin e o espanhol Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) são apontados como referências internacionais para aquele grupo que “*tentava fugir do estalinismo x trotskismo*”. Na polêmica com os trotskistas, lembra Garcia, a POLOP, por suas afinidades internacionais e por sua crítica ao trotskismo, era acusada de “centrismo”, uma questão a que os historiadores que vieram depois não deram maior atenção. O artigo destaca a ênfase com que a POLOP fez a crítica ao nacionalismo e associa às teses da organização o desenvolvimento de pesquisas posteriores, que viriam a conformar a teoria da dependência, e também a difusão de ideias para toda a esquerda: “Poucas organizações exerceram uma tal influência na esquerda brasileira como a Política Operária”⁷.

Momentos críticos da trajetória da organização foram mencionados no artigo, como o episódio conhecido como “guerrilha de Copacabana” e a acusação feita depois por Moniz Bandeira de que a POLOP seria “uma escola de delatores” ou a cisão de 1967, com o delineamento das diferentes posições defendidas pelos grupos paulista e mineiro que levaram ao “racha”. A proposta de avançar rapidamente para a luta armada e o questionamento da “inércia” que paralisava a organização teriam sido os argumentos apresentados pelos que romperam. Na luta interna que antecedeu à cisão, Garcia identifica outra questão onipresente, divisora de posições a respeito da avaliação do passado e da construção de rumos futuros: a acusação, endossada por ele, de que a POLOP “se ressentia enormemente de formulações” no campo da tática. O problema persistiria mesmo nas fases posteriores da trajetória:

⁷ Idem, *ibidem*, p. 13.

Esta incapacidade de enfrentar correta e concretamente os problemas centrais da luta política e ideológica no Brasil naquele momento vai ser responsável pela reabertura da luta interna nos anos 69 e 70 levando a uma cisão no POC com o consequente ressurgimento da POLOP, em meados de 70.⁸

Segundo Garcia, a formação do POC teria permitido à POLOP recompor numericamente parte da militância perdida com a cisão de 1967, mas não trouxe solução para as fragilidades políticas. Em 1968, quando ocorreram as greves de Contagem e Osasco e a agitação no Primeiro de Maio em São Paulo, situações aparentemente favoráveis a teses defendidas no partido, o POC “não se revelou capaz de conduzir e capitalizar as explosões operárias e populares”.⁹ Ao cobrir a trajetória do POC desde suas origens (recuperando a formação da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul) o autor assinala a

exiguidade de projeto (...) apesar dos 700 a 800 militantes que teve em sete estados do país (...) somado à inconsistência de sua formulação tática e, especialmente, a incapacidade que evidenciava de construir uma base operária.¹⁰

Ele menciona o surgimento de duas correntes no partido:

Ao lado de um setor mais conservador, que não consegue opor aos desafios da realidade outra coisa que teses estratégicas, se constitui uma corrente que vê ‘no enfrentamento das tarefas militares’ a solução para os impasses.¹¹

⁸ “Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista”. *Em Tempo*, nº 85, 11 a 17 de outubro de 1979, p. 13.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 13.

¹⁰ Id., *ibidem*, p. 13.

¹¹ Id., *ibidem*, p. 13.

A divergência entre as duas correntes termina por originar tendências organizadas no interior do POC (“um dos raros gestos de democracia que a esquerda revolucionária brasileira se permitiu naquele período”) e, finalmente, levam à cisão: o grupo que defendia um “recuo em direção a uma prática estritamente junto ao movimento operário” sai do POC e vai dar origem à OCML-PO.

Também em 1979, respirando as lufadas de ar fresco que sopraram com a anistia e a revogação do AI-5, Edgard Carone lança o primeiro volume do seu *Movimento Operário no Brasil*, trilogia publicada pela DIFEL. O plano da obra se repete nos três volumes: uma introdução, em que o autor faz uma pequena contextualização e uma rápida apresentação das organizações e movimentos ligados aos trabalhadores, inclusive organizações de esquerda, e uma sequência de seções com transcrições de documentos. Era a primeira vez que chegava às prateleiras das livrarias um compêndio de documentos de várias organizações que a ditadura havia jogado na clandestinidade. A parte que coube à POLOP, contudo, não foi das maiores. Nos segundo e terceiro volumes (1981 e 1984) encontram-se informações mínimas sobre a organização e alguns dos grupos políticos de que ela se originou, e também alguns documentos transcritos daquelas organizações (União Democrática Socialista, LSI, documentos de 1962 e 1963 da POLOP no primeiro volume, um fragmento do texto de Raul Villa – “Para um balanço da Política Operária” – no segundo). A POLOP é rapidamente descrita como resultante da aglutinação de grupos que “defendem ideologia contrária ao leninismo e à sua ideia de centralização partidária”.¹² A organização nascida em 1961, com dificuldades para a centralização política, “acaba praticando ação particular em cada estado”,¹³ existindo com caráter federativo.

¹² CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*, vol II. São Paulo, Difel, 1981, p. XXI.

¹³ Idem, *ibidem*, p. XXII.

Se o público alcançado em 1979 pelo jornal *Em Tempo* era restrito e se a trilogia de Carone não contribuía muito com o conhecimento da trajetória da POLOP, a situação mudaria em 1985. Apareceu uma publicação que ganharia uma repercussão até então inédita para textos sobre a história da esquerda, e nela a POLOP estava bem representada. Jair Ferreira de Sá e Daniel Aarão Reis Filho lançaram, por uma editora bem posicionada no mercado editorial, o seu *Imagens da Revolução*. A proposta era apresentar uma “introdução ao pensamento político da nova esquerda, entre 1961 e 1971”, entendendo nova esquerda como as “organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro”.¹⁴ O marco cronológico inicial da coletânea, 1961, é justificado pela fundação da ORM-PO, o “primeiro elo de uma longa corrente que, desde então, não mais cessaria, quebrando o monopólio de representação política a [sic] que pretendia o PCB desde 1922”.¹⁵ O livro trazia transcrições de documentos originais de 16 organizações antecederas por breves apresentações da história de cada uma delas e de outras oito (chamadas de “fichas históricas”). Com ele, pela primeira vez, um público leitor bem maior ganhava acesso ao “Programa Socialista para o Brasil” (1967), documento fundamental da POLOP, além de “Por uma prática partidária”, do POC (1968) e da “Declaração Política” da OCML-PO (1970) – as três organizações tratadas separadamente.

A publicação de *Imagens da Revolução* trouxe uma contribuição inegável à memória e aos estudos sobre a história da esquerda recente no Brasil. Por outro lado, as intervenções dos organizadores feitas a título de “ficha histórica” ou na introdução da obra – escrita somente por Reis Filho – concorrem para enriquecer o estoque de controvérsias sobre a história da nova

¹⁴ REIS FILHO, D. A. Introdução. In: REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. *Imagens de Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961–1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.7.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 12.

esquerda e, particularmente, da POLOP. Já o uso generalizado do conceito de *nova esquerda* faz, por vezes, parecerem menores as diferenças entre as linhas políticas das organizações que, não raro, eram divergentes ou mesmo contraditórias. É o que ocorre com a “ideia de que o capitalismo no Brasil não tinha saídas”. Imputada ao conjunto da nova esquerda, esta formulação é interpretada como “herança do PCB”, uma “tese central dos IV e V congressos do PCB”: “o imperialismo norte-americano e o latifúndio constituíam entraves intransponíveis ao progresso das forças produtivas no Brasil”.¹⁶ De acordo com a maioria dos pesquisadores, no entanto, a oposição radical da POLOP ao PCB seria incompreensível se ambos estivessem de acordo quanto a este ponto.

O autor da Introdução também enxerga “herança” do PCB nas bases teóricas da nova esquerda no fato de que ela seguiria presa à ideia de que “o sentido, a dinâmica e o ritmo da luta de classes fluem mecanicamente da evolução do modo de produção e suas crises” e à concepção catastrofista e teleológica da luta de classes – “a história tem um fim, o mundo marcha para o socialismo”.¹⁷ Ao menos no caso da POLOP não parece simples falar em “herança” do PCB, já que a relação com este partido foi sempre de oposição aguda. Em todo caso, resta a hipótese de que o mecanicismo economicista e o catastrofismo teleológico seriam características da *nova esquerda* e, portanto, também da POLOP. Encontraremos, mais à frente, quem se oponha resolutamente a esta hipótese.

História como autocrítica: a historiografia arrependida e a POLOP

Em 1987 veio a público a primeira de muitas edições de *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, publicado pela Ática. Mais do que um best-seller, o livro elevou a novos patamares

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 19.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 19.

quantitativos (por sua ampla circulação) e qualitativos o debate sobre a história da esquerda recente. Ele mesmo personagem dessa história, em seu prefácio Gorender reconhece traços memorialísticos em seu livro, mas entende que isto “constitui parte menor da obra, subordinada ao esclarecimento de fatos políticos impessoais. O principal resultou de pesquisa historiográfica, sem nenhuma pretensão de ser exaustivo”.¹⁸

Gorender inclui a POLOP no rol das “outras esquerdas” (outras que não o PCB). Ele não se demora na narrativa da origem histórica da ORM, mencionando apenas os grupos que participaram da fundação e o nome de alguns dos quadros mais conhecidos, destacando Érico Sachs “por sua experiência e cultura”. Poucas linhas abaixo, fica claro que a prioridade do autor não era a reconstituição histórica de trajetórias e experiências, mas fazer sua própria intervenção no debate em torno do balanço político que se pode fazer daquela história. No que diz respeito à POLOP a avaliação é de que ela “ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa”. Em Gorender, a crítica à falta de tática ganha notas muito agudas:

A POLOP se especializou na crítica ao reformismo e ao nacionalismo, porém se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável. Impotência prática que resultava da recusa a participar no movimento pelas reformas de base e da proposição de uma frente de esquerda que não admitia senão representantes da classe operária, afinal de contas reiterando o obreirismo trotskista.¹⁹

Ele questiona a condenação, pela organização, da “luta democrática pela reforma agrária” e a desvinculação da luta pelo socialismo da luta nacional anti-imperialista, que seria feita sob a alegação de que as diferenças entre os países capi-

¹⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1990, p. 7.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 36.

talistas se tornariam menores diante do amadurecimento das condições de transição para o socialismo. Uma de suas conclusões, então, é que:

Quanto mais se expandia a influência do PCB entre as massas, mais este amálgama de ideias trotskistas e luxemburguesas parecia valorizar-se para os polopistas, apesar da insignificante repercussão na ação concreta. Ernesto Martins reconheceu o isolamento da POLOP e o justificou pela intoxicação reformista do movimento operário. Estranha justificativa: a culpa não era do doutrinarmismo impotente, mas do PCB e das massas que aceitavam seu engodo.²⁰

A impotência prática, expressão da incapacidade tática, ganharia contornos mais graves após o golpe, quando os “intelectuais da POLOP se consideraram cheios de razões diante do fracasso do PCB”.²¹ Foi quando o foquismo foi assumido como um atalho para, finalmente, passar à ação, mesmo com o fracasso da primeira tentativa de organização do foco, a “guerrilha de Copacabana”. O esforço para conciliar o corpo teórico da POLOP com o foquismo (uma “mescla incoerente”) foi uma tarefa que Érico Sachs teria realizado “visivelmente a contragosto”²² na série de textos *Aonde Vamos*, mas que não impediu a adesão de bases da POLOP à proposta de passar rapidamente à luta armada. Foi esta, segundo Gorender, a causa da cisão no IV Congresso.

Uma crítica tão dura à POLOP não poderia silenciar quanto ao *Programa Socialista para o Brasil*. O autor aponta o que seria uma incoerência do documento, no qual o golpe de 64 seria explicado “pelas necessidades das classes dominantes de ‘(...) manter os seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que crescia’”. *Ora, uma vez que aqueles movimentos populares eram “alvejados pela POLOP antes do golpe”*²³ ca-

²⁰ Id. Ibid., p. 36.

²¹ Id., ibid., p. 127.

²² Id., ibid., p. 128.

²³ Id., ibid., p. 128.

beria uma autocrítica, que não foi feita. Por sua vez, a proposta da frente de esquerda contida no programa nascia morta, pois a expectativa era de que ela se estruturasse com base no programa da própria POLOP.

Mesmo a teoria da dependência, que em outros autores aparece positivamente valorada como uma das contribuições da POLOP, não é poupada por Gorender. Sua boa aceitação nos meios universitários seria decorrente do prestígio que ganhou nos meios acadêmicos franceses e anglo-americanos. Mas a teoria, em si, seria equivocada. Ancorada em ideias de Trotsky e Rosa Luxemburgo:

a teoria da dependência absolutizou a causalidade do sistema imperialista mundial e levou à subestimação da causalidade interna de cada país. Uma vez estabelecido que o sistema mundial está maduro para o socialismo, segue-se que todos os países nele integrados, não importando peculiaridades diferenciais, também se encontram às bordas da revolução socialista.²⁴

Não surpreende a negatividade das análises de Gorender sobre a POLOP. Ele tinha sido dirigente do PCB e um dos responsáveis pela elaboração da Declaração de Março, documento de 1958 que estabeleceu as bases programáticas reiteradas pelo V Congresso dois anos depois. Como sabemos, esta linha política do PCB foi duramente combatida por Érico Sachs e, depois, também pela POLOP. Após o golpe militar as divergências aparecem em novas bases. Gorender participou da fração denominada Corrente Revolucionária e, em 1968, da criação do PCBR, do qual viria a ser um dos dirigentes. Havia certas afinidades entre os programas do PCBR e da POLOP²⁵, mas também alguns conflitos. O PCBR falava em revolução popu-

²⁴ Id., *ibid.*, p. 75.

²⁵ Comparar, por exemplo, o *Programa Socialista para o Brasil*, da POLOP, com o *Linha Política*, do PCBR (1968). Foram publicados por REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. *Imagens da Revolução*. Op. cit.

lar, para cuja detonação as guerrilhas teriam um papel decisivo, mas rejeitava expressamente a teoria do foco (apesar de, numa aparente contradição, endossar as recomendações da OLAS). Uma frente popular, representando a “grande maioria da nação”, seria a força política decisiva e, por isso, o PCBR condenava o “sectarismo que se expressa no isolamento dos comunistas em relação às massas e às demais forças populares, na incapacidade de forjar a frente popular anti-imperialista”.²⁶

O conflito com as posições defendidas pela POLOP era, pois, antigo. Ele ganhou seus contornos nos embates políticos travados entre aqueles que já disputavam entre si enquanto combatiam *nas trevas*. Às divergências antigas acrescentaram-se outras, mais novas, oriundas da autocrítica do ex-dirigente do PCBR. Ao avaliar o programa do PCBR quase vinte anos depois, Gorender o considera “ecléctico”, a “mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada”.²⁷ Qualquer semelhança com a acusação de “mescla incoerente” lançada sobre a POLOP não parece ser mera coincidência.

No mesmo ano de publicação de *Combate nas trevas* apareceu o livro de Antonio Ozaí, *História das tendências no Brasil*. O plano da obra se parece, de certo modo, com a trilogia de Carone mencionada acima, pois regressa às origens dos movimentos comunista e anarquista e acompanha a trajetória dos primeiros por todo o século XX até os anos 1980. Ao contrário de Carone, Ozaí não transcreveu documentos históricos, preferindo fazer ele mesmo sínteses das definições programáticas básicas das várias organizações que identifica. As informações que ele coligiu sobre a ORM ocupam apenas três parágrafos e, evidentemente, não foram além do que já havia sido publicado em Gorender ou no livro de Reis Filho e Sá. Estende-se um

²⁶ Linha Política. In: REIS FILHO, D. A e SÁ, J. F. *Imagens da Revolução*. Op. cit., p. 177.

²⁷ GORENDER, J. *Combate nas trevas*, op.cit., p. 103.

pouco mais ao apresentar os “rachas” da POLOP (COLINA e VPR) a partir da luta interna deflagrada pelo “grupo de Minas” que criticava a direção da ORM por “não oferecer uma perspectiva globalizada para a questão do poder” e propunha “como alternativa a palavra de ordem de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana”.²⁸ Este grupo optaria pela luta armada e daria origem ao COLINA, após o IV Congresso em 1967. A trajetória da VPR remonta à cisão do grupo de oposição paulista, convencidos pelo livro de Régis Debray de que o foco era o caminho da revolução no Brasil. Sua aproximação posterior a setores militares do Movimento Nacionalista Revolucionário e ao “grupo de Osasco” (militantes operários radicalizados ligados à luta sindical) deu origem à VPR. Ozaí acompanha a trajetória do POC em perspectiva semelhante à de Marco Aurélio Garcia, mas avança no tempo para observar, já no período da OCML, o surgimento da Fração Bolchevique. Crítica do “doutrinarismo” da OCML, a fração daria origem ao Movimento de Emancipação do Proletariado – MEP.

A esquerda e o Golpe de 64, de Dênis de Moraes, nasceu de uma pesquisa que, assim como os trabalhos mencionados anteriormente, abrangeu o conjunto das organizações de esquerda, mas limitada ao período anterior ao golpe. Seu foco, no entanto, é definido por uma problemática muito mais precisa: “Por que a esquerda perdeu? (...) Por que os setores progressistas se apresentavam tão divididos? Por que as lideranças populares e as organizações de esquerda perderam a luta ideológica em plena fase de ascensão do movimento de massas?”²⁹.

Moraes não fez uma contribuição própria ao conhecimento sobre a história da POLOP, e nem era este o seu objetivo. A exceção é a transcrição de uma entrevista de Theotônio dos

²⁸ OZAÍ, Antonio. *História das tendências no Brasil. Organizações, cisões e propostas*. 2ª ed., São Paulo: Proposta Editorial, [s.d.], p. 113.

²⁹ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 12.

Santos, que passaria a ser citada por quase todos os trabalhos posteriores. Mas ele tem uma tese a defender sobre as razões do fracasso da esquerda que seria acolhida e desenvolvida nas décadas seguintes.³⁰ A derrota deveria ser pensada levando-se em conta “dois dados fundamentais: a) as contradições entre as forças progressistas superam a busca de um consenso que respalde a unidade de ação nas questões centrais ao avanço democrático; b) a subestimação do valor da democracia”.³¹ Em ambos os “dados” a POLOP teria sua dose de culpa. Por um lado, na esterilização do ímpeto mudancista da esquerda, ao bloqueá-lo nas “cisões provocadas pelo radicalismo verbal de alguns ou pelos mapas teóricos de outros”.³² Moraes expõe superficialmente as diferenças programáticas entre os grupos de esquerda (embora tenha se perguntado sobre razões da derrota ideológica na introdução) e lança sobre todos eles a mesma condenação: “Não, não éramos os campeões da unidade na corrida para mudar o mundo”. Mesmo diante da “realidade de um país que tinha índices sociais alarmantes”, a unidade não foi construída. A despeito de lidar com fontes limitadas a algumas entrevistas e poucos documentos escritos, ele imprime um tom de desaprovação à posição estreita da ORM a respeito da constituição de uma frente ampla contra o golpe: “A POLOP, no seu estilo de agressividade retórica, queria a unidade, mas a ‘unidade revolucionária’, que se forjaria ‘à base de uma política de classe e em nome dos verdadeiros interesses da classe operária’.”³³ Esta acusação já é nossa conhecida desde o livro de Gorender. O segundo “dado”, sobre o “golpismo da esquerda” e o abandono da democracia, é construído a partir do argumento de Francisco Weffort, citado por Moraes, questionando a incapacidade da esquerda de conceber a democracia não

³⁰ Tive oportunidade de analisar as características da nova historiografia sobre o golpe e a ditadura em COELHO, Eurelino. *Dois Golpes, duas Ditaduras*. In: *História Revista* (Online), v. 20, p. 120-141, 2015.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 364.

³² Id., *ibidem*, p. 171.

³³ Id., *ibidem*, p. 170.

apenas como um instrumento, mas como um fim em si. Após definir a democracia burguesa como paradigma, não é difícil concluir que a POLOP (como boa parte da esquerda) não tinha compromisso com a democracia.

Muito mais influente que a tese de Dênis de Moraes foi a de Daniel Aarão Reis Filho, oriunda de seu trabalho de conclusão de doutorado e publicada em 1990 pela Brasiliense num livro que, assim como o de Gorender, teve sucesso imediato, a ponto de merecer uma segunda edição ainda no mesmo ano: *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. Aqui não pode ser o lugar para desenvolver a crítica atenta que diversos aspectos desta obra, mesmo após tantos anos, continuam a merecer, desde a tese principal até o tom de calculada ironia com que o autor se refere aos grupos comunistas estudados. No entanto, o modo como a POLOP aparece no livro de Reis Filho só é compreensível se temos em conta seu argumento geral para responder à mesma questão de Dênis de Moraes: porque a esquerda foi derrotada? Reis Filho, que estende sua pesquisa até 1970, se propõe a refutar as hipóteses que atribuem a derrota a debilidades ou erros que teriam sido cometidos pela esquerda e sugere uma “revisão do roteiro: por que não procurar o fundamento das derrotas nos pontos fortes das organizações comunistas, em suas linhas de resistência mais sólidas?”³⁴ Ora, se a derrota foi resultado dos “pontos fortes” da política comunista, o que Reis Filho pretende demonstrar é que esta política era, em si mesma, equivocada. Por outro lado, sua premissa de “inversão do roteiro” envolve, necessariamente, o apagamento das diferenças significativas entre os agrupamentos da esquerda.

O autor, organizador de importantes acervos históricos com documentos de diversos grupos de esquerda e ele mesmo ex-militante de um deles, conhece e não omite a existência de

³⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 18.

diferenças entre as organizações comunistas que atuavam antes do golpe (PCB, PCdoB e POLOP) ou entre aquelas que se originaram de seguidas cisões após 1964. Entende, porém, que tais diferenças não preponderam sobre as mais fundamentais semelhanças que elas compartilhariam. Tratando daquelas três primeiras organizações ele afirma: “a relação de divergências não pode obscurecer um notável campo de acordos” que “não eram fruto do acaso. Tinham uma base comum, plasmada nos anos 1920 pela Internacional Comunista”. E, logo abaixo:

Eram tantas as semelhanças que a visibilidade social de um perfil próprio não se destacou aos olhos dos comuns dos mortais. Por outro lado, as lutas políticas no interior da esquerda comunista, embora acesas e tensas, passaram quase despercebidas socialmente.

Embora diferentes, PCB, POLOP e PCdoB foram coirmãs nas esperanças e nos delírios, na decepção e na derrota.³⁵

E é sobre todos os comunistas, POLOP incluída, que recai o veredito do historiador acerca das razões para a derrota. Ele identifica quatro “pontos fortes” ou “fatores de coesão” na política dos comunistas que, por seu sucesso, conduziram ao fracasso:

- 1) os “*pressupostos fundadores – ou mitos coesionadores: a revolução socialista, historicamente inevitável; a missão redentora do proletariado; a imprescindibilidade do partido de vanguarda*”.
- 2) a “*dinâmica excludente e antidemocrática das organizações comunistas enquanto elite política que detém as chaves do conhecimento da necessidade histórica*”.
- 3) a “*estratégia de tensão máxima – o conjunto de mecanismos e condicionamentos elaborados para assegurar coesão e disciplina ao corpo de revolucionários profissionais de vanguarda*”.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 41-2.

4) o “*papel das elites sociais intelectualizadas que comandam e constituem majoritariamente as organizações comunistas*”.³⁶

Para Reis Filho todos

estes fatores de coesão, indispensáveis para o fortalecimento das organizações comunistas, debilitam e enfraquecem simultaneamente a capacidade dos comunistas de manterem um contato, uma troca, uma interação, vivas e ágeis com o processo histórico.³⁷

Erguidas sobre tais fundamentos as organizações comunistas preparam-se exclusivamente para uma situação revolucionária mas, se ela não ocorrer,

o discurso, as propostas e o tipo mesmo de prática e de organização parecerão caricaturais, quase surrealistas, puro nonsense... (...) as palavras dos comunistas girarão no vazio, tão patéticas e ineficazes como um motor de avião rodando desesperadamente no vácuo”.³⁸

Como a “revolução faltou ao encontro”, foi a isso que se reduziram as organizações comunistas brasileiras e foi este, portanto, o destino da POLOP.

Não foi difícil para Reis Filho enquadrar a POLOP no seu modelo dos “pontos fortes”, já que ele foi cortado sob medida para servir em qualquer organização revolucionária ligada ao marxismo. Assim como Dênis de Moraes, ele não tinha o propósito de contribuir para tornar conhecida a história da POLOP, e sim o de fazer a história da POLOP contribuir com sua tese sobre a derrota dos comunistas. Mesmo assim, para o estratagema funcionar, foi preciso, vez por outra, espremer a história da POLOP dentro do figurino que o modelo traçara.

³⁶ Id., *ibid.*, p. 182.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 183.

³⁸ Id., *ibid.*, p. 185-6.

Foi assim ao omitir a existência da tese do Governo Revolucionário dos Trabalhadores que, se mantida, dificultaria sua afirmação de que a definição do caráter socialista da revolução levava a POLOP a trabalhar com dicotomias imediatas: “Não havia alternativas intermediárias: reação ou revolução, socialismo ou imperialismo”. Ou sua constatação de que tanto a POLOP quanto o PCdoB se consideravam “preparadas e capazes para exercer o papel de vanguarda da revolução brasileira”,³⁹ quando ele mesmo fizera menção às formulações, muitas vezes reiteradas em documentos de todas as fases da organização, sobre a necessidade de construir o partido revolucionário.

“Os equívocos se acumulariam de forma dramática”, é a síntese de Reis Filho a respeito do modo como os comunistas, e mais que todos a POLOP, se negavam a “perceber a vitalidade e a capacidade de recuperação do capitalismo brasileiro” após o golpe.⁴⁰ Outro grande erro foi considerar que as classes dominantes constituíam um “bloco monolítico” e, por isso a negação de qualquer “política de alianças e o desprezo pela luta institucional”. Para a POLOP a

aliança entre os ‘de cima’ era resultado de um longo processo histórico através do qual convergiram os interesses do latifúndio, do capital nacional e do imperialismo. As eventuais contradições eram percebidas sob o conceito da ‘cooperação antagonica’.⁴¹

Mesmo quando se dedicavam ao estudo da realidade brasileira os comunistas erravam: “Haverá cursos para militantes e simpatizantes sobre o assunto, mas não se produzirão trabalhos relevantes, sobretudo em função da carência de pesquisas sérias”.⁴² Esta última reprimenda também se estende sobre to-

³⁹ Id., *ibid.*, p. 40.

⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 53.

⁴¹ Id., *ibid.*, p. 61-2. Registre-se que o uso do conceito de cooperação antagonica por seu proponente, August Thalheimer, e pela POLOP diferem substantivamente do que é sugerido por Reis Filho.

⁴² Id., *ibid.*, p. 125.

dos, mesmo sobre a POLOP que tanto se orgulhava do trabalho de seus intelectuais na investigação da realidade nacional. Aliás, na questão dos intelectuais, a POLOP seria um caso de respeito à “ortodoxia kautskista-leninista: o socialismo era uma ciência. Só os intelectuais seriam capazes de alcançá-lo e deles dependia a formação política da classe operária”.⁴³

Com este livro alcançamos o ponto máximo da historiografia do arrependimento. Muitos ex-militantes publicaram suas memórias, e é muito comum que elas tragam consigo exercícios de autocrítica, algumas vezes radical. Quase todos, porém, optaram pela liberdade da narrativa literária, sem compromissos rígidos com os protocolos da pesquisa histórica. Gorender, Reis Filho e, de certo modo, Moraes, ao contrário, transpuseram para a oficina do historiador o acerto de contas que fizeram com o próprio passado. A história da POLOP aparece neste enquadramento geral. As singularidades de sua trajetória e suas peculiaridades doutrinárias não desaparecem, mas ficam menores para caber em narrativas que generalizam para toda a esquerda o ato de contrição proferido por ex-militantes que se tornaram famosos historiadores.

Pensando nas peculiaridades da POLOP

A partir dos anos 1990 pode-se observar um deslocamento importante na problemática formulada pelos autores que pesquisavam a esquerda. O balanço global da política dos comunistas em termos de erros e acertos, predominante na fase anterior, cedia espaço para investigações mais especializadas, ampliando e aprofundando o conhecimento histórico sobre organizações que eram, agora, estudadas individualmente. É o momento em que ganha corpo uma historiografia específica sobre a POLOP constituída inicialmente por dissertações acadêmicas (analisadas mais abaixo) e a seguir também por artigos. Em alguns casos esses trabalhos desenvolvem novas questões

⁴³ Id., *ibid.*, p. 144.

ou aprofundam e diversificam o escopo das questões já formuladas. Em outros, como veremos, retornam ao paradigma anterior, confirmando ou invertendo o resultado do balanço.

Marcelo Badaró publica o primeiro artigo sobre a POLOP em 2002, no quinto volume da coletânea “História do marxismo no Brasil”, organizada por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. Mais do que refazer em detalhes o traçado da trajetória da ORM, Badaró se propõe a avançar “no debate sobre o papel desempenhado pela organização” a partir de algumas questões tratadas pela historiografia então disponível, algumas das quais já são, a essa altura, nossas conhecidas. Seu artigo investe tanto na “análise da composição social de sua militância e inserção nos movimentos sociais quanto na avaliação do conjunto de diagnósticos da realidade brasileira, propostas de intervenção e influência nos debates políticos e intelectuais”.⁴⁴

Para analisar a composição social da POLOP, Badaró recorre aos dados oriundos da Justiça Militar que foram sistematizados por Marcelo Ridenti a partir do acervo do Projeto Brasil nunca mais⁴⁵ e sua conclusão é a de que a proporção de estudantes, professores e profissionais liberais é semelhante ao que foi encontrado para outras organizações. Ele encontra diferenças significativas nos percentuais de trabalhadores manuais urbanos (bem menor na POLOP) e de militares de baixa patente (maior na POLOP que na média das demais organizações). A proporção relativamente alta de militares é explicada pelo lugar atribuído a marinheiros, cabos e soldados na Frente dos Trabalhadores, proposta tática da organização, e pela atuação da ORM, coerente com este programa, nos momentos de mobilização desses grupos na conjuntura anterior ao golpe.

⁴⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961–1967)”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil vol. V*. Campinas: Edunicamp, 2002, p. 187.

⁴⁵ Cf. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

Mais difícil é o problema da diminuta presença de trabalhadores em seu seio e da insuficiente penetração da POLOP nos espaços organizados da classe. O descompasso entre a centralidade da classe operária em seu projeto revolucionário e sua inserção concreta na classe era um incômodo permanente para a organização, e o avanço de Badaró aqui não é a decifração do enigma, mas sua complexificação através da refutação de algumas teses recorrentes não só entre pesquisadores mas também ex-militantes. Profundo conhecedor da história do movimento operário, Badaró demonstra que as teses que a POLOP tentava fazer chegar ao movimento operário lançando mão de boletins voltados especificamente para o meio sindical eram “perfeitamente compatíveis com as deliberações dos encontros sindicais dos primeiros anos da década de 60”.⁴⁶ Ao lutar por autonomia e liberdade sindicais e pelo pleno direito de greve a POLOP condenava o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e o fundo sindical (parcela do imposto sindical que cabia ao Ministério), mas não o imposto como um todo. Sobre a estrutura sindical as posições da organização oscilaram entre “uma posição de trabalho exclusivo nas organizações de base, paralelas à estrutura sindical oficial, e a defesa de uma ênfase tática nos comitês de empresas, sem abandonar a militância nos sindicatos oficiais”.⁴⁷

A respeito das polêmicas entre a POLOP e os outros grupos de esquerda Badaró raciocina a partir das três questões que, segundo Ridenti, sintetizariam as divergências: sobre o caráter da revolução brasileira, sobre as formas da luta revolucionária e sobre o tipo de organização que poderia realizar a tarefa. Neste debate, “a POLOP representou um importante papel”⁴⁸ já pela definição do caráter socialista da revolução e pela crítica às políticas de alianças com segmentos da classe dominante brasileira. O autor não minimiza a tensão crescente que a atração pelo foquismo exerceu sobre a estratégia original de insurreição

⁴⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. “*Em busca da revolução socialista...*” op. cit., p. 191.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 191-2.

⁴⁸ Id., *ibidem*, p. 196.

proletária, levando à atribuição de “um papel tático à guerrilha, de preparação do terreno para o levante do proletariado nos grandes centros fabris”.⁴⁹ Esta tentativa de conciliação não foi capaz de impedir a cisão do IV Congresso. Mas Badaró não perde de vista que a construção do partido revolucionário permaneceu como um dos objetivos centrais da organização, embora em certos momentos, a “urgência” levasse a predefinir a linha do futuro partido sendo a própria linha da POLOP.

Por fim, o autor destaca aspectos das análises feitas pela POLOP sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sobre o golpe militar que exerceram notável influência sobre estudos posteriores. Dentre esses aspectos algumas teses axiais do que viria a ser a *teoria da dependência*, como as ideias da “inexistência de contradições fundamentais entre a burguesia brasileira, de um lado, e o latifúndio e o imperialismo, de outro” e de

um desenvolvimento “tardio” do sistema capitalista no Brasil, ou da avaliação de que as altas taxas de exploração da força de trabalho no campo serviram de fonte de acumulação para o capitalismo industrial, que, por outro lado, passava a se ver limitado pelas dimensões diminutas do mercado interno e as baixas taxas de produtividade agrícola.⁵⁰

Badaró não incluiu as fases posteriores (POC e OCML) em seu artigo. Olhando apenas para a ORM, não tem dúvidas sobre o quanto aquela trajetória foi relevante em seu próprio tempo e por muitos anos mais.

Em 2007, Daniel Aarão Reis Filho voltaria a organizar, agora com Jorge Ferreira, uma coletânea sobre As Esquerdas no Brasil. Desta feita, porém, assumiu ele mesmo a redação do artigo sobre a POLOP, publicado no terceiro volume da coletânea. Ao contrário de Badaró, Reis Filho não dá prioridade ao

⁴⁹ Id., *ibid.*, p. 203.

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 206-7.

diálogo com as questões produzidas pela historiografia anterior, mas procura refazer passo a passo a trajetória da organização cobrindo também os períodos posteriores ao IV Congresso até o ano de 1986. Por esta via, chegará a conclusões opostas às de Badaró. Ele divide seu texto em seções correspondentes a etapas da trajetória da organização, sendo a primeira delas a do período anterior ao golpe, quando a POLOP atuou “semeando ideias”. Reis Filho faz sua própria seleção do que seriam as quatro principais ideias semeadas: a de que as reformas seriam inviáveis fora de um contexto revolucionário, a “do socialismo, colocado na ordem do dia pelos movimentos sociais e pela radicalização da conjuntura”,⁵¹ a crítica ao reformismo do PCB e do PTB e a organização de um novo partido comunista.

Uma pausa antes de prosseguirmos. A seleção dessas “ideias” principais da POLOP feita por Reis Filho não está em conformidade com o que pensa a maioria dos ex-militantes e dos pesquisadores sobre quais seriam os traços determinantes da especificidade da organização em face do restante da esquerda. Além disso, é preciso lembrar que o argumento da POLOP sobre o caráter socialista da revolução não corresponde à interpretação de Reis Filho.

Seja como for, para o autor a semeadura da POLOP limitava-se ao “âmbito do debate político e da luta teórica”. Sem conseguir “fazer valer suas proposições na sociedade (...) denunciava com veemência as políticas do PCB e do PTB, prevenindo para elas derrotas inevitáveis e catastróficas.” Por isso, quando veio o golpe “a POLOP imaginou que tinha chegado o tempo da colheita”.⁵²

Na segunda fase, do golpe até o AI-5, não houve a esperada colheita. Reis Filho menciona a reiteração do chamado da

⁵¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Classe operária, partido de Quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961–1986)”. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil. Vol 3: Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 57.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 58.

POLOP para a “formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária”⁵³ e situa a série “Aonde Vamos?” no quadro de reafirmação das teses defendidas pela organização desde 1961. Mas o POC, que adotou o *Programa Socialista para o Brasil*, não foi o esperado partido revolucionário. Ele nem chegaria a compensar a perda dos grupos que romperam com a organização acusando-a de “*burocratismo*, de *inércia* e de *obreirismo*, tomada por *desvios teoricistas*, incapaz de implementar suas propostas na prática. (...) Uma decepção, para quem tanto se empenhara em construir um partido de *novo tipo*”.⁵⁴ Diferentemente de quase todos os que escreveram sobre a cisão de 67, Reis Filho não aponta como fator mais importante a divergência sobre a luta armada. Mas ele insiste na dificuldade da POLOP em passar da teoria à prática: “Quando lidos, os textos pareciam teoricamente sólidos. Mas, na passagem para a prática social, havia uma espécie de emperramento, como se as engrenagens, acionadas, não funcionassem”. O “único feito prático de porte (...) não passara de uma conspiração com graduados das Forças Armadas, desarticulada e desmantelada no nascedouro”, que recebeu o “cruel apelido de foco de Copacabana”.⁵⁵ Em 1968, no ascenso do movimento estudantil, o POC teria “participação modesta, mais a reboque das Dissidências Universitárias do PCB do que as liderando, como se poderia esperar de um partido de vanguarda”. Também nas greves de Contagem e Osasco o POC teve “*pálida – ou nenhuma – participação*”.⁵⁶

Na terceira fase, após o AI-5, o autor descreve como o POC ficou “perdido (...) dilacerado entre as propostas de penetração na classe operária e a dimensão espetacular das ações que, em certo momento, pareciam muito promissoras”. O “foco catalisador –, uma original, sofisticada e estranha síntese entre a ortodoxia marxista operária e a heterodoxia da revolu-

⁵³ Id., *ibid.*, p. 59.

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 60, itálicos no original.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 60-61.

⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 61, itálicos no original.

ção cubana” teria sido mais uma tentativa fracassada que não impediria a cisão do POC. Um setor do partido aproximou-se do Secretariado Unificado da Internacional Trotskista com o intuito de libertar-se da “inércia teoricista da velha POLOP”, dando origem ao POC-Combate, rapidamente destroçado pela repressão. Em outra direção, criticando a “aventura pequeno-burguesa *das esquerdas armadas (...)* Ernesto Martins [que é visto por Reis Filho como o grande teórico e dirigente da organização] *refundou a POLOP, agora com um novo nome: (...)* OCML-PO”.⁵⁷ Com a derrota das esquerdas armadas, as propostas da POLOP (“*integrar-se e penetrar na classe, (...)* *combater os desvios militaristas, não tolerar concessões no plano dos princípios*”) apareceram “*para muitos como uma verdadeira lanterna dos afogados*”.⁵⁸ Em torno delas aglutinou-se uma frente com o MR-8 e a APML, chamada *tendência proletária*, que publicou, no exílio, a revista *Brasil Socialista*. Entretanto, mais uma vez a POLOP escolheria o isolamento em vez da unidade. Enquanto MR-8 e APML defendiam a participação nas lutas “por liberdades democráticas, com a maior participação possível no jogo institucional-eleitoral, nas margens oferecidas pelo regime” a POLOP “denunciava os desvios embutidos nessas propostas, as esquerdas resvalando, mais uma vez, para o beco sem saída da hegemonia burguesa”.⁵⁹ A *tendência proletária* se desfez e a POLOP ficou só com seus princípios.

A derradeira etapa tem início com a agitação operária nos anos finais da década de 70. A opção da POLOP foi participar da construção do PT sem se dissolver em seu interior, empenhada para que ele assumisse uma definição anticapitalista, assumisse a luta pela liberdade sindical e fomentasse organizações de base. Quando da criação da CUT a OCML criticaria, sem sucesso, a convivência com a estrutura sindical varguista e a insuficiência das organizações de base. O significado que Reis Filho atribui à

⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 62, itálico no original.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 65, itálico no original.

⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 64.

trajetória da POLOP se explicita nas palavras com que ele encerra seu artigo, falando da extinção da organização. A POLOP deixaria de existir, “fagocitada no interior do PT, (...) quase sem deixar vestígios, silenciosamente. (...) Desapareceu como vivera. Fiel a seus princípios, na contracorrente de uma história que pareceu, quase sempre, infensa a suas orientações e propostas”.⁶⁰

O último texto a compor esta primeira parte do nosso corpus é o artigo que Jean Rodrigues Sales publicou em 2013 na revista *História e Perspectivas*, da Universidade Federal de Uberlândia. Ele defendeu em 2005 sua tese de doutorado sobre o impacto da Revolução Cubana entre várias organizações comunistas brasileiras, e nela havia um capítulo dedicado à POLOP que é a base do artigo. Sua premissa é a de que a vitória da revolução em Cuba provocou um debate radicalizado sobre estratégia que se propagou por toda a esquerda, já que aquela revolução triunfante era interpretada como prova da superioridade da estratégia guerrilheira e, portanto, como negação das estratégias anteriores. Na POLOP, segundo Sales, a discussão sobre estratégia entrou numa

nova fase com a eclosão do golpe militar. Neste momento, a POLOP se viu atraída pelo ideário revolucionário cubano e tentou mesclar duas estratégias revolucionárias que não se mostraram compatíveis: a insurreição de massas e o foco guerrilheiro.⁶¹

Sales recorre a documentos para demonstrar que, até o golpe, a discussão feita sobre a Revolução Cubana na ORM, embora extensa e densa, não teve implicações sobre as definições estratégicas. Ao contrário: “*No que diz respeito aos aspectos mais polêmicos da estratégia revolucionária cubana, como a utilização da guerra de guerrilhas, a POLOP os trataria com bas-*

⁶⁰ Id., *ibid.*, p. 66.

⁶¹ SALES, Jean Rodrigues. “A Organização Revolucionária Marxista Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960”. *História e Perspectivas*, n.48, Uberlândia: 2013, p. 315

tante cautela.”⁶² Textos publicados no jornal *Política Operária* sobre a experiência cubana ou comentando obras de Che Guevara ressaltavam a dificuldade de se repetirem na América Latina, em futuro próximo, as condições que tornaram possível vencer com o foco guerrilheiro em Cuba. Para Sales, a POLOP “não vê o exemplo de Cuba como caminho viável para países como o Brasil, análise que perduraria pelo menos até o golpe de 1964”.⁶³ Uma das hipóteses que o autor sugere, mas não chega a desenvolver, é a de que a posição de crítica intransigente da POLOP ao nacionalismo interferia na avaliação de uma revolução que havia sido iniciada como um movimento assumidamente nacionalista.

A situação se modificaria completamente após o golpe. O foquismo teria ganho estatuto programático, passou a compor a estratégia revolucionária proposta pela POLOP. Sales, assim como Gorender, identifica uma tentativa de combinar estratégias diferentes, mas detecta uma tendência em favor de uma delas: “o que percebemos, tanto em sua prática, quanto em suas elaborações teóricas, é que a organização vai se aproximando cada vez mais da concepção clássica do foquismo e, por consequência, se afastando de sua estratégia original.”⁶⁴ Em 1966, nas Teses Tiradentes, a organização “inseria o papel da guerrilha em sua estratégia geral de luta revolucionária”, que envolvia a construção da aliança operário-camponesa e, principalmente, o movimento proletário nas cidades. Neste momento o foco já é um elemento da estratégia, a revolução passa pelo “foco catalisador”, mesmo que ele ainda aparecesse “*subordinado à questão política e à luta de classes.*”⁶⁵ Uma resolução política do mesmo ano afirmava que “a derrota das classes dominantes exigia uma luta revolucionária das classes trabalhadoras, e este objetivo pedia antes um ‘foco insurrecional’.”⁶⁶

⁶² Idem, *ibidem*, p. 321.

⁶³ Id., *ibidem*., p. 323.

⁶⁴ Id., *ibidem*., p. 325.

⁶⁵ Id., *ibidem*., p. 327.

⁶⁶ Id., *ibidem*., p. 328.

A aceitação do foquismo chegou ao seu ponto máximo em 1967, segundo Sales. Ele cita documentos da organização com elogios à Guerrilha de Caparaó, à “voz de Cuba” que se estende pelo continente e ao “papel fundamental da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), principalmente por desmascarar os revisionistas e impulsionar a luta revolucionária”.⁶⁷ A mudança ficaria ainda mais evidente em outro documento analisado, o “Aonde Vamos?”, série de textos escritos por Érico Sachs. Ao condenar o “antiguerrilheirismo envergonhado” daqueles que mantinham ressalvas contra a deflagração da guerrilha em momentos de recuo na luta de massas, Sachs terminaria por “aceitar aspectos fundamentais da teoria foquista, particularmente no que diz respeito ao voluntarismo político”.⁶⁸

No IV Congresso, conclui Sales, a direção da ORM apresentou a forma mais elaborada de sua estratégia de unir a insurreição de massas e o foquismo, que foi o *Programa Socialista para o Brasil*. Foi também o momento em que ficou evidenciado o enfraquecimento da direção. O foquismo dominou o debate no congresso e terminou por dividir a POLOP ao meio, surgindo dali duas das mais representativas organizações foquistas brasileiras – Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Comando de Libertação Nacional (COLINA).

II. PRATELEIRAS ACADÊMICAS

Na produção universitária sobre a história da POLOP encontraremos exemplares dois paradigmas que delineamos acima. Isso poderá ser visto imediatamente, pois cada uma das duas primeiras dissertações defendidas representa um daqueles paradigmas.

Em 1992 Leovegildo Leal defendeu, no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense,

⁶⁷ Id., *ibid.*, p. 329.

⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 329.

a primeira dissertação de mestrado sobre a história da POLOP.⁶⁹ Embora o autor assuma posições antagônicas às dos autores que agrupamos acima sob o rótulo de historiografia do arrependimento, sua obra está erguida sobre problemáticas semelhantes. Decerto que, enquanto Gorender, Moraes e Reis Filho se preocupam com o valor político das intervenções da POLOP no passado, Leal postula abertamente a atualidade daquelas formulações, que ele identifica e apoia como expressões da ortodoxia marxista. A questão de fundo, no entanto, é basicamente a mesma: mais do que a investigação histórica da trajetória da POLOP, que ocupa lugar secundário na estrutura dos argumentos, o foco de todos os textos recai sobre o julgamento do mérito político (que aparece, no texto de Leal, como atualidade) das posições que a organização defendeu.

Quando publicou sua dissertação, em 2011, Leal alterou o título para *História da POLOP: da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil*. Ele justificou assim a decisão de trazer a público aquele texto duas décadas depois: a publicação atenderia à necessidade da “retomada da ortodoxia marxista como instrumento de conhecimento e transformação da realidade social”. Ora, era este também “o objetivo da fundação, em 1961, da Organização Revolucionária Marxista (...) POLOP”.⁷⁰ Esta identidade entre os objetivos da POLOP como organização política e os dele como pesquisador marca o texto inteiro. Na Introdução da dissertação, tratando agora da justificativa do próprio trabalho, encontramos uma definição semelhante de prioridades: “É, pois, no quadro da preocupação de reinstalar não apenas o tema, como *principalmente*, o compromisso com o método do materialismo histórico no seu enfrentamento, é que se insere esse trabalho”.⁷¹

⁶⁹ LEAL, Leovegildo. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF, 1992.

⁷⁰ LEAL, Leovegildo. *História da POLOP: da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil*. Patos de Minas: Virtualbooks, 2011, p. 5.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 11.

O compromisso do autor com essas premissas anunciadas desde o início se confirma ao longo do texto. Ele procura compatibilizá-las com o propósito de contribuir para o que denomina “*uma história crítica da esquerda*”, mas adverte para os limites em que concebeu o estudo da história da POLOP: sua pesquisa teve por objeto as ideias, as “*conceituações, teses e propostas*” e não a “*trajetória de intervenção direta nas lutas*”.⁷² Tal delimitação facilita a coleta de evidências para as suas hipóteses, já que a abundância incomum da produção textual e a centralidade do marxismo no quadro de referências teóricas compartilhado pela POLOP deram origem a um vasto conjunto de textos nos quais Leal não teria dificuldade para identificar o marxismo ortodoxo. A certificação do caráter marxista das teses da POLOP (e não marxista das demais correntes de esquerda) é feita recorrendo a textos clássicos de autoridades na matéria, como Marx e Lênin, ou de intérpretes autorizados, como Michel Löwy. No entanto, ao dar pouca atenção às lutas em que a POLOP se empenhou, Leal estreita muito o ângulo do qual poderia observar a conexão entre as “ideias” formuladas e os contextos históricos práticos em que ganharam relevância as questões a que aquelas ideias procuravam responder. Não deixa de ser curioso que um texto empenhado na afirmação do materialismo histórico relegue a segundo plano o estudo da conexão entre ideias e práticas.

Sobre a POLOP, a tese principal de Leal é de que ela cumpriu o papel histórico de quebrar o monopólio do reformismo que predominava na esquerda. Ele dá muita ênfase ao ineditismo da POLOP, que teria realizado “esforço pioneiro, política e organizatoriamente, [sic] de incorporação do marxismo ortodoxo enquanto instrumento de luta do proletariado”.⁷³ Embora Caio Prado Júnior tivesse formulado muitos anos antes a ideia de que o Brasil já seria um país capitalista, foi a POLOP

⁷² Id., *ibid.*, p. 12, grifos meus.

⁷³ Id., *ibid.*, p. 32.

que desenvolveu a tese a ponto de extrair dela todas as consequências, teóricas e políticas: “A POLOP *introduz no país, enquanto agrupamento político organizado, a tese do caráter socialista da revolução*”.⁷⁴

O “monopólio” do reformismo resultara, segundo Leal, na “incapacidade de produzir uma reflexão marxista a respeito da realidade histórica, social e econômica da formação social” e a “destinação de um papel sempre subalterno e auxiliar para o proletariado no processo revolucionário”.⁷⁵ Foi da POLOP que surgiu a “crítica mais global e consequente, do ponto de vista do marxismo, às teses e propostas do reformismo”.⁷⁶ Leal entende que as respostas ao reformismo esboçadas por coletivos de caráter maoísta ou trotskista não lograram, por suas próprias debilidades, construir alternativas viáveis. Um dos grupos arrolados no campo dos trotskistas foi a Liga Socialista Independente (LSI), de São Paulo, criticada por “uso pouco rigoroso de categorias” e por abrir “espaço aqui e ali à incorporação de teses ora próximas ao anarquismo, ora ao liberal democratismo”.⁷⁷ Armado com esta crítica Leal se permite manter a tese da originalidade da POLOP mesmo diante de evidências, que ele conhece, de que grupos trotskistas haviam chegado antes à formulação sobre o caráter da revolução: “O que a história deixou claro é que somente com a POLOP a alusão ao caráter socialista da revolução brasileira vem sustentada pelos princípios do marxismo-leninismo”.⁷⁸

A pesquisa de Leal produziu informações históricas sobre a origem da POLOP, algumas delas contendo pistas muito promissoras. Ao comentar textos de 1960 publicados em *O Me-*

⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 32, grifo meu.

⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 52.

⁷⁶ Id., *ibid.*, p. 68.

⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 81. Sabemos hoje que ex-membros da LSI (muitos deles fundadores da POLOP) consideram que era Rosa Luxemburgo, e não Trotsky, a principal referência daquela pequena organização.

⁷⁸ Id., *ibid.*, p. 84.

tropolitano,⁷⁹ Leal recupera uma documentação valiosa e pouco conhecida a respeito de um espaço importante de polêmicas públicas travadas entre as diversas concepções de esquerda que se anunciavam no contexto de surgimento da POLOP. No entanto, Leal subordina a leitura que faz destes documentos a suas prioridades: fazer o julgamento político das teses e formulações e evidenciar a superioridade da posição dos autores que, naquele momento, estavam envolvidos na movimentação que levaria ao surgimento da organização. Ao se defrontar com críticas dirigidas por outros grupos de esquerda (e endossada por alguns historiadores, como vimos) contra os precursores e estendidas depois à POLOP, ele trata logo de refutá-las. A mais séria acusação vinha com a “alegação de que a esquerda antirreformista seria isolacionista, daria as costas ao movimento vivo, abandonaria a política”, ou seja, teria cometido “o pecado original do doutrinarismo”.⁸⁰ A explicação para a dificuldade da POLOP com o movimento de massas seria a hegemonia do reformismo, construída ao longo de décadas de “monopólio” que geraria resistências ao programa revolucionário devido à “especificidade qualitativa de suas proposições”. Apesar de todos os obstáculos, a organização conseguiu criar núcleos nos estados mais populosos do país, teve peso na direção da UNE até 1968 e participou ativamente das greves de Contagem e Osasco (1968), da rebelião de sargentos (1963) e de marinheiros (1964). “Onde, portanto, o doutrinarismo?”⁸¹

A despeito da advertência de que seu objeto são as ideias e não a vida prática, algumas páginas são dedicadas aos núcleos iniciais em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, aos conta-

⁷⁹ O *Metropolitano* saiu entre 1959 e 1964 como encarte semanal do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, mas tinha linha editorial independente. Foi criado pela União Metropolitana de Estudantes mas nunca se limitou a assuntos de interesse estritamente estudantil. Segundo Leal, chegou a tirar 170 mil exemplares. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/metropolitano-o>, consultado em 05/03/2016.

⁸⁰ LEAL, Leovegildo. *História da POLOP*, op. cit., p. 95.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 96. O leitor perceberá que a contradição com a posição de Gorender citada anteriormente é flagrante.

tos com o movimento das Ligas Camponesas e com o Movimento Revolucionário Tiradentes. O papel de Érico Sachs é destacado, seja nas articulações iniciais no Rio de Janeiro que levaram à publicação da revista *Movimento Socialista*, seja como teórico principal da organização, seja como elo de ligação internacional, sobretudo com a oposição comunista alemã – KPD-O (Leal menciona mas não dá atenção a outros contatos internacionais da POLOP, como Silvio Frondizi e Andrew Gunder Frank e outras expressões da chamada nova esquerda na América).

No entanto, à medida que se afasta do momento da fundação e avança em direção ao IV Congresso (marco temporal final da pesquisa), o espaço dedicado à história da organização, mesmo no plano das ideias, se reduz até desaparecer por completo. Formulações a respeito da conjuntura do governo Goulart, o impacto do golpe, a polêmica sobre as alternativas de enfrentamento à ditadura, a luta interna... sobre todos esses temas há abundância de “conceituações, teses e propostas” que não encontraram lugar no trabalho. Não se pode esquecer que Leal fez sua pesquisa antes da disponibilização do acesso aos acervos da POLOP. Seja como for, tais ausências não abalam sua confiança no núcleo do argumento que ele pretendeu expor, pois, de fato, para chegar à conclusão de que a POLOP era marxista e que suas formulações continuam atuais, aqueles temas eram dispensáveis:

Para estudar a história das ideias da POLOP fomos levados a fazer presentes as ideias do marxismo. E isso não foi uma exigência acidental, surgida no desenvolver do estudo. Pelo contrário, expressa o conteúdo do nosso objetivo central, que consideramos alcançado se, de fato, tivermos comprovado nossa hipótese de que a POLOP constituiu-se fundamentalmente em uma iniciativa política de incorporação do marxismo à prática revolucionária do país.⁸²

⁸² Id., *ibid.*, p. 185, grifo no original.

E, mais abaixo:

As ideias axiais da POLOP mantêm sua atualidade estrutural, dado que não ocorreu nenhuma mudança **qualitativa** no modo de existir e se reproduzir do capitalismo no país (...).

O marxismo vive.⁸³

Quinze anos se passaram até que fosse concluída a segunda dissertação de mestrado sobre a POLOP, escrita por Joelma Oliveira e defendida na UNESP – Araraquara. Apesar de ser um trabalho de conclusão do mestrado em Sociologia, a autora formulou uma problemática em que preponderam questões propriamente históricas, algo visível já a partir do título: *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1958–1967)*. Temos aqui não apenas a explicitação de marcos temporais, mas uma *démarche* expositiva que esboça movimento, pois vai das origens à cisão. A autora enuncia assim a sua questão central:

O problema que norteia a investigação é entender como e porque surgiu a POLOP no conjunto do que ficou denominado “nova esquerda”, quais foram as confluências de fatores que resultaram no surgimento desta organização, quais foram os problemas por ela detectados e diante destes que soluções foram propostas ao longo do seu percurso, na tentativa de organizar a classe operária e ver seu maior objetivo realizar-se: a revolução socialista.⁸⁴

Assim como Leal, Oliveira afirma a atualidade das questões que deram origem à POLOP e justifica sua pesquisa na medida em que ela “atualiza a temática da transição socialista num momento em que parece ser muito comum abandonar

⁸³ Id., *ibid.*, p. 187, grifo no original.

⁸⁴ OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1958–1967)*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Araraquara: UNESP, 2007, p. 7.

qualquer perspectiva que aponte para uma alternativa crítica à sociedade capitalista.”⁸⁵ Mas sua pesquisa e a estrutura de seu argumento são dirigidas pelas questões enunciadas acima, o que confere a seu texto características inteiramente diferentes. Para responder àquelas perguntas Oliveira precisou recorrer menos aos clássicos do marxismo e bem mais a fontes primárias sobre a POLOP. Dentre essas fontes, uma série de vinte entrevistas com ex-militantes.

Seu primeiro capítulo é um sobrevoo do contexto de surgimento da POLOP, começando pelo questionamento ao imperialismo que ganhava expressões revolucionárias na América Latina, seja em processos insurrecionais (Bolívia, Guatemala e Cuba), seja na configuração da assim chamada *nova esquerda*, dentro da qual se destaca a figura do argentino Silvio Frondizi. Trata também, com base em bibliografia e alguns documentos, das discussões havidas no interior do PCB a partir dos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Por fim presta atenção na trajetória de grupos trotskistas no Brasil, inclusive a LSI, na pessoa de Érico Sachs e na revista *Movimento Socialista*. Sua apresentação de Sachs é feita com o recurso a documentos que seriam repetidamente citados em trabalhos posteriores.

A partir do segundo capítulo o foco recai sobre a história da organização. Combinando fontes diversificadas, Oliveira recupera o período do I Congresso como momento de unificação organizativa entre grupos políticos oriundos de trajetórias distintas que convergiam apenas com base na crítica ao reformismo e ao nacionalismo do PCB e, conseqüentemente, na caracterização da natureza socialista da revolução brasileira. A autora não se detém numa análise em profundidade sobre o que havia de original nas formulações da POLOP sobre o desenvolvimento e as formas próprias do capitalismo no Brasil ou sobre o caráter da revolução, mas passa em revista

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 12.

uma extensa documentação a partir da qual ela acompanha a produção de reflexões e a intervenção política da organização sobre variados temas que se apresentavam na conjuntura. Retoma textos publicados no periódico *Política Operária*, como um artigo de Paul Singer sobre a frente dos trabalhadores da cidade e do campo, ou textos sobre Cuba, luta armada e foco guerrilheiro. Também encontra fontes a partir das quais mostra o posicionamento da ORM a respeito das eleições, atuação no movimento estudantil, reformas de base, proposta de frente de esquerda revolucionária, as tentativas de aproximação com grupos rebelados das forças armadas e com segmentos trabalhistas, a atividade jornalística e as discussões que previam um golpe de direita. Até por sua abundância, nem sempre as informações colhidas nas fontes repercutem na análise que vai sendo construída, produzindo um certo resíduo empírico no texto.

Oliveira faz neste capítulo a primeira análise mais detida do II Congresso da ORM, ocorrido em janeiro de 1963. Ela constata diferenças importantes entre o I Congresso e este, que tratou de temas organizativos de modo mais sistemático: a crítica dos métodos amadores em vigência, orientações para o trabalho organizativo e para a disciplina interna, critérios de recrutamento, exigência de especialização da direção. Para a autora aquele foi o momento de afirmação do centralismo democrático e do marxismo-leninismo, temas ausentes no Congresso de fundação que, por isso mesmo, representavam uma “mudança de estratégia”⁸⁶ da POLOP:

Conceitos e noções como “centralismo democrático”, “disciplina interna”, “marxismo-leninismo”, aparecem, a nosso ver, pela primeira vez no conjunto das literaturas da POLOP.⁸⁷

⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 83.

⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 89, grifado no original.

As mudanças apontadas são significativas e, de fato, correspondem a um salto organizativo orientado pelas teses leninistas. Quanto a configurarem uma mudança de estratégia, é uma hipótese que não foi verificada por outros pesquisadores e que suscita diferentes posicionamentos entre os ex-militantes entrevistados pela própria Oliveira. Enquanto Emir Sader e Vania Bambirra entendem que o marxismo-leninismo e o centralismo democrático eram referências da organização desde o início, Theotônio dos Santos e Moniz Bandeira pensam o contrário. Oliveira alinha sua hipótese com estes últimos, considerando que o II Congresso, ao avançar para formas organizativas mais rígidas, rompia com a fase inicial, caracterizada pelo pluralismo político: “Acontece que a partir deste Congresso, conforme observamos nos documentos, este passado mais plural colocou-se como um problema”.⁸⁸

Para Oliveira a tensão, entre o pluralismo originário e o esforço de centralização organizativa e programática ecoaria no contexto pós-golpe quando da discussão sistemática do programa socialista. Ela identifica uma superposição de questões no debate interno, com intervenções que propunham um programa para a organização ao lado de outras que pretendiam a elaboração de um programa bem mais amplo, que enfrentasse as questões da luta pelo socialismo no Brasil. Subjacente a esta polêmica estava a tarefa da construção do partido revolucionário no Brasil e o papel a ser desempenhado pela POLOP, questão que também dividia posições:

Enquanto uns defendiam que a POLOP deveria ser um instrumento de fomentação de um Partido, existia claramente outra posição que defendia que a POLOP já atuava como um órgão partidário e, portanto, deveria transformar-se em Partido Revolucionário.⁸⁹

⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 93.

⁸⁹ Id., *ibid.*, p. 99.

O problema do partido revolucionário tem longo curso na história do movimento comunista, como se sabe. No caso da POLOP a discussão envolvia não apenas as questões formuladas no âmbito da Segunda Internacional (contra o revisionismo e sobre o centralismo democrático), mas também as desafiadoras questões abertas pela Revolução Cubana sobre o papel da guerrilha. Se, e de que modo, as posições defendidas na discussão interna da ORM recuperam e atualizam aqueles debates não foi objeto da atenção de Oliveira. O que não a impede de chegar a uma conclusão forte:

No nosso entendimento, na concepção da POLOP a centralidade estava na organização e não nas classes trabalhadoras. Por mais que considerasse a classe operária como sujeito da história, ela era na realidade o predicado, porque o sujeito, na prática, era a organização.

Isso pode ser demonstrado através da concepção da organização de que a consciência de classe para si seria atribuída da organização à classe operária. Uma consciência vinda de fora para dentro.⁹⁰

O III Congresso da ORM em São Paulo, dias antes do golpe civil-militar, é o ponto de partida do capítulo final da dissertação. A autora mostra como, apesar de ver o golpe como um cenário de alta probabilidade, e até de discutir como caracterizá-lo, a organização sofreu abalos. Para os anos de 1964 e 1965 os poucos documentos que encontra, além de testemunharem, por sua raridade, as dificuldades para manter a vida orgânica, revelam o predomínio de discussões sobre o golpe e o regime militar e sobre estratégias para a retomada da organização, inclusive a adoção mais rígida do centralismo e a estruturação em células e organismos para-partidários (OPP). O episódio da “guerrilha de Copacabana” é apresentado como

⁹⁰ Id., *ibid.*, p. 101.

tentativa de empregar estruturas clandestinas (aparelhos) que a organização mantinha no apoio a militares que planejavam insubordinar-se, em articulação com o movimento de Caparaó. Também são apresentados documentos que permitem acompanhar a discussão sobre problemas táticos e estratégicos que se estendeu por pelo menos dois anos e teve grande impacto sobre os rumos que a POLOP viria a tomar.

Oliveira faz pela primeira vez o mapeamento documentado da luta interna que se delineia no período entre o III e o IV Congresso e identifica três posições principais. De grupos de Minas Gerais ela recolhe críticas à Direção Nacional por seu “reboquismo” e pela incapacidade de formular táticas viáveis a partir das reivindicações imediatas dos trabalhadores e camadas de atrair a pequena burguesia. Como uma das reivindicações mais urgentes era a das liberdades democráticas, esses grupos propunham a palavra de ordem “por uma Assembleia Constituinte Popular”, que exigia rapidez, pois dependia de serem aproveitados os resíduos de liberdade de ação que ainda sobreviviam à ditadura. As forças articuladas pela campanha constituinte criariam o ambiente político propício para o sucesso do foco guerrilheiro a ser preparado, mas, se o regime se fechasse ainda mais a ponto de impedir ações de massas, a opção tática passaria a ser a deflagração imediata do foco. Da Guanabara, Oliveira encontra documentos de um segundo grupo que preconizava algo muito diferente: a estratégia proposta era a da guerra popular anti-imperialista, de caráter preponderantemente agrário, a ser travado por uma ampla aliança envolvendo não apenas trabalhadores da cidade e do campo, mas artesãos, pequenos proprietários e até segmentos burgueses cujos interesses estivessem em contradição com o imperialismo. A terceira posição foi identificada como sendo a da Direção Nacional. A expressão de suas proposições estratégicas e táticas no debate interno seria, num primeiro momento, a série de textos de Érico Sachs intitulada “Aonde Vamos?” Depois viria um segundo documento, o *Programa Socialista para*

o *Brasil*, aprovado no IV Congresso e reconhecido por todos os pesquisadores como a formulação mais completa da estratégia da POLOP.

A pesquisa de Joelma Oliveira, extensa e detalhada, traz elementos que ajudam a problematizar a história das tensões que levaram à grande cisão de 1967, que terminaria por levar ao fim a ORM-PO. Pode-se acompanhar a escalada de conflitos entre a regional de Minas Gerais, a oposição da Guanabara e a Direção Nacional (é de se notar a insuficiência de referências ao grupo de São Paulo que também viria a romper com a organização), não apenas pela troca de acusações recíprocas, mas pela explicitação de divergências entre opções estratégicas e táticas que terminariam por se tornar incompatíveis

A hipótese geral da autora sobre a história da POLOP, todavia, fica aquém de suas descobertas documentais:

O que dava unidade ao grupo era a oposição à práxis política do PCB. A partir daí, ao que se percebe pelos documentos, todo o processo foi uma tentativa de homogeneizar a organização, buscando o centralismo democrático e procurando apresentar aos trabalhadores da cidade e do campo um Programa Socialista para o Brasil. O golpe militar rompe esta tentativa de solidificação porque apresenta novos problemas ao grupo: a luta ilegal. A luta armada antes negada passa a ser absorvida. Foi a partir deste momento que a POLOP começa a definir-se na prática em “duas organizações”. Uma propôs a construção da revolução socialista através de um partido da classe operária formado pela união dos trabalhadores da cidade e do campo; e a outra defendia a luta anti-imperialista de libertação nacional numa ampla aliança da classe média revolucionária, com a pequena burguesia e o proletariado numa luta de classe centralizada no campo através da luta armada.⁹¹

⁹¹ Id., *ibid.*, p. 160.

Novos estudos, novas problemáticas?

Poucos anos depois que Joelma Oliveira concluiu sua dissertação de mestrado tivemos um surto de novos trabalhos acadêmicos sobre a história da POLOP – serão cinco dissertações em apenas três anos. Não foi por acaso, como já assinalamos. A partir de 2009, o Centro Victor Meyer (CVM) centralizou esforços que vinham se desenvolvendo em diferentes estados do Brasil visando a preservação e difusão da memória da POLOP. Os resultados são notáveis. Foram organizados acervos documentais, publicados livros, realizados eventos, tudo isso a partir de articulações que o CVM construiu com setores acadêmicos e instituições especializadas na conservação e guarda de patrimônio histórico. Os pesquisadores que se debruçaram sobre a história da POLOP desde então tiveram facilitado seu acesso a um tesouro documental de alto valor.

Este é, aliás, o objeto pesquisado por Aline Camargo Torres em sua dissertação defendida em 2013 no Mestrado em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV. Sua problemática é completamente distinta de todos os demais trabalhos que analisamos aqui, pois ela não investiga a história da organização, mas sim o modo como sua memória vem sendo construída. Arquivista profissional e funcionária do Arquivo Nacional, Torres esteve envolvida em algumas etapas da iniciativa em prol da memória da POLOP. Sua pesquisa identificou o protagonismo de antigos militantes da POLOP nas iniciativas que tem por objetivo a construção da memória e detectou as marcas que a intencionalidade daqueles sujeitos imprimiu nos produtos. O CVM é visto como o principal agente do “empreendimento memorial” em torno da trajetória da POLOP.

Apesar de demarcar seu estudo por fora do “conteúdo informacional dos arquivos em direção ao papel que desempenham enquanto matéria para a construção de novas narra-

tivas históricas”,⁹² Torres não se eximiu de apresentar “um balanço, ainda que breve, da trajetória da Política Operária”.⁹³ Seu balanço se apoia na bibliografia disponível e ela reapresenta as visões de Reis Filho e Gorender sobre a incoerência na tentativa de conciliar a guerrilha com as lutas operárias, a heterodoxia com a ortodoxia. Uma das questões que sua breve visada sobre a história da POLOP repõe é a da existência ou não de elos de continuidade entre a ORM, o POC e a OCML: “No discurso memorial dos antigos militantes, essas organizações aparecem como ‘fases’ distintas da ‘POLOP’, que não sofreria interrupção, a despeito de suas distintas formações”.⁹⁴ Torres vê neste discurso a postulação de uma linearidade que faria “submergir as rupturas e os rearranjos que marcaram a trajetória das organizações identificadas pela sigla ‘POLOP’”.⁹⁵ A autora assinala a inexistência de consenso entre os historiadores sobre o problema, mas sugere um caminho de análise ao registrar que o campo historiográfico, “embora distinto do campo da memória, guarda com este relação estreita, podendo sofrer influência das narrativas memoriais ou mesmo servir como elemento legitimador dessas narrativas”.⁹⁶ Sobre a questão original, no entanto, ela evita se comprometer com uma resposta direta, embora suas considerações sobre as influências das “narrativas memoriais” e sobre o papel “legitimador” sejam bons indícios.

A trajetória de Érico Sachs é o tema de Lucas Correa na dissertação que apresentou em 2014 ao mesmo mestrado da FGV. O autor parte do questionamento do “silêncio tenso e controverso” em torno da figura de Sachs, problematizando ser

⁹² TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, arquivo e memória: Notas para um estudo sobre o caso Organização Política Operária*. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 9.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 53.

⁹⁴ Id., *ibidem*, p. 66.

⁹⁵ Id., *ibidem*, p. 65.

⁹⁶ Id., *ibidem*, p. 67.

ele “pouco conhecido de militantes e pesquisadores”⁹⁷. É prudente registrar que praticamente toda a historiografia sobre a POLOP fazia referência a Érico Sachs como o principal teórico da organização, embora houvesse, de fato, pouca informação histórica sobre este personagem. Ao se propor o resgate daquela trajetória, Correa lança mão do conceito lukacsiano de “atualidade da revolução”, que ele considera capaz de explicar os três períodos em que ela se dividiria: o de sua influência mais ativa (anos 1960), o de seu isolamento (anos 1970 e 1980) e seu posterior esquecimento.

A fim de mapear o contexto de formação política de Érico Sachs, Correa volta seu olhar para a Alemanha, recuperando as circunstâncias em que se formou a oposição comunista e, em seu seio, a importância de Thalheimer. Trata-se de uma história ainda pouco conhecida no Brasil, mas que vem sendo iluminada graças a publicações do CVM. Correa não pretende contribuir com essa história, apenas seguir as pistas deixadas por outros⁹⁸ para mapear as tendências que teriam influência sobre a formação política de Sachs. No segundo capítulo, o autor se demora analisando a história do comunismo no Brasil para caracterizar a hegemonia do PCB sobre a esquerda. Seu objetivo aqui é compor o quadro em que a desestalinização e a Revolução Cubana criaram condições favoráveis à emergência de *novas esquerdas* em vários países da América Latina. Érico Sachs aparece nesse contexto como autor de textos que já o configuram como atento observador de ambos os fenômenos e como referência para as discussões sobre a construção de uma alternativa ao PCB. A rigor, o autor se refere à “quebra de hegemonia”⁹⁹ do PCB, uma hipótese difícil de demonstrar para o período a que ele se refere. Correa monta esta caracte-

⁹⁷ CORREA, Lucas. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2014, p. 5.

⁹⁸ Cf. MEYER, Victor. Acerca do autor e sua obra. In: SACHS, Eric. *Qual a herança da Revolução Russa?* Salvador, Praxis, 1988.

⁹⁹ CORREA, Lucas. Um nome e um programa... op. cit., p. 38.

rização recorrendo a documentos escritos pelo próprio Sachs e pouco citados por outros pesquisadores, e também a testemunhos como o de Antonio Candido. A marca de Sachs está quase sempre presente nas dobras da esteira da contestação à hegemonia do PCB e de lenta construção da nova esquerda no Brasil que se estende desde a década de 1940, como no pequenino Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), que Antonio Candido descreve como o primeiro grupamento comunista não estalinista nem trotskista. Depois, nos anos 1950, na revista *Novos Tempos*, editada por comunistas como espaço aberto ao debate sobre o estalinismo e, finalmente, na revista *Movimento Socialista*.

O terceiro e conclusivo capítulo trata da trajetória de Érico Sachs na POLOP, uma iniciativa concreta de construção do partido revolucionário socialista. Sua ênfase é na contribuição de Sachs como teórico capaz de formular respostas revolucionárias para as diferentes conjunturas, intervenções acompanhadas pelo autor a partir de ampla documentação. O leitor encontrará citações e comentários a textos que nenhum outro pesquisador empregou, inclusive alguns escritos no exílio de Sachs no México e na Alemanha. Um dos documentos inéditos analisados por Correa é o depoimento que Sachs prestou ao DOPS após sua prisão, em setembro de 1969. É neste capítulo que opera com mais força o conceito de *atualidade revolucionária* que havia sido anunciado na introdução. Assim como Lênin, Sachs é visto como um marxista capaz de reconhecer os aspectos revolucionários de momentos históricos novos e de produzir a atualização teórica necessária. Os anos subsequentes foram de progressivo isolamento de Sachs, que Correa interpreta como “isolamento revolucionário”, aparentemente o reverso da *atualidade revolucionária*. A extensa derrota imposta à esquerda revolucionária foi respondida pela militância com um “recuo programático em direção à luta contra a ditadura, entendida como redemocratização”¹⁰⁰

¹⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 115.

e para Sachs, fiel a seu projeto revolucionário, teria restado o isolamento.

Em 2015 foram concluídas três dissertações sobre a POLOP. A de Lineker Noberto, defendida na Universidade Federal Fluminense, se atém ao curto período compreendido entre o contexto de fundação da ORM e o golpe de 1964.¹⁰¹ Apesar de constar no título, o conceito de experiência não tem qualquer peso na problemática. Os objetivos apresentados são, aliás, modestos, focados na descrição da trajetória da organização e sem ultrapassar os limites alcançados por pesquisas anteriores. São apenas dois capítulos, o primeiro dos quais voltado para a análise do contexto em que surgiu a ORM. Noberto faz o mapeamento dos projetos políticos circulantes à esquerda e demonstra a preponderância da questão nacional abordada em perspectiva burguesa, isto é, como nacionalismo. A tese do PCB sobre o feudalismo brasileiro e o projeto de revolução democrática nacional confirmariam a delimitação da política dos comunistas aos limites do nacionalismo. O cenário de maior liberdade de pensamento e para as lutas sociais aberto com o fim do Estado Novo seria propício a experimentos alternativos no campo do marxismo, que são observados pelo autor: são explorados documentos sobre o GRAP, o PSB, grupos trotskistas (lembrados como pioneiros na definição do caráter socialista da revolução brasileira) e a LSI.

No segundo capítulo aparece a maior contribuição da dissertação: a descrição detalhada das propostas e da intervenção política da ORM na conjuntura anterior ao golpe. Noberto recorre, em alguns momentos, a documentos que não tinham merecido atenção de pesquisadores até então, como um artigo de Paul Singer publicado em 1962 em *Política Operária* sobre as relações sociais no campo, cujo corolário é, por um lado, a refutação bem-fundamentada da teoria do feudalismo e, por outro,

¹⁰¹ NOBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961–1964)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015.

o papel crítico da luta pela terra, que ameaça a ordem social (a propriedade da terra). Da mesma fonte ele extrai informações sobre as intervenções da ORM no debate sobre estrutura sindical, na fundação da CGT, sobre a atuação em sindicatos e nas discussões sobre a Frente de Trabalhadores da Cidade e do Campo. Sua varredura prossegue colhendo documentos sobre a proposta do GRT (Governo Revolucionário dos Trabalhadores), sobre a atuação da POLOP no movimento estudantil (um texto de Vania Bambirra com avaliação e propostas de intervenção), sobre as dificuldades na construção da frente de esquerda em 1962, e da “união de marxistas revolucionários”, em 1963, com o MRT e o PCdoB. Ele junta outros documentos sobre as relações da POLOP com outros grupos de esquerda, como a polêmica travada por Theotônio dos Santos com a AP e a trajetória de aproximação e depois afastamento com as Ligas Camponesas. Por fim, recupera as análises da ORM sobre a Revolução Cubana (apoio entusiástico e reservas quanto à adequação da tática guerrilheira no Brasil), sobre a Frente de Mobilização Popular e as reformas de base, sobre o Plano Trienal, o caráter do governo Jango e a antecipação da probabilidade de um golpe militar. Um vasto aporte documental que, na ausência de uma problemática melhor elaborada, não desemboca em síntese.

O trabalho de Tiago Guimarães Oliveira, defendido na Universidade Estadual de Feira de Santana, tem características semelhantes ao de Noberto, com exceção do período estudado, que ultrapassa o golpe militar, e do repertório de fontes, que é significativamente menor.¹⁰² Seu primeiro capítulo retorna aos “meandros do partido comunista brasileiro”¹⁰³ para traçar sua política, cuja crítica pavimentou o caminho de construção da POLOP. Os capítulos 2 e 3 recontam a história da origem da

¹⁰² OLIVEIRA, Tiago Guimarães. *Um partido contra a corrente: tese e disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961–1967)*. Dissertação de Mestrado em História. Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 15.

POLOP, de suas análises sobre a realidade brasileira, de suas tentativas frustradas de sair do isolamento através de frentes (de esquerda e de trabalhadores da cidade e do campo) e dos debates internos sobre o enfrentamento à ditadura.

A terceira dissertação da safra de 2015 foi escrita por Amarildo Aparecido Vieira e defendida na Universidade Federal Fluminense. Esta última peça do nosso corpus filia-se resolutamente ao primeiro paradigma descrito acima. Segundo a apresentação do autor, a investigação sobre a POLOP decorre do objetivo de “estudar a atualidade da teoria do imperialismo”¹⁰⁴ formulada por Lênin e atualizada por Thalheimer e pela POLOP. Após condenar parte da historiografia contemporânea que faz a “apologia de uma irracionalidade que justifica as ações mais infames e hediondas do capital”, Vieira reafirma a urgência atual da teoria do imperialismo, decodificação da lógica contraditória e perversa do capitalismo, e da “revolução em escala mundial” que “se apresenta como único caminho possível para a superação da ordem estabelecida pelo capital em sua configuração imperialista”.¹⁰⁵ O lugar atribuído à POLOP na definição do objeto dessa pesquisa é, pois, ambíguo. A proposta não é de uma pesquisa sobre a história da POLOP e sim sobre como, no interior da POLOP, foi atualizada a teoria marxista do imperialismo. Mesmo este objetivo, porém, é posto de lado em certas oportunidades para que o autor apresente e endosse soluções teóricas para problemas envolvendo o capitalismo contemporâneo. Com frequência, a problemática da “atualidade” da teoria desloca para segundo plano a pesquisa sobre as elaborações feitas pela POLOP.

Como é da teoria do imperialismo que se trata, seu primeiro capítulo, coerentemente, é ocupado pela exposição do

¹⁰⁴ VIEIRA, Amarildo Aparecido. *POLOP: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961–1980)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 4.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 9-10.

“leninismo como práxis política revolucionária”.¹⁰⁶ O segundo capítulo volta-se para August Thalheimer e sua teoria da cooperação antagônica, vista como um momento forte de atualização da teoria do imperialismo. Vieira recupera documentos da POLOP e de Érico Sachs em que o conceito é empregado na análise do desenvolvimento do capitalismo em países subdesenvolvidos. De posse deste recurso teórico, POLOP e Sachs produzem documentos de crítica à política de coexistência pacífica, às relações da URSS com países socialistas (Tchecoslováquia, China) e com movimentos revolucionários em curso e à submissão do movimento comunista internacional a Moscou ou Pequim. Estudando os processos de revolução em países dependentes, como China e Cuba, a POLOP concluiu que

não existe luta anti-imperialista conservando o sistema capitalista, logo, a derrota do imperialismo passa imperiosamente pela deflagração da revolução socialista, norteadada pelos interesses de classe do proletariado. Isso significa que a burguesia, enquanto inimiga de classe do proletariado, não ocupa nenhum espaço e não exerce nenhuma função no centro das forças revolucionárias do continente.¹⁰⁷

No final do capítulo as hipóteses de Virgínia Fontes sobre o capital-imperialismo são apontadas como “pressupostos para uma nova atualização”¹⁰⁸ da teoria.

No terceiro capítulo, prossegue a análise da POLOP como produtora de uma contribuição própria à atualização da teoria do imperialismo. Vieira levanta uma série de teses e posições políticas assumidas pela organização nas quais ele constata o avanço no desvelamento dos laços entre o imperialismo e o capitalismo dependente nos marcos da cooperação antagônica:

¹⁰⁶ Id., *ibid.*, p. 17.

¹⁰⁷ Id., *ibid.*, p. 66.

¹⁰⁸ Id., *ibid.*, p. 67.

sobre a burguesia em situação de dependência, sobre o jovem e inexperiente proletariado, força motriz da revolução, mas influenciado negativamente pelo reformismo e pela política de conciliação de classes, sobre as diferentes formas de institucionalização da dominação burguesa no Brasil, inclusive o bonapartismo, sobre o apoio da burguesia nacional ao golpe e à ditadura. Sem aderir a transplantes automáticos de conceitos e investigando a realidade de seu próprio tempo, a POLOP teria se colocado a salvo do dogmatismo e do estalinismo e pôde, por isso mesmo, dar respostas superiores às questões da construção do partido de vanguarda, do governo de transição e da relação partido-guerrilha.

Apesar de reconhecer em Rui Mauro Marini um dos grandes teóricos da POLOP, Vieira reservou um capítulo inteiro para expor e depois refutar a teoria do sub-imperialismo, formulada por ele. Decidimos excluir de nosso corpus os estudos sobre a teoria da dependência, mas este quarto capítulo merece ser observado de um ângulo metodológico. Salvaguardado por sua problemática sobre a “atualidade” da teoria, o autor recorre primeiro, para compor sua crítica, aos argumentos desenvolvidos por Virgínia Fontes em 2010 para contestar os fundamentos da tese de Marini enunciada nos anos 1970. Na parte seguinte do capítulo, ele recua trinta e dois anos para resgatar a extensa crítica a Marini feita em 1978 pelos autores do documento “De volta às raízes”, que circulou na OCML. Por fim ele conclui sua análise compendiando autores que fazem a crítica do neodesenvolvimentismo, apresentado como uma teoria não marxista “que almeja se firmar como uma alternativa prática às mazelas do capitalismo contemporâneo”.¹⁰⁹ O modo como o argumento é construído explicita a prioridade da reflexão e a centralidade que nela tem o problema da “atualidade”. A vigência da questão da “atualidade” não cancela, obviamente, a perspectiva histórica de uma análise, mas a

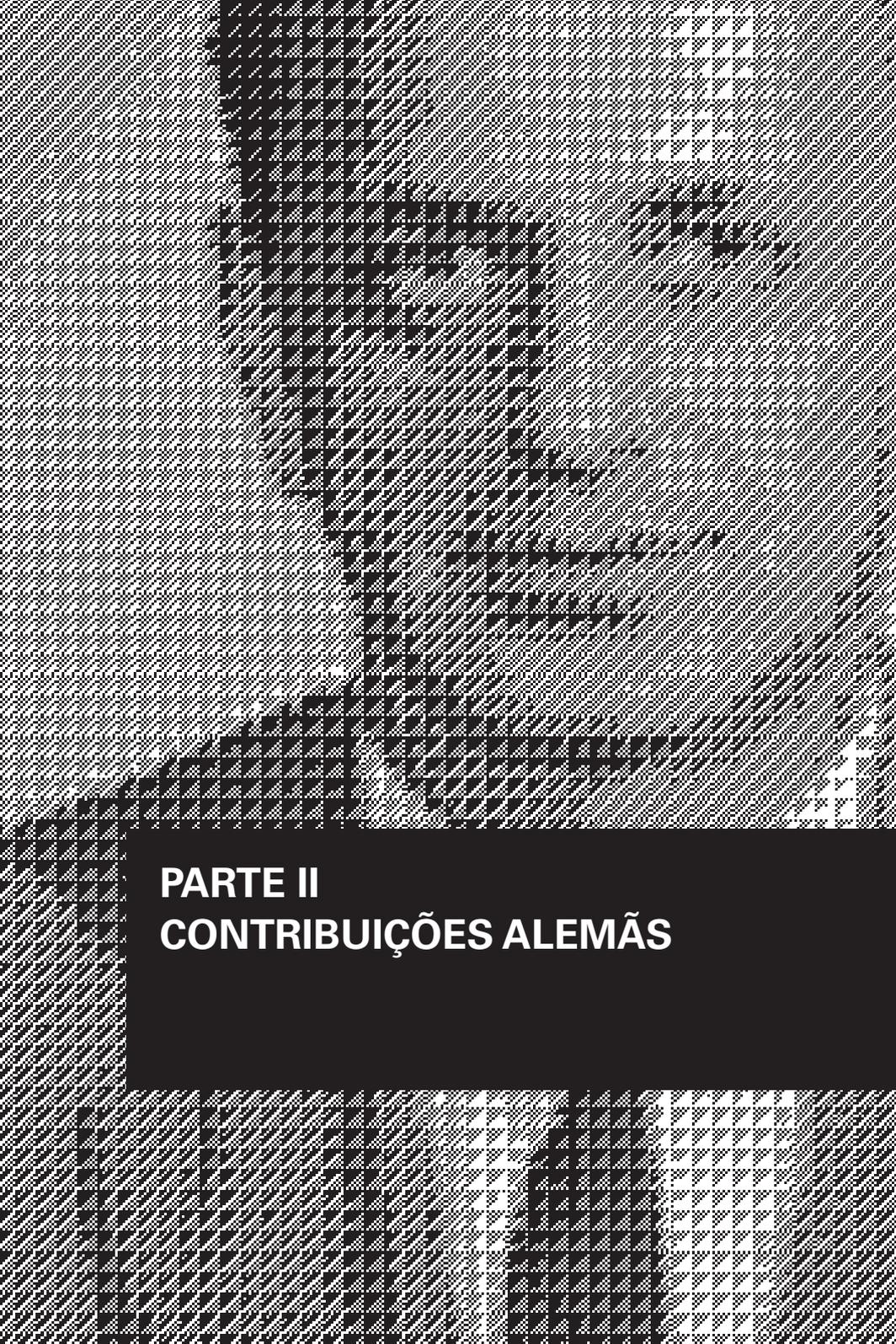
¹⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 144.

indiferença quanto ao tempo em que ocorrem os fenômenos observados, sim.

No último capítulo assistimos a um sobrevoo sobre a trajetória da POLOP, quase completamente baseado em fontes secundárias. Nele fica mais visível uma característica que atravessa quase todo o texto de Vieira que é o silenciamento a respeito da vida interna da organização. Ao apresentar as teses e intervenções da POLOP como peças de atualização da teoria do imperialismo, o autor não se pergunta sobre as condições históricas em que tais formulações foram elaboradas. O ambiente interno de debate, as tensões e disputas que caracterizaram a história da POLOP são desconsiderados, embora as peças que Vieira recolheu tenham sido todas criadas naquela forja e carreguem marcas dessa origem. Apesar disso, e mesmo sem ter reunido evidências que permitam sustentar conclusões tão peremptórias, Vieira retorna, em seu capítulo final, à afirmação da “importância teórica e prática do marxismo-leninismo que no Brasil teve na ORM – Política Operária – POLOP ou simplesmente PO sua principal expressão.” Ou que “a PO foi a primeira organização de esquerda no Brasil a se constituir no estrito campo do marxismo-leninismo”.¹¹⁰

Ser “a principal” ou ter sido “a primeira” são, por enquanto, hipóteses cuja verificação requer análises que situem a POLOP num quadro histórico amplo, no qual a esquerda brasileira como um todo apareça com nitidez. Até aqui as tentativas nesta direção esbarraram nos limites do paradigma que privilegiava o julgamento político em detrimento da investigação histórica. Significa que continua aberto um enorme campo para novas pesquisas.

¹¹⁰ Id., *ibid.*, p. 149.



PARTE II
CONTRIBUIÇÕES ALEMÃS



Em Heidelberg com Elke Stichs, 1978

AS RAÍZES POLÍTICAS DE ÉRICO SACHS

Lothar Wentzel

Érico Sachs veio ao mundo em Viena, no ano de 1922. Ele nasceu num tempo em que os jovens se politizavam numa extensão hoje difícil de imaginar. Sua cidade natal – a Viena “vermelha” – era um bastião do movimento operário contra o processo de direitização política cada vez mais intenso na Áustria. Em fevereiro de 1934, ocorreu ali uma insurreição operária desesperada, mal organizada, contra o surgimento de uma ditadura semifascista. Pouco tempo depois, Érico e sua mãe fugiram para a União Soviética.

Ele provinha de uma família muito politizada. Sua mãe tinha raízes russas e simpatizava com os bolcheviques, ao lado de quem um irmão dela havia caído na Guerra Civil. O pai era mais próximo dos social-democratas austríacos, que tinham uma posição relativamente à esquerda. Érico deve ter vivenciado muito cedo as discussões políticas na família.

Mas também na escola e na rua ocorriam confrontos políticos. Durante a crise econômica mundial do início dos anos 1930, as manifestações e as batalhas de ruas estavam na ordem do dia em Viena. Como menino de uma família judaica, ele precisou lutar contra o antissemitismo, que grassava no campo burguês.

Após a fuga para a União Soviética, então com apenas 12 anos, Érico ingressou em Moscou na escola de língua alemã Karl-Liebknecht, criada para emigrados da Alemanha. Também ali eram dadas aulas com um forte caráter político, orientadas estreitamente pela correspondente posição da liderança do partido. Era o tempo da industrialização forçada, no qual Stálin cada vez mais suprimia seus adversários políticos e consolidava seu domínio autoritário. Na Karl-Liebknecht-Schule, Érico recebeu uma formação básica em economia política e materialismo histórico. Porém, não era permitido discutir abertamente as questões políticas da época. Ali valia, sem contestação, a posição do governo soviético.

Apesar disso, ocorriam naturalmente discussões políticas no ambiente pessoal. O tema dominante para as esquerdas da Alemanha e da Áustria era a questão: como fora possível que o forte movimento operário alemão, que até a última eleição ainda recebera quase 40% dos votos, pudera ser vencido em 1933 pelos nacional-socialistas? Essa questão conduzia inevitavelmente à crítica da política dos partidos operários.

O Partido Social-Democrata, nos anos da crise econômica mundial (1929–1933), em larga medida havia renunciado às ações extraparlamentares. Ele esperava que a situação se estabilizasse novamente, com o abrandamento da crise. Ao contrário, o Partido Comunista mantinha-se bastante ativo. Contudo, seguia uma política ultraesquerdista, por pressão da União Soviética. Para ele, os social-democratas constituíam a ala direita do fascismo. Os comunistas descreviam-nos como “social-fascistas” e os combatiam às vezes de forma quase tão acentuada quanto os nacional-socialistas. Por essa razão, os comunistas dividiam também todas as organizações operárias – inclusive os sindicatos – e formavam entidades próprias.

Ambos os partidos subestimavam os nacional-socialistas. Os social-democratas acreditavam que, em um país civilizado como a Alemanha, os fascistas não poderiam passar. Os comunistas argumentavam com a força da classe operária. Mesmo no caso

de uma improvável vitória, os fascistas não poderiam lidar com a crise econômica mundial: “nós damos a Hitler, no máximo, um ano”, era uma interpretação amplamente difundida entre eles.

Assim, o movimento operário alemão encontrava-se profundamente dividido e não possuía condições de se defender do inimigo comum. A situação piorava, pois os adeptos da social-democracia, na maior parte, ainda tinham emprego e se comportavam com cautela, enquanto os desempregados, que não tinham mais nada a perder, juntavam-se aos comunistas e, por isso, agiam de forma radical.

A política catastrófica dos dois grandes partidos operários provocou muita crítica, ainda que a ligação com as estruturas tradicionais fosse grande. Em 1931, a ala esquerda dos social-democratas formou um pequeno partido autônomo. Entre os comunistas, surgiu já em 1929 uma organização própria, o Partido Comunista – Oposição (KPO). A maioria de seus membros havia sido expulsa por causa da crítica à linha partidária. Era uma pequena organização, com apenas seis mil membros, mas nela estavam reunidas as maiores cabeças dirigentes do movimento comunista na Alemanha. Foi pensada como uma organização de quadros – não como um partido próprio – e tentava dissuadir o Partido Comunista de continuar com a sua linha desastrosa e conduzir conjuntamente o movimento operário para uma frente única contra o fascismo.

Nos debates acalorados sobre as causas da derrota do movimento operário alemão, Érico foi convencido na maior parte das vezes pelos argumentos da KPO. Quais eram as bases político-teóricas da KPO? Para esclarecer essa questão, é preciso voltar para o movimento operário alemão de antes da Primeira Guerra Mundial. Ele era então a força mais potente do movimento operário mundial e atraía para si muitas forças intelectuais. A cabeça dirigente da ala esquerda do movimento operário alemão era Rosa Luxemburgo (1871 – 1919). Ela permanece até hoje como uma teórica muito importante e discutida de um marxismo não ortodoxo.

Rosa Luxemburgo provinha de uma família judaica da Polônia, que, nessa época, pertencia à Rússia. Ela estudara economia na Suíça e ingressou na social-democracia alemã em 1898, que tinha na época um programa marxista. Era uma crítica contundente das crescentes correntes reformistas nesse partido. Contra isso, desenvolveu a ideia de uma dialética entre reforma e revolução. Em tempos não revolucionários, os partidos socialistas deveriam desenvolver um “reformismo combatente”, isto é, mobilizar os operários para a luta por seus interesses atuais, para com isso politizá-los e prepará-los para outros objetivos.

Rosa Luxemburgo foi contrária à guerra e uma representante decidida do internacionalismo proletário. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), passou a maior parte do tempo presa. Em 1918, participou da fundação do Partido Comunista Alemão (KPD) e foi assassinada em janeiro de 1919 por mercenários a soldo da reação.

A política da KPO baseava-se essencialmente nas ideias dela. As cabeças dirigentes da KPO – August Thalheimer (1884–1948) e Heinz Brandler (1881–1967) foram alunos de Rosa Luxemburgo e eram a ela estreitamente ligados, pessoal e politicamente.

Rosa Luxemburgo havia vivenciado, entre outras coisas como participante da Revolução Russa de 1905, a que desempenho organizatório e percepção política os operários se capacitavam, a partir de suas experiências em conflitos práticos. Os processos de aprendizado realizados nos conflitos sociais eram, a seu ver, decisivos para o pensamento e a ação independentes dos operários. As organizações políticas deveriam promover esses processos e ajudar a congregar as forças, sem pretender dominá-las ou tutelá-las.

Antes de tudo nesse ponto, a KPO se diferenciava do rumo que o Partido Comunista havia tomado. Em sua visão, a conquista do poder político não deveria ser obra do partido, mas o resultado de um processo de emancipação do proletariado. Das experiências da ação política própria, deveria

surgir a autoconsciência nos operários de poder ser uma força de transformação social. Com isso, também seria desenvolvida a necessidade de transformações fundamentais. Era tarefa dos comunistas apoiar e fazer avançar esse processo. Com a consecução do socialismo, a classe operária ela própria deveria se tornar sujeito do seu destino político. A nova sociedade socialista não deveria ser obra do partido e do aparato estatal dominado por ele, mas sim surgir, peça por peça, da ação tornada independente da classe operária. O estado socialista recém-surgido não deveria controlar os operários, mas criar as condições para o seu processo de emancipação. Para isso, as relações democráticas na classe operária eram imprescindíveis. Um instrumento para tal poderiam ser os Conselhos, da forma como surgiram na Revolução Russa, ainda que ali tenham sido logo marginalizados.

Essa posição tinha diversas consequências práticas. Quem pensa assim, dá um valor especial à ação independente dos operários:

- Com base nas correspondentes relações sociais e culturais desenvolvidas historicamente entre as classes, deveriam ser produzidas uma análise realista da situação política e uma estratégia independente. Diretrizes a nível mundial produzidas por um “centro revolucionário” (Moscou, Pequim...) eram, para isso, contraproducentes. A representação política da classe operária deveria poder agir independentemente da própria burguesia e de diretrizes externas.

- Uma estratégia deveria ser desenvolvida, em relação aos operários que tinham outras formas de pensar, em especial os que apoiavam as organizações reformistas, para conduzi-los a maior independência e poder ganhá-los politicamente. Para tal, o melhor caminho seriam as ações comuns com esses operários, em torno de seus interesses imediatos. Aí eles poderiam adquirir experiência em relação a suas forças coletivas e dar passos além do seu pensamento político atual. Por parte dos comunistas, exigia-se confiabilidade, previsibilidade e equidade.

- Os sindicatos, como organizações de massas dos operários, eram, portanto, de especial significado estratégico.
- Na própria organização, discussões abertas e processos de decisão democráticos deveriam obviamente ser os pressupostos para a ação independente.

Na KPO, August Thalheimer havia desenvolvido de longe a melhor teoria contemporânea, que descrevia realisticamente o caminho do fascismo alemão para o poder e fora capaz de previsões surpreendentemente precisas. A base dessa teoria foi a análise das lutas de classes na França, de 1848 a 1850, feita por Karl Marx. Thalheimer assumia que a burguesia alemã, em face da politização da classe operária alemã, não estaria mais em situação de afirmar o seu poder com os meios tradicionais. Assim, ela estava preparada para qualquer aventura política, de forma a assegurar o seu domínio de classe. Para a classe operária, a vitória do fascismo iria significar uma derrota difícil e duradoura.

Como consequência prática, a KPO reivindicava uma política de Frente Única, portanto, uma luta conjunta com os operários de orientação social-democrática, para se defender das consequências da crise econômica mundial. Em vez de xingar os social-democratas de fascistas e difamar sua liderança, deveriam ser concluídas alianças para determinadas ações, demonstrando com isso que a defesa era possível e que os comunistas eram aliados confiáveis e engajados.

Essas ações deveriam aumentar, passo a passo, até uma ampla luta de defesa, na qual os operários pudessem experimentar suas forças e a possibilidade de assumir o poder político.

Ao mesmo tempo, a KPO exigia o reestabelecimento de estruturas democráticas no Partido Comunista, como as que ainda haviam existido nos anos iniciais, e reivindicava um trabalho conjunto, em nível de igualdade, com o Partido Comunista da União Soviética. Assim, a KPO lutava não apenas por uma outra política do Partido Comunista, mas para a sua renovação interna e independência da União Soviética.

No curto tempo de sua existência legal, a KPO pôde conduzir diversas ações com os social-democratas de esquerda. Entretanto, ela não conseguiu influenciar eficazmente a política do Partido Comunista. A liderança do Partido Comunista dispunha de recursos organizatórios incomparavelmente maiores. Antes de tudo, podia contar com o apoio da União Soviética e da Internacional Comunista para a sua política, que naquela época ainda gozavam de grande autoridade junto aos operários de esquerda. A liderança da União Soviética sob Stálin fez passar a política ultrasquerdista na Internacional Comunista, porque ela era necessária para justificar a política de coletivização acelerada e para a eliminação da crítica em suas próprias fileiras. A liderança partidária na Alemanha também assumiu com essa política as formas de domínio autoritárias e pôde amordacar os críticos nas próprias fileiras, usando meios disciplinares.

O Partido Comunista, de fato, admitiu erros após a vitória do fascismo na Alemanha, mas sua autocrítica permaneceu hesitante. Antes de tudo, ela não mudou suas estruturas autoritárias e não permitiu um debate interno sério. Os membros da KPO continuaram a ser tratados como adversários.

A KPO existiu ainda até às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Os seus membros haviam se preparado com antecedência para o trabalho clandestino. Os seus grupos puderam se manter por mais tempo do que outros. Porém, no longo prazo ela também não cresceu, por causa da brutal repressão dos nacional-socialistas. Pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, também essa organização foi em grande parte esmagada.

Na União Soviética, Érico vivenciou em primeira mão o surgimento da estrutura de poder estalinista. O Partido Comunista da União Soviética tornou-se cada vez mais sem influência e todo o poder concentrou-se no Politburo. Em 1935, iniciaram-se os grandes expurgos, com os quais deveria ser quebrada qualquer resistência na população contra a linha da liderança estatal. Em agosto de 1936, ocorreu o primeiro processo público contra os velhos dirigentes bolcheviques do partido.

Até meados dos anos 1930 ainda havia na União Soviética alguma margem de manobra para a discussão política. Um dos críticos mais importantes ao desenvolvimento do estalinismo foi Bukharin (1888–1938), que também possuía ligações com a KPO. Através de sua mãe, é provável que Érico tenha tido muito cedo contato com as ideias desses comunistas críticos. Em março de 1937, também Bukharin foi preso, condenado à morte em março de 1938, em um processo público e executado. Logo após a prisão de Bukharin – em setembro de 1937 – Érico e sua mãe foram expulsos da União Soviética e voltaram para a Áustria. Eles tiveram sorte de apenas terem sido postos para fora do país, como estrangeiros que eram, sem se tornarem eles próprios vítimas do terror estalinista.

Também na Áustria, Érico não pôde permanecer por muito tempo. Teve que deixar o país em junho de 1938, porque os nacional-socialistas haviam tomado o poder. Após mais uma fuga, ele viveu por algum tempo em Paris. Lá, localizou a direção da KPO no exílio. Com ela, logo estabeleceu relação, tendo a possibilidade de entrar em contato com as cabeças dirigentes da KPO, August Thalheimer e Heinz Brandler. Esse encontro deve ter sido de grande significado pessoal para o jovem emigrante de 16 anos. As discussões que ele pôde ter ali consolidaram seus conhecimentos políticos básicos e o encorajaram a seguir o seu caminho. Poucas semanas antes de eclodir a Segunda Guerra Mundial, ele e sua família conseguiram fugir para o Brasil.

Érico levou para o exílio os fundamentos políticos da KPO. Ali ele os desenvolveu, analisou com a sua ajuda as relações de classes especiais e os conflitos sociais no Brasil e formulou as consequências políticas para os trabalhadores. Érico criou uma ponte entre experiências de um marxismo crítico, tal qual havia se desenvolvido no solo do movimento operário europeu, e os movimentos sociais revolucionários da América Latina. Seu destino pessoal especial deu-lhe o pressuposto para isso e ele aceitou a tarefa. Tal foi a sua contribuição especial, distinta, para as esquerdas brasileiras.

ÉRICO SACHS E A POLÍTICA OPERÁRIA – COMUNISTAS CRÍTICOS NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO¹

Lothar Wentzel

Nos últimos anos, especialmente depois que a nova presidente Dilma Rousseff constituiu uma Comissão da Verdade, o público brasileiro passou a se ocupar novamente, de forma mais intensa, com os tempos da ditadura, com as vítimas geradas pela resistência e o trágico destino dos agrupamentos de esquerda. Essa repressão brutal alcançou também uma jovem organização, que tentava, fora da guerra de guerrilhas e do acomodamento, desenvolver uma política independente para a classe operária brasileira, correspondente às correlações de forças especiais do país. Ela se chamava “Política Operária”, abreviadamente “POLOP”, e foi fundada em fevereiro de 1961.

Os primórdios do movimento operário e sindical brasileiro remontam apenas ao início do século XX. O país desenvolveu-se economicamente com relativo atraso e as organizações de esquerda permaneceram correspondentemente fracas. Nos anos 1950, a esquerda brasileira era dominada pelo Partido Comunista, que se orientava pelas diretivas de Moscou, principalmente no que diz respeito à aliança com parcelas da burgue-

¹ Publicado na revista alemã *Sozialismus*, volume 10-2013 (N.E.)

sia brasileira, como forma de alcançar uma sociedade burguesa progressista. Com a vitória da Revolução Cubana em 1959, o debate político alterou-se abruptamente. Uma perspectiva socialista parecia estar agora na ordem do dia, também para a América Latina.

Nas organizações de esquerda ocorreram acalorados debates sobre a orientação estratégica adicional. Foi nesse processo que surgiu a POLOP. Representantes críticos de diversas organizações, em especial do Partido Comunista e de correntes socialistas, bem como da esquerda independente, juntaram-se e desenvolveram um programa próprio. Uma das cabeças teóricas mais importantes desse grupo foi Érico Sachs, um emigrado austríaco. Ele provinha da tradição da KPO, uma reunião de comunistas de oposição, que havia lutado por uma posição comum do movimento operário, no final da República de Weimar, que substituísse a linha ultraesquerdista do “social-fascismo”, levada a cabo pelo KPD (Partido Comunista Alemão).

Érico Sachs tentava tornar frutíferas para as condições brasileiras as experiências do movimento operário alemão, em especial as abordagens sobre as análises de classes de August Thalheimer. O POUM espanhol também pertencia às tradições às quais a nova organização se reportava, pois igualmente possuía posição crítica ao comunismo ortodoxo. No seu entendimento sobre os movimentos sociais e a organização política, pode-se reconhecer claramente a caligrafia de Rosa Luxemburgo. Outras importantes cabeças da POLOP foram: Ruy Mauro Marini (Rio de Janeiro), Theotônio dos Santos, Vania Bambirra (Belo Horizonte), bem como Eder Sader, Emir Sader e Michael Löwy (São Paulo).

Nos surtos de industrialização após a Segunda Guerra Mundial, cresceu no Brasil uma considerável e moderna classe operária. Esta se tornou o centro das considerações da POLOP. Somente quando houvesse aí lutas independentes em torno dos interesses próprios, poderiam surgir as forças com experiência e consciência necessárias para formar a base de uma polí-

tica independente de classe e de um partido revolucionário. A POLOP imaginava isso como um processo orgânico de longo prazo, no qual deveria surgir, a partir da experiência prática e da análise teórica, uma estratégia política independente para o Brasil. A esquerda brasileira não deveria ficar dependente dos exemplos de outros centros – nem de Moscou, nem de Pequim, nem mesmo de Cuba – mas precisava encontrar o seu próprio caminho. Ninguém poderia lhe subtrair esse esforço.

Naturalmente, a POLOP enxergava o significado de outros fatores sociais para uma política de esquerda no Brasil, principalmente o proletariado rural e os pequenos camponeses, bem como as camadas urbanas precarizadas e o movimento estudantil. Mas confiava apenas no operariado industrial para unificar essas forças e desenvolver a pressão necessária para colocar em questão a dominação burguesa. Ela era cética em relação à estratégia guerrilheira, especialmente depois do que a burguesia havia aprendido com Cuba. Os meios dos confrontos políticos são dependentes do nível das lutas de classes e estas ainda não estavam tão desenvolvidas no Brasil.

A POLOP conseguiu construir redes nos centros industriais mais importantes. Permaneceu uma organização de quadros, mas possuía uma considerável força de irradiação. Na cultura política da esquerda brasileira, foi um fenômeno excepcional. Ela se engajava em conflitos nas empresas e era, ao mesmo tempo, conhecida pelo alto nível dos seus debates teóricos e por seu trabalho de formação marxista. Também a futura presidente Dilma Rousseff esteve em contato com esse grupo, antes de se decidir pela luta armada.

O primeiro golpe militar, em 1964, limitou substancialmente as possibilidades de atuação da POLOP. Em 1968, com o segundo golpe militar, seguiu-se uma onda repressiva impiedosa. Partes da POLOP uniram-se à luta armada contra a ditadura militar. Sob as condições de ilegalidade e perseguição, as ligações entre os diferentes locais eram mantidas com muita dificuldade. Somente pequenos grupos sobreviveram nos anos

seguintes. A POLOP compartilhou o destino da maioria dos demais agrupamentos de esquerda e foi em grande parte esmagada como organização pelos militares.

No final dos anos 1970, as grandes greves na indústria automobilística nos subúrbios de São Paulo confirmaram a tese central da POLOP sobre o significado do operariado industrial. Essas lutas operárias transformaram-se no ponto de confluência da resistência contra a ditadura. Elas obrigaram os militares a recuar e abriram o caminho para sindicatos independentes e organizações políticas. Os remanescentes da Política Operária participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos sindicatos independentes (CUT). Alguns viam isso como mais uma frente para o seu trabalho político, outros se engajaram mais fortemente e alcançaram posições de liderança.

Quem foi esse emigrado alemão, que influenciou significativamente a Política Operária (POLOP)? Érico Sachs – seu nome original era Erich Czaczkes – nasceu em Viena em 1922. Desde criança ele se confrontou com conflitos e rejeições na esquerda. Seu pai era ativo na social-democracia; ao contrário, sua mãe russa era uma comunista que simpatizava com Bukharin e a “direita” na União Soviética. Um de seus irmãos havia morrido na guerra civil russa, ao lado dos bolcheviques. Pai e mãe provinham de famílias judaicas.

Em 1934, o clima político na Áustria tornou-se cada vez mais insuportável e cresceram os ataques antisemitas. Érico e sua mãe emigraram para Moscou, onde ele frequentou a Escola Karl Liebknecht, junto com muitos filhos de emigrados alemães, até 1937. No curso da prisão e processo contra Bukharin, Érico e sua mãe foram expulsos da União Soviética naquele mesmo ano. Após a anexação da Áustria pela Alemanha, em 1938, ele teve que prosseguir fugindo. Em Paris, esteve em contato com Heinz Brandler e August Thalheimer, da direção no exílio da KPO. Um encontro que lhe foi fundamental.

Com a ajuda de parentes, ele e seus pais conseguiram emigrar para o Brasil ainda a tempo, em 1939. De início, por dez

anos, ocupou-se como gráfico. Aproveitava o tempo de forma intensiva, para aprender a cultura brasileira e a língua portuguesa. Em seguida, trabalhou como jornalista, tendo a política externa como ênfase, e, depois, como tradutor. Naquela época, ele já tinha atividade na esquerda, mas suas habilidades especiais se revelaram apenas com a fundação da POLOP. Ele possuía um grande conhecimento sobre o movimento operário, relações internacionais e a teoria materialista da história. Ao mesmo tempo, dispunha da capacidade de poder desenvolver e explicar bem seus pensamentos. Ele não desempenhou apenas um papel importante como cabeça estratégica. Era utilizado também regularmente para o trabalho de formação, ao qual a POLOP atribuía grande valor.

Érico Sachs foi preso logo depois do primeiro golpe militar, em 1964, mas foi logo libertado, de maneira relativamente rápida. Após o segundo golpe militar, a situação era mais ameaçadora. O serviço secreto militar conseguiu prendê-lo novamente em 1969. Porém, ele conseguiu fugir da prisão, sob condições aventurescas, e buscar refúgio na Embaixada Mexicana. Ali ele teve que esperar cinco meses, até obter a permissão de viajar para o México. Após sua chegada, ingressou com um pedido de asilo na República Federal da Alemanha, que também foi aprovado.

Até o final dos anos 1970, Érico Sachs viveu na Alemanha Ocidental, onde encontrou trabalho como tradutor. Assim que as condições permitiram, restabeleceu as ligações com o Brasil. Na Alemanha Federal ele procurou contato com as organizações que recorriam à tradição da KPO, mas elas estavam pouco interessadas em seus conhecimentos. Nos anos no exílio, ele trabalhava muito com estudantes da América Latina. Eles o valorizavam muito como interlocutor experiente para o enfrentamento dos seus problemas políticos.

À primeira vista, Érico Sachs era uma pessoa um pouco reservada. Não era muito grande e parecia introspectivo. Falava baixo e de forma concentrada, mas, quando isso ocorria,

tinha a atenção da audiência ao seu lado. Ele era paciente com as objeções e gostava de desenvolver seus argumentos passo a passo. Não lhe interessava agitar ninguém. Sabia que processos de conhecimento necessitavam de tempo. Sabia ouvir. No meio de debates acalorados, ele constituía o polo sereno, que, com poucas palavras, chamava a atenção para os pontos críticos.

No decorrer do tempo, Érico tornou-se brasileiro, apesar de sua origem vienense permanecer inequivocadamente até o fim. Ele amava a originalidade e a diversidade do Brasil e a alegria de viver da vida cotidiana. Bens materiais significavam pouco para ele. Quando tinha dinheiro, gastava em grande quantidade. Ele e sua companheira mantinham a casa aberta, onde se encontravam estudantes de muitos países, principalmente da América do Sul. Depois de discussões apaixonadas e profundo trabalho teórico, festejava-se e ria-se bastante. Todos gostavam muito da atmosfera franca e alegre, que ele e a sua companheira sabiam criar.

Quando a ditadura militar entrou em declínio, Érico aproveitou, em 1980, a primeira oportunidade para voltar ao Brasil. Ele ativou velhos contatos e retomou o seu trabalho de formação. Na luta contra a ditadura militar, a esquerda brasileira tinha se reagrupado. Também Érico se engajou dentro do processo de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos novos sindicatos (CUT). Érico Sachs ainda pôde viver o fim da ditadura militar, em 1985. Morreu um ano depois, no Rio de Janeiro.

Bibliografia:

1. Jean Rodrigues Sales: *A Luta Armada contra a Ditadura Militar*. São Paulo: 2007. p. 32 e seguintes sobre a POLOP.
2. Eric Sachs: “Andar com os Próprios Pés”. Belo Horizonte, 1994.
3. Joelma Alves de Oliveira: *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961–1967)*. Não publicado. Araraquara, 2007.

4. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador, 2009. Publicado pelo Centro de Estudos Victor Meyer (CVM).
5. Érico Sachs: “Marxismo e Luta de Classes”. Salvador 2010. Publicado pelo Centro de Estudos Victor Meyer (CVM).
6. Eduardo Stotz e Samuel Warth: *Conquistas e impasses do socialismo, seleção de textos inscritos na tradição da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária*. Rio de Janeiro, 2011, Publicado pelo Centro de Estudos Victor Meyer (CVM).

ENTRE A FUGA E O RETORNO: ÉRICO SACHS NO EXÍLIO NA ALEMANHA (1970–1980)

Elke Stichs e Lothar Wentzel

Na noite de 8 para 9 de outubro de 1969, Érico Sachs pôde fugir da prisão no Rio de Janeiro, onde fora preso em setembro daquele ano. Para isolá-lo de outros prisioneiros, ele havia sido encarcerado em um local de interrogatório dotado de uma janela de ventilação pouco segura, que dava para o exterior do prédio. Érico conseguiu descer pela janela, utilizando uma corda, alcançar o teto de uma garagem e, daí, escapar para a rua. Em seguida, passou à condição de procurado no Rio, com um mandato de prisão. De início, Érico ficou escondido entre amigos. Depois, sob condições aventurescas – disfarçado de mulher – ingressou na Embaixada Mexicana, onde lhe foi concedido asilo diplomático.

Evidentemente, as autoridades militares brasileiras ficaram embaraçadas com o sucesso de sua fuga e recusaram-lhe por cinco meses a autorização de viagem para o México. Durante esse tempo, ele não tinha permissão de deixar o terreno da legação diplomática. O embaixador mexicano, em contrapartida, ofereceu-lhe um lugar em sua mesa de refeições. A cozinha era excelente, o que lhe compensou um pouco o fato de encontrar-se detido.

Em fevereiro ou março de 1970, Érico obteve o salvo-conduto e voou para o México. Na capital do país, foi acolhido pela filha de August Thalheimer, a pintora Sita Garst. Thalheimer havia sido a cabeça teórica da Oposição do Partido Comunista Alemã (KPO) e morreu no exílio em Cuba, em 1948. Mas Érico não podia ficar ali por muito tempo.

Ele precisava encontrar uma forma de ganhar a vida, conservando, ao mesmo tempo, sua independência política. Não podia contar com a sua sustentação por uma organização política. Naturalmente, queria manter a ligação com o Brasil. Isso era mais fácil, naquela época, a partir da Alemanha do que de um país latino-americano. Além disso, precisava tomar cuidado com a saúde problemática. Já então, sofria de diabetes em estado progressivo. Outra questão que pode ter tido um papel importante era a expectativa de obter asilo político. Finalmente, pesou sua grande proximidade com a cultura germânica e com a rica herança do movimento operário de língua alemã.

Érico decidiu-se, assim, pela República Federal da Alemanha. Antes, ele havia trabalhado como tradutor para a embaixada do país no Brasil. Por isso, tinha contatos com a Alemanha e podia esperar trabalhar como tradutor em instituições públicas. Na época, não havia muitas pessoas na Alemanha que dominassem, como língua materna, tanto o português brasileiro, quanto o alemão. Além disso, havia na Alemanha Ocidental uma pequena Organização que se situava dentro da tradição da KPO, o *Gruppe Arbeiterpolitik* (Grupo Política Operária).

A esperança de poder encontrar asilo político na República Federal mostrou-se ilusória. Ele havia fugido da Áustria em 1938, por perseguição política e racial. A Áustria pertencia na época ao Reich Alemão e a República Federal assumia-se como sua sucessora legal. Mas isso não foi de forma alguma considerado no seu caso. Ele também não contava com isso. Vindo de uma ditadura militar, nem mesmo como refugiado político ele foi reconhecido imediatamente. Recebeu somente uma autorização de permanência e tinha que se comunicar regularmente com

a polícia. Também não podia deixar sem permissão o seu local de destino. Somente em 1978, pouco antes do retorno ao Brasil, recebeu um status de permanência um pouco mais seguro.

Érico chegou na Alemanha em 17 de novembro de 1970. Ele foi para Colônia, onde tinha a possibilidade de trabalhar como tradutor na *Deutsche Welle*, emissora que podia ser captada no mundo inteiro e que tinha como propósito divulgar notícias da pátria para os alemães no exterior. Também possuía emissões em muitas línguas, inclusive o português, que tinham como propósito transmitir uma boa impressão da Alemanha às pessoas de todo o mundo. Érico ficou empregado ali por alguns meses, como tradutor e jornalista. Dificilmente teve alguma influência na configuração do programa para o Brasil. Contudo, traduzia para o português brasileiro poesias e textos do famoso poeta e crítico social Heinrich Heine, que também era amigo de Marx e Engels.

Novembro, o mês da chegada de Érico, é o mais escuro na Alemanha. Os dias são curtos, faz frio e chove muito. Érico recebeu um pequeno apartamento de dois cômodos em Colônia. No início, usava ainda um aquecedor elétrico para complementar o aquecimento central. Ele abrigava em seu pequeno apartamento um companheiro brasileiro da POLOP. Luís havia sido torturado e se encontrava muito instável psicologicamente: dificilmente podia ficar sozinho e, por isso, dava muita preocupação a Érico. Mais tarde, afirmou que as primeiras semanas na Alemanha representaram um choque para ele. Provavelmente, só aí ficou claro o que havia perdido no Brasil e o peso de sua separação do movimento político de lá.

Érico conseguiu, de forma relativamente rápida, entrar em contato com o Grupo *Arbeiterpolitik* na Alemanha. O Grupo ainda tinha nessa época alguma influência na Alemanha Ocidental, com pequenos círculos em uma série de cidades, entre elas Colônia. Érico pôde construir uma ligação estreita com alguns companheiros da cidade, operários e estudantes que viviam juntos numa comunidade. Estava praticamente todos os

dias com eles como convidado, tendo se tornado um componente importante de sua vida em comum.

Um deles, Rolf, que hoje vive como pintor em Berlim, descreve o Érico daquela época como alguém muito fechado em relação a assuntos pessoais. De si próprio, só falava o estritamente necessário. Talvez isso fosse uma consequência da vida na ilegalidade. Além disso, falava baixo e era reservado. Nas discussões políticas, comportava-se de início, na maioria das vezes, um pouco na defensiva, deixando os outros desenvolverem os seus pensamentos. Então, começava a colocar questões para aguçar os problemas. Só depois dava uma determinada direção à discussão, com suas próprias contribuições. Rolf descreve-o como uma pessoa a quem teve a sorte de conhecer. Érico conduziu-o pouco a pouco de seu ingênuo radicalismo de esquerda para uma posição socialista politicamente clara. Ele teria sido uma espécie de pai adotivo político, a quem agradece até hoje as bases de sua visão de mundo.

A relação com a direção do Grupo *Arbeiterpolitik*, entretanto, não se desenvolveu de forma muito feliz. Os companheiros tinham ideias pouco desenvolvidas sobre as lutas de classes na América Latina. Porém, antes de tudo, viam Érico como uma possível concorrência na liderança do grupo. Na sua trajetória de emigração, em Paris, ele havia conhecido pessoalmente August Thalheimer e Heinrich Brandler, as duas cabeças políticas da Oposição Comunista (KPO), e tinha um conhecimento excepcional da teoria e da história do movimento operário europeu. Além disso, em muitas questões ele defendia posições diferentes do *Arbeiterpolitik*: por exemplo, ele via – com razão – o processo político na União Soviética de forma claramente mais crítica. Pelo medo de concorrência, o círculo interno do *Arbeiterpolitik* empreendeu uma política de exclusão em relação a Érico, em vez de aproveitar seu grande conhecimento e sua vasta experiência. Apesar disso, muitos companheiros que o haviam conhecido mais de perto mantiveram contato com ele.

Érico ficou especialmente irritado com a forma como o Grupo *Arbeiterpolitik* lidava com a sua herança histórica. Apesar de, naquela época, muitos jovens do movimento estudantil terem um grande interesse sobre a história do movimento operário, trabalhava-se muito pouco com essa herança. Daí que Érico tivesse bastante contato com Peter, que organizava um arquivo da KPO com muito empenho pessoal, mas cujo trabalho era pouco valorizado.

Os temores do círculo interno do *Arbeiterpolitik* eram injustificados. Desde o início, Érico tencionara concentrar o seu trabalho político visando o Brasil, tanto quanto fosse possível. Ele se via como membro da POLOP no exílio. Vivía na Alemanha, mas com o rosto voltado para o Brasil. Ele absorvia todas as informações que podia receber do país. Mas não era fácil obter dados confiáveis sobre a resistência à ditadura militar. Os emigrados da POLOP na Europa formavam uma rede e trocavam suas informações. Havia ligações também com muitos outros refugiados políticos. Érico viajava muito e recebia hóspedes frequentemente, para manter-se atualizado sobre a situação política.

Para ele, naturalmente, o mais importante eram as visitas dos companheiros do Brasil, com as quais podia se informar em primeira mão sobre a situação. Por meio deles tinha contato com o estado da discussão política da época e podia dar conselhos, a partir de suas próprias experiências. Muitas vezes eles traziam consigo do Brasil documentos microfilmados. Especialmente importantes para ele foram as visitas de Sérgio, com quem estabeleceu uma firme relação de confiança política. Com outros, mantinha contato por cartas, em especial com Victor. Ambos, Sérgio e Victor¹, eram amigos pessoais e políticos de Érico.

Dos emigrados políticos que viviam na Europa, era muito ligado a Norma², uma confidente pessoal de muitos anos,

¹ Sérgio Paiva e Victor Meyer.

² Norma Portinho.

que morava em Paris. Outra companheira, Marina, havia ido para o Chile quando a Unidade Popular governava. Ela conseguiu fugir para a França depois do golpe militar. Também a ela Érico se sentia estreitamente ligado. Em 1972, chegaram na Alemanha mais dois companheiros, Alice e José Luís³. Viveram, de início, em Colônia e depois em Berlim, até o seu retorno ao Brasil. Eles se visitavam mutuamente e mantinham estreito contato.

Entre os emigrados de esquerda que viviam na Europa Ocidental ocorriam debates exacerbados, o que era normal no exílio. A questão central dizia respeito à estratégia que poderia ser usada para superar a ditadura militar. Depois de a estratégia de guerrilha ter falhado, havia uma forte corrente que queria tentar conter os militares por meio de uma aliança com a burguesia. Érico, que havia rejeitado a estratégia de luta armada, porque a correlação de forças não estava madura para isso, criticou igualmente a nova estratégia de Frente Popular. Para ele era decisivo que a classe operária se organizasse de forma independente e não subordinada à burguesia. Primeiro era preciso que ela aprendesse a agir autonomamente em defesa de seus interesses. Somente depois, se necessário, pode estabelecer alianças também com partes da burguesia. Porém, ela precisa estar consciente de que essas alianças não são duradouras. Junto com outros emigrados, ele publicou uma posição conjunta (a Resolução de Friburgo), que reafirmou esse ponto de vista.

Érico se interessava muito pelos movimentos de libertação nos países coloniais, como a Argélia e a Síria – porém, em especial, nas colônias de língua portuguesa de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. A Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, e a independência das colônias fizeram surgir grandes esperanças. Érico acompanhou esse processo detalhadamente e viajou em 1975 a Portugal, para formar uma imagem própria da situação.

³ Alice Werner e José Luís Homem Costa.

Quando se pôs a caminho de Portugal, a ditadura franquista ainda governava a Espanha. Só depois de esperar muito na embaixada espanhola em Paris é que ele recebeu um visto de trânsito. Em Portugal, já havia então muitos brasileiros no exílio, tendo Érico se encontrado com diversos companheiros. Alguns tencionavam viajar para Moçambique ou Argélia. Essa opção ficou também na mente dele como uma possibilidade, caso a ditadura no Brasil ainda durasse muito.

Profissionalmente, Érico tentou, tão rápido quanto possível, escapar da fábrica ideológica da *Deutsche Welle*. Ele se candidatou a professor de tradução alemão-português na Universidade de Heidelberg. Havia na Alemanha Ocidental desde 1967/68 um grande movimento da nova geração contra o modo de vida capitalista, a opressão do Terceiro Mundo e a Guerra do Vietnã. Isso modificou fundamentalmente a situação nas universidades. Nas faculdades de ciências sociais havia a “paridade tripartite”, isto é, todas as decisões – até a contratação de professores – eram tomadas em proporções iguais pelos professores, pelos assistentes e pelos representantes dos estudantes. Depois que foi ressaltado que Érico era um refugiado político de esquerda do Brasil, ele atraiu de imediato a simpatia dos estudantes para o seu lado. Com o apoio fechado dos estudantes e a ajuda de alguns docentes, Érico conquistou o posto.

Em 1º de outubro de 1972, Érico assumiu o cargo de *Lektor* de português no Instituto de Tradução, na Seção de Linguística Aplicada, ministrando 16 horas por semana e ganhando mais ou menos tanto quanto um professor do ensino fundamental. Era uma interessante atividade, que Érico exercia com prazer. Ele não queria fazer carreira, e sim ganhar o seu sustento com o trabalho, mas tinha também o propósito de ensinar bem, tendo exercido essa atividade até o seu retorno ao Brasil. Érico foi o primeiro e até hoje o único docente na Universidade de Heidelberg que, por causa de sua vida movimentada, nunca havia podido concluir o ensino fundamental.

Érico abriu mão de seu apartamento em Colônia e mudou-se para Heidelberg. Lá, ele possuía apenas o endereço de dois companheiros, uma professora primária, que vivia com um operário. Fez contato com eles. Nessa visita, deparou-se na cozinha com uma jovem mulher que o conquistou imediatamente. Elke havia acabado de concluir os seus estudos e conseguido um cargo de professora primária na cidade vizinha de Mannheim. Ela havia se separado do marido e vivia só com suas duas crianças. Estudara em Heidelberg, o movimento estudantil também a havia atraído, tendo atuado na área de influência da Liga dos Estudantes Socialistas Alemães (SDS), que era o motor político do movimento estudantil. Essa organização dividiu-se em duas frações em Heidelberg: uma corrente maoísta e outra que queria se posicionar nos conflitos atuais dos operários. Elke participou desta última. Havia, assim, uma certa proximidade com as posições de Érico e, naturalmente, muita coisa para discutir. Ambos também tinham interesses culturais comuns e gostavam de ir juntos ao cinema. Assim, foram ficando gradativamente mais próximos e, no verão de 1973, começaram suas primeiras viagens conjuntas.

Mais tarde, viajaram repetidamente para Paris, Berlim e Zurique. Em Paris, para trocar novidades com Norma e visitar outros contatos, como, por exemplo, os companheiros espanhóis do POUM. Em Berlim, para conduzir reuniões intensivas com Alice e José Luís e, na parte oriental da cidade, visitar o Teatro Brecht e comprar livros em condições favoráveis. Em Zurique, Érico possuía endereços de sebos muito bons, onde o seu foco era a procura de livros sobre o movimento operário.

Em 1974, Elke e Érico se mudaram para um apartamento nas proximidades de Heidelberg, onde se iniciou uma nova etapa de vida para ele. Pela primeira vez, sentia-se um pouco mais em casa na Alemanha. O apartamento em comum tornou-se um ponto de encontro político, principalmente para estudantes da América Latina. Ele recebia muitas visitas e gostava de viajar. Apenas uma cidade ele não visitou, apesar

das muitas insistências de Elke: sua cidade natal, Viena. Provavelmente, as lembranças das hostilidades antisemitas em sua juventude eram tão fortes que ele decidira interiormente nunca mais rever Viena.

No apartamento comum, como era típico dele, Érico logo reuniu em torno de si um círculo de formação política. O programa incluía uma perspectiva abrangente do desenvolvimento do marxismo e do movimento operário. Era construído historicamente e começava com os movimentos democrático-burgueses que ocorreram por volta de 1848 na Europa. O *Manifesto Comunista*, que apareceu nessa época, formou o ponto de partida da teoria marxista. Os processos históricos e as controvérsias político-teóricas eram investigados sempre em sua relação recíproca. Seguiram-se a Comuna de Paris, o desenvolvimento da social-democracia alemã e as condições especiais do movimento revolucionário russo. Paralelamente a isso, foram aliados a crítica de Marx e Engels à social-democracia, o debate sobre uma transformação reformista ou revolucionária da sociedade e as controvérsias entre Rosa Luxemburgo e Lênin sobre a relação do partido com a classe operária. Assim, avançava-se para o imperialismo, a Revolução Russa, o fascismo, a guerra civil espanhola, a Revolução Chinesa, até as controvérsias entre os diferentes países que se reivindicavam socialistas.

Érico dava um grande valor à capacidade de análise crítica independente. Cada membro do círculo recebia um tema que devia ser trabalhado de maneira autônoma. Ele fornecia apenas referências bibliográficas. Na discussão, se comportava reservadamente de início e, no máximo, colocava algumas questões. Só no final entrava em cena e fazia um resumo do seu pensamento. O círculo de discussão permaneceu unido até o seu retorno ao Brasil. O núcleo interno era formado por Line, do Paraguai; Clemencia, do Peru; Eduardo, do Chile; Linda, da Argentina; Alice, José Luís e Carlos, do Brasil; Suhil, da Síria; Betty, sua amiga alemã e Elke. Era um círculo aberto, onde participavam também aqui e ali outros companheiros.

O que foi feito desse grupo tão heterogêneo? Quase todos retornaram a seus países de origem e se tornaram ativos em diferentes contextos políticos. No decorrer dos anos, as ligações entre eles se perderam. Alice e José Luís faleceram. Suhil trilhou um caminho especial. Ele era o aluno mais próximo e o confiante de Érico nesse círculo. Suhil permaneceu na Alemanha e, com o nome de Rafik Schami, tornou-se um escritor conhecido e importante da língua alemã.

O grupo não era apenas um círculo de discussão, mas também um círculo de amigos. Nos fins de semana, encontravam-se na casa de Érico, cozinhavam juntos e escutavam música latino-americana. Érico apreciava isso. Gostava de gente. Procurava e amava as conversas. Passeios solitários na natureza não lhe atraíam. Ele precisava de vida social, gostava de comer e beber bem com outras pessoas. Também ouvia a música brasileira tradicional, que ele valorizava muito. Uma vez ou outra se entusiasmava com o jeitinho “tropical” brasileiro, que seria tão positivamente diferente da rigidez e da precisão alemãs.

Mas essa alegria de viver não era realmente desprovida de preocupações. Sempre era sobreposta por notícias de perseguição, tortura e morte de companheiras e companheiros em luta contra a ditadura militar no Brasil. Depois dessas notícias, havia com frequência dias em que ele ficava completamente deprimido. O sentimento de sua impotência e desamparo diante desses crimes não o abandonava. À noite, eram frequentes os pesadelos.

Além disso, carregava o fardo de ter deixado sua velha mãe para trás, no Rio. A relação com ela era mais do que a habitual relação mãe e filho, era também uma relação política intensa. A mãe de Érico era de Moscou e tinha uma ligação estreita com o movimento operário russo e com o Partido Bolchevique. Um irmão participou da guerra civil russa do lado dos bolcheviques e foi morto. Apesar de viver em Viena, tinha forte interesse em relação ao desenvolvimento da União Soviética. Nas lutas de fração no Partido Comunista, ela se orien-

tava pela corrente em torno de Bukharin, que queria trilhar etapas realistas, com base numa avaliação objetiva do estágio de desenvolvimento do país. Isso deveria acontecer com uma forte participação da população trabalhadora e o mínimo de coerção possível. Desse modo, já bem cedo, Érico entrou em contato com as controvérsias na esquerda. Posteriormente, ele mesmo veio a se expressar sobre o programa político de Bukharin valorizando-o muito. Não poder estar junto com a sua mãe na velhice deprimia-o bastante.

Nessa situação, ajudava-o o fato de que, pela primeira vez desde sua juventude, vivia numa família. No dia a dia, Érico era incrivelmente simples. Não deixava que o servissem, ao contrário, sentia-se corresponsável por tudo e tinha cuidado também com a casa. No entanto, alguma coisa ele teve que aprender. No início, ele tentou cortar a grama com um facão, até que um vizinho piedoso emprestou-lhe um cortador de grama. De manhã, na maior parte das vezes, ele estava na Universidade e, à tarde, em casa. Na presença de outros, ele podia trabalhar de forma muito concentrada. Elke e Érico tinham um escritório comum, no qual, às tardes, trabalhavam silenciosamente: ela corrigia trabalhos de casa e ele cuidava de sua correspondência. À noite, as visitas eram frequentes. Érico gostava de manter a sua casa aberta e receber visitantes e hóspedes. Era um anfitrião generoso e criava uma atmosfera aberta e cordial, na qual o círculo de amigos se sentia bem.

Érico era um grande escritor de cartas, o que era típico dos intelectuais políticos de seu tempo. Em suas cartas, desenvolvia suas posições cuidadosamente e de forma muito sistemática. Ao escrever cartas, era também o professor político, que queria ganhar os outros para as suas ideias. Além disso, escrevia contribuições para a revista *Marxismo Militante* e outros artigos e trabalhos teóricos.

Um capítulo difícil eram as doenças de Érico. Já no Brasil ele tivera diagnóstico de diabetes e precisava tomar injeções diariamente. Além disso, tinha pressão sanguínea alta e cata-

ratas nos olhos. Por isso, por duas vezes foi operado na Alemanha. O problema é que ele tinha pouco cuidado com sua saúde. Gostava de fumar e também bebia álcool. A “vida dupla” intensiva: de um lado, a integração na realidade alemã, na Universidade e na nova família e, de outro, sua ocupação com a conjuntura brasileira levaram-no a negligenciar seus problemas de saúde e, muitas vezes, a colocá-lo nos limites de sua condição física. Quando ele retornou ao Brasil, podia-se notar o seu envelhecimento. Ele também não tinha nenhuma ilusão de que teria mais muitos anos pela frente.

Ouvia-se sempre de Érico que para ele estava claro que, havendo de novo a possibilidade, retornaria ao Brasil. Mas, nesse ínterim, havia criado raízes na Alemanha. Houve sinais de que ficava indeciso quanto a não permanecer em Heidelberg. Mas quando eclodiram as grandes greves de 1978/79 no ABC e começaram as fraturas na ditadura militar, ele ficou eletrizado. Sua previsão de que só a classe operária seria capaz de realmente abalar a ditadura se realizou. Desse processo surgiu um novo partido de esquerda, o PT, de cujo desenvolvimento queria participar.

Nessa época ele decidiu finalmente retornar ao Brasil. Não era típico de Érico incluir outros em tais decisões ainda que lhe fossem muito próximos. Essa decisão conflituosa, ele tomou sozinho. Para ele estava claro o que deixava para trás. A decisão não lhe deve ter sido fácil.

Érico e Elke discutiram longamente se deveriam ir juntos para o Brasil. Elke tinha o seu trabalho e seu círculo de amizades em Heidelberg. Antes de tudo, seus filhos viviam aqui. Por isso, ela decidiu ficar, ainda que pudesse imaginar uma vida no Brasil. Foi uma decisão difícil para ambos. Depois desses longos conflitos internos, os dois estavam ao mesmo tempo aliados e profundamente tristes.

Érico esperou primeiro para ver como a ditadura militar se comportaria em relação aos emigrados políticos. Emigrados com menores implicações retornaram da Europa para o Brasil

e informaram aos demais que as autoridades militares não haviam tomado nenhuma ação contra eles. Dessa forma, os outros avaliavam se o tempo para a viagem de regresso não teria chegado. Apesar disso, todo retorno era associado a um risco. No início de 1980, Érico não resistiu mais. Demitiu-se do trabalho, fez um grande pacote de livros e os despachou.

Então, chegou a hora da separação. Percebia-se o quão difícil era a despedida para ele, pois, antes do embarque, estava mais uma vez doente. Finalmente, reuniram-se seus amigos mais próximos no Aeroporto de Frankfurt para lhe dizer adeus. Foi uma despedida emocionante.

Érico nunca mais retornou à Alemanha. Em seus seis anos restantes, ele concentrou toda a sua energia no movimento operário brasileiro. A Alemanha foi uma escala em sua vida. De fato, ainda houve algum contato por meio de visitas, mas a Alemanha se moveu rapidamente para uma área periférica da sua visão. De novo, estava no território que ele queria, com a luta, ajudar a moldar: o movimento operário brasileiro.

ENTREVISTA DE ELKE STICHS¹ AO CVM

CVM: Qual era a profissão da mãe de Érico (Sina Ida) e que tipo de militância ela tinha no Partido Russo?

Elke Stichs: Sua mãe, Sinaida Weintraub,² não tinha, que eu saiba, nenhuma formação profissional, mas considerando que provinha de uma casa aberta às ideias, numa época em que tanta coisa era discutida sobre as correntes intelectuais, especialmente nas famílias judias de língua alemã, pode-se dizer que ela era educada e politicamente informada. Ela apoiou o Érico, durante toda a sua vida, intelectual e politicamente. Ativa no Partido Russo? Isso eu não sei, mas através de seu irmão, que lutou e morreu na Guerra Civil pelo Partido Bolchevique, em 1918, pode-se deduzir que também a mãe, em Moscou, participava dos debates do Partido.

¹ Entrevista ao CVM respondida por carta em 30 de outubro de 2014. [N.Ed.]

² No seu *curriculum vitae*, Érico Sachs declara que o nome de sua mãe era Sina Ida Czaczkes, nascida Roemer e de ascendência russa. Na certidão de nascimento austríaca de E.S. figura como nome da mãe: Sinaida, nascida Weintraub – Römer. [N.T.]

CVM: Qual era a profissão do pai (David) e que tipo de militância ele tinha na social-democracia austríaca? Procede a informação de que teria sido um parlamentar daquele partido? Por que o casal Czaczkes mudou-se para Viena?

Elke Stichs: Conforme Érico me relatou, o pai, David Czaczkes, proveniente de Praga,³ era secretário na administração municipal de Viena e um membro ativo da social-democracia austríaca. Eles viviam em Viena desde 1918, quando a Primeira Guerra foi encerrada pelas potências vitoriosas e, tanto na Alemanha, como no Império dos Habsburgos, tanta coisa havia mudado. Depois da divisão da monarquia dos Habsburgos, a cidade de nascimento da mãe – Czernowitz – também conhecida como a “pequena Viena”, junto com o norte da Bukovina, caiu nas mãos da Polônia. Em 1914, os russos haviam marchado sobre Czernowitz e a divisão do antigo império teve como consequência que partes da Bukovina e da Galícia foram para a Romênia, para a Ucrânia ou para a Polônia. Quem havia nascido falando alemão na população judaica e queria escapar dos terríveis pogroms de 1918 (com cerca de 30 mil vítimas, em 370 localidades), foi para Viena, para as cidades austríacas ou para o exterior.

CVM: Qual foi o motivo da saída da Áustria em 1934: perseguição aos judeus, participação no levante operário ou ambos? O pai foi junto para o exílio em Moscou?

Elke Stichs: A época em torno do ano de 1934, em Viena, foi ficando cada vez mais difícil para os social-democratas e, especialmente, para os judeus lá residentes. Cresceram as discrí-

³ Num “nada consta” para fins de emigração, emitido pela polícia de Praga, já sob ocupação alemã, datado de 29.07.1939, é declarado que David Czaczkes nasceu em 11.01.1892 em Sniatyn, sendo de nacionalidade “controversa” (*strittig*, em alemão). Sniatyn é uma pequena cidade da Galícia, que pertenceu ao Império Austro-Húngaro até 1918 e, depois, à Polônia. Atualmente, pertence à Ucrânia ocidental. [NT]

minações em público e nas escolas. Se e como David Czaczes teria tomado parte na insurreição de 1934, isso eu não posso responder. Mas é quase certo que sim. A mãe, Sinaida, decidiu ir para Moscou com Érico. A escola alemã Karl Liebknecht era muito boa e a mãe tinha parentes em Moscou e, antes de tudo, os parentes de um bolchevique tombado tinham “privilégios” concedidos pelo Partido. O pai permaneceu na Áustria.

CVM: Qual foi o motivo da saída da URSS? Que tipo de relação tinham com Bukharin e de que modo isso os afetou? Foram expulsos ou simplesmente, diante da situação política, decidiram voltar para a Áustria?

Quando visitei a mãe do Érico num asilo do Rio, em 1981, pensei logo: esse rosto eu conheço! Eu tinha lido uma autobiografia de Ana Bukharina em que havia fotos, algumas também em idade avançada. Também pela forma como Érico falava às vezes sobre Bukharin, com tanta simpatia e cordialidade, eles o chamavam de “o Benjamin do Partido”, é certa a conexão com o seu círculo familiar, por meio de laços de parentesco. Pode ser que Ana Bukharina fosse prima ou até mesmo irmã da mãe. Érico não me confirmou isso expressamente, porque nós nos inquiríamos pouco sobre coisas desse tipo, assim diretamente. Érico reanimou-se em Moscou. Ele era ávido por aprender, não era excluído das discussões no círculo familiar, tinha um ou dois bons amigos na escola, que se destacavam por sua posição oposicionista à linha partidária de então. Na classe já havia na época estudantes “féis à linha”, que se tornaram mais tarde dirigentes partidários na Alemanha Oriental, e, do lado oposto, os críticos à linha de Stálin. Érico aprendeu muito, mas também aprendeu em público, isto é, na escola – que depois de 1935 foi fortemente controlada e os professores e estudantes, espionados – a ficar calado!

Elke Stichs: A mãe Sinaida e Érico não foram expulsos,⁴ mas depois dos processos, também contra Bukharin, não se sentiram mais seguros em Moscou e decidiram voltar para Viena. Isso foi no início de 1938.

CVM: Como foi a viagem da Áustria para Paris, em 1938? Érico estava junto com a mãe? Onde estava o pai? Tiveram apoio da militância clandestina na Alemanha? Como conheceram a KPO?

Elke Stichs: Mal foram desfeitas as malas, Hitler marchou sobre Viena, em abril.⁵ Isso representou para judeus comunistas, politicamente conscientes, o fim da possibilidade de viver em Viena.

A mãe Sinaida tinha amigas na Côte d’Azur, na França, e queria fugir para lá. O pai tinha bons amigos na Áustria e na Itália e ficou mais algum tempo (alguns meses) em Viena. Érico trazia de Moscou alguns endereços na Bélgica e na França. Então, o menino Érico, com 16 anos, decidiu fugir pela “fronteira verde”,⁶ para a Bélgica. Ele ficou algumas semanas com amigos, com uma família, e depois foi para Paris.

CVM: Érico se hospedou na casa de Thalheimer, em Paris? Érico tornou-se militante da KPO, apesar de sua idade? Ele teve contato com militantes do POUM? Ele e Thalheimer mantiveram correspondência ativa desde então? Ele mencionou quem poderia eventualmente ter guardado essa correspondência? Érico conheceu Heinrich Brandler? Quando e onde?

Elke Stichs: Ele conheceu a KPO em Moscou, através de discussões familiares. Ele queria ir ao encontro de August Thalheimer. Em Paris, viveu, primeiramente, na casa dos Thalheimer.

⁴ No seu *curriculum vitae*, elaborado para fins de asilo na Alemanha, E.S. declarou que ele e a sua mãe haviam sido expulsos da URSS. [N.T.]

⁵ Na realidade, em 12 de março de 1938. [N.T.]

⁶ Fronteira em região de florestas, entre a Alemanha e a Bélgica.

Conheceu gente do POUM, encontrou exilados de Moscou e da Áustria, inclusive conheceu Heinrich Brandler. Érico se tornou em Paris o militante mais jovem da KPO. Thalheimer era um modelo para ele – mestre e algo como um “pai”. O contato com ele não se interrompeu até a morte de A. Thalheimer, em 1948. Também permaneceram durante toda a sua vida os contatos com gente do POUM, na Espanha. Quando estivemos em 1978 em Paris, encontramos-nos com velhos companheiros do POUM, em Montparnasse.

Era grande o perigo de vida para os refugiados, por causa dos nazistas. Por isso, Érico foi para um acampamento rural de jovens judeus, que eram preparados para a emigração para a Palestina. Os pais de Érico, entretanto, conseguiram, no final de 1938, uma passagem de navio para o Rio de Janeiro, onde o irmão do pai já vivia há mais tempo e tinha um negócio de rádio. A passagem para duas pessoas foi utilizada pela mãe e por Érico. O pai permaneceu com amigos na Itália, que o ajudaram a fugir no início de 1939,⁷ pelo Marrocos.

Ainda sobre o grupo que organizava a aliá.⁸ Entrar nele deveu-se menos à convicção do jovem Érico em ir para a Palestina do que aos motivos econômicos (pobreza e necessidade).

Érico teve contatos com August Thalheimer até a morte deste. Ele conservava sempre uma foto sua sobre a escrivaninha. A correspondência vinha, em parte, através do México. Não posso afirmar nada sobre onde foram parar as cartas! (Muitas mudanças e atribulações na vida). O certo é que Érico compartilhou o pensamento de August Thalheimer de retornar à Alemanha. Somente após a morte de Thalheimer, Érico decidiu requerer a cidadania brasileira, em 1950!

⁷ Provavelmente isso se deu no verão de 1939, pois o “nada consta” da polícia de Praga é de fins de julho daquele ano (ver nota 2). O visto permanente para o Brasil foi concedido a David Czaczkes em 14.03.1939 pela Legação do Brasil em Praga. [N.T.]

⁸ Imigração judaica para a Palestina, antes de 1948, e para Israel, depois daquele ano. [N.T.]

CVM: Como se deu a prisão, a fuga de Érico do DOPS em 1969 e o asilo na Embaixada do México? Ele sofreu tortura na prisão?

Elke Stichs: Caro Sérgio, sobre isso realmente alguns companheiros brasileiros podem falar mais do que eu. Sei apenas que, primeiramente, Érico foi preso na rua em Ipanema e então foi colocado em confinamento solitário. Ele não recebeu nenhum dos remédios de que já necessitava na época, de forma que logo começou a passar mal.

Então, na prisão, ele foi jogado no sótão do edifício, isolado e meio esquecido por lá. Aí ele recebeu os seus remédios. Ao lado dessa sala, havia um compartimento onde havia somente uma tralha muito velha, composta por tábuas velhas, cordas, tampas, etc. Então, sem que ninguém notasse, Érico produziu uma longa corda para escapar por uma janelinha. Ele nunca disse a ninguém que tinha sido torturado. Ele pôde descer à noite usando a corda. Suas mãos e seus braços ficaram sangrando. Acho que os amigos o ajudaram a chegar à Embaixada do México. Há um pequeno recorte de jornal sobre isso, que eu mandei para vocês junto com muitos outros documentos. Tais recortes foram juntados por sua mãe, da mesma forma que antes já o fizera com velhos artigos que Érico publicou em São Paulo.

CVM: Qual foi a finalidade do *curriculum vitae* elaborado por Érico em Colônia em 24/04/1971? Por que Érico decidiu sair do México para a Alemanha? Como ele obteve asilo político na Alemanha?

Elke Stichs: Ele não via nenhuma perspectiva de vida no México. A dependência de companheiros amigos não era algo que lhe agradasse. Dado que antes tinha cidadania austríaca e ainda em 1938 vivia em Viena, que então pertencia à Alemanha, ele pôde conseguir uma autorização de residência (*Aufenthal-*

tsgenehmigung). Passaram-se vários anos até que ele recebesse o direito de residência (*Aufenthaltsberechtigung*). Primeiro ele obteve autorização para residir em Colônia, depois em Heidelberg. Oficialmente, ele não podia deixar o local da autorização de residência (Heidelberg) e não podia se movimentar livremente. Só em fins de 1974, recebeu o direito de residência. Ele conseguiu um posto como docente em tradução no Instituto de Tradução da Universidade de Heidelberg! Acho que Érico foi o único docente na Universidade de Heidelberg que lá ministrou sem ter concluído os cursos secundário e superior.

A língua alemã e o desejo de segurança foram bem decisivos para o seu pedido de asilo na Alemanha. Ele esperava também poder trazer sua mãe para a Alemanha, mas isso não foi possível, por diversas razões.

CVM: Quais eram as relações entre Érico e Isaac Deutscher? Mantiveram correspondência? Caso exista, com quem se encontra o acervo de Deutscher?

Elke Stichs: Sei apenas que Érico possuía quase todos os livros de I. Deutscher e que me os recomendou bastante. Nós lemos juntos as biografias de Stálin e de Trotski. Ele considerava I. Deutscher um dos mais importantes e melhores analistas da história atual, especialmente no que concerne à “questão judaica”. Érico tinha um pensamento muito crítico, assim como ele, em relação à fundação do Estado de Israel, etc.

Não conheço nenhuma troca de correspondência entre eles. Sei apenas que havia uma relação bastante estreita entre Érico e I. Deutscher, do ponto de vista intelectual.

ÉRICO, O SÁBIO – UMA ENTREVISTA COM RAFIK SCHAMI¹

Lothar Wentzel

Lothar Wentzel: Ainda vejo o Érico na minha frente: pequeno, óculos escuros e grossos, bastante discreto. Então, ele também falou, muito baixo. Sem grandes gestos. Apesar disso, emanava dele uma fascinação. Por que isso?

Rafik Schami: Só posso julgar com exatidão como a mim ele pareceu. Um homem com uma enorme sabedoria, boa memória e incorruptivelmente partidário dos desfavorecidos desse mundo. Resumindo numa palavra, um sábio. Noam Chomsky sempre me faz lembrar o Érico.

A mim fascinava especialmente sua curiosidade a respeito dos movimentos árabes de libertação nacional e social e, especialmente, dos sindicatos. Ele falava baixo e tranquilamente, mas isso era uma camuflagem para o fogo que guardava dentro de si.

Ele e sua simpática companheira Elke também eram grandes anfitriões. Para mim, como um árabe, isso é muito atraente. Eu não levo em consideração intelectuais avarentos e evito

¹ Publicado na revista alemã *Sozialismus*, volume 10-2013 (N.E.)

todas as vias de mão única, disfarçadas de homens e mulheres, ainda que sejam de esquerda.

LotharWentzel: Como era o Érico como professor? Conheço-o apenas de discussões, não tomei parte nos grupos de estudo. Tudo o que eu sei é apenas por ouvir dizer. Ele fazia muitos sermões, intervinha com frequência ou deixava os outros desenvolverem suas ideias? Como ele lidava com objeções, contradições e pensamentos discordantes dos dele?

Rafik Schami: Para mim, ele era um grande professor, um mestre da escola antiga. Nesses termos, fora de moda, agradavelmente fora de moda. Poucas vezes aprendi tanto como com a amizade do Érico. Ele próprio era muito modesto e escutava a todos, mas não tolerava besteiras, perda de tempo, discursos ociosos e papagaiadas. Aí ele era intolerante e duro. Eu tive com ele, pela primeira vez na vida, um curso abrangente sobre a história da humanidade e da luta de classes, do princípio à atualidade. Ele acompanhava cada um(a) de nós na elaboração sobre uma época, chamava-nos a atenção para defeitos, encorajava alguns pontos de vista e formulações. Era uma história empolgante. Naquela época eu tinha saído do PC e entrado para um partido de oposição de esquerda, ao qual pertenciam muitos intelectuais sírios. Eu queria entender por que os PC naufragavam. E isso eu pude investigar, em meados dos anos setenta, através do curso com o Érico, em sua casa. Lá, pela primeira vez, soube dos grandes socialistas de oposição, abafados na Alemanha. Pela primeira vez, li os escritos de Thalheimer e voltei a Rosa Luxemburgo, que conhecia até ali apenas à sombra de Lênin.

Com a ajuda do Érico, alinhei um esboço de um novo partido para uma esquerda democrática síria. Trabalhamos ativamente no grande documento. Érico era, como os homens e mulheres sábios, um estudante curioso. Ele ingeria os livros e artigos que eu conseguira sobre a história, a economia e a sociedade da Síria e nós discutíamos em sigilo todos os detalhes. Quando

o documento ficou pronto, enviei-o por meio de uma corajosa amiga alemã a Damasco. O homem de contato/destinatário desse partido de oposição era Michel Kilo, opositorista hoje muito conhecido. Nunca tivemos uma resposta. Nem mesmo uma linha, para mim, apenas: “vocês cometeram um erro”.

Logo revelou-se que os rebeldes antiestalinistas desse partido, eles próprios, haviam se tornado então pequenos estalinistas. Pouco tempo depois eu saí do partido.

Lothar Wentzel: Você o achava uma pessoa fechada ou ele lhe contou ocasionalmente algo de sua história de vida? O que era importante para ele, nesse assunto?

Rafik Schami: Érico nunca gostava de falar a seu respeito. Também apenas raramente ele revelava o seu estado emocional. Por causa do que sofreu desde a infância, ele era muito cauteloso, reservado. O privado não lhe interessava muito, mas como eu amava muito a minha mãe, e ele, a dele, ficamos mais próximos e contamos muita coisa um para o outro. Quando minha mãe me visitou, ela o encontrou e ficou entusiasmada com ele. Ela o convidou para comer e cozinhou pratos damascenos para ele. Ele estava então muito tranquilo e engraçado.

Érico amava a vida. Ele tinha charme com as mulheres, mas verdadeiro interesse só tinha por pessoas políticas, com as quais pudesse transformar algo ou fazer o trabalho sindical mais efetivo. Ele odiava da mesma maneira nazistas, nacionalistas e estalinistas, mas era também cético em relação a alguns desdobramentos da revolta estudantil. Ele tinha preocupação de que muita coisa era ingênua demais ou também não ia suficientemente à profundidade dos conflitos sociais. Sua áspera crítica ao voluntarismo demonstrou-se absolutamente correta, no exemplo da RAF [Fração do Exército Vermelho].²

² Organização guerrilheira alemã, também conhecida como Grupo Baader-Meinhof, fundada em 1970 na Alemanha Ocidental e dissolvida em 1998 (Wikipedia).

Lothar Wentzel: Ele se interessou muito pela Alemanha ou a sua cabeça estava sempre no Brasil?

Rafik Shami: Ele se interessava não apenas pela Alemanha, mas até mesmo pela menor informação sobre a Palestina, Síria e Argélia. Lia tudo o que lhe caía nas mãos sobre a Alemanha, expressava louvor ou crítica sobre alguns desdobramentos na Alemanha ou na Europa, mas ele permanecia o brasileiro esperançoso. Eu fui contra a que ele, em 1980, com o seu estado de saúde, voltasse ao Brasil e acreditava, e acredito até hoje, que ele daqui poderia ter ajudado mais. Mas ele era férreo em suas decisões e queria voltar de qualquer jeito para participar na construção da democracia no Brasil. Ele conhecia toda a liderança em torno do líder operário que se tornou conhecido na época e, posteriormente, presidente – Lula – e sua sucessora, Dilma Rousseff. Nunca vou esquecer o adeus no aeroporto de Frankfurt.

Lothar Wentzel: Ele tinha um sentimento pelas contradições da época ou ele jogava mais com as incertezas? Os anos 1970 eram um tempo confuso: os EUA pareciam perder influência com a Guerra do Vietnã, ao mesmo tempo em que levantavam-se para dar um contragolpe (Chile, Argentina) e faziam com a China uma nova frente contra o campo soviético. Nesse campo apareciam os primeiros fenômenos da decadência (Solidariedade). Por outro lado, foram derrubadas as ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia. Ele foi envolvido por essas contradições?

Rafik Schami: Érico previu a queda das ditaduras do Bloco Oriental. Em 1976, eu voltei de uma viagem estudantil através da então União Soviética chocado com a miséria das massas. Para mim, era uma miséria que não conheci na minha atrasada Síria. Érico ouviu atentamente e disse: “Isso é exatamente o estalinismo e é essa miséria que vai quebrar o Bloco Oriental,

a discrepância entre a utopia propagada e a miséria vivida, e não uma guerra.”

Mas, enquanto ele ainda vivia na Alemanha, o Solidariedade não tinha ainda ido tão longe. Havia rumores de aumentos de preços, mas os movimentos grevistas e as legendárias “21 Exigências” do Solidariedade só foram conhecidas quando o Érico já estava a caminho do Brasil.

Apesar do respeito diante da coragem da guerrilha na América Latina, Érico era de opinião que apenas democracias fortes na América do Sul, sustentadas por grandes sindicatos livres, poderiam desafiar os EUA. A China era para ele a outra face asiática do estalinismo. Mas não era ainda a China de hoje, que constrói um império de novo tipo, sem soldados, e destrói países e sociedades inteiras, principalmente no Terceiro Mundo.

Lothar Wentzel: Para terminar, ainda um comentário pessoal: eu tinha a impressão de que o Érico nutria um apreço todo especial por você. Achava que era como uma relação pai-filho. Essa impressão é correta?

Rafik Schami: A primeira parte, sim, a segunda, nem tanto. Primeiramente, o início da história: Érico procurava um amigo corajoso e confiável que pudesse fornecer o endereço oficial para a sua revista *Marxismo Militante*³. Nós, eu e minha mulher de então, Bettina Malmberg, não conhecíamos o Érico, mas como transitávamos nos mesmos círculos, Bettina ouviu o seu pedido e colocou o endereço dela à disposição. Érico me contou sobre os seus antigos sonhos de construção de um país livre na Argélia e sobre como ele ficou decepcionado com a brutal derrubada de Ben Bella pelo golpista Boumediene. Eu

³ Tratava-se da revista político-teórica do grupo de exilados da POLOP na Europa, que se reunia em torno de Érico Sachs. Constituiu-se em contraponto à revista *Brasil Socialista*, que congregava representantes do MR-8 e da APML e contava também com a participação de Eder Sader, ex-militante da POLOP, também conhecido como Raul Villa.

lhe contei sobre a minha decepção com o Iêmen do Sul, o país dos meus sonhos, que os burocratas estalinistas arruinaram com a ajuda da União Soviética da época.

Eu não procurava um pai, mas um professor, e eu o encontrei no Érico. Mas ele me agradeceu muito também, quando eu lhe expliquei as complicadas relações dos países árabes. Depois de 1975, ele queria saber tudo sobre a Guerra Civil Libanesa e o seu pano de fundo e eu, politicamente, estava quase exclusivamente ocupado com isso. Às vezes, ele precisava desse conhecimento para seus artigos e estudos. Assim, surgiu uma amizade muito produtiva, baseada no respeito mútuo, entre um mestre e um aluno.



PARTE III
O PENSAMENTO POLÍTICO



Na Europa, pouco antes do retorno ao Brasil, no final dos anos 70

CAMINHO E CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Érico Sachs (Ernesto Martins)

PARTE I – REVOLUÇÃO SOCIALISTA OU CARICATURA DE REVOLUÇÃO

“Por outra parte as burguesias autóctones perderam toda sua capacidade de oposição ao imperialismo – se alguma vez a tiveram – e só formam seu vagão de reboque. Não cabem dúvidas, ou revolução socialista ou caricatura de revolução”.

(“Mensagem à Tricontinental” – E. Guevara)

Guevara, nos últimos anos de sua vida, havia chegado à conclusão, expressando-a por escrito, que a revolução na América Latina será socialista ou será uma caricatura de revolução. Com isto se afastou publicamente das correntes aparentemente radicais que não pretendiam passar da caracterização “popular” e “democrática” da atual fase de luta e que simplesmente se negaram a definir o caráter do processo revolucionário, fugindo da definição sob pretexto de não querer “sectarizar” o problema. Já se tornava extremamente difícil defender a debilitada tese da “revolução burguesa na América Latina” e a definição de Guevara foi um golpe a mais contra o populismo

“teórico” nas esquerdas em toda América Latina, as quais se viram obrigadas a uma precipitada revisão de suas concepções ideológicas e, não poucas vezes, se sentiram forçadas a enfatizar profissões de fé socialista para poder sobreviver.

Para a elaboração de uma estratégia e tática marxistas no continente, o simples abandono da tese da revolução burguesa não é o bastante. O recuo tático e as profissões de fé socialista, na maioria das vezes, servem só para encobrir o conservadorismo das concepções de luta superadas e a manutenção de princípios e práticas pequeno-burgueses sob um rótulo novo.

Já o movimento revolucionário, que se nomeia marxista-leninista, tem que ter claro, não só os objetivos da luta, como também os meios para alcançar a meta.

As implicações da revolução socialista

O que significa a afirmação de que a revolução na América Latina é socialista?

Aplicando o conceito aos temas concretos da luta de classes nos diversos países da América Latina, evidentemente tem implicações diferentes nas regiões do continente diferenciadas pelo seu grau de desenvolvimento e composição de classe. Parte, no entanto, das premissas de que: a) há um denominador comum na estrutura, na história e no futuro dos países latino americanos, e b) que o processo revolucionário é continental ao menos no que diz respeito à parte latina do continente.

Parte igualmente de outra premissa, tirada da experiência histórica da América Latina.

Já que o processo revolucionário é continental no sentido de que só nesta dimensão vencerá o inimigo comum, o imperialismo, e enfrentará os problemas sociais herdados do domínio de uma burguesia subdesenvolvida, a solução terá que ser socialista. Somente os objetivos socialistas e as classes que os encarnam podem desenvolver a solidariedade continental necessária à luta de emancipação e superar os particularismos

“chauvinistas” e interesses locais, que caracterizam a fase das lutas burguesas.

Então, isto significa que a América Latina já está na iminência da revolução? Que nos encontramos diante de uma situação revolucionária ou em véspera de sua eclosão, na qual as condições para a instalação de um sistema e de governos socialistas já estão dadas?

Evidentemente que não. A caracterização socialista da revolução, em si, não significa mais do que constatar que hoje não há mais lugar no continente para outras revoluções a não ser as socialistas, tomando revolução no sentido marxista de mudança de domínio de classes e transformação da sociedade, tanto da sua infra como da sua superestrutura.

Significa que, enquanto se mantiverem intactas as bases e as estruturas burguesas-capitalistas, todos os movimentos, mesmo os iniciados com método revolucionário ficarão no meio do caminho, isto é, produzirão caricaturas de revolução. E revoluções feitas pela metade, como a história já nos ensinou, acabam em reações contrarrevolucionárias. Estas conclusões são feitas, e não podem ser feitas de outro modo, independentemente do fato de que a situação esteja ou não madura para lançar a palavra de ordem da revolução socialista, de que as classes exploradas estejam ou não prontas para acatá-la, de que todas as condições estejam dadas, etc. Este aspecto da questão se relaciona com as tarefas da vanguarda revolucionária, da estratégia e tática a ser seguida – e que representa outro ponto do debate. A constatação do objetivo da revolução socialista parte do fato de que o ciclo das revoluções burguesas, mesmo tal como existiu nas condições latino americanas se esgotou como fator de progresso social. Não significa que essas revoluções burguesas tenham sido concluídas, levadas até o final, como se deu em países de capitalismo clássico, dos quais a França é o exemplo mais nítido.

Indubitavelmente as “tarefas” que as revoluções burguesas deixaram, não passam de aspectos secundários das futuras re-

voluções socialistas. Desde a “questão agrária” até as “tarefas democráticas” existem uma série de problemas que a sociedade burguesa em decadência já não soluciona.

Não menos importante para essas conclusões é o fato comprovado de que dentro das bases e da estrutura burguesa-capitalista não há solução para o problema mais agudo entre os que oprimem os povos deste continente, problema que freia e corta todas as caminhos do progresso e impede o desdobramento de suas forças produtivas: o domínio imperialista. Nenhum povo, e não só desta parte do globo, soube liberar-se das garras da exploração imperialista sem romper as bases capitalistas das relações de produção. O único país que conseguiu escapar ao “domínio imperialista” foi Cuba. E conseguiu unicamente mediante uma revolução socialista.

Cuba não deu este salto de uma maneira premeditada. Nem a guerrilha na serra, nem as organizações de luta dos operários nas cidades tinham se colocado objetivos socialistas de revolução. Mesmo depois da insurreição vitoriosa o governo revolucionário tentou primeiro expropriar somente os capitalistas estrangeiros, deixando intacta a economia de mercado.

Viu-se forçado em seguida a expropriar sua própria burguesia para não pôr em perigo todo o processo revolucionário. Com isto criou um fato consumado nas lutas de classes na América Latina, um novo ponto de partida para seu processo revolucionário e delineou seu objetivo histórico. Esta é a importância primordial que a revolução cubana tem para nós, independentemente da interpretação que seus próprios dirigentes possam dar e da estratégia e tática que possam nos recomendar.

O que é a “Revolução Popular”?

O populismo reinante nas esquerdas procura diluir sistematicamente as categorias marxistas, originadas em uma concepção materialista da história da sociedade da qual evidentemente não compartilham. Por muito tempo tentou e evidentemente ainda tenta por outros meios substituir conceitos marxistas definidos

como revolução burguesa ou socialista, por indefinidas revoluções “populares”. Consequente com essa linha populista, parte de “movimentos” e “lutas populares” para chegar através da formação de “frentes populares” ao apoio a “governos populares”. Se Marx já denunciou esse populismo no seu tempo (em que as contradições de classes ainda não haviam alcançado a agudeza de hoje) e Engels não poupou observações sarcásticas sobre o “Estado Popular” dos social-democratas alemães – Lênin por sua vez dedicou considerável lugar nas suas polêmicas para re-estabelecer os conceitos revolucionários do marxismo. Hoje, a tarefa se coloca de novo e em escala muito maior. Com a expansão do marxismo desde a Segunda Guerra Mundial, (hoje todo mundo é marxista-lêninista), o populismo penetrou novamente no movimento operário. E hoje ninguém se dá ao trabalho, ao incômodo de dizer que está “revisando” o marxismo e o leninismo. A profissão de fé de adesão à doutrina dos fundadores do socialismo científico serve de “salvo-conduto” para as “teorias” e práticas mais absurdas. Sem dúvida esta não é a única porta pela qual o populismo entrou no movimento comunista internacional. Além do revisionismo iniciado por Stálin – que inventou as “Frentes Populares” como pretensa tática de “cavalo de Troia” e as “Democracias Populares” para não espantar a burguesia ocidental com Repúblicas Socialistas e Ditaduras do Proletariado –, em consequência da guerra se deu o fenômeno de revoluções como as asiáticas, que eram populares de fato, de um ponto de vista marxista e sob o prisma marxista. Eram populares justamente porque não eram proletárias. Eram revoluções agrárias, levadas adiante e realizadas por camponeses em países em que o proletariado era numericamente reduzido demais para chefiar fisicamente a revolução. Naqueles países era igualmente insignificante o papel da pequena burguesia urbana, e a burguesia incipiente era numericamente muito mais reduzida do que ela. Nesses países o campesinato era o povo, a força motriz da revolução.

Entretanto, transportar esses modelos de revolução agrária para sociedades industrializadas, com suas divisões de classes

cristalizadas e antagonismos em outro nível, choca-se não só com qualquer dialética da luta de classes como também serve geralmente a segundas intenções. Essas tentativas mecanicistas de generalizar experiências podem, consciente ou inconscientemente, serem ocasionadas pelo fenômeno de querer ver o desenvolvimento das lutas de classe em escala internacional como continuação da própria revolução. (Assim como existiram generais que viram em cada nova guerra o prosseguimento da guerra anterior). Cabe aos demais revolucionários, dos demais países, retificar esse erro a tempo.

Mas o modelo também é transportado consciente ou inconscientemente (o resultado será o mesmo) porque convém para sustentar concepções políticas já existentes de antemão. Pois se na China, por exemplo, o papel da pequena-burguesia da cidade, como classe, era insignificante, não sucede o mesmo nas sociedades industriais. Nestas, a pequena-burguesia tem reivindicações próprias que pesam na luta de classe, uma delas, e não a menos importante, é representar o povo, falar em nome do povo, estar por cima da contradição trabalho assalariado-capital. E mesmo quando se radicaliza, quando participa de movimentos revolucionários e “aceita” o marxismo, traz consigo suas concepções populistas e procura, agora sob o rótulo “teórico”, opô-las ao “sectarismo” da luta de classe proletária. E é por isso mesmo que as profissões de fé revolucionárias não produzem sempre uma prática consequente.

Para os marxistas, as possibilidades históricas e portanto os objetivos de um determinado processo revolucionário tem que ser definidos com toda a clareza, para que se possa desenvolver uma estratégia correspondente.

Só queremos recordar de passagem a atuação de Marx. Mesmo dizendo, na Revolução de 1848, que o proletariado tinha “interesse em tornar a revolução permanente”, deixava claro que a fase então era burguesa e elaborava uma estratégia e tática apropriada para a revolução burguesa. O que previa na estratégia era melhorar a situação do proletariado, deixá-lo

em situação mais favorável para iniciar a luta pela revolução socialista. O mesmo se pode verificar na atuação de Lênin, que em 1905 não deixou dúvida de que se tratava de abrir as portas do capitalismo russo, mas em 1917 formulou clara e insofismavelmente o objetivo da revolução socialista e da Ditadura do Proletariado nas teses de Abril. Ainda que Lênin tenha falado da “revolução ininterrupta”, nunca aceitou a diluição subjetivista da “revolução permanente” de Trotsky, por exemplo.

Os dois teóricos do socialismo científico trataram a revolução socialista como duas etapas histórica e qualitativamente distintas, que podiam encontrar-se em um processo revolucionário permanente ou “ininterrupto”, mas que tinham de ser distinguidas tanto por seus objetivos inerentes como pelas alianças de classe que lhes servem de base.

Lênin, no *O Estado e Revolução*, se refere especificamente a “revoluções populares” e usa o adjetivo para distinguir o desenvolvimento da Revolução Russa de 1905, um movimento com ampla participação de massas populares, da Revolução Turca de 1911, realizada por jovens oficiais através de golpes militares.

Não usa o termo para substituir os conceitos fundamentais de revolução burguesa ou socialista, mas sim para distinguir dois modos de realização da revolução burguesa como se deram na realidade. Não aplicou essa distinção para a revolução socialista, pois supôs de antemão que esta só poderia ser realizada através da intervenção das massas populares. E nesse sentido nossos populistas são consequentes, pois na maioria dos casos se escondem concepções e objetivos burgueses sob o pretexto da “revolução popular”. Basta dizer que quase todos eles deixaram “aberta uma porta” para que os burgueses nacionais deem sua adesão a tais movimentos.

O exemplo concreto da Revolução Chinesa

O exemplo clássico em nossa época de uma revolução que pode ser chamada de popular é dado pela Revolução Chinesa.

Trata-se justamente de um processo histórico em que as duas fases, a da revolução burguesa e a da socialista, se encontraram, em que uma revolução agrária desembocou no socialismo.

As circunstâncias históricas concretas que possibilitaram a execução da Revolução Chinesa são conhecidas. A revolução burguesa, cujos inícios se situam nos levantes dos Taiping, foi retomada sob a direção de Sun Yat-Sen, que criou o Kuomintang como instrumento político partidário. Os comunistas chineses, depois de discussões internas, entraram no Kuomintang onde encontraram suas bases de massas e procuraram criar um polo proletário para impelir o processo adiante e radicalizá-lo. Depois da traição do Kuomintang o PC não soube reconhecer o momento adequado para separar-se dele e se tornou vítima do terror contrarrevolucionário. Este fato e mais as aventuras ultraesquerdistas do fim da década dos anos 1920 destruíram não só as organizações comunistas nas cidades como também eliminaram praticamente o numericamente reduzido proletariado chinês como fator político ativo, o qual não interveio como classe senão ao fim da guerra civil. Os comunistas sobreviventes se deslocaram até o interior e criaram as bases camponesas armadas. A revolução se tornou agrária, alimentada pelos remanescentes do feudalismo asiático.

As lutas proletárias anteriores, no entanto, haviam criado um Partido Comunista e o fato de a burguesia chinesa ter traído o campesinato e desistido de uma luta frontal contra o feudalismo no campo, fez com que os camponeses aceitassem a liderança comunista para completar a tarefa da revolução burguesa. Esse aspecto da revolução burguesa, antifeudal, foi completada na China sem e contra a burguesia, como Mao Tsé-Tung sublinhou mais de uma vez. Entretanto, o fato de os comunistas terem conquistado essa liderança dos camponeses, mais a influência do exemplo e o escudo material da vizinha União Soviética, permitiu aos comunistas chineses a instauração de um Poder Socialista, ainda que fosse socialista somente em sua tendência, como na própria Rússia Soviética em 1917.

O caráter popular dessa revolução e da República que criou foi proporcionado pelo seu caráter agrário, pelo fato de terem sido os camponeses a sua força motriz, os quais representavam a imensa maioria da sociedade agrária chinesa e pelo fato de que os camponeses em rebelião podiam e tinham que ignorar por muito tempo as divisões de classe nas cidades.

Inseparável de revolução chinesa é o conceito da Guerra Popular Revolucionária que se caracterizou pela prolongada confrontação armada entre unidades guerrilheiras camponesas e o exército da repressão. Protegidas por bases liberadas, essas unidades guerrilheiras cresceram durante mais de vinte anos de luta, de regimento a brigadas, divisões e exércitos. A revolução vai do campo para as cidades que são cercadas e tomadas no final da guerra e cuja libertação marca o fim da guerra civil.

É duvidosa a interpretação que frequentemente se dá ao papel da burguesia nacional chinesa. Apesar de existirem as já citadas constatações de Mao, de que a revolução foi feita sem e contra a burguesia, falam mais alto outras versões, igualmente de fonte chinesa que insistem em uma pretensa “colaboração da burguesia nacional”. Nestas versões se apoia Lin Piao no célebre “Viva o triunfo da guerra popular” (que leva como subtítulo “A significação internacional da teoria do camarada Mao Tsé-Tung sobre a guerra popular”) quando recomenda aos povos do mundo capitalista subdesenvolvido a inclusão das burguesias nacionais na luta.

A falta de clareza sobre o papel da burguesia chinesa na Revolução é facilitada provavelmente pelo fato de que os comunistas chineses, durante a guerra contra o Japão, convidaram a burguesia chinesa para a formação de “frentes nacionais” (quando Mao Tsé-Tung desenvolvia a teoria dos Quatro Meses). Mas mesmo essa frente com o Kuomintang, que se deu e se manteve sob pressão soviética e norte-americana sobre Chang Kai-Chek, não passava de um armistício maldisfarçado de uma guerra civil que recrudescera quando o perigo japonês foi eliminado. Os

comunistas nunca conseguiram a formação de um governo de coalizão para a coordenação comum do esforço de guerra.

A burguesia nacional chinesa participou do dispositivo de Chiang Kai-Chek no território sob o domínio deste, ou colaborou forçadamente com os japoneses nos territórios ocupados, da mesma maneira como os burgueses continentais europeus colaboraram com o nazismo. A facção da burguesia chinesa que chegou a colaborar com a Revolução e que continua colaborando, o fez depois da vitória comunista e o fez porque não tinha outra saída levando em conta os meios de coerção que o governo revolucionário dispunha. Isto é o que há de concreto sobre a “colaboração de burguesia nacional”, mas trata-se evidentemente de uma experiência dificilmente aplicável a nosso terreno na atual fase de luta.

É evidente também que nossos companheiros chineses conhecem esses fatos tão bem como nós. Se continuam sustentando a ficção da “colaboração da burguesia nacional” e recomendam a participação das burguesias nacionais na “revolução anti-imperialista e antifeudal” dos povos da Ásia, África e América Latina, isso tem causas e razões concretas.

Em primeiro lugar, generalizam a situação reinante na China pré-revolucionária a todo mundo capitalista subdesenvolvido e abstraem as condições sociais e históricas reinantes nas diversas regiões. Para eles trata-se evidente e genericamente de vencer as fases burguesas do processo revolucionário (Revoluções Nacional-Democráticas), que desembocará como na China (Nova Democracia) no socialismo, mas que deve ser tratado e iniciado a base de alianças de classe da revolução burguesa. O que pelo menos no caso da América Latina já não corresponde aos fatos.

Em segundo lugar, mesmo nos casos onde ainda se coloca na ordem do dia as revoluções burguesas, a participação de burguesias nacionais em revoluções se torna cada vez mais duvidosa. A burguesia hoje prefere o caminho das reformas e dos compromissos, que não põe em risco sua base social. Se a

ficção contrária, no entanto, é sustentada deve-se provavelmente ao fato de que no caso chinês ajudou a neutralizar agressões internas e externas sobre a parte revolucionária chinesa. Mas no caso chinês a ficção pode ser proveitosa aos revolucionários em virtude de condições internacionais particulares, reinantes na ocasião. O armistício na guerra civil se enquadrou na aliança formada entre uma Potência Socialista, a União Soviética, e parte do campo imperialista, contra outra coalizão imperialista mais agressiva. Esta possibilidade de aproveitamento de contradições interimperialistas passou. A situação internacional agora é completamente diferente. Hoje, quando a contradição entre sistemas sociais, isto é, entre socialismo e capitalismo, aparece como a fundamental da política mundial, quem se torna vítima da ficção do papel revolucionário das burguesias nacionais é o próprio movimento revolucionário, como demonstrou, entre outros, o caso da Indonésia.

A experiência chinesa representa um enriquecimento ao marxismo e às revoluções do nosso século precisamente pela capacidade que os comunistas chineses demonstraram em adaptarem o marxismo às lutas de classe nos seu país em situações concretas e novas. Seus ensinamentos são aproveitados e igualmente adaptados em todas as regiões, em que predominem condições socialmente similares às da China pré-revolucionária, aonde o campesinato representa a força motriz da revolução, por não ter surgido um proletariado industrial bastante desenvolvido para exercer o papel de coveiro do capitalismo. Entretanto, querer generalizar o modelo chinês como válido para todo o “mundo colonial e semicolonial”, isto é, para o mundo capitalista subdesenvolvido, é atuar tão esquematicamente como atuaram os “conselheiros” de 1927, quando insistiram junto aos chineses que sua revolução tinha que comportar-se à maneira russa. O mundo subdesenvolvido não é tão homogêneo, e hoje muito menos que um quarto de século atrás, quando os exércitos de guerrilheiros entraram em Pequim.

Querer que a revolução no Brasil ou no Chile se comporte conforme o modelo chinês é desconhecer toda uma realidade de desenvolvimento capitalista nos dois países e no continente. Propagar nesses países a guerra popular revolucionária, a revolução do campo à cidade, é ignorar o papel que o proletariado já conquistou nas lutas de classe nos citados países e abrir as portas do movimento revolucionário ao populismo pequeno-burguês, que continua ignorando a importância da contradição trabalho assalariado-capital, que domina a vida de seus países e que proporciona a base imperialista do continente.

Na sociedade capitalista – insistiu Lênin mais de uma vez – já não podemos falar de povo genericamente. O povo se dividiu em classes, que se comportam conforme os interesses sociais criados pela sociedade capitalista. Nosso problema mais urgente é dar consciência de classe ao proletariado e o único caminho para isso é não deixar nele nenhuma ilusão sobre os interesses de classes existentes na sociedade.

Lutamos contra uma sociedade capitalista

Política Operária, desde a sua fundação (pode-se dizer que foi essa uma das razões de sua fundação), defendeu a tese da revolução socialista como única solução possível aos problemas sociais no continente, e especificamente no Brasil. Fomos os primeiros, e por muito tempo os únicos no país, que se deram ao trabalho de uma fundamentação teórica e que procuraram tirar as consequências práticas da situação. Ainda que, desde logo, devemos muito aos trabalhos pioneiros de companheiros de outros países latino-americanos, como o equatoriano Manuel Agustín Aguirre.

Tínhamos chegado a duas conclusões básicas:

a) que a América Latina não conheceu em sua história revoluções burguesas no sentido europeu ou asiático onde a burguesia das cidades compactuava e até participava, de uma luta popular contra uma velha ordem feudal.

b) a América Latina não conheceu o feudalismo como ordem social própria, apesar das tentativas espontâneas dos descobridores e conquistadores de transportar para o Novo Mundo os valores reinantes ainda em suas pátrias. O continente foi conquistado, povoado e desenvolvido (isto é, subdesenvolvido) em função do capitalismo mundial, no início principalmente pelo capitalismo mercantil, e formado pelas necessidades deste. Participou passivamente deste sistema capitalista desde o início, fonte de acumulação primitiva para as metrópoles e reserva para futuras expansões do sistema. Quando se libertou do estado colonial direto, continuou como fornecedor de matérias primas, mercado e domínio das metrópoles capitalistas até ser absorvido e integrado ao imperialismo, que englobou essas regiões em um sistema mundial sem necessitar destruir e decompor velhas relações feudais, como na Ásia por exemplo. A miséria latino-americana, tal como a conhecemos através de sua história já é a miséria da própria sociedade capitalista.

O problema da transformação social, que encontramos na América Latina, se desenrolou dentro do quadro de uma sociedade capitalista. Trata-se do deslocamento do peso da burguesia do campo para a cidade, fenômeno que foi acompanhado pela destruição dos chamados governos oligárquicos, como no Brasil em 1930.

A “revolução burguesa”, na medida em que se deu, não foi tanto uma luta contra o feudalismo, mas sim uma luta entre a burguesia industrial nascente contra a antiga estrutura mercantil e rural. A sociedade “pré-revolucionária” era formada por um capitalismo primitivo e primário, mas que apesar de tudo já era capitalismo na sua essência. A “revolução burguesa” no Brasil acabou em compromissos com a bênção do imperialismo e é característico que o movimento “revolucionário” não chegou a tocar no campo. A facção rural da classe dominante ganhou tempo para transformar-se em industrial, e para adaptar o primitivo capitalismo rural às novas necessidades. Isso

quer dizer que a revolução burguesa no Brasil (e em geral na América Latina), em termos de transformação social, não se deu como “negação” de uma sociedade pré-capitalista, mas sim “como transformação de quantidade em qualidade” a base da ordem social existente. Dentro do compromisso das classes dominantes, a hegemonia da burguesia da cidade foi assegurada pelo crescimento de seu poder econômico.

Foi André Gunder Frank quem analisou melhor e aprofundou mais os estudos do desenvolvimento capitalista na América Latina. Mostra concretamente, nos casos do Brasil e Chile, as origens e o crescimento das classes dominantes nativas e suas relações com as burguesias da metrópole capitalista. A grande contribuição de Frank consistiu em demonstrar com base em investigações históricas e de análises da sociedade atual: a) que durante quatro séculos a função de nosso subdesenvolvimento dentro do capitalismo mundial como fornecedor de recursos para a acumulação nas metrópoles não mudou; b) que não há perspectivas de libertação dos países subdesenvolvidos dentro de relações de produção capitalistas. A classe dominante do continente não fez mais e não faz mais do que adaptar-se às necessidades do capitalismo mundial, sem poder superar seu papel de dependente. Esta “continuidade na troca”, representa um fator fundamental na análise histórica e dialética. Mas no instante de realçar o fenômeno da “continuidade na troca”, Frank deixa em segundo lugar o significado do salto qualitativo, que representa a transformação das economias agrário-mercantis, de características coloniais, em capitalista industrial subdesenvolvida dentro do contexto geral das lutas de classes em escala internacional. Entretanto, não se apercebeu da importância do surgimento do proletariado industrial e de sua intervenção no cenário da política latino-americana, e isso explica porque apesar de ver claramente a incapacidade da burguesia de encabeçar ou participar de qualquer movimento revolucionário, e de ver a solução socialista como a única saída para os problemas vitais

do continente, considera essa luta, entretanto, sob o ângulo da “libertação nacional”.

Para a discussão em termos de uma estratégia revolucionária, tal como se está dando atualmente, é importante ter em mente, na nossa situação, os elementos que a constituem e como podem ser levados em conta. Tanto a revolução russa como a chinesa, esta em escala ainda maior, tiveram tarefas da revolução burguesa para cumprir. A mais importante era a da transformação do campo, que havia sido o baluarte do antigo regime. Em ambos os casos – na China novamente em grau muito maior – essa ingerência da revolução burguesa influenciou ativamente para assegurar a vitória socialista.

A situação na América Latina já não é a mesma. Ainda que o campo conserve toda sua potencialidade revolucionária e a aliança entre operários e camponeses, (e entre operários e trabalhadores do campo – isso varia de país para país) seja uma das bases fundamentais de qualquer estratégia revolucionária, existem características próprias que influem no transcurso da luta.

Em primeiro lugar a não existência de uma sociedade feudal no continente faz com que tampouco haja, na maioria dos países tradições de “guerras camponesas”, como se deram na história europeia e asiática. Uma exceção a essa regra está representada pelos países que antes da conquista já dispunham de uma ordem agrária tácita, destruída pelos brancos. A rebelião das populações indígenas e mestiças não restabelece, evidentemente, a antiga ordem, mas torna-se um elemento da revolução burguesa, lhe dá o caráter popular e contribui ao restabelecimento do poder burguês-capitalista nas cidades, ainda que contra a vontade da burguesia. O grande exemplo é o México, mas a Revolução Boliviana de 1952, mesmo não contando com a participação ativa camponesa na fase de luta, trouxe resultados não menos radicais. A atual reforma do Peru, de caráter preventivo, mostra que a força da pressão indígena não se esgotou ainda. Nesses países, a transformação

do estatuto agrário deu-se principalmente pela criação do minifúndio. Entretanto a burguesia peruana está procurando outro caminho, o da formação de cooperativas agrocapitalistas.

No resto da América Latina a transformação se dá principalmente pela chamada racionalização e modernização dos latifúndios, isto é, a inversão do capital, com base em um cálculo industrial, na agricultura. Neste sentido, a Cuba pré-revolucionária representa provavelmente o exemplo clássico no continente. Isso significa a existência de um proletariado assalariado e de um semiproletariado (meeiros) no campo capaz de desenvolver formas de luta próprias, que se aproximam das do proletariado industrial.

Ambas as formas de transformação burguesa no campo não resolvem o problema agrário. A sociedade capitalista na América Latina não assegura a existência nem do pequeno camponês, nem do assalariado rural. E a luta no campo, que se agrava e se aprofunda a longo prazo já se desenrola no terreno da economia e sociedade capitalistas, isto é, em um nível mais alto, como demonstrou Cuba.

Em termos gerais pode-se constatar que a revolução burguesa, tal como se deu na América Latina, tinha duas tarefas essenciais a cumprir: a) levar a burguesia urbana ao poder e isso com todas as consequências de adaptação do aparato estatal a sua necessidade; b) a transformação do campo, cuja estrutura criada pelo capital mercantil-colonial já não corresponde às necessidades da expansão da burguesia industrial e urbana, integrada ao sistema imperialista.

E isso indica que as tarefas que a revolução burguesa deixou para nós já não tem o mesmo peso na revolução, como tiveram na China e ainda na Rússia.

Pesarão, na verdade, na construção do socialismo, quando sentiremos a incapacidade da burguesia de criar uma sociedade industrial, que facilitaria a expansão das forças produtivas em bases socialistas.

O papel do imperialismo

O auge do processo de industrialização da América Latina foi alcançado em uma fase do imperialismo, caracterizado por August Thalheimer, em 1946, como sendo de “cooperação antagônica”, sob a égide dos Estados Unidos.

O resultado da Segunda Guerra Mundial trouxe para o mundo capitalista uma situação em que as contradições inter-imperialistas, que dominam as relações internacionais desde a fim do século passado se tornaram secundárias em vista de uma contradição mais profunda e fundamental entre os dois sistemas sociais que dominam o globo.

A expansão do campo socialista e o predomínio material e tecnológico dos Estados Unidos no mundo capitalista fazem com que as potências imperialistas mais débeis se submetam às mais fortes, que é dominada pelos Estados Unidos, a superdotada potência imperialista e policial do sistema capitalista. Essa integração do mundo imperialista não elimina nem supera nenhum dos antagonismos existentes no sistema, entre as potências imperialistas e entre elas e as não imperialistas, as quais são objeto da exploração imperialista. Sem dúvida, evita que esses antagonismos cheguem às últimas consequências de confrontações armadas entre potências imperialistas, em virtude de uma cooperação que predomina contra a ameaça do socialismo e a revolução mundial.

A cooperação antagônica entre as potências imperialistas encontra sua prolongação lógica nas relações entre essas e as burguesias nacionais do mundo capitalista subdesenvolvido. Na América Latina e no Brasil, isso teve como consequências gerais: a) que ficou limitado o campo de manobras que as burguesias nativas, que periodicamente souberam explorar as contradições entre potências imperialistas (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, etc.) para melhorar suas próprias posições; b) uma aceitação e crescente dependência do domínio do imperialismo norte americano em uma associação econômica, na qual o capital imperialista participa na industrialização, ocupa

posições de mando virtual e influi decisivamente no ritmo das atividades econômicas.

A “cooperação antagônica” não libera o mundo capitalista de choques internos em todos os níveis, altos e baixos. Há momentos em que o antagonismo parece predominar, em que as burguesias nacionais ameaçam com uma política externa “independente”, se rebelam contra os esquemas do Fundo Monetário Internacional e nacionalizam empresas estrangeiras particularmente impopulares. O mesmo fenômeno se dá entre as próprias potências imperialistas nos momentos de relaxamento periódico da tensão internacional. Desaparece quando surge um novo recrudescimento da tensão internacional e, como na França em 1968, quando o regime capitalista, está posto em cheque. A prazo prevalece a cooperação pela manutenção do sistema.

Na América Latina o fenômeno está presente tanto nas cidades como no campo, e nas crises econômicas agudas. Nos momentos em que os antagonismos vêm à superfície, a oposição burguesa, entretanto, não visa o sistema em si e é limitada de antemão pelos interesses de autoconservação. A oposição é dirigida unicamente contra o sistema de distribuição da mais valia produzida pelo proletariado do continente, da qual o imperialismo leva a parte de leão.

Quando consegue melhorar sua posição na sociedade com o imperialismo (o que nem sempre acontece na realidade), a burguesia nativa continua colaborando com o imperialismo em novos termos.

Que esse processo está vivo no continente demonstram os exemplos do Peru e da Bolívia de antes do golpe de Banzer. O Peru, na mesma semana em que expropriou a empresa de má fama Internacional Petroleum Co, outorgou outras três concessões de exploração petroleira a companhias norte-americanas “independentes” em condições “mais vantajosas” e não deixou de entregar novamente suas minas de cobre ao imperialismo norte-americano. Na Bolívia, aonde o processo parecia tomar

rumos mais radicais, pouco antes do golpe de Banzer, houve um recesso que indicava que a burguesia boliviana não estava disposta a correr o risco de provocar um choque com o imperialismo que poderia por em perigo sua precária estabilidade interna. Tanto na Bolívia como no Peru, o regime oscilou entre ditadura militar aberta e tentativas de um populismo controlado. Seu instrumento de “cooperação antagônica” nas suas diversas fases é o exército e este tem seu papel específico a desempenhar no governo burguês do continente.

Exército e Revolução Burguesa

Na maioria dos países da América Latina o papel desempenhado pelo exército está em estreita dependência do desdobramento da revolução burguesa. No Brasil, por exemplo, o processo de transformação das tropas coloniais em exércitos a serviço da nascente burguesia urbana começou cedo. É conhecido o papel de Deodoro da Fonseca na questão dos escravos fugidos e do exército na instalação da República. Se a consciência burguesa dos oficiais se expressava através do positivismo isso refletia o estado de espírito da burguesia da época, que não nasceu sob signos revolucionários. Esse aburguesamento do corpo de oficiais foi facilitado pelo fato de que a classe média e a pequena-burguesia foram as fontes de recrutamento. E se por um lado, a carreira da hierarquia militar possibilitou uma ascensão na escala social e abriu perspectivas da integração de uma minoria nas classes dominantes, por outro lado, o grosso dos oficiais trazia consigo a ideologia da classe média isolada do poder. O fenômeno persiste até hoje e os exércitos, desde sua formação no sentido moderno, desempenham o papel de tropas de choque da burguesia, em sua ascensão como em sua decadência.

A revolução de 1930, no Brasil, se deu sob o signo do “tenentismo” e representou de certo modo o auge de um movimento que esses jovens oficiais iniciaram em 1922. Entretanto, mais importante que o signo em si foi o fato de a revolução ter

se dado praticamente sob a direção de uma parte do exército, que não perdeu o controle do movimento em âmbito nacional e nos locais em que perdeu, recuperou em seguida. Onde houve armamento da população civil, isso se realizou sob a vigilância de unidades do exército e sob o controle de oficiais. Mas os tenentes revolucionários não continuaram sendo tenentes para sempre e tampouco “revolucionários”. Acompanhando o desenvolvimento de sua classe de origem, ascenderam a coronéis e generais que prepararam e realizaram o golpe de Estado em 1964.

O Brasil, seguramente, não é o único exemplo nesse sentido. Na Bolívia o processo foi mais rápido e mais radical. Nesse país o exército foi praticamente extinto na Revolução de 1952. Os oficiais foram mortos ou fugiram para a o exterior, com exceção de uma pequena minoria que havia participado da tomada de La Paz. Os governos revolucionários, que no início representavam uma coalizão entre representantes da pequena-burguesia nacionalista e cujas bases foram proporcionadas por camponeses, que continuavam apoiando o regime, criaram um exército, “para proteger a revolução e a democracia”, que, a princípio débil, começou a crescer e se fortalecer tornando-se um dos pilares do Estado e, finalmente, o próprio árbitro do Estado, quando a burguesia já não soube governar com os recursos populistas.

O Peru nunca conheceu uma revolução burguesa como a boliviana nem ainda nos moldes da brasileira de 1930. A lembrança dos governos oligárquicos está, entretanto, presente. A situação do campo peruano continua mais explosiva ainda do que na Bolívia, por exemplo, que teve uma válvula de escape em 1952, com a divisão das terras. Nessas circunstâncias, a atuação do exército peruano tem um duplo caráter: a) reformador, no sentido de adaptar a estrutura social do país às necessidades da burguesia urbana, e b) preventivo, no sentido de eliminar o potencial revolucionário existente, principalmente no campo para garantir o desenvolvimento da sociedade burguesa-capitalista.

O que os oficiais “revolucionários” peruanos e bolivianos tem em comum é sua ideologia nacionalista, que pode adquirir matizes mais diversos, mas que se situa no terreno da defesa da sociedade burguesa. Isso, dito de passagem, é também característica de um grande setor da oficialidade brasileira, de mais baixa graduação (a “interdependência” de Castelo Branco nunca chegou a ser popular entre eles). Mas as consequências práticas desse nacionalismo latente dependem das necessidades objetivas de suas burguesias, às quais estão servindo, e o nível da “cooperação antagonica” que está prevalecendo. E neste sentido não há diferença entre os militares peruanos e bolivianos, a não ser que estes mataram a Che Guevara, e aqueles “só” mataram a De La Puente.

Em ambos os países os guerrilheiros continuam presos e as forças armadas matarão de novo se a ordem social for ameaçada.

O que os regimes militares entendem por política nacionalista é que todas as decisões nacionais passem por suas mãos, que sejam eles que cuidem dos termos e das condições de cooperação com o imperialismo. Entendem que são eles mesmos os “donos em sua casa”, sua própria polícia, que serão eles os que prendem e matam seus próprios operários revolucionários e guerrilheiros. Que são eles mesmos os que oprimem e governam a seus próprios povos, de acordo com a hierarquia de sua oficialidade.

O caminho mais longo nessa direção foi percorrido pelo exército brasileiro. De “guardião das tradições democráticas” se tornou símbolo continental de gorilismo, fazendo sombra até a seus inspiradores argentinos. Hoje, o exército brasileiro instalou uma máquina de terror em moldes fascistas, a qual se distingue de seus precursores italianos e alemães somente pelo fato de não haver conseguido uma mobilização de massas como sustentáculo de seu regime, A estrutura e a situação geral do país ainda não gerou o fenômeno fascismo. Somente permitiu copiar os métodos de repressão.

Entretanto, o que a ditadura militar brasileira tem em comum com o fascismo (e ainda com o bonapartismo populista) é que se trata de um governo indireto da burguesia. Ainda que haja deixado cair a máscara democrática e a ditadura está aberta e nua, foi necessário que ela fosse confiada ao exercito quando, no momento da crise, a própria burguesia se sentiu incapaz de exercê-la de maneira tradicional e velada. Lançou mão do instrumento que já havia servido no passado, no caminho de ascenso ao poder.

Nesse sentido, a ditadura militar no Brasil não passa de um capítulo a mais da “revolução burguesa”. Esperemos que seja o último.

Processo revolucionário e Governo de Transição

Dissemos que a revolução no Brasil será socialista por não restar outra alternativa para que o processo revolucionário se imponha no país.

Dissemos também que a constatação do caráter socialista da revolução não quer dizer que a situação já esteja madura para desencadeá-la e, implicitamente, colocar o problema de formação de um governo socialista.

Que significado tem isto na prática? Significa que não estamos interessados nas lutas que não tenham objetivos socialistas? Ou que não estamos interessados em derrubar a ditadura militar se esta derrubada não conduzir ao estabelecimento de um governo socialista no país? E, finalmente, significa que não podemos mais apoiar nenhum governo se não for socialista?

Evidentemente que não. Uma conclusão tal seria contrária a toda experiência da luta de classes e a todos os ensinamentos do marxismo revolucionário.

Em princípio apoiamos todas as lutas parciais, todo o movimento que reforce de fato os objetivos socialistas, quer dizer, nossa estratégia visa melhorar a situação do proletariado e de sua vanguarda na luta de classe, para colocá-la em posição favorável ao enfrentamento da revolução socialista. No caso

concreto do Brasil, nas atuais circunstâncias não podemos partir da premissa que a derrubada da ditadura militar já leve automaticamente a uma solução socialista. Isso não corresponde às relações das forças sociais existentes no país. Além disso, a experiência geral ensina que o processo revolucionário é mais complexo.

Não seremos nós evidentemente, que engrossaremos o coro da oposição burguesa e pequeno-burguesa da “redemocratização”. Ao contrário, o combatemos. Em primeiro lugar porque não temos interesse em restabelecer o antigo “status quo”, que consolidará novamente o domínio da burguesia com uma folha de parreira “democrática”. Em segundo lugar porque o equilíbrio artificial da sociedade burguesa estremececeria tanto se houver uma derrocada do presente regime militar que qualquer nova experiência em termos de República Democrática não passará de um intervalo para que a classe dominante prepare outra forma de ditadura aberta. Qualquer democracia real e duradoura que seguir a derrubada da ditadura militar para se impor terá que ter um caráter revolucionário, isto é, terá que apoiar-se nas classes revolucionárias do país – inclusive militarmente.

Em outras palavras, pode e deve surgir uma fase de transição em que a velha ordem burguesa está estremeçada, mas o salto qualitativo para uma nova ordem não foi dado e não pode ser dado ainda de imediato. Como deve portar-se o proletariado e seus aliados frente ao poder que a burguesia já não está em condições de exercer, ainda que o momento da revolução socialista não esteja maduro?

Isso coloca o problema do Governo de Transição.

Trata-se de uma das noções de estratégia de luta do marxismo revolucionário que se perdeu durante os anos do reformismo estalinista e que foi definida justamente em uma época que Lênin e os comunistas procuraram elaborar, pela primeira vez, uma estratégia global da revolução mundial: nos quatro primeiros Congressos da Terceira Internacional Comunista. A

resolução adotada (no IV Congresso) prevê que o proletariado e os partidos comunistas, que não devem integrar nem apoiar governos burgueses, podem encontrar-se em situações nas quais se impõe a participação e a sustentação de governos não socialistas, sob a condição que esse ato leve adiante o processo revolucionário (como foi a perspectiva naquele momento), evite a vitória de um movimento de direita que tenda a destruir o movimento operário (fascismo). Tal governo já não será burguês, será um “Governo Operário” nos países altamente industrializados, onde os partidos operários estiverem em condições de formá-la, e será um “Governo Operário e Camponês” nos outros onde o proletariado não pode governar sem o apoio efetivo do campo. Adverte a resolução do Congresso que não se trata ainda de um governo socialista nem da ditadura do proletariado e não deve ser confundido com eles.

Nós, no Brasil, levando em conta as particularidades do país, definimos esse Governo de Transição como o “Governo Revolucionário dos Trabalhadores” a ser formado por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Levando em conta, igualmente, as particularidades do país, acreditamos que o surgimento desse governo não pode ser produto de um processo eleitoral e terá, para se impor, que resultar da intervenção ativa e violenta das massas trabalhadoras.

Acreditamos que tal governo não pode exercer seu poder por intermédio dos instrumentos “democráticos” tradicionais – Congresso, Judiciário, polícia, exército, etc. – os quais têm que ser neutralizados e eliminados. Tem que apoiar-se diretamente nas organizações de massas dos trabalhadores e suas forças armadas e estimular seu crescimento.

Esta é a característica principal que distingue o Governo Revolucionário dos Trabalhadores dos governos “populares” e “democráticos” que sob rótulo radical procuram salvar e conservar o aparelho estatal burguês e governar com ele. Estes serão “governos de transição” da burguesia e para a burguesia e procurarão fazer que a estrutura básica da sociedade burguesa

passa ileso pelas convulsões até que possa ser nova e abertamente consolidada.

Tomemos os exemplos já clássicos de governos de transição na América Latina: Bolívia e Cuba. O Governo Revolucionário de La Paz, em 1952, foi de transição. Mas o já mencionado domínio da liderança pequeno-burguesa que, além disso, soube assegurar-se o apoio camponês e, por outro lado, a falta de perspectiva e clareza da representação do proletariado, que ficou isolado, fez que os sucessivos governos se tornassem de “transição” para o restabelecimento da ordem burguesa.

Em Cuba, por outro lado, o Governo de Transição encontrou sem maiores dificuldades o caminho mais curto para a revolução socialista. Realizada a base da aliança entre os trabalhadores da cidade do campo e apoiada nas forças armadas revolucionárias – do exército convencional não sobrou uma pedra em pé – a revolução marchou para frente apesar e graças à defecção da ala pequeno-burguesa do Movimento 26 de Julho.

A prática das lutas sociais na América Latina comprovou que o Governo de Transição, entretanto, não é um Poder Socialista, nem a ditadura do proletariado, assim como a democracia revolucionária não se identifica com a democracia socialista. Representa uma encruzilhada no caminho revolucionário. Se este governo se limita aos métodos de democracia burguesa, ou tenta restabelecê-la, prepara o caminho para a restauração do poder burguês. Para impor-se e manter-se deve lançar mão de métodos democráticos que sobrepujem e destruam a democracia burguesa, ainda não sendo, entretanto, socialista.

Pode-se perguntar por que o proletariado, se está em condições de estabelecer tal governo, não institui imediatamente a ditadura do proletariado e o socialismo. Mas, essa pergunta abstrai as relações de forças existentes em cada momento concreto do processo revolucionário. Abstrai a situação de seus aliados nos diversos momentos do processo e dos termos em que estão dando seu apoio à classe operária. Abstrai, finalmente, a situação do próprio proletariado, de sua atuação objetiva

e de sua consciência nas diversas fases de luta. O Governo de Transição se justifica e se impõe em um momento da luta de classe em que as massas já se encontram em rebelião contra a velha sociedade, mas ainda não alcançaram as conseqüências práticas para enfrentar a construção de uma nova. Quando ainda não compreendem que para garantir a expropriação das propriedades imperialista é necessário também expropriar, econômica e politicamente a própria burguesia.

Quando não compreendem ainda que para acabar a exploração e a miséria é necessário trocar as relações de produção com toda sua superestrutura. Isto é, se justifica e se impõe em um momento em que já há rebelião contra a ordem burguesa, mas essa rebelião se dá ainda dentro do quadro ideológico burguês herdado da velha sociedade. Mas será a própria agudização das contradições sociais durante o Governo de Transição e o papel impulsor que a vanguarda revolucionária desempenhará em seu meio, o melhor e mais rápido meio de elevar a consciência das massas trabalhadoras ao nível necessário para uma revolução socialista.

Está também implícito aqui que o Governo de Transição não representa uma solução social a longo prazo. Seu tempo de vida está limitado, de um modo natural. Nenhuma classe operária pode governar por muito tempo com base em uma estrutura social burguesa capitalista. Ou dá o passo decisivo para a ditadura do proletariado ou será vencida pelas leis econômicas sociais capitalistas e terá que ceder o lugar novamente às forças burguesas aliadas ao imperialismo.

O papel que o Governo de Transição desempenhará (será importante porque decidirá se situações potencialmente revolucionárias desembocarão em transformações sociais ou serão contornadas pela classe dominante) estará em dependência direta da possibilidade desse governo mobilizar e apoiar-se nas massas trabalhadoras e da situação da classe que teoricamente representa a força matriz e hegemonia do próprio processo revolucionário: o proletariado.

E isso quer dizer que toda processo revolucionário depende do nível e dos rumos que as atividades das vanguardas estão tomando atualmente no país. Para que desempenhem o papel de vanguarda hoje não basta mais as profissões de fé sobre objetivos socialistas. Ao fim e ao cabo todo mundo “quer” o socialismo. Ser vanguarda marxista-leninista no Brasil é saber tirar as consequências práticas da caracterização socialista do processo revolucionário. Significa, pelo menos, contribuir na prática à maturação dos fatores que levam à revolução socialista.

PARTE II – A FORÇA MOTRIZ DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

*“E a revolução no Brasil será proletária
ou não será revolução...”*

(II Congresso da Política Operária – 1962)

Se a caracterização socialista da revolução no Brasil foi uma das causas fundamentais do surgimento da Política Operária, outra, não menos decisiva, foi a sua definição proletária. A intervenção direta da classe operária e sua liderança sobre as demais classes e camadas oprimidas da sociedade é premissa para a revolução, nas condições do Brasil, atingir os objetivos socialistas que a história coloca na ordem do dia. Isto é, para não ficar no meio do caminho, para não se tornar “caricatura da revolução”.

Para chegar a essa conclusão partimos da análise da sociedade brasileira. Esta tinha dado passos decisivos no caminho da industrialização na década de 50, quando a parte industrial do Produto Nacional ultrapassou a contribuição agrária, preponderante tradicionalmente. Podemos poupar-nos de citar as estatísticas correspondentes que são amplamente conhecidas e divulgadas: basta lembrar que, tomando em conjunto a produção industrial e os chamados Serviços, o total começou a perfazer mais da metade do Produto Nacional e essa situação

evidentemente não mudou mais, a não ser no sentido de uma crescente acentuação dos fatores industriais capitalistas.

Essa análise e suas conclusões óbvias pairavam sobre a vintena de delegados reunidos pela primeira vez, vindos dos quatro cantos do país para elaborar as diretrizes da Política Operária em escala nacional, e foram confirmadas poucos anos depois. O golpe militar de 1964 foi um nítido produto das contradições de trabalho assalariado e capital, que tinham se tornado fundamentais na sociedade brasileira. Foi produto direto da crise econômica cíclica do capitalismo brasileiro, começada em 1961/62, tendo atingido o seu ponto mais baixo em 1964/65 e da qual o regime começou a sair lentamente dois anos mais tarde. Foi, de certo modo, o cartão de visita do capitalismo brasileiro no cenário econômico mundial. Não é que o país não tenha conhecido o fenômeno das crises cíclicas no passado, mas o conheceu como apêndice da economia mundial e em consequência das crises nas metrópoles capitalistas. A crise brasileira, iniciada em 1961, entretanto, foi legitimamente nacional e se deu justamente numa fase de alta da conjuntura econômica, tanto nos Estados Unidos como nos centros do Mercado Comum Europeu. Foi a saturação da mais recente onda de industrialização no Brasil e suas consequências sociais e políticas que fizeram a classe dominante temer pela manutenção do sistema e entregar o poder às forças armadas, como garantia da ordem existente.

O proletariado como força motriz

Uma vez estabelecida que a contradição fundamental é entre capital e trabalho assalariado, tínhamos de enfrentar as consequências. Tratava-se antes de tudo de definir a força motriz do processo revolucionário. Está implícito à concepção materialista e histórica do marxismo que a força motriz da revolução se encontra nos centros de produção, que sustentam a sociedade, e como esses, lenta, mas seguramente, tinham-se mudado para as cidades, como resultado da industrialização,

não havia mais dúvidas sobre o papel do proletariado industrial como classe hegemônica no processo revolucionário. Falar de uma classe hegemônica significa raciocinar em termos de uma aliança de classes e esta, em termos brasileiros, tinha de abranger, além da classe operária industrial, os trabalhadores do campo e as camadas radicalizadas da pequena-burguesia urbana. Falamos de camadas radicalizadas e não da pequena-burguesia, contraditória e dividida e que representa também uma reserva da burguesia na luta de classes. (A justeza dessa análise foi igualmente confirmada em 1964, quando a grande maioria da pequena-burguesia aderiu e apoiou o golpe militar.) A formação dessa aliança revolucionária e, concretamente, a mobilização do potencial revolucionário do campo, o despertar e a organização dos onze milhões de trabalhadores rurais e camponeses de duvidosas posses de terra, na luta de classes no terreno de uma sociedade preponderantemente capitalista-industrial, exige a presença de uma classe operária que tivesse consciência do seu papel e capacidade de liderança. Isso quer dizer que nas condições da sociedade brasileira a hegemonia proletária não pode limitar-se a uma liderança ideológica (como foi o caso na China) e sim implica na intervenção e liderança física dos quatro milhões de operários no processo revolucionário. Isso significava também que o partido revolucionário tem de ser um partido operário e que as vanguardas marxistas-leninistas existentes têm de encontrar o caminho para o proletariado, se quiserem desempenhar o papel que pretendem.

Já assinalamos que a caracterização da revolução brasileira como socialista não significa ainda que as condições já estivessem maduras para pô-la na ordem do dia da luta imediata. Tampouco, o fato de constatar o papel hegemônico do proletariado no processo revolucionário não significa ainda que a classe operária brasileira já estivesse em condições de exercê-lo. Há, porém, uma diferença implícita nas duas colocações. Como a revolução socialista depende do fato de o proletariado exercer realmente o papel hegemônico e como este não se limita ao

ato da revolução, mas é necessário no processo revolucionário em todas as suas fases, o problema fundamental das lutas de classe no país é o da formação dessa classe operária capaz de dar conta da sua missão.

Esse problema fundamental se revelou em todos os momentos da política brasileira que levou ao golpe militar. Foi confirmado diariamente na política nacional pelo fato do proletariado não estar exercendo esse papel independente e muito menos hegemônico. Ele atuava como instrumento de facções da classe dominante e estava à mercê da política delas. Trinta anos de reformismo e de política de colaboração de classe do Partido Comunista Brasileiro tinham atrasado o processo histórico que Marx chamava de transformação do proletariado de classe **em si** à classe **para si**, da formação de uma classe operária independente, livre da tutela ideológica e política da burguesia e oposta à sociedade burguesa.

O que significa “classe operária **para si**” em condições latino americanas?

Historicamente, isto é, até hoje, o nível político mais alto atingido por um proletariado, neste continente, foi sem dúvida em Cuba. Foi o país onde o proletariado agiu **como classe** mesmo quando a ditadura de Batista destruiu as suas organizações de massa legais, procurando substituí-las por entidades oficiais sob o controle do Estado. A classe operária cubana formou suas organizações clandestinas (os comitês de defesa) que continuavam a dirigir a luta nas empresas. O proletariado, que já contava com a experiência da greve geral contra Machado, em 1933, soube conservar e reforçar sua consciência de classe coletiva também sob a repressão de Batista. E foi essa consciência e a oposição ativa ao regime que a guerrilha conseguiu catalisar e que conduziu à greve insurrecional e à revolução socialista. Todavia, e isso explica também a política interna e externa de Cuba nos dias de hoje, a organização proletária em Cuba não chegou a um nível de representação política direta da classe, como os “soviets” no início da Revolução Russa, ou órgãos

semelhantes que outras revoluções produziram. O proletariado cubano entregou o poder executivo a uma cúpula revolucionária, que fala em seu nome e isso explica porque Cuba, até hoje, não se preocupou em adotar uma Constituição Socialista.

Atualmente, na América Latina capitalista, o proletariado mais amadurecido corno classe é, sem dúvida, o chileno. Trata-se de um proletariado que, embora dominado por partidos reformistas, age como classe. É em sua imensa maioria socialista ou comunista, “marxista”, levando em conta as limitações do reformismo oficial. Pode flutuar e hesitar entre socialistas, comunistas e agrupamentos menores, mas não dará mais a sua confiança e seu voto aos representantes políticos da burguesia, que é reconhecida como classe antagonica. (A não ser que as lideranças reformistas o recomendem, mas mesmo isso já criou dificuldades.) Se este potencial de classe na luta política chilena – como nos casos francês e italiano – não se traduz em ações mais consequentes, isso se deve a circunstâncias políticas e históricas, que não se limitam àquele país.

O proletariado mais agressivo, nos últimos anos, mostrou ser o argentino. Foi na República Argentina, principalmente no interior, onde o operário industrial foi às ruas, as massas parcialmente armadas, para enfrentar a repressão. Os operários de Córdoba deram uma lição prática de luta de classe ao proletariado de toda a América Latina. A consciência do proletariado argentino, todavia, ainda se esconde por baixo de uma ideologia peronista, que se torna um ônus para a formação da classe independente. Existe uma grande discrepância entre o movimento real do proletariado argentino e as formas sob as quais toma consciência de sua luta. A superação dessa discrepância é uma condição para a formação da classe **para si**.

Entre as classes operárias maiores do continente, é provavelmente a mexicana que se encontra num estágio de amadurecimento mais remoto ainda. Tradições históricas particulares – país de maior revolução agrária do continente e que mais tardiamente iniciou o processo de industrialização – atrasaram o

processo de formação política do proletariado. A isso se juntou o fato de o Partido Comunista Mexicano nunca ter preenchido o papel de um partido do proletariado e o resultado foi a institucionalização do movimento operário dentro do partido burguês oficial (PRI) nas últimas duas décadas de quase ininterrupta expansão do capitalismo mexicano.

A posição do proletariado brasileiro se situa hoje entre os graus de desenvolvimento do argentino e mexicano. Rompeu as amarras de uma integração oficial, que no Brasil se deu principalmente por intermédio de um sindicalismo estatal, sob o controle do Ministério do Trabalho, mas não encontrou ainda suas formas de organização próprias, que lhe permitissem travar a luta como classe em escala nacional. Foi a própria ditadura que mais contribuiu para afastar o proletariado dos organismos sindicais oficiais. Sendo o congelamento salarial uma das metas do golpe de Estado, a ditadura tem pouca margem para desenvolver uma demagogia trabalhista. O proletariado compreendeu isso instintivamente e resistiu como classe ao golpe. Na medida em que se pôde movimentar como classe depois do golpe – geralmente em escala regional – manifestou-se contra a ditadura. As greves gerais de Minas e de Osasco, no fundo, eram greves políticas, apesar das reivindicações terem se limitado ao terreno salarial. Não se pode afirmar, todavia, que o proletariado brasileiro já tenha adquirido a sua independência e maioria. Apesar do desencanto com o trabalhismo e o desgaste das antigas lideranças populistas, o vácuo ainda não foi preenchido pelo surgimento de uma liderança política operária e isso significa que fica aberta a possibilidade de novas influências burguesas e pequeno-burguesas, estranhas à classe.

Esse atraso da classe operária brasileira se deve antes de tudo ao atraso das suas chamadas “vanguardas”, da histórica, representada pelo PCB, mas não menos das novas, produto da desintegração do PCB, como veremos em seguida. Mas para compreender o fenômeno em toda a sua amplitude temos de

fazer um balanço crítico do desenvolvimento objetivo do proletariado brasileiro nos últimos anos.

O caminho do proletariado brasileiro

A atual classe operária brasileira se criou e se desenvolveu durante o Estado Novo, a ditadura bonapartista de Getúlio Vargas, e nos anos de pós-guerra, nas fases de expansão industrial do país. Ela é produto dessas fases maiores mais recentes da industrialização, iniciada com a instalação da indústria pesada, começada em Volta Redonda, e pouco ou quase nada tem em comum com o jovem proletariado brasileiro da Primeira Guerra Mundial, formado em grande parte por imigrantes de tradição anarquista, bastante combativos para produzir as greves gerais que abalaram São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1917 e 1919. A quebra na continuidade do crescimento, no sentido político, a ruptura entre as gerações, foi causada pela repressão do Estado Novo, que destruiu o sindicalismo livre operário e, simultaneamente, inaugurou uma política paternalista de legislação social e de salário mínimo, apoiada num sindicalismo oficial e estatal. Essa situação só foi possível, também, em virtude da atuação desastrosa do Partido Comunista Brasileiro, que, sob a nova orientação do Comintern e a liderança de Prestes, tinha perdido o caráter de partido operário – a começar pela infeliz tentativa de quartelada de 1935 – e, isolado da sua base de classes, não sobreviveu à clandestinidade do Estado Novo como organização nacional.

Dividido em grupos regionais e ideológicos e sem atividade no seio do proletariado, acentuou-se no meio do Partido a influência e a liderança pequeno-burguesa, à base de apoios “à burguesia progressista” e “antifascista”, os quais tiveram continuidade lógica em apoios “às forças progressistas no seio do governo”, na “política de industrialização” e no “esforço de guerra”. Isso tudo ainda se deu numa fase de repressão violenta do movimento operário e enquanto os próprios quadros comunistas estavam sendo presos e torturados.

O resultado dessa situação foi que a jovem classe operária, formada agora em grande parte por migrantes do campo, ficou **durante quase uma década sob a influência unilateral da demagogia governamental**, sem que a esquerda tivesse força material ou ideológica para se opor a isso e quebrar o monopólio burguês.

Com o fim da guerra, a anistia política e a reorganização do PCB em bases legais, essa linha política foi oficializada. Quando a burguesia brasileira, cansada da tutela do Estado Novo, procurou se desfazer da ditadura e estabelecer uma democracia burguesa, que lhe garantisse uma participação maior e mais direta no exercício do poder, Getúlio Vargas pôde mobilizar massas operárias em sua defesa, alegando que a volta de “políticos” destruiria a Legislação Trabalhista criada por ele. O PCB não via caminho melhor nessa situação do que apoiar Vargas. Estabeleceu-se a aliança trabalhista-comunista. Prestes aparecia ao lado do ex-ditador nos comícios públicos. “Constituinte com Getúlio”, “Getúlio é governo de fato” e outras foram as palavras de ordem que dominavam os comícios-monstros do Rio e São Paulo, onde o Partido reunia massas operárias não menos numerosas do que o ex-ditador.

Apesar da confusão reinante no seio do proletariado e por baixo do trabalhismo reinante, havia uma profunda radicalização das massas. Os salários reais tinham caído durante a ditadura para menos da metade e o relaxamento da repressão e do clima político geral, em 1945, bastavam para que o proletariado se lançasse em ondas de greves de massa inéditas na história do país e que arrastavam as camadas mais atrasadas e getulistas do proletariado. Este movimento espontâneo da classe operária teria sido a maior oportunidade para um partido revolucionário erradicar o trabalhismo do seu meio e reduzi-lo às suas bases peleguistas. O Partido Comunista, entretanto, conseqüente com sua nova linha, prestou-se a desempenhar o papel de “bombeiro” para apagar o fogo. O governo exibiu entrevistas filmadas em todos os cinemas

do país, nas quais Prestes se pronunciava contra as greves e apelava para os operários a “apertar o cinto” e a fazer “sacrifícios patrióticos”.

Pela mesma razão, tanto antes como depois da queda final de Vargas, o Partido Comunista Brasileiro negou-se a atacar a estrutura sindical criada pelo Estado Novo nos moldes do sindicalismo italiano dos tempos do fascismo, contentando-se com postos de cúpula em direção sindical, em aliança com os velhos pelegos. A estrutura sindical não mudou até os dias de hoje. É evidente que o pós-guerra era decisivo para a formação, ou não formação, de um proletariado independente no Brasil. Não pode ser subestimada a importância do fato de o proletariado brasileiro não conhecer sindicatos operários livres desde 1937 e, praticamente, desde aquela época, não ter tido vida sindical. E isso foi, talvez, nas condições brasileiras, o fator mais poderoso de atraso do amadurecimento da classe.

Esse aspecto, todavia, só representou uma face da política de colaboração de classes. Outro foi a completa ausência de propaganda e educação socialista no seio das massas. Não houve nem ao menos uma agitação anticapitalista. Qualquer colocação de classe dos problemas foi evitada sistematicamente, em nome de uma pretensa revolução democrático-burguesa, posteriormente “nacionalista” e “anti-imperialista”.

As consequências políticas não se fizeram esperar. A política burguesa do PCB, que se tinha adaptado ao nível do trabalhismo, decepcionou as massas e destruiu sua combatividade. Os apoios eleitorais a políticos burgueses “progressistas”, como Ademar de Barros em São Paulo, o qual poucos meses depois de sua eleição começou uma política de repressão contra a classe operária e os próprios comunistas, desmobilizaram essa política também no terreno eleitoral. A decepção das massas se traduziu em passividade e apoliticismo crescentes. O número dos membros do PCB caiu de 200 mil para 40 mil, entre 1945 e 1947 – última vez que foram publicadas cifras oficiais. E a retificação da linha partidária, tentada com o Manifesto de

Agosto, (que não passou de uma reação sectária ao oportunismo anterior), não mudou mais a situação geral do declínio do movimento operário.

Uma nova ascensão do movimento de massas iniciou-se em 1957/58 e inaugurou novo marco no desenvolvimento do proletariado como classe. O movimento começou lentamente, como resultado da intensificação da política inflacionista pelo governo Kubitschek. O PCB, embora ainda desfrutasse do monopólio “marxista” na classe operária, enfrentou essa nova onda em posição mais fraca do que em 1945. Liquidando a fase sectária do Manifesto de Agosto, procurou adaptar-se a uma situação de semilegalidade e o fez voltando às posições de colaboração de classe com a burguesia sob um novo rótulo. Prestes, voltando do esconderijo, inaugurou a política de “apoio à burguesia nacional” e o novo programa do Partido foi adaptado a uma pretensa revolução “nacionalista-democrática”. Igualmente foi renovada a aliança com o trabalhismo, que tinha revigorado sob a direção de Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas.

As contradições de classe no Brasil estavam se aprofundando. O ritmo de expansão econômica sob o governo Kubitschek só foi possível se sustentar ao preço da intensificação do processo inflacionário, que aumentou não só as contradições no seio das classes dominantes, mas também, fundamentalmente, entre as classes dominantes e o proletariado.

A intranquilidade no meio do proletariado se manifestou primeiro por uma série de greves isoladas e movimentos parciais. O ritmo destas, entretanto, estava crescendo e deu lugar, em pouco tempo, às greves gerais. Sob a pressão desse movimento de massas, o governo desistiu de aplicar as leis de repressão da Consolidação Trabalhista, fez concessões e limitou-se a recorrer à corrupção, mediante os recursos do Fundo Sindical. As greves vitoriosas automaticamente foram tratadas como “legais”. Não houve mais intervenções nos sindicatos e as diretorias eleitas foram empossadas.

A política governamental foi novamente facilitada pela aliança trabalhista-comunista, que apoiou praticamente o “desenvolvimentismo” de Kubitschek.

O barômetro da situação de classe do proletariado, nessa primeira fase de nova ascensão, foram as eleições presidenciais de 1960, que revelaram profunda divisão do proletariado brasileiro e o pouco amadurecimento de sua consciência de classe. O voto operário no país se dividiu principalmente entre os dois candidatos burgueses, entre o “nacionalista”, general Lott, e o demagogo populista Jânio Quadros. Este já tinha unificado em torno de si praticamente toda a burguesia brasileira e o capital estrangeiro e contou ainda com a esmagadora maioria do voto das classes médias, como protesto contra a inflação. O voto operário só foi unânime na eleição do vice-presidente, João Goulart. O atraso do proletariado se manifestou de modo duplo: primeiro, por ter dado os seus votos a candidatos burgueses, inimigos naturais de sua classe e, segundo, pelo fato de não ter dado pelo menos o seu voto como uma classe unida, e se ter deixado dividir pela burguesia.

Não havia dúvida de que a consciência de classe tinha regredido, de certo modo, em relação a 1945. Isso se via tanto pela votação dos candidatos apoiados pelos comunistas, como pelo número de comunistas eleitos, que era ridículo em comparação ao pleito de 1945, apesar de o número de eleitores inscritos ter crescido para mais do dobro. O vácuo criado pela decepção com a política do PCB não foi preenchido pela esquerda. Os votos iam para as diversas facções do trabalhismo populista.

Isso, todavia, só foi a primeira fase. A situação não ficou neste pé. A renúncia de Jânio e a tentativa de estabelecer a primeira Junta Militar aceleraram rapidamente o progresso de radicalização das massas. Radicalização, entretanto, – já havíamos visto isso antes – ainda não significou conscientização. Por enquanto a luta política se travava ainda sob matizes burgueses. A investidura de Jango como presidente da República tinha

como consequência imediata um renascimento das ilusões reformistas-populistas, alimentadas pelo PCB. O desgaste de Jânio, causado pela sua renúncia, em seguida, com as decepções em torno da gestão de Jango, e na medida em que o PCB perdia posições e o controle da situação, foi outro líder burguês, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, quem penetrou no proletariado nacional.

A aceleração da inflação aumentou a intranquilidade da classe operária. A desvalorização constante dos salários reais tinha financiado, em grande parte, a expansão industrial. No fim da década dos anos 1950, a burguesia brasileira, todavia, já tinha chegado à conclusão de que o ritmo inflacionário atingido não lhe ofereceria mais vantagens. De um lado, a desvalorização da moeda não impedia mais a queda da taxa de lucro e não representava mais garantia contra a crise cíclica; de outro, criava um fator de instabilidade social com consequências imprevisíveis. No início, o reajustamento salarial, à base do salário mínimo, se dava de dois em dois anos. Em seguida, passou a vigorar de ano em ano. Depois da renúncia de Jânio, impôs-se um reajustamento virtual de seis em seis meses e os operários do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a exigir aumentos periódicos de três em três meses. A política nacional da época girava em grande parte em torno da corrida entre preços e salários.

O PCB se viu obrigado a protestar publicamente contra os “sacrifícios impostos ao povo”, mas pela boca dos seus ideólogos partidários defendia a inflação como único recurso de desenvolvimento de um país subdesenvolvido. Na prática tinha de tomar alguma medida e, assim, convocou greves gerais de apoio ao governo, como a célebre greve a favor do “Gabinete Nacionalista de San Thiago Dantas”, na época em que a burguesia tentava a experiência parlamentarista.

O modo como se realizaram as greves gerais também refletia a situação de classe do proletariado. Na Guanabara, por exemplo, onde as tradições proletárias estavam mais diluídas por influências pequeno-burguesas e pela proximidade do foco

do peleguismo – o Ministério do Trabalho – o PCB e seus aliados não confiavam no acatamento da palavra de ordem pelos operários, que não dispunham de organizações de base nas empresas. Os reformistas também não se dispunham a encorajar esse tipo de organização de base, pois o receava como fator de radicalização da luta. Encontraram então um expediente para solucionar o problema: limitaram-se a parar as duas estradas de ferro, a Central e a Leopoldina e as barcas dos transportes marítimos Rio-Niterói. Como 80% do proletariado tinha de usar esses meios de transporte para chegar aos lugares de trabalho, a greve geral estava “declarada” e “cumprida”.

Em São Paulo, onde o proletariado era politicamente mais retraído em virtude das decepções do passado, também as chamadas greves políticas (em apoio a políticos burgueses) geralmente fracassaram. Mas na greve de reivindicações operárias, de 1962, o proletariado paulista se lembrou das suas tradições de luta e a parede funcionou nos próprios locais de trabalho, onde organizações de base foram improvisadas na hora.

É preciso levar em conta também que as greves não eram nacionais. Limitavam-se a uns poucos centros industriais maiores. No interior do país não havia organização. Somente no decorrer das greves e sob a pressão de baixo, se formou o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a base da aliança entre PCB e pelegos, mas que não chegou a alterar o nível de organização operária no país.

Foi nessa situação que o proletariado enfrentou a crise política que precedeu ao golpe militar de 1964. Para completar o quadro é preciso destacar alguns fenômenos ainda.

Primeiro, a penetração de Brizola no meio da classe operária. Para conseguir isso, adaptou a sua linguagem à situação radicalizada. Falava em “classes dominantes” e “explorados” – sem com isso descuidar das suas relações com a burguesia nacional, na medida em que essa lhe dava crédito ainda. A decepção com Jango e a atitude dúbia do PCB fez com que ele conseguisse vencer as desconfianças do proletariado industrial e

que suas alocações radiofônicas encontrassem um público crescente. Seus apelos a favor da criação de “Grupos de Onze” encontraram eco nas regiões mais afastadas do país e células e bases sindicais inteiras do PCB começaram a ignorar praticamente as diretrizes partidárias e se colocaram à disposição de Brizola.

Em segundo lugar, o campo começou a se movimentar em seguida à classe operária e em dependência da cidade. Pouco tempo antes tinha fracassado o intento de organizar as “Ligas Camponesas” em escala nacional. As Ligas só tomaram importância regionalmente, no Nordeste, especificamente nas regiões açucareiras de Pernambuco e Paraíba. No resto do Brasil, não passavam de pequenas ilhas isoladas. Em troca, os primeiros anos da década de 60 assistiram ao surgimento de sindicatos rurais e à organização de camponeses em bases improvisadas, acompanhadas de invasões de terras. O movimento só estava em seu começo e como os camponeses não tinham condições de se organizarem, nem nacionalmente, nem em âmbito regional, ficou a mercê do ritmo das conjunturas da luta de classes nas cidades.

Em terceiro lugar, deu-se no decorrer da crise um processo de decomposição no seio das forças armadas. O movimento dos sargentos e o ainda mais radical dos marinheiros ameaçavam cindir horizontalmente as forças armadas, provocando espontaneamente uma aproximação entre os setores mais combativos do proletariado e os militares rebeldes. Ambas as partes sentiam o que a Política Operária formulou publicamente: “o movimento dos sargentos e dos marinheiros tinha de formar a cobertura armada da classe operária no presente estágio da luta”. E quando houve a confraternização entre metalúrgicos e marinheiros no sindicato de São Cristóvão e a conseguinte adesão dos fuzileiros navais, mandados para prender os marinheiros, estava dado um exemplo histórico de “modelo” da revolução proletária no Brasil.

Foi, evidentemente, uma antecipação de “modelo”, que ainda não correspondia às relações de forças existentes e que,

além disso, não contava com o elemento do trabalhador rural presente – a não ser indiretamente pela origem social dos marinheiros – mas que indicava o caminho. A burguesia compreendeu a ameaça e tratou de dar o golpe, antes que o movimento se alastrasse.

Resumindo, os poucos meses antes do desfecho do golpe tinham contribuído mais do que anos anteriores para o amadurecimento objetivo da classe operária. A classe estava em movimento e por isso mesmo a situação estava contraditória. As manifestações de certos setores avançados ainda não refletiram a consciência geral da classe, que ainda não ultrapassara o nível do trabalhismo. Isso foi demonstrado pelo comício monstro em frente à Central do Brasil, convocado pelas três facções, que então predominavam: Jango, Brizola e o PCB. Mas na hora do golpe, quando as ditas correntes estavam em franca debandada e tinham desaparecido, o proletariado foi a única classe urbana que se mantinha como classe contra o golpe. Foi uma posição defensiva, mas a classe estava unida. Estava sem liderança. A velha, reformista e populista, tinha desaparecido e a nova, revolucionária, não tinha surgido ainda. E sem um partido revolucionário não se completa o processo de transformação da classe **em si** em uma **para si**.

A colocação política depois do golpe

A ditadura militar mudou as condições de luta, mas não alterou o problema fundamental das relações de classe e do processo revolucionário no Brasil.

O problema fundamental continua a ser a formação do proletariado, a conquista de sua independência ideológica e política. A mobilização das massas proletárias sob bandeira própria e sua intervenção ativa na política nacional é o único meio para alterar as relações de classe que deram lugar à ditadura militar.

A essa conclusão a Política Operária já tinha chegado depois do golpe e seu primeiro Pleno Nacional o declarou nas suas “Teses Tiradentes”:

O traço essencial que caracterizou a política nacional antes do golpe e que possibilitou a instauração da ditadura militar sem uma resistência das massas e dos partidos políticos foi a ausência de um movimento operário independente, capaz de aglomerar em torno de si o campesinato e as camadas radicalizadas da pequena burguesia. O populismo reinante no movimento das massas trabalhadoras, que diluiu as fronteiras de uma política de classe mediante a penetração das concepções e ilusões pequeno-burguesas no proletariado, permitiu que este ficasse a reboque de uma das frações da classe dominante, que o traiu para evitar um aguçamento das lutas sociais, entregando a proteção da sociedade burguesa-latifundiária às Forças Armadas e escolhendo o acerto com o imperialismo norte-americano.

Isso não significa que nós restringimos o processo revolucionário no Brasil à atuação do proletariado, como os nossos críticos de ontem e hoje gostam de dar a entender. Estava perfeitamente claro para nós que o proletariado isolado não pode, nas condições da estrutura social do Brasil, lançar-se sozinho à luta revolucionária da conquista do poder e da transformação da sociedade. Ele tem os seus aliados naturais em potencial: os trabalhadores do campo e as camadas radicais e proletarizadas da pequena burguesia urbana. Mas qualquer aliança de classe a ser criada se torna ilusória e não passará além das quatro paredes dentro das quais costuma ser gerada, enquanto não houver a transformação qualitativa do proletariado, que lhe permita de fato exercer o papel de liderança e levar os seus aliados potenciais a uma luta mais consequente. Por isso o “Teses Tiradentes” constata:

A formação dessa classe operária independente continua sendo a tarefa fundamental de qualquer movimento consequente no país (...) é a premissa de qualquer luta revolucionária consequente, seja contra a exploração imperialista, seja contra a opressão da reação interna.

A transformação do proletariado em classe política e independente não pode ser confiada à ação espontânea da história. Esta só cria as condições objetivas. A criação da classe para si pressupõe a atuação consciente e contínua de um agente da história, a vanguarda revolucionária que, na medida em que o processo avança e é acelerado por ela, se transforma em partido político do proletariado. E o partido surge na medida em que a classe operária fornece os quadros para integrá-lo e segue a sua orientação na luta.

Apesar de depois da derrota de abril, provocada por uma prolongada política reformista e revisionista das esquerdas, todas as condições objetivas para uma conscientização da classe operária estarem dadas, o proletariado dificilmente dará esse passo decisivo sozinho, de força própria. Para a formação da classe operária independente é necessária a atuação de agitadores e propagandistas revolucionários, que definam para ela os seus interesses, despertem a sua solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força, liderem-na nas lutas parciais e indiquem claramente os seus objetivos finais. Essas tarefas só podem ser preenchidas pelas vanguardas marxistas-leninistas existentes, que no decorrer da luta se transformem em partido. O processo da formação da classe operária independente está estreitamente ligado ao surgimento do partido revolucionário da classe operária e o progresso deste reflete o amadurecimento da classe operária. (“Teses Tiradentes”)

Foi esta a estratégia com que a Política Operária entrou na luta clandestina contra a ditadura. Ou melhor, foi esta a linha estratégica elaborada, pois uma estratégia na luta de classe só existe na medida em que se formam as forças materiais, os “exércitos” a serem levados para a batalha. Nossa tarefa ainda consistia e ainda consiste em criar a força material, o “exército” proletário.

Como organização política, como vanguarda marxista-leninista, a Política Operária subordinou todos os aspectos da

luta de classes, o estudantil, o do campo, a luta armada e sua forma particular de guerra de guerrilha, ao objetivo estratégico da mobilização e organização do proletariado industrial. E como toda estratégia é uma questão de economia de recursos disponíveis, concentrou todas as suas forças e quadros:

1. nas indústrias-chave, cujo movimento repercute em toda a classe, e
2. no movimento estudantil, que naquela altura era a grande fonte de quadros revolucionários com a mobilidade exigida pelas condições de clandestinidade e os quais, naquele momento, eram indispensáveis para a organização de vanguardas operárias.

Trabalhamos em dois níveis. Primeiro penetramos diretamente nas fábricas e nos bairros, formando quadros operários, criando organizações de base e dando o exemplo da atividade revolucionária no seio da classe; segundo, dirigimo-nos à nova esquerda, que estava surgindo depois do golpe de maneira confusa mediante uma série de lutas internas nas organizações tradicionais, principalmente o PCB. Grande parte da nossa literatura estava destinada a esse fim e concentrava seu peso na importância, na orientação e nas particularidades do trabalho operário. Os resultados se fizeram sentir durante a reorganização da nova esquerda e o estabelecimento de frentes formais e tácitas nas fábricas e bairros. Fomos favorecidos nesse sentido pelo começo de um movimento em ascensão da classe operária, em 1966, que atingiu o seu auge em 1968, para recuar novamente perante a repressão do novo golpe.

Nem as greves gerais de Minas nem de Osasco teriam sido realizadas sem o insistente e concentrado trabalho da Política Operária no seio do proletariado e junto às esquerdas.

O fato de quase toda a nova esquerda ter acompanhado a onda do trabalho operário nos dois anos de relativo ascenso não significa que já se tenham definido para uma linha prole-

tária de luta de classe. Ao contrário, quando a onda começou a declinar, em fins de 1968, e atingir em seguida o seu ponto mais baixo, os novos revolucionários escolheram objetivos mais “imediatos” e sua concepção de “luta armada” os fez desertarem do trabalho nas fábricas e a consequência geral foi a liquidação, destruição e desaparecimento de grande parte das organizações operárias construídas nos últimos dois anos, com seus núcleos de operários revolucionários, Comitês de Empresas e redes de distribuição de literatura. Quando o proletariado, no ponto baixo da onda, mais precisou da assistência das vanguardas, ficou abandonado e mais uma vez se criou uma situação em que a imensa maioria da classe operária ficou submetida a um monopólio de influência governamental.

O marxismo-leninismo da maioria da nova esquerda não teve muito fôlego. Mas para poder dar continuidade à luta impõe-se o esclarecimento do problema fundamental para a esquerda brasileira: em que consiste a concepção marxista-leninista da luta de classes e da revolução proletária? Impõe-se voltar às fontes, para ter o critério da medida.

Marx, Lênin e o papel do proletariado

Desde que Marx, na *Miséria da Filosofia*, definiu o processo de transformação do proletariado de classe **em si** à classe **para si**, isto é, da transformação de uma classe que existe objetiva e passivamente em uma classe consciente do seu papel na sociedade e que se lança na luta pela sua emancipação, dedicou sua vida e obra à aceleração do processo histórico que considerava premissa para a libertação de toda a humanidade. Não o fez de maneira “obreirista” ou populista, cortejando ou idealizando o proletariado, como tinham feito Proudhon e outros, antes e depois dele. Marx se dispôs a educar a classe operária a fim de dar-lhe consciência do seu papel, procurando transmitir a ela o máximo dos conhecimentos das leis da sociedade e da luta de classes, os quais ele mesmo, em companhia de Engels, descobrira e sistematizara. Como educação, Marx não enten-

deu uma atitude paternalista ou acadêmica e sim a assistência e orientação na luta diária que o operário trava contra o capital, nas lutas parciais e políticas no seio e contra a sociedade burguesa e que servem de escola para a formação de um proletariado com consciência de classe. De certa fase em diante, como instrumento principal dessa luta surgiram os partidos políticos da classe operária, para cuja formação Marx e Engels apelaram por ocasião da liquidação da Primeira Internacional. Esses partidos políticos operários, por sua vez, não eram outra coisa senão a fusão do socialismo científico, do marxismo, com o movimento operário vivo da época. A penetração da teoria revolucionária nas massas tinha-se transformado em força material.

Depois da morte de Marx, Engels continua a obra na mesma direção e no mesmo sentido, cabendo diretamente às vanguardas revolucionárias e aos partidos já criados em uma dúzia de países europeus (e alguns americanos) o empenho de formar o proletariado mundial independente, coveiro do capitalismo. “A tarefa dos revolucionários” – escreveu ele, e isso era quase um testamento legado aos companheiros de luta – “em todos os países modernos (industrializados) consiste em organizar o proletariado em partido político”.

Lênin retomou essa herança em circunstâncias particulares. Retomou-a num país que não tinha feito ainda nem a tentativa de revolução burguesa e onde esta ainda estava na ordem do dia; e a retomou numa época que se destacou pelo início da revolução mundial.

No começo da sua atividade política militante colocou de imediato a fundação do partido do proletariado da Rússia como problema fundamental e primordial. Vejamos como coloca a questão nas “Tarefas dos social-democratas russos”.

O trabalho socialista dos social-democratas russos consiste em fazer **propaganda das doutrinas** do socialismo científico, em difundir entre os operários um conceito justo sobre o atual regime econômico-social, sobre seus fundamentos e seu desenvolvi-

to, sobre as diferentes **classes** da sociedade russa, sobre suas relações mútuas, sobre a luta dessas classes entre si, sobre o papel da classe operária nessa luta, sua atitude perante as classes que estão em decadência e perante as que estão em crescimento, sua atitude perante o passado e o futuro do capitalismo, sobre a tarefa histórica da social-democracia internacional e da classe operária russa.

Nosso trabalho, antes de tudo e sobretudo é dirigido para os operários de fábrica das cidades. A social-democracia russa não deve dispersar suas forças, deve concentrar-se na atividade entre o proletariado industrial, que é mais suscetível de assimilar as ideias social-democratas, é o mais desenvolvido intelectualmente e politicamente, o mais importante pelo seu número e pela sua concentração nos grandes centros políticos do país. Por isso se enganam profundamente os que acusam a social-democracia russa de estreiteza, de tender a fazer caso omissis das massas da população trabalhadora, para atender somente aos operários de fábricas. Ao contrário, a agitação nas camadas avançadas do proletariado é o caminho mais seguro, o único caminho para conseguir também o despertar de todo o proletariado russo.

Ao radical russo parece frequentemente que o social-democrata que em lugar de chamar de um modo direto e imediato os operários avançados à luta política, afirma a necessidade de desenvolver o movimento operário, de organizar a luta de classes do proletariado; parece-lhe que a social-democracia **retrocede** assim do seu democratismo, relega a um segundo plano a luta política. Mas, se há **retrocesso**, somente pode tratar-se do **retrocesso** do qual fala o provérbio francês: ‘é preciso recuar para saltar melhor’.

A um partidário da “Vontade do Povo” (populistas, posteriormente “Socialistas Revolucionários” – E.M.) o conceito da luta política é equivalente ao conceito da **conjura** política.... Mas (os social-democratas) sempre acreditaram e continuam a acreditar que essa luta não deve ser realizada por alguns conjurados, e sim por um partido revolucionário, que se apoie no movimento operário. Acham que a luta contra o absolutismo não deve

consistir em organizar conjuras, e sim em educar, disciplinar e organizar o proletariado “.

(“As tarefas dos social-democratas russos”. Grifos de Lênin.)

Não pretendemos abusar de citações, mas aqui Lênin coloca de maneira sucinta os problemas fundamentais da formação de um proletariado como classe e as tarefas decorrentes de uma vanguarda. É evidente que a questão da concentração de forças não é um **princípio** do marxismo: trata-se de um problema de **relações de forças** e do grau de amadurecimento do proletariado. Questão de princípio é a formação e organização do proletariado, mas todo movimento tem de saber decidir se o número de quadros disponível é bastante para que a organização se dedique a mais de uma frente e desempenhe de fato um papel na luta de classe.

Que essa concepção de luta deu os resultados desejados nas condições russas, já evidenciara a Revolução de 1905, cujos traços mercantes Lênin destaca no seu relato do mesmo nome:

A peculiaridade da revolução russa consiste precisamente em que foi uma revolução **democrático-burguesa**, pelo seu conteúdo social, enquanto que pelos seus meios de luta foi uma revolução **proletária** ... foi simultaneamente uma revolução proletária, não só por ser o proletariado a sua força dirigente, a vanguarda do movimento, mas também porque o meio especificamente proletário de luta, a greve, foi o meio principal das massas em movimento...

Somente as ondas de greve de massas, que se estendiam por todo o país, despertaram as vastas massas camponesas do seu sono letárgico. A palavra “grevista” adquiriu para os camponeses um sentido completamente novo, chegando a ser algo como rebelde ou revolucionário, conceitos que antes se expressava com a palavra de ‘estudante’. Mas como o ‘estudante’ pertencia às camadas médias, à gente de ‘letras’, aos ‘senhores’, ficava estranho ao povo. O ‘grevista’, ao contrário, havia saído do povo, figurava entre os explorados.

Não se deve perder de vista que essa situação descrita por Lênin se deu sete anos depois da publicação das “Tarefas”, citada mais acima, quando se tinha dado início ao trabalho sistemático na classe operária e dois anos depois da fundação do Partido, que foi em 1902. Os liberais ainda puderam duvidar da capacidade revolucionária do proletariado russo. O Partido era fraco e os quadros poucos, mas como salientou o próprio Lênin:

Não obstante, o panorama mudou por completo no curso de uns poucos meses. As centenas de social-democratas revolucionários se transformaram “prontamente” em milhares, os milhares se converteram em dirigentes de dois ou três milhões de proletários. A luta proletária suscitou uma grande efervescência e, em parte, um movimento revolucionário no seio de uma massa de camponeses de cinquenta a cem milhões de pessoas; o movimento camponês repercutiu no exército e provocou insurreições de soldados, choques armados de uma parte do exército contra outra. Assim, pois, um país enorme, de 130 milhões de habitantes, se lançou à Revolução...

(“Sobre a Revolução Russa de 1905” – Grifos de Lênin)

Se citamos aqui o exemplo de revolução proletária dado por Lênin, não o fazemos com o intuito de querer substituir a análise dos fatores que caracterizam as lutas de classes no Brasil, nem queremos dizer com isto que a situação na Rússia, em 1905, era semelhante à do Brasil de hoje. Ao lado das particularidades nacionais, sociais, culturais, etc., que **toda** revolução apresenta, há ainda a particularidade específica da revolução russa de 1905 ter sido democrático-burguesa, dirigida contra os remanescentes feudais, que se mantinham sob a forma do absolutismo. Mas o que a Rússia já tinha em comum com os países industriais era a existência do proletariado e, conseqüentemente, o papel que desempenhava nas lutas de classe. Por isso mesmo podemos citar o caso russo como **exemplo** de colocação

do problema. Lênin mostra o **método** marxista aplicado à prática revolucionária.

Podemos escolher outros exemplos: a luta de classes em escala internacional está rica em experiências, positivas e negativas, e todas as colhidas em países capitalistas, onde já existe uma contradição fundamental, a polarização de trabalho assalariado e capital, revelam problemas fundamentais semelhantes, causados pela estrutura de classes da sociedade capitalista. Se escolhemos Lênin, de primeira mão, é porque o líder revolucionário russo ainda está, cremos, acima da suspeita de “revisionismo”, “pacifismo”, etc., porque “teoricamente” ainda representa um critério, um ponto de referência, numa fase de luta que se destaca pela absoluta falta de critérios, sejam teóricos ou práticos.

Mesmo assim isso não quer dizer que os pontos de vista de Lênin não possam estar superados. O marxismo não é um dogma fossilizado, no qual os papas já pensaram todos os problemas para nós, antecipada e definitivamente. Marxismo é antes de tudo método e é experiência acumulada e aproveitada. Mas é método materialista dialético. E, na medida que surgem constantemente novas experiências, experiências que contradizem as anteriores, elas devem poder ser digeridas e aproveitadas à base da concepção materialista da sociedade e da dialética da luta de classes.

Acreditamos que isso foi feito no caso da Revolução Chinesa, que foi uma contribuição completamente nova ao marxismo de então. No caso da América Latina (inclusive da Revolução Cubana) e, especialmente no do Brasil, o aproveitamento crítico dos novos fatores na luta de classes e da própria experiência passada ainda está num modesto início. A discussão sobre os rumos da revolução brasileira não chegou ainda ao nível de um debate entre marxistas-leninistas, de um lado, e não marxistas e não leninistas, de outro.

Olhemos mais de perto e veremos por que.

PARTE III – A TEORIA E A PRÁTICA

“Pois sem o povo trabalhador são impotentes todos os gêneros de bombas.”
(Lênin)

Em que consiste o tão falado papel da classe operária?

Hoje todo mundo concorda que o proletariado é a classe mais revolucionária da sociedade, a qual cabe a liderança na luta das demais classes oprimidas e exploradas. Como todo o mundo é “marxista-leninista”, paga este tributo teórico à causa, mas...

Geralmente há um “mas” no fim da definição. Não nos referimos aqui aos malabarismos “teóricos” do velho PCB, cuja prática bastou para desmoralizar qualquer justificativa por escrito. Se olharmos a nova esquerda, saída das rebeliões internas do PCB e do movimento estudantil, veremos igualmente que a “hegemonia do proletariado” toma as formas mais diversas e duvidosas.

Para a cisão “chinesa”, o PC do B, (que, dito de passagem, encara a revolução brasileira como burguês-democrática e continua a propagar “frentes de unidade patrióticas”), a hegemonia da classe operária é ideológica e se manifesta através da liderança do partido revolucionário (concretamente, do PC do B). A revolução, que se realiza mediante a guerra popular vai do campo para a cidade e sua força motriz principal são os camponeses brasileiros. Não é preciso um conhecimento particularmente aprofundado para saber que o PC do B decalca o modelo da revolução chinesa para o cenário nacional. Raul Villa já tratou extensamente da esterilidade teórica e prática dessa corrente, mas para não pensar que as coisas tenham mudado no meio-tempo, basta ler o último documento do PC do B, divulgado pela Agência Sinjua, no qual se reafirma que: a) a revolução brasileira tem um caráter nacional e democrático; b)

a questão camponesa é o problema chave da revolução brasileira e c) portanto, as cidades não podem ser o cenário principal da guerra de libertação do povo brasileiro.

Assim mesmo, nem o PC do B pode ignorar a existência de um proletariado industrial no Brasil. O papel que lhe atribui, entretanto, na luta prática, é puramente auxiliar:

Não obstante, isso não significa que as grandes cidades não tenham um importante papel a desempenhar. Nos centros urbanos se encontram três milhões de operários e uma grande camada da pequena-burguesia, as quais, junto com os camponeses e assalariados agrícolas, constituem as forças motrizes da revolução (Retraduzido do espanhol – E.M.)

É evidente que não tem nenhum papel de liderança para o proletariado neste “modelo” de revolução. As grandes cidades têm “importante papel”, mas não são o **cenário principal**. E se a “questão camponesa” é o problema chave da revolução, o papel do proletariado se reduz, na prática, ao de um simples aliado, no **mesmo nível** da “grande camada da pequena-burguesia”, – nas melhores tradições do populismo prestista. Não é por acaso a ausência prática do PC do B nas lutas operárias contra a ditadura. Estava ausente nas greves de Minas como também de Osasco. E onde poderia ter estado presente, como na Guanabara em 1968, sabotou a greve dos metalúrgicos da mesma maneira e dentro da mesma linha do velho PCB.

Pela concepção teórica que essa corrente tem da revolução brasileira e pela sua prática política diária, a “hegemonia do proletariado” do PC do B, não passa de um princípio abstrato, de um tributo obrigatório que se paga aos clássicos do marxismo, mas não tem consequência prática alguma.

No extremo oposto da escala das organizações da nova esquerda brasileira encontramos os grupos e agrupamentos, que surgiram direta ou indiretamente sob o impacto do “debrayismo” adaptado às suas necessidades imediatas. Para essas cor-

rentes, independente das divergências que as separam entre si, o partido não pode desempenhar o papel “chinês”, de representante ideológico do proletariado junto ao “povo”, pois negam de antemão o papel do partido político do proletariado nas lutas de classe, substituindo-o, em nome da “luta armada”, por uma vanguarda militar, geralmente por “Comandos Político-Militares”.

Com essa liquidação das concepções leninistas de luta, negam automaticamente o papel do proletariado no processo revolucionário, pois é justamente por intermédio da formação do partido político revolucionário que o proletariado se constitui como classe independente na sociedade burguesa e se torna capaz de liderar as demais classes e camadas de classe na luta comum.

Tomando o agrupamento que, embora já não seja o mais importante, também influiu decisivamente no sentido ideológico para a formação de grupos análogos, o de Marighella, vemos que o papel da classe operária é tão pouco definido, como o foi no caso anterior, do PC do B. Não encontramos as fórmulas simplistas da “revolução do campo para a cidade...”, mas “a cidade é a zona de luta complementar”, “a zona rural é a estratégica” e a cidade, “a zona tática”. Trata-se evidentemente de uma variante da “guerra popular”, mas com uma diferença: o papel do camponês é tão pouco definido como o do operário, na luta atual. O vácuo é preenchido pela classe média: “Ela constitui atualmente uma das forças mais combativas”.

Veremos em seguida que esse “atualmente” não é tão transitório como poderia parecer e que a classe média “combativa” serve de base para a elaboração de toda uma estratégia. Para compreender melhor o fenômeno, lemos em “Operações e táticas de guerrilhas” (Retraduzido do espanhol):

Os revolucionários não podem atingir seus objetivos a não ser com o apoio das classes capazes de lutar para a conquista do poder. No Brasil, em consequência de condições históricas e do fato da motivação patriótica, essas classes são o proletariado, os camponeses

e a classe média. Graças aos seus interesses e a sua posição, seja em relação ao socialismo, seja em relação à libertação nacional, essas classes se opõem aos grandes capitalistas e latifundiários e são inimigas do imperialismo norte-americano. O proletariado é a única classe cujo interesse imediato é o socialismo, mas todas as classes que se opõem às classes dominantes e ao imperialismo são unidas pelo seu interesse pela libertação nacional.

Trata-se de um documento escrito em linguagem “marxista” herdada do PCB. Também no velho partido é obrigatório respeitar a hierarquia “teórica” de proletariado, camponeses e classe média, sem que isso implicasse nas consequências práticas que a formulação poderia sugerir. Também no velho PCB se falava da classe média, ignorando as suas contradições internas, procurando um denominador comum entre ela e o proletariado, mas que sempre sacrificava os interesses do Proletariado aos da classe média. No presente caso, o proletariado é a única classe cujo interesse “imediato” é o socialismo, mas o objetivo é a “libertação nacional”.

O grupo de Marighella foi um dos últimos a fazer a profissão de fé da luta pela revolução socialista. E o fez em seguida ao Manifesto de Guevara e sob pressão das próprias bases, descontentes com a não definição que perdurou por muito tempo, Mas o que a profissão de fé significa na luta prática, mostra o citado documento, (e todos os demais) é que o socialismo é subordinado a uma pretensa “libertação nacional”. Dizemos pretensa porque trata-se da ficção de poder libertar o país **sem romper o sistema capitalista**, sem uma revolução socialista. E essa, justamente, é a ficção própria à classe média, à pequena-burguesia. E essa ficção perdura quando e enquanto o proletariado não está sendo preparado, ideológica e organizatoriamente, para se colocar à testa do processo revolucionário. Essa autolimitação se manifesta igualmente no declarado objetivo da revolução brasileira, que consistiria na formação de um “Governo Popular Revolucionário” e igualmente nos di-

versos “programas de unidade”, que não ultrapassam o terreno de uma revolução democrático-burguesa. Mas trata-se de uma revolução democrático-burguesa, sem nenhum traço de hegemonia proletária, na luta.

Encontramos o tema e a formulação com as mais diversas variações. A ex-Colina, que mais tarde integrou a VAR, colocou-se no mesmo ponto de vista quando defendeu que “a classe média tinha de abrir as portas para a luta proletária”. Na prática, essa linha não deve ter dado certo, pois não foi por puro acaso que na greve industrial de Minas não foi possível mobilizar os estudantes para ações de apoio e de solidariedade, e que entre as poucas fábricas que não entraram em greve estavam justamente aquelas “sob controle” da Colina.

No seio das dissidências estudantis do Rio de Janeiro, e de São Paulo, as quais posteriormente se juntaram a Marighella, uma das piores acusações lançadas contra inimigos internos, e externos, era ser “insurrecionalista” que era tido como sinônimo de “revisionista” ou “reformista” e dirigido contra aqueles que viam no levante do proletariado urbano o auge do processo revolucionário. Esses companheiros que ficaram sinceramente surpreendidos quando descobriram que os leninistas tinham sido “insurrecionalistas”, não tinham deixado em nenhum momento das suas atividades políticas de pagar o seu tributo ao papel do “proletariado na revolução brasileira”.

É evidente que, por baixo de uma fina capa de “marxismo-leninismo” e por trás das profissões de fé de revolução socialista, se abrigam as concepções mais diversas de luta de classe. E do mesmo modo como – nas palavras de Marx – não se pode julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos julgar as correntes dessa nova esquerda, pelas suas profissões de fé.

Entre essas concepções mais diversas há de tudo, menos uma proletária de luta de classes e da revolução. O proletariado entra aqui “em termos”, como princípio e álibi. Na melhor das hipóteses, a guerrilha, o “exército popular” ou de “libertação

nacional”, age em seu nome, toma o poder em seu nome e, pelos planos militares pré-estabelecidos, exercerá o poder em seu nome.

Essas concepções, antimaterialistas e irracionais de luta de classes e da revolução têm evidentemente as suas causas e origens sociais. Não só que se alimenta na luta diária na pequena-burguesia radical, como as “concepções teóricas” igualmente refletem uma origem social. Mas a irracionalidade pequeno-burguesa não para aqui. Ela encontra a sua continuidade lógica na “estratégia e tática”, independente da fraseologia marxista, sob a qual pretende esconder-se.

A concepção estratégica

Tomemos o documento de fundação da VAR, em 1968. Começa dizendo que o espectro da luta armada ronda a América Latina. E que os fuzis nas mãos dos explorados e oprimidos estão ameaçando jogar por terra seu domínio secular.

É de supor que o documento explicasse melhor porque chegou o momento da luta armada. Mas nada disso acontece. Depois de constar que o capitalismo nasceu do feudalismo e, posteriormente, se transformou em imperialismo e de prestar o seu tributo à revolução socialista e à hegemonia do proletariado, chega à conclusão que o único caminho é “um longo processo de luta armada, que levará atrás de si massas crescentes e resolutas até a tomada do poder”. A forma de luta armada é a guerra de guerrilhas.

O documento não coloca nem a luta armada, nem a sua forma específica dentro do contexto da luta de classes no Brasil. Para a VAR, a guerrilha é a luta de classes, é a revolução. A luta armada existe independente de qualquer consideração de conjuntura e é uma consequência do fato de o capitalismo ter se transformado em imperialismo.

Marighella, por sua vez, apelou para a “guerra revolucionária”. Declarou essa guerra formalmente em circulares “aos homens das classes dominantes”, nas quais se anuncia a instalação

de um “Imposto compulsivo revolucionário”. Sua concepção de guerra revolucionária, ou luta de guerrilha, era mais complexa do que as expostas no documento da VAR. Dividiu a guerra revolucionária em três fases: a da guerrilha urbana, a da rural e a do Exército revolucionário de libertação nacional, sendo que a primeira fase era tida como premissa do surgimento das seguintes. Marighella, todavia, só “teorizou” a *posteriori* uma prática imposta pelas circunstâncias. Institucionalizou a guerrilha urbana depois de uma série de tentativas falhadas de guerrilha no campo e ele, como todos os outros grupos semelhantes, se especializou na atividade “preparatória” da segunda fase rural. De resto a concepção sobre luta armada e guerrilha é idêntica à da VAR. Em 1968, Marighella chegou à conclusão que:

A primeira fase da guerrilha revolucionária está em vias de se completar, o que não significa, de maneira alguma, diminuir o ritmo da guerrilha urbana, e da guerra psicológica.

(...)

A segunda fase da guerrilha revolucionária é a guerrilha rural. E não surge por casualidade. É fruto de tudo quanto se preparou e realizou anteriormente dentro da lei básica da guerra e segundo o plano estratégico e tático global estabelecido de antemão. E é através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de libertação nacional. o único que tem capacidade para, aniquilar as forças militares dos gorilas. (“Sobre a guerrilha rural”).

Em que se baseia esse plano estratégico geral? Em alguma experiência viva de luta de classes na América Latina? Marighella explica:

O principio básico da estratégia revolucionária nas condições de uma crise política permanente é desencadear tanto na cidade como no campo um tal volume de ações revolucionárias que o inimigo se vê obrigado a transformar a situação política em uma situação

militar. Então, o descontentamento alcançará todas as camadas e os militares serão responsáveis absolutos por todos os abusos.” (“Sobre problemas e princípios estratégicos”).

Não se pode afirmar que se trate de uma estratégia elaborada à base de experiência das lutas de classe no continente, ou à base de uma análise das relações de classes da sociedade brasileira, a qual procuramos em vão nos documentos – a não ser que se queira tomar como análise a simples constatação que o povo está oprimido e descontente. Trata-se de uma **estratégia** construída à base de premissas subjetivas. Da premissa de ser a ação do revolucionário que cria a situação revolucionária. Com isso, depois de ter liquidado o conceito do partido revolucionário do proletariado como instrumento de formação da classe independente, Marighella abandona um segundo princípio básico do marxismo-leninismo.

Tanto para Marx, como para Lênin, os revolucionários não **criam** as situações revolucionárias e não **fazem** as revoluções. Esse conhecimento foi uma das premissas para o socialismo se tornar científico. Os revolucionários só podem aproveitar as situações revolucionárias que a própria sociedade produz, na medida em que aprendem a discernir as leis sociais que regem a vida da sociedade e transformar essas situações em revolução, na medida em que souberem mobilizar e dirigir a classe revolucionária para preencher o seu papel. Pois revolução significa a substituição do domínio de uma **classe** por outra **classe**.

Toda a atividade militante, tanto de Marx como de Lênin, estava marcada pela defesa e aplicação desse conhecimento. Marx, no fim da sua primeira experiência revolucionária de 1848, foi obrigado a enfrentar a facção Willich-Schapper na Liga dos Comunistas, porque essa queria continuar as insurreições a todo custo. Mostrou ele como a situação revolucionária tinha sido provocada pela crise econômica e como a superação dessa crise impedia naquele momento um recrudescimento do movimento revolucionário, que tinha sofrido derrotas milita-

res. A situação mudara e os revolucionários tinham de adaptar-se às condições criadas para poder preparar o proletariado para enfrentar melhor as novas situações revolucionárias, que surgiriam inevitavelmente, porque é a própria sociedade que se encarrega de produzi-la. Mas os revolucionários certamente não preencheriam seu papel se insistissem em bater com a cabeça contra a parede. O mesmo problema, em outros termos, Marx enfrentou ainda quase no fim da vida, nas lutas com os adeptos de Bakunin, cujos conceitos subjetivos de revolução tinham contribuindo para a dissolução da Primeira Internacional.

Lênin começou a sua atividade marxista com a luta contra os “narodniks”, os populistas russos, conservadores das tradições da conjura e do terrorismo como armas principais de libertação do povo. E ele terminou a vida, debatendo-se com tendências voluntaristas dentro da própria Internacional Comunista, onde facções e partidos inteiros não queriam conformar-se com o fato de a primeira onda da revolução mundial ter passado. E insistiu na mudança das táticas, adequando-as a uma situação não revolucionária, porque se não se preparar o proletariado durante as fases de relativa estabilidade do capitalismo, não se será capaz também de aproveitar a próxima situação revolucionária.

Um dos aspectos fundamentais da estratégia e tática do marxismo-leninismo é justamente levar em conta a conjuntura revolucionária na elaboração das linhas políticas. E é justamente essa experiência que os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, com a colaboração direta de Lênin, procuraram sistematizar em escala mundial.

A situação do Brasil em 1968 de maneira nenhuma pode ser considerada como revolucionária. Ao contrário, o país saiu da crise econômica cíclica. Tanto em 1968, como em 1969, a expansão foi ao redor de 9% ao ano. A crise política existente, e que levou ao segundo golpe militar de dezembro de 1968, se deve ao fato de as Forças Armadas precisarem convencer parte da classe dominante da necessidade de continuar a ditadura, (e

isso implicou no seu reforço), apesar do alívio da crise econômica e da retomada da expansão. A oposição burguesa encontrou respaldo na classe média, desiludida com a ditadura. De outro lado havia um ascenso do movimento da classe operária, que, encorajada pela expansão econômica e pela absorção do desemprego industrial dos últimos anos, começou a reagir contra a baixa do nível de vida que sofrera. O campo estava quieto ainda, sem nenhum indício de que o movimento nas cidades já o tivesse atingido. Tudo isso forneceu um terreno propício para a retomada da luta em um nível de consciência mais alto do que antes de 1964. Mas estávamos longe de poder colocar em cheque o sistema social.

Apesar disso, Marighella declarou a guerra revolucionária na cidade e no campo. O resultado foi um confronto direto entre parte da esquerda clandestina e o aparelho de repressão; confronto que se deu absolutamente sem a participação das massas, nem sequer em termos de um apoio protetor, e o resultado dessa luta desigual nas cidades foi o sacrifício da imensa maioria dos quadros que constituía o “movimento armado”.

Até aqui, nós citamos Marighella como expoente de toda a corrente da luta armada, apesar do fracionamento existente. Embora ele se tenha preocupado mais do que qualquer outro em fundamentar teoricamente a sua posição – fundamentação que frequentemente não foi aceita pelos demais – a prática de todos os grupos da chamada guerrilha urbana foi a mesma. Mas agora temos o direito de perguntar por que justamente Marighella, com seus trinta anos de responsabilidades de liderança no Partido Comunista Brasileiro – e não Lamarca, que vem de um setor completamente diferente – tomou essa atitude, da qual não podia ignorar que se chocava frontalmente com toda a experiência e ensinamento leninistas. É verdade que, pouco antes do seu assassinato pela polícia paulista, em uma entrevista concedida a Conrad Detrez, na revista *Front*, declarou não ser mais marxista-leninista “ortodoxo”, mas até onde existe aqui um marxismo-leninismo “não ortodoxo”?

Parece ter sido a concepção fundamental e contraditória, que teve da revolução brasileira, o que melhor explica os equívocos de Marighella. Embora não aceitasse os esquemas e modelos dos nossos “chineses” ortodoxos – esse caminho lhe parecia problemático de mais para o Brasil, onde o campesinato tem outras características – acreditou que a revolução poderia se movimentar do campo para a cidade. A solução acreditou ele ter encontrado no precedente cubano e assim tomou elementos emprestados das duas revoluções para a formação do seu “plano estratégico”. O fato é que não aceitou o “foco catalizador” de Che Guevara e se decidiu pelo “Exército de Libertação”. Mas não é toda síntese que é dialética.

O exemplo chinês era importante para o plano dele, porque foi justamente na China onde a conjuntura revolucionária, os altos e baixos nas lutas de classes não tiveram o mesmo peso como nos países industrializados, e nunca chegaram a provocar uma interrupção na luta armada, uma vez desencadeada. Em primeiro lugar, porque na China e principalmente no interior do país o capitalismo era pouco desenvolvido e rudimentar, de maneira que o ciclo econômico pouco influía. Em segundo lugar, a própria revolução se tinha tornado agrária. E, terceiro, mas nem por isso menos importante, porque os comunistas chineses tinham podido estabelecer “regiões libertadas” com administração e governo próprios e podiam, portanto, aguardar em posições fortificadas o recrudescimento da conjuntura revolucionária no país.

Esta perspectiva não se dá para a revolução brasileira, embora hoje se fale muito também sobre um “Vietnã” no Brasil. Esquece-se, todavia, que os camponeses sul-vietnamitas podiam lutar esse tempo todo, porque tinham um *hinterland* no norte e, atrás do norte, tinham a China e a Rússia para aguentar a guerra prolongada. Na América Latina, por enquanto, somente a reação poderia contar com semelhante apoio material para uma luta prolongada em termos de regiões geográficas. E Marighella sabia disso, e o disse claramente:

Em nenhum momento a guerrilha brasileira deve defender áreas, territórios, regiões, ou qualquer base ou posição fixa. Se atuássemos assim, permitiríamos ao inimigo concentrar suas forças em campanhas de cerco e aniquilamento contra posições conhecidas e vulneráveis.

(“Sobre problemas e princípios estratégicos”).

Esta já é uma experiência da Revolução Cubana. Uma outra conclusão que Marighella todavia não quis tirar é que a guerra revolucionária em Cuba, a guerrilha, foi iniciada em um momento de grave crise econômica (e social) em que um entre quatro cubanos estava desempregado e em que Cuba não conseguia vender a maior parte da sua colheita de açúcar, a espinha dorsal da sua economia.

A mesma incongruência se manifesta nas funções que Marighella atribuiu à guerrilha rural. Para ele, é um núcleo do Exército de Libertação. Na prática, isso significa que, como na China, a revolução vai do campo para a cidade, que é tomada e libertada. Ele o deixa claro:

Somente quando as forças armadas da reação já estiverem destruídas e a máquina do Estado militar burguês não puder mais atuar contra as massas, é que deve ser decretada a greve geral na cidade em combinação com a luta guerrilheira, para ser vitoriosa. (Idem)

Aqui temos uma interpretação um pouco unilateral da experiência cubana. Quando a guerrilha desceu da serra, as forças armadas de Batista não estavam destruídas ainda, apesar de todas as derrotas que sofreram. Ainda perfaziam 15 vezes, pelo menos, o número de guerrilheiros em armas. A máquina do Estado militar burguês, todavia, não pode agir mais contra as massas, porque estas estavam em greve geral insurrecional vitoriosa, o que permitiu à guerrilha entrar em Havana sem dar um tiro. Foi a combinação desses dois fatores, o da guerrilha,

que possibilitou a greve nas cidades e a vitória dessa greve, que permitiu à guerrilha penetrar nas cidades, que representou o traço fundamental da Revolução Cubana. Mas em Cuba não houve “Exército de Libertação Nacional”. A guerrilha foi o **catalisador** de um processo revolucionário, “um pequeno motor que punha em movimento um grande motor”, como disse Fidel. E os dois motores se movimentaram na mesma direção.

Como surgirá então o Exército de Libertação Nacional no Brasil? Da mesma maneira como na Revolução Chinesa? Esse caminho Marighella já tinha eliminado parcialmente, quando negou a possibilidade de regiões libertadas. Ele, porém, é mais claro ainda sobre a situação do nosso campo:

Não é provável que das lutas reivindicatórias (dos camponeses) surjam guerrilhas rurais no sentido estratégico. Os camponeses brasileiros têm consciência política limitada e a tradição das suas lutas não vai além do misticismo ou do banditismo, sendo ainda recente e limitada sua experiência de luta de classes sob a direção do proletariado.

(Idem)

Se esses são os fatos que predominam no campo, e nós concordamos que essa é a realidade, como se formará então o Exército de Libertação Nacional, a arma estratégica da revolução? Com os quadros estudantis e de ex-estudantes, vindos das cidades? Isso é uma atitude tão idealista como a de lançar esses quadros em um confronto armado com o aparelho de repressão das cidades. Já que Marighella teve a lucidez de ver que o movimento camponês surgiu sob o impacto do proletariado da cidade, suas conclusões deviam ser diferentes.

A população do campo, trabalhadores assalariados, meeiros, posseiros e pequenos camponeses, só vai movimentar-se, organizar e intervir nas lutas de classe em escala nacional, em torno de um movimento proletário nas cidades, em torno de uma classe operária que defenda os interesses elementares

dos seus aliados no campo e ensine-os a lutar, dando o exemplo da própria luta. Por isso, no presente momento e por algum tempo, o “problema chave”, não é a “questão camponesa” e, sim, a situação do proletariado, sem o qual não resolveremos o problema do campo; e a “zona estratégica” é a cidade, onde essa classe operária tem de ser formada e mobilizada.

E, por isso, a guerrilha só pode desempenhar no Brasil um papel semelhante ao que desempenhou em Cuba, isto é, de catalisador de um processo revolucionário, cuja principal força motriz é o proletariado industrial. Todavia, preencherá essa função somente dentro da conjuntura revolucionária. No Brasil, no presente momento, não existe situação revolucionária ou mesmo pré-revolucionária, que lhe permitisse desempenhar esse papel. O sacrifício, nos últimos dois anos, dos recursos materiais das esquerdas na chamada guerrilha urbana, reduz atualmente mesmo as chances de sobrevivência de um foco guerrilheiro, independente do seu desempenho político.

“Luta armada” como nova versão da “ação direta”

Estreitamente ligado à concepção de Marighella de “guerra revolucionária”, contínua e independente da conjuntura econômica e política da sociedade capitalista, é o seu conceito de “luta armada”. Em “O papel da ação revolucionária na Organização” ele explica o que vê de novo na sua estratégia e tática:

Nas atuais condições do Brasil existem entre os revolucionários duas concepções distintas de trabalho de massa e de relações com o povo. Uma dessas concepções é a das organizações que partem das reivindicações imediatas e, através dessa atividade buscam ganhar as massas para a revolução.

A ditadura militar, em troca, não admite a luta reivindicatória e lança contra ela decretos proibitivos, leis de exceção e, sobretudo, uma potência de fogo crescente e, portanto, não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua.

As organizações que restringem suas atividades ao trabalho de massas através da luta reivindicatória e com vistas a sua transformação em luta política terminam reduzidas à impotência frente à superioridade armada do inimigo.

A outra concepção, acerca do trabalho de massas e das relações com o povo, é das organizações cuja preocupação fundamental consiste em partir para a luta armada e tem como fim enfrentar a ditadura através de um poder de fogo mesmo pequeno, mas manejado pelos revolucionários e pelos movimentos de massas.

Ao redor desse poder de fogo, que surge do nada e que vai crescendo pouco a pouco, a massa se aglutina, constroi a sua unidade e marcha até a tomada do poder.

Se na primeira parte da citação Marighella explica porque nas condições brasileiras acha impossível (?) realizar o trabalho de agitação, propaganda e organização no seio da classe operária, o qual é o “pão de cada dia” do revolucionário marxista, na segunda resume o seu conceito de luta de classes nas novas circunstâncias: é o “poder de fogo” dos revolucionários, que “surge do nada”, mas que “vai crescendo pouco a pouco” e em torno do qual “a massa se aglutina” até tomar o poder.

Esse conceito de “luta armada” revelou dois pontos capitais fracos. Em primeiro lugar, apesar das reiteradas afirmações de se tratar de uma nova “concepção acerca do trabalho de massas” e que “as massas se aglutinam” em torno desse “potencial de fogo”, não há lugar para as “massas” nesta forma de luta, travada por grupos herméticos que pensam **substituir** a ação das massas, que a ditadura militar “não admite”.

Em segundo lugar, e isso a experiência de dois anos mostrou para quem não soube aproveitar as lições da história, a massa longe de se aglutinar em torno do “potencial de fogo”, se retraiu, caiu na passividade e a “Vanguarda Político-Militar”, apesar da auréola romântica que conseguiu criar em muitas camadas, está hoje mais isolada do que no início da sua ação. É precisamente a falta de ligação com as massas de trabalhado-

res e sua falta de atividade política que fez, após as primeiras ondas de euforia, com que os grupos armados hoje, em vez de aumentarem o seu “poder de fogo”, não pudessem nem substituir as perdas que sofreram nesta luta desigual.

Dissemos que este aspecto da questão era novo para aqueles que não souberam aprender com a história das lutas de classes. Pois aquilo que Marighella e os demais grupos apresentaram como algo de “novo” nas condições brasileiras, a “luta armada”, não passa de um rótulo novo para um conteúdo antigo, apresentado como “ação direta” pelos anarquistas ou de “terror estimulante” pelos populistas russos.

Que se trata de uma tática terrorista, Marighella não nega. Na mesma obra, já citada, assinala:

Sendo nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo, (as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura), os que afluem a nossa organização não vem enganados e, sim, atraídos pela violência que nos caracteriza.

Novo, na experiência brasileira, só era o fato de apresentar essa tática como marxista-leninista, de querer reduzir a concepção de revolução armada e violenta a táticas terroristas. Desta maneira, o “dever de cada revolucionário é fazer a revolução”, levado às últimas consequências, nos leva de volta aos tempos de Max Stirner.

Para o marxismo e para o leninismo, **luta armada** sempre foi e continua sendo **luta de classes armada** e não a obra de grupos ou indivíduos, por mais heroicos que se possam revelar. Luta armada significa armar uma classe ou uma facção de classe, mas significa, em todo caso, armar massas de oprimidos.

Marx deixou claro isso em todas as revoluções europeias que assistiu e especialmente em relação às táticas bakuninistas e blanquistas. Lênin defendeu e fomentou a guerrilha urbana na Revolução Russa de 1905. Mas tratou-se de uma situação

revolucionária e a guerrilha urbana servia para preparar o levante do proletariado de São Petersburgo e de Moscou. O que ele entendia por guerrilha urbana era a ação de pequenos grupos de operários armados que saíram das fábricas para dizimar e desmoralizar as forças da repressão.

A luta armada, em termos marxistas, sempre foi e continua sendo inseparável da estratégia geral da revolução, que pode ser desenvolvida levando em conta os fatores materiais da luta de classe, as conjunturas, altas e baixas, do desenvolvimento da sociedade. Isso diz respeito igualmente à forma peculiar de luta armada, o foco guerrilheiro. Isolado do contexto geral da luta de classes, tende a substituir o movimento de massas, em vez de catalisá-lo, e dez anos de experiências latino-americanas assim o demonstram. O fato de nós sabermos que a revolução é um ato violento e que se realiza por intermédio de uma luta armada, não quer dizer que ser revolucionário é ter atividade de violência e viver com a arma na mão. Querer que os quadros “sejam atraídos pela violência que nos caracteriza”, é regredir para uma atitude anarquista primária, é não ter aprendido nada do marxismo-leninismo e ter esquecido o pouco que sabia.

Traduzido isto para a situação atual do Brasil, significa que não há luta armada no país e não há situação que a justifique do ponto de vista da luta proletária. O que há é a tentativa de substituir a luta de classes por ações armadas de grupos isolados das massas. E seu isolamento das massas é o preço da sua sobrevivência como grupos armados.

Combater a ficção da “luta armada” e reduzi-la às suas verdadeiras proporções de tática terrorista não significa aderir a uma “linha pacífica”, como procuram fazer crer os apologistas da dita tática. No Brasil de hoje o uso da arma na luta diária se impõe e se justifica permanentemente frente à repressão. Mais de uma vez se deram libertações de presos políticos de arma na mão. Expropriações são um recurso legítimo de uma organização clandestina, principalmente depois do AI-5.

Igualmente não se discute a validade de sequestros, quando realizados em termos políticos. Isso tudo, entretanto, não passa de atos defensivos de um movimento clandestino frente à repressão e só tem sentido como ações complementares de uma política militante no seio das massas trabalhadoras e não como substituto dessa.

A expropriação é uma questão de relações de forças e de segurança da organização ilegal. Nenhuma organização com uma linha proletária atuante, vai lançar-se em atos de expropriação, quando estes impedem e desorganizam o trabalho operário a forçam a um duelo com a máquina de repressão. O diabo não se cutuca com vara curta. Quando, todavia, a expropriação se torna praticamente a única atividade de grupos inteiros e esse é o caso na maioria deles, de fato se torna **tática** e se torna tática terrorista. Quando centenas de jovens são lançados nessa atividade, como sendo a atividade revolucionária, eles próprios começam a acreditar que estão expropriando a burguesia, como caminho da revolução. Quando essa atividade é divulgada, procura-se dar essa crença ao “povo”. “Fizemos dos assaltos a bancos uma modalidade popular da ação revolucionária”, diz Marighella em “As perspectivas da revolução brasileira”.

O resultado foi que durante dois anos a grande maioria dos grupos “dispersos e isolados entre si” se lançou a torto e a direito em expropriações de bancos, independentes de saber se podiam ou não usar esse dinheiro e também dos caminhos incontroláveis que esses recursos tomaram. Resultado também foi que a grande maioria dos pequenos grupos sucumbiu no confronto e os maiores não escaparam à sangria. Grande parte dos reagrupamentos havidos nos últimos dois anos na nova esquerda foi produto da destruição de grupos inteiros, cujos restos se reuniam sob novo rótulo. Foi esse o caso da Colina, cujos militantes sobreviventes em liberdade tiveram de abandonar Belo Horizonte e que, fundindo-se com a antiga VPR, que tinha sofrido perdas semelhantes, fundaram a VAR. Am-

bas as organizações tinham perdido as suas bases operárias arrastadas pelas quedas dos seus aparelhos militares. Destino semelhante tinha sofrido uma das organizações mais enraizadas no proletariado de Minas, a Corrente. Tendo uma posição dúbia – trabalhava com a Política Operária nas fábricas, porque Marighella não tinha orientação para o trabalho operário e colaborava com Marighella no setor militar, porque a Política Operária “subestimava a luta armada” – toda a organização foi arrastada pelas aventuras armadas. Um fim parecido estava reservado ao PCBR, na Guanabara, quando a direção e a espinha dorsal da organização caiu, após a formação de um Comando Político-Militar por uma oposição interna. E na própria ALN, de Marighella, as bases operárias que o tinham acompanhado na cisão ficaram em pleno abandono porque não cabiam no esquema de “luta armada” e procuraram outras organizações para uma orientação no trabalho no seio da classe operária.

Não é de admirar que as massas não se tenham “aglutinado”. A classe média não aderiu. Na pequena-burguesia, sempre dividida, a maioria conservadora não tinha muita compreensão para as táticas terroristas que contrariavam seus instintos de propriedade e de segurança. A parte esquerdizante e radicalizada da pequena-burguesia mostrou simpatia e mesmo entusiasmo, no sentido que, finalmente, **alguém** estava fazendo alguma coisa, mas as suas atividades se limitaram a computar os casos de expropriações e, frente ao terror policial crescente, essa camada recuou.

Reação semelhante, e com os mesmos resultados, atingiu grande parte da classe operária, a oposição natural mais pronunciada contra o regime. Entretanto a parte mais consciente do proletariado, aquela que se empenha em organizar a classe e tem consciência dos problemas de luta, não pode dar-se por satisfeita. Para ela não há lugar nesse duelo entre “grupos armados” e repressão, a não ser que se separem da classe e se integrem aos grupos militares. Além disso viram como, nos últimos dois anos, se perderam sistematicamente os seus quadros em virtude

da “luta armada” e se perdeu o apoio de organizações inteiras que, bem ou mal, sustentavam as atividades nas fábricas.

Não foi sem motivos que a massa não se “aglutinou”. E os quadros dessa “luta armada” já o sentem. Este sentimento se manifestou nas declarações de alguns dos quarenta presos trocados pelo embaixador alemão, quando da sua chegada à Argélia. Carlos Minc Baumfeld declarou ao *Der Spiegel* que a guerra contra ditadura mais brutal da América Latina será prolongada, de dez a vinte anos. E isso, “não só por causa da superioridade do inimigo”, mas antes de tudo porque as massas do povo brasileiro se encontram “num nível muito baixo de consciência política”. Responsáveis por essa situação, segundo o ex-sargento Darci Rodrigues, são em parte as próprias esquerdas, “que se preocuparam demasiadamente pouco com a consciência das massas”.

E a luta será mais prolongada ainda, se as vanguardas marxistas não abandonarem sua posição duvidosa frente à “luta armada” e se decidirem conseqüentemente para uma linha de luta proletária. Os desvios e as aventuras têm de ser desmascarados e combatidos e esse é o único caminho, para a alternativa revolucionária se impor no Brasil. Silêncio é conivência, hoje como foi antes de 1964, quando combatemos o oportunismo de direita responsável pelas derrotas da classe operária. Devemos a clareza de nossas posições a respeito desse assunto aos inúmeros quadros operários conscientes dos problemas da sua classe e da revolução brasileira; eles estão esperando orientação em escala nacional. Eles, com um heroísmo anônimo, esses anos todos, ficaram nos seus postos – nas condições mais adversas e levaram para a frente, com os recursos que tinham a disposição, a obra revolucionária e não deixaram que a flama se extinguisse. Eles não nutriram as ilusões imediatistas da esquerda “armada” e não tinham as satisfações duvidosas das ações espetaculares que repercutiram na imprensa burguesa. Mas sabiam e continuam sabendo que não só não se liberta um povo de 90 milhões com “ações espetaculares”, como também

não se transforma uma sociedade dessa maneira. Estes são os fiadores da futura revolução socialista e proletária do Brasil.

E mais uma vez Lênin

Se nós, para encerrar esse capítulo, evocamos mais uma vez Lênin, não o fazemos para forçar paralelos históricos. Os paralelos se impõem, todavia, através da história das lutas de classes da época moderna, na medida em que sucessivos países são absorvidos pela evolução do capitalismo, criando as várias classes que constituem a sociedade burguesa. E essas classes, em condições de estrutura social semelhante desenvolvem frequentemente reações ideológicas semelhantes. Isso se dá também em relação a uma classe criada pela sociedade burguesa, a qual, falando francês, português, russo ou espanhol, parece traduzir as mesmas ideias de uma língua para outra, embora insista cada vez mais em estar fazendo uma contribuição nova e original para a solução dos problemas dos seus países. Trata-se da pequena-burguesia da sociedade capitalista, também chamada de classe média pelos anglo-saxões, mais pragmáticos. Trata-se do berço da maioria das ideologias dominantes, desde os preconceitos da vida diária até as “ciências sociais” das universidades burguesas. É da pequena-burguesia que surgem os ideólogos que dizem ao capitalismo nacional o que fazer para proteger seus interesses autóctones e que dizem ao proletariado o que fazer para proteger os seus “interesses” socialistas. Às vezes são os mesmos ideólogos que se encarregam das duas tarefas. E quanto menos desenvolvido o movimento operário, e quanto mais baixo o nível de sua fusão com o marxismo, mais alta é a voz dos ideólogos da classe média.

Por isso parece que nós – e não somente nós – estamos agora na fase das doenças infantis, pelas quais outros povos passaram antes de nós. Em todo caso não se pode negar que nós estamos debatendo alguns dos problemas fundamentais e de princípio do socialismo proletário, que Lênin já enfrentou em 1902.

Lembremo-nos que os nossos terroristas fazem questão de reafirmar em todos os seus documentos que a chamada “luta armada” não está em contradição com o trabalho de massas, que, ao contrário, é hoje a única maneira de “aglomerar” massas, etc. Marighella pretende apresentar uma tática nova, quando diz, em “O papel da ação revolucionária na Organização”:

De acordo com esse ponto de vista, o movimento de massas não terá condições de subsistir se não estiver escudado no próprio poder de fogo dos revolucionários. Nossa organização é seguidora dessa concepção revolucionária e por isso não pode ser acusada de subestimar o movimento de massas.

Fato é que os socialistas-revolucionários russos apresentaram argumentos análogos para defender a mesma posição. Não dispomos dos documentos originais deles, mas Lênin deixa pouca dúvida a respeito quando verifica em “Aventureirismo revolucionário”:

“Os socialistas-revolucionários ao defender o terror, cuja inutilidade tem sido demonstrada pela experiência do movimento revolucionária russo, declaram que admitem o terror unicamente ligado ao trabalho de massas e que, por isso, não os afetam os argumentos com que os social-democratas russos refutavam (e têm refutado extensamente) a conveniência deste método de luta...

Não repetiremos os erros dos terroristas, não nos distrairemos do trabalho entre as massas, asseguram os socialistas-revolucionários; porém, ao mesmo tempo, recomendam zelosamente ao partido atos como o assassinato de Sipiaguin por Balmáshev, ainda que todo o mundo saiba e veja muito bem que este ato não teve – nem poderia ter, pela forma como foi realizado – nenhuma relação com as massas e que aqueles que o cometeram não confiavam nem contavam com nenhum apoio ou ação concreta da multidão. Os socialistas-revolucionários não percebem, ingenuamente, que sua inclinação para o terror está unida por

mais estreitas relações causais ao fato de ter-se encontrado desde o primeiro momento, e de seguir encontrando-se, à margem do movimento operário, sem tratar sequer de converter-se no partido de uma classe revolucionária que sustente sua luta de classe.

E se Marighella afirma que a ditadura militar “não admite a luta reivindicativa” e lança contra ela “sobretudo uma potência de fogo crescente e portanto não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua”, que portanto o seu caminho é de “violência, do radicalismo e do terrorismo, as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura...” o que distingue ele de um socialista-revolucionário do início do século? Lênin, citando os socialistas-revolucionários:

Contra a multidão, a autocracia tem os soldados; contra as organizações revolucionárias a polícia secreta e não secreta; porém o que poderá salvá-la de indivíduos isolados ou de pequenos círculos, que se preparam constantemente para o ataque, inclusive conservando secretas relações entre si e que atacam? Nenhuma força ajudará contra a imunidade à captura. Portanto, nossa tarefa é clara: afastar todo verdugo autoritário da autocracia pelo único meio que a autocracia nos deixou: a morte.

Mesmo a receita da “dispersão das forças” é recomendada também por Marighella, que, no apelo “Ao povo brasileiro”, aconselha a atacar por todos os lados com muitos grupos armados e de pequenos efetivos “compartimentados uns dos outros e sem elos de ligação”. E essa falta de imaginação dos adeptos da “ação direta” através das décadas de luta de classe tem como conseqüências problemas que se repetem no seio de classes operárias jovens:

Exortar ao terror, à organização de atentados contra os ministros por pessoas isoladas e círculos desconhecidos entre si, num momento em que os revolucionários **carecem de forças** e meios **sufi-**

cientes para dirigir as massas, que já se põem de pé, significa implicitamente não só interromper o trabalho entre as massas como desorganizá-lo de maneira direta... os duelos, justamente porque não passam de **duelos** dos Balmáshev, causam somente uma impressão efêmera de momento e levam afinal inclusive à apatia, à espera passiva do **duelo** seguinte. (Grifos de Lênin. – Idem)

E que não se diga que no Brasil a situação é diferente porque na “nossa” prática terrorista a ênfase é dada a “pequenos grupos” e não à ação isolada de indivíduos. Os pequenos grupos “compartimentados uns dos outros” e cada um travando a sua própria “luta armada”, agem da mesma maneira desordenada, como os indivíduos agiram e são tão isolados do movimento de massas como os indivíduos o eram.

E para não deixar dúvidas sobre a posição de princípio de Lênin a respeito do problema, queremos deixar aqui algumas das suas conclusões:

“A social-democracia estará sempre em guarda contra o aventureirismo e denunciará implacavelmente as ilusões que terminam de maneira inevitável no mais completo desengano. Devemos ter presentes que um partido revolucionário é digno deste nome unicamente quando dirige **de verdade** o movimento de uma classe revolucionária. Devemos ter presente que todo movimento popular adquire formas infinitamente diversas, elabora sem cessar novas formas e abandona as velhas, criando variações ou novas combinações das formas velhas o novas. E é nosso dever participar de maneira ativa neste processo de elaboração de métodos e meios de luta.

Sem negar em princípio, de maneira alguma, nem a violência nem o terror, exigimos que se trabalhasse na preparação de formas de violência que previssem e assegurassem a participação direta das massas. Não fechamos os olhos ante a dificuldade desta tarefa, porém trabalharemos com firmeza e tenacidade para cumpri-la, sem que nos turvem as objeções de se tratar de “um

futuro longínquo e impreciso”. Sim senhores, somos partidários também das futuras formas do movimento e não somente das passadas. Preferimos o longo e difícil trabalho que tem futuro e não a “fácil” repetição do que já foi condenado pelo passado.

E o que fazer?

“Mas, – ouvimos objetar os amigos bem-intencionados – qual é a vossa alternativa de luta armada? Afinal, a luta armada já se tornou um fato consumado no Brasil de hoje”.

Não estamos tão convictos de que essa forma de “luta armada” já se tenha tornado “fato consumado” no sentido de uma instituição nas lutas de classe do país. Trata-se de um movimento, que tem as suas origens sociais e há condições objetivas que o favorecem – como o declínio do movimento de massas, depois de 1968. Mas por isso mesmo representa também uma “onda” que está sujeita a se esgotar. As reservas dos grupos armados ainda vivem do afluxo de quadros que o movimento de massas anterior a 1968 criou, mas, como já vimos, foram forçados a desistir do trabalho político entre as massas e a condição do seu aperfeiçoamento e de sua segurança dependem do seu isolamento conspirativo. Acontece, todavia, que as perdas são inevitáveis no confronto com o aparelho de repressão e o fato de não haver, da parte deles, o mínimo de trabalho de massas necessário – com uma constante triagem de quadros – para substituir as perdas põe limites físicos a esse modo de “ação direta”. Esse fenômeno já está bem sensível nas condições brasileiras.

Em segundo lugar, há os resultados concretos. Quando, após todos os sacrifícios e o heroísmo individual e coletivo dos militantes que se dedicam a esse gênero de combate à ditadura, se descobre que tudo isso não abalou e não abala a máquina repressiva, nem a administrativa, nem o ritmo de expansão econômica, então chega um momento de desilusão política. Quando se descobre que para a ditadura a ação dos grupos armados é uma ocasião propícia de eliminar boa parte do potencial em quadros revolucionários do país e que esse gênero de “luta ar-

mada” tem o efeito de alfinetadas contra o elefante, o animal enfurece-se, mas não deixa de ser elefante vivo – então chega a hora desses militantes perguntarem se não se está pagando um preço alto demais para essa experiência. Quando, finalmente, se descobre que, após cada golpe bem sucedido, a massa, depois da euforia inicial, volta a ser o que era antes, mas não se “aglomera”, chega a hora de perguntar se os meios atingiram os fins. E a pergunta será colocada. E quanto mais cedo, menos doloroso será o desfecho.

Qual é a nossa alternativa de “luta armada”? É armar massas, é armar classes.

Já salientamos que para nós o auge da luta armada é a insurreição dos trabalhadores como ato físico da revolução. E a nossa “estratégia de luta armada” é prepará-la politicamente e militarmente, como na guerra de guerrilhas, quando as condições o possibilitem. Mas, por isso, não limitamos o uso de armas à insurreição e à guerrilha. Quando necessário, uma reunião armada é um ato de defesa natural contra um inimigo, que atira – mas ainda não é “luta armada”. Uma demonstração de rua armada igualmente ainda não é “tática de luta armada”, embora possa se transformar nisso. Há uma questão de critério na atuação do revolucionário o esse vai guiá-lo para evitar “cutucar o diabo com vara curta”. Queremos somente lembrar que essas formas de proteção e de defesa já estavam presentes na vida política no país. Mesmo depois do AI-5, nossos companheiros realizaram comícios na entrada da Volkswagen, em São Paulo, com cobertura armada para possibilitar a fuga dos operários e uma retirada, em caso de chegada da polícia. Sabemos também que nesse, como em casos anteriores, se agiu com meios insuficientes, mas a experiência indica o caminho do futuro.

Antes de tudo, porém, queremos deixar claro, que “luta armada” não é, para nós, nenhum fetiche para substituir a luta de classes. Para nós a guerra continua sendo “a continuação da política com outros meios”. E o problema é criar as condições

políticas para poder passar para o estágio da luta armada, para poder armar a classe.

Quando falamos em criar as condições políticas, referimo-nos às condições que uma vanguarda revolucionária **pode** criar, isto é, formar e organizar a classe operária, e a sua luta armada será a continuação lógica da sua luta política consciente contra o regime. E o próprio regime se encarregará de preparar o terreno para isso.

Dar consciência de classe ao proletariado não se consegue indo às fábricas para convidar os operários a aderirem à “luta armada”. Isso, na melhor das hipóteses, se consegue com um ou outro operário, desligando-o da classe. Organizar o proletariado, tampouco, se consegue querendo transformar toda greve em luta armada. Com isso só se consegue dificultar gratuitamente as greves. Formar e organizar o proletariado só se consegue mediante um trabalho político, de conscientização, de agitação e propaganda, de lutas diárias e de lutas parciais contra o regime.

E por isso insistimos de novo: é a formação dessa classe operária, ou pelo menos dos seus setores decisivos, que repercutem na classe toda, a premissa que cria as condições de luta armada. A mobilização do proletariado repercutirá em toda a sociedade brasileira e modificará as relações de forças na luta de classes. Não só preparará ela mesma como exército de guerra civil e representará o polo nacional para a organização das massas camponesas, como se fará sentir nas próprias Forças Armadas, em escala muito maior do que em 1964.

Mas nesse processo, nós temos um papel ativo a preencher e esse não consiste em travar uma luta armada mirim e querer provocar uma miniguerra civil, **esperando** que as massas se “aglomerem”. Para ganhar as massas proletárias é preciso trabalhá-las, conscientizá-las e ensiná-las a lutar.

Afinal, como diz a canção que foi cantada justamente porque ia ao encontro das aspirações das massas: “esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

PARTE IV – PROLETARIADO BRASILEIRO E REVOLUÇÃO MUNDIAL

A herança do passado

Para compreender e julgar a situação criada no Brasil, temos de levar em conta o fato que a sua esquerda e seu movimento operário não venceram ainda a crise, na qual se está debatendo desde o pós-guerra; pelo menos, foi o que se tornou patente com a derrota sofrida em 1964.

Devemos compreender, também, que essa crise não é somente “nossa”. Situações semelhantes à do Brasil se encontram em todo o continente, nos mais diversos níveis; e não só no continente, pois a crise afeta igualmente, embora de modo diferente, o proletariado dos países altamente industrializados e lá tem causas ainda mais antigas do que entre nós, que surgimos mais tarde no cenário das lutas de classes proletárias.

Trata-se da crise geral do movimento comunista, que foi fundado e fundamentado teoricamente por Lênin e seus companheiros nos tempos da Terceira Internacional, que não chegou a preencher o papel para a qual estava destinada. Para avaliar o alcance desse fato, temos de ter clareza sobre o que o leninismo significou e continua significando no desenvolvimento do marxismo e do movimento operário militante.

Já mencionamos que toda a atividade política de Marx e Engels consistia em fazer penetrar a sua teoria do socialismo científico no movimento operário da época. O grande instrumento do qual podiam utilizar-se foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. Esta tinha um papel limitado e de fato não sobreviveu ao choque entre os continuadores das velhas seitas utópicas e os marxistas, mas um dos seus resultados mais importantes (embora demorasse a surgir) foi a fundação de partidos políticos da classe operária na maioria dos países industrializados de então. Já assinalamos também que esses partidos foram o resultado material da fusão do marxismo com o movimento operário da época,

causa e efeito da formação de uma classe operária **para si** e que cresceram e se fortaleceram de tal maneira que em fins do século passado poderiam pensar em se reunir novamente em uma Internacional. Formaram a Segunda Internacional, que foi a primeira criada à base da doutrina de Marx e Engels.

Esta Segunda Internacional, revolucionária durante a primeira parte da sua existência (como divisor de águas pode-se, **grosso modo**, tomar o ano de 1905), representava o marxismo, teórico e prático, tal como tinha sido deixado por Marx o Engels. Não demorou, todavia para que a Segunda Internacional degenerasse completamente como instrumento de lutas revolucionárias e se adaptasse à sociedade burguês-capitalista e se integrasse nela. Como pôde acontecer isso? Principalmente por três razões.

Em primeiro lugar, foi fundada em condições em que a luta proletária ainda se desenvolvia no terreno da sociedade burguesa. Na maioria dos países das seções associadas à Internacional, o problema da revolução burguesa não tinha sido solucionado e as “Repúblicas Democráticas” encabeçavam os programas de ação. E mesmo nos países, como a França, onde este problema estava superado, não se podia colocar o problema da revolução socialista, da tomada do poder pela classe operária.

Em segundo lugar, a rápida expansão do marxismo, nas últimas décadas do século passado, foi acompanhado pelo rebaixamento do seu nível. Rosa Luxemburgo já tinha chamado a atenção sobre o fato que o marxismo representa um edifício teórico imenso e uno, mas que toda a geração de militantes só tirava dele o que necessitava para a luta imediata. Lênin, por sua vez, destacava o perigo da penetração de elementos pequeno-burgueses no movimento operário, os quais em vez de assimilar o socialismo científico, traziam consigo as ideologias da pequena-burguesia para as fileiras proletárias e ele considerava esse fenômeno responsável pelo revisionismo. A limitação dos objetivos de luta, em parte imposta pelas condições da socieda-

de burguesa de então, favorecia na maioria dos partidos da Segunda Internacional o desenvolvimento dos fenômenos citados por Lênin e Luxemburg. O marxismo começou a “limitar-se” aos argumentos necessários à luta pela conquista dos direitos da classe operária dentro da sociedade capitalista e pela democracia política, “enriquecido” frequentemente pelas interpretações dos “aliados” pequeno-burgueses.

Em terceiro lugar, o capitalismo começou a passar por uma mudança qualitativa, conhecida hoje como fase do imperialismo. Essa mudança, lenta e imperceptível no começo, teve para o movimento operário uma série de consequências práticas e teóricas. De início permitiu às burguesias europeias o levantamento do nível de vida das massas trabalhadoras. Esse fenômeno em si não interrompeu o crescimento da classe, nem restabeleceu a tutela burguesa sobre ela. A elevação do nível de vida não foi um presente da burguesia, foi conquistada em duras lutas de classes, nas quais o proletariado expandiu e melhorou as suas formas de organização. Mas a burguesia **podia satisfazer** grande parte das reivindicações operárias e neutralizar a combatividade do proletariado. Os objetivos dessa luta se tornaram “um fim em si”, processo que foi facilitado pela crescente fraqueza teórica dos partidos da Internacional e que criou as bases materiais do reformismo.

No campo teórico tornou-se claro, para a minoria de esquerda existente na Segunda Internacional, encabeçada por Lênin e Luxemburg, que o imperialismo e suas consequências tinham de ser interpretados à luz do método. O marxismo “popularizado”, reinante na Segunda Internacional, não dava para isso e uma das razões do seu fracasso foi a sua incapacidade de enfrentar a nova situação. Mas mesmo o “edifício” teórico que Marx e Engels tinham deixado ao proletariado não dava mais para enfrentar as novas tarefas. O socialismo científico tinha de ser desenvolvido e isso só poderia ser feito à base do próprio método materialista e dialético de Marx e Engels. Para poder desenvolvê-lo, antes de tudo, era preciso restabelecer as cate-

gorias revolucionárias do marxismo, “esquecidas” nos tempos da Segunda Internacional. Lênin empreendeu essa obra; não foi o único que se dedicou a isso mas realizou o trabalho mais completo e mais sistemático. Adaptou o marxismo à fase imperialista do capitalismo.

O que tinha sido inicialmente uma necessidade teórica, logo se tornou uma imposição prática com a Revolução de Outubro na Rússia. Pela primeira vez um proletariado tinha realizado uma revolução vitoriosa e tomado o poder e isso mudou radicalmente as condições e objetivos de luta em toda a Europa e não demoraria para despertar a Ásia. A época da revolução mundial tinha-se iniciado.

Estava claro para Lênin e seus companheiros, aos quais se juntaram os revolucionários de todos os países, que o proletariado não estava preparado para enfrentar a conjuntura revolucionária em plena expansão nos países mais industrializados. Estava sob o domínio dos partidos da Segunda Internacional que, de reformistas, tinham se transformado em defensores abertos da sociedade capitalista. O problema fundamental era transmitir ao proletariado europeu as experiências da revolução russa e reviver suas próprias tradições revolucionárias. Novamente, na história das lutas de classes, se impunha a fusão de uma teoria revolucionária, o leninismo, com o movimento operário existente. Não se tratava de simples repetição da história. Tratava-se de uma fusão em nível mais alto e que podia aproveitar o que o marxismo revolucionário tinha criado no passado. O instrumento dessa fusão foi a Terceira Internacional, a Internacional Comunista.

A nova Internacional nasceu em bases precárias. O único partido que liderava de fato uma classe operária era o Partido Comunista Russo. Havia um segundo, o búlgaro, os chamados “corações estreitos”, ala revolucionária da social-democracia búlgara, que há muitos anos trabalhava em relações estreitas com os bolcheviques, mas que não pesava muito na escala internacional. Existia a Liga Espartaquista alemã, em torno de

Luxemburg e Liebknecht (que pouco depois foram assassinados), mas que somente em 1921, após a absorção dos socialistas independentes, se tornaria efetivamente um partido dirigindo um setor da classe operária. Os principais partidos, o francês, italiano, etc., se formaram depois da criação da Internacional em Moscou. Lênin, apesar de ciente dessas fraquezas, tinha tido pouca escolha. Fundou a Internacional assim mesmo para criar uma liderança revolucionária, que pudesse enfrentar as tarefas que a situação revolucionária colocava na ordem do dia. Ele tinha pouco tempo, a tentativa tinha de ser feita, antes que a onda revolucionária se esgotasse.

A tentativa falhou. Em 1921/22, Lênin e a liderança da Internacional tinham chegado à conclusão que a primeira onda da revolução mundial tinha passado, sem que a Ditadura do Proletariado se estabelecesse além das fronteiras russas. A tarefa da Internacional era adaptar a sua estratégia e tática à nova situação criada e preparar o proletariado para que pudesse enfrentar a próxima onda revolucionária em melhores condições.

O ponto vulnerável da nova Internacional foi a fraqueza dos partidos que a compuseram. Não tanto a fraqueza numérica em termos de militantes; essa foi superada em muitos países em relativamente pouco tempo, mas a sua fraqueza teórica agravada pela falta de experiência e tradições próprias. Os partidos comunistas tinham de amadurecer para poder cumprir a sua missão e essa foi uma das preocupações maiores de Lênin, principalmente depois de 1921, quando era evidente que eles tinham tempo para isso. Significava, todavia, na realidade, que a Terceira Internacional ainda não era produto da fusão do leninismo com o movimento operário existente. Na melhor das hipóteses era um produto incompleto; mas tinha a sua razão de ser como instrumento desse processo em andamento.

O processo de fusão e de amadurecimento dos partidos nacionais não chegou a se consumir. A fraqueza ideológica e material dos partidos tinha criado uma extrema dependência de parte deles em relação ao Partido Comunista da União Sovi-

ética, o “partido dirigente”, o único que tinha feito uma revolução vitoriosa, e esse fenômeno se acentuou depois da morte de Lênin, em 1924. Não é que antes não tenha existido, mas o próprio Lênin procurou superar essa deficiência do órgão internacional. Em uma das suas últimas intervenções, no 4º Congresso, Lênin lançou uma advertência que era ao mesmo tempo uma autocrítica. Disse que a Internacional tinha adotado demasiadas resoluções “russas”, isto é, redigidas em uma linguagem que o proletariado do Ocidente não entendia. A classe operária do Ocidente não podia fazer a revolução, imitando a russa, mas criando as suas próprias formas de luta, adaptadas à sua realidade.

Os sucessores de Lênin não tinham essa preocupação. Empenhados em agudas lutas internas, as facções hostis do PCUS se preocupavam, antes de tudo, em obter, dos demais partidos da Internacional, apoio contra os seus adversários. Tanto Stálin como Trotsky subordinavam os problemas e o futuro do comunismo mundial aos seus interesses faccionistas. E a fraqueza e dependência da Internacional, por sua vez, fez que ela forçosamente apoiasse a facção mais forte, a que se identificava com a liderança da União Soviética, para em seguida tornar-se um simples instrumento dela.

O resto de voz e de autodeterminação que a Internacional tinha tido ainda nos tempos de Lênin, foi perdido na fase das lutas de facções no partido russo. A espinha dorsal da Internacional foi quebrada na Alemanha, com a afastamento de mais de 5 mil quadros, na maioria velhos espartaquistas e que mais tarde formaram a Oposição Comunista Alemã. O exemplo alemão foi repetido nos principais partidos, onde Stálin se apresava em ocupar os cargos com elementos de confiança dele.

Apesar disso, mutilada e expurgada, a Internacional ainda era revolucionária. Seu ultraesquerdismo simplório e sua tática do “social-fascismo” causou a derrota do proletariado alemão, mas seu objetivo de luta ainda era a Revolução Mundial e, na atuação diária, não tinha ainda abandonado os princípios da

luta de classes proletária. A grande reviravolta veio com o 7º Congresso da Internacional, com a política da Frente Popular, quando Stálin, através da volta de Dimitroff, descobrira a existência de uma “burguesia progressista” nos países imperialistas do Ocidente, a qual merecia o apoio dos comunistas e quando a defesa da democracia começou a substituir os objetivos leninistas da revolução proletária.

A nova linha foi posta a prova, quase imediatamente depois, na Espanha, onde um proletariado combativo tinha respondido ao golpe militar com uma insurreição, isto é, com um início de revolução. Foi, de fato, a primeira vez, desde os tempos de Lênin, que se tinha criado uma situação revolucionária num país europeu. O Comintern e o Partido Comunista Espanhol enfrentaram essa nova situação criada com a palavra de ordem inédita: primeiro ganhar a guerra civil, depois a revolução.

Havia se formado na Espanha um segundo partido comunista, o Partido Operário de Unidade Marxista (POUM). Era um partido novo ainda, com a existência de um ano, aproximadamente. Sua maior fraqueza era ser um partido regional da Catalunha, mas tinha uma visão nítida dos problemas globais da Espanha. Reivindicava, para ganhar a guerra contra Franco: a) a imediata independência do Marrocos espanhol, onde Franco tinha a sua base; b) a imediata expropriação das grandes propriedades de terras, para ganhar os camponeses, soldados do exército de Franco e c) o estabelecimento de um governo operário, pois somente tal governo poderia travar uma guerra revolucionária e essa era a única perspectiva para derrotar o fascismo.

O Partido Comunista Espanhol não pôde acompanhar esse programa. Era parte da Comintern e esta já tinha se colocado definitivamente a serviço da política externa soviética – o que é a explicação para a reviravolta do 7º Congresso. E a política externa soviética visava a aliança com as chamadas “burguesias democráticas” para melhorar a situação internacional da

URSS. E nessas condições o PCE tinha de formar governos de coalizão com os aliados burgueses espanhóis, os liberais, que nunca teriam aceito a perda das colônias, ou a simples expropriação das terras e, muito menos, uma guerra revolucionária. Portanto, o objetivo da guerra foi limitado ao restabelecimento da República Democrática, a única solução que a estrutura social da Espanha naquele momento não permitia. O desfecho da revolução espanhola é conhecido.

A Internacional morreu de fato na Espanha. A sua dissolução posterior por Stálin, durante a guerra, quando a sua mera existência se tornou um ônus para a política externa soviética, só confirmou um fato consumado. Mas a Espanha não testemunhou somente a degenerescência do estalinismo, que tinha dado início ao “revisionismo moderno” dominante até hoje nos partidos sob influência soviética. O trotskismo passou pela mesma prova de fogo ao enfrentar uma situação revolucionária no Ocidente e falhou do mesmo modo. Se os estalinistas afoaram a energia revolucionária do proletariado espanhol em “Frentes Populares”, os trotskistas atacaram sua vanguarda revolucionária, porque esta não repetia o “esquema” da revolução de outubro na Rússia. A esterilidade do trotskismo se tornou evidente na incapacidade de admitir outras situações revolucionárias do que aquelas que lhe deram origem. O que não impediu ao próprio Trotsky de atacar a vanguarda revolucionária com toda fúria do profeta desprezado.

As consequências do novo revisionismo – desta vez sob rótulo comunista – estavam porém para se revelar ainda em toda a sua amplitude. A guerra civil espanhola foi seguida pela guerra mundial e o desfecho desta criou novamente uma profunda crise no capitalismo europeu e uma situação revolucionária de proporções muito mais vastas do que ocorreu no pós-Primeira Guerra e dessa vez estendia-se sobre largas regiões do mundo. Foi essa a segunda onda da revolução mundial, anunciada e esperada por Lênin, nas cuja irrupção não mais assistiu. O desfecho desta segunda onda revolucionária nos países altamente

industrializados do continente europeu é igualmente conhecido. A onda da revolução se expandiu na Europa ocidental, na França, na Itália, mas o problema da revolução socialista nem sequer foi colocado. Na Alemanha ocidental, a revolução foi sacrificada de antemão à política externa soviética, que pretendia salvar a aliança com as democracias ocidentais para os tempos de pós-guerra. O mesmo destino sofreu a revolução grega.

Onde mais claramente se pôde ver o novo papel dos partidos comunistas, foi exatamente na Itália e na França. Repetindo a prática dos partidos da Segunda Internacional no pós-Primeira Guerra, líderes comunistas entraram em governos burgueses, geralmente como ministros de trabalho, neutralizando assim o antagonismo da classe operária. E os operários italianos e os franceses, julgando que a presença de ministros comunistas era um passo em direção ao socialismo tiveram de descobrir posteriormente que a participação dos seus partidos nos governos de coalizão não tinha servido para outra coisa senão para restabelecer o antigo regime e evitar a revolução. Uma vez consolidado o sistema burguês e a ameaça revolucionária superada, a burguesia deu aos seus ministros os pontapés históricos e governou com a democracia-cristã. Os ministros comunistas não tinham ao menos sabido preencher a função que Stálin lhes havia atribuído: não souberam evitar a guerra fria. E o proletariado europeu tinha perdido pela segunda vez a chance de se desfazer do domínio capitalista na Europa. Com uma diferença, aliás. Em 1945, o proletariado europeu era revolucionário. Tinha-se libertado das ilusões reformistas sobre o caminho democrático parlamentar, e pensou que seus partidos o estavam levando para a revolução.

Ouçõ perguntar os companheiros:

– Mas por que levantar agora esse peso de um passado, que para nós é história? É tão importante isso frente à situação e aos problemas que estamos enfrentando?

É importante, sim. E é decisivo para nós compreender e digerir este passado, para poder superar as suas consequências.

Trata-se de certo modo, do nosso passado, pois somos parte do movimento comunista internacional. Sentimos as suas consequências no cenário nacional e internacional, que hoje não podem mais ser separados. A crise do movimento revolucionário mundial, que nos envolve ou todos os passos de nossas atividades, é consequência direta do fato de não ter sido aproveitada a situação revolucionária do pós-guerra. “Erros” históricos desse gênero não se cometem impunemente e o preço que pagamos é a presente desarticulação do comunismo mundial, é o fato das vanguardas revolucionárias nos diversos países, isoladamente, ainda terem de “remar contra a corrente”.

Em segundo lugar, temos aí as consequências diretas sobre o jovem movimento operário brasileiro. Não sofremos, no Brasil, uma influência visível nem da Primeira nem da Segunda Internacional. Somos filhos legítimos da Internacional Comunista, que ajudou a formar o PCB com quadros em sua maioria vindos do anarquismo. As tradições ainda se fizeram sentir por muito tempo, mas dentro da disciplina da Internacional que foi acatada. Se tomamos a história do PCB, vemos o reflexo da história da Comintern projetada sobre um país subdesenvolvido. O PCB, fundado em 1922, já durante a situação pós-revolucionária, precisou de alguns anos para se firmar e tomar corpo. Logo em seguida veio o curso ultraesquerdista da Comintern, que encontrou a sua versão nacional sob a forma do “obreirismo” (para a satisfação dos velhos anarquistas). O agravamento do ultraesquerdismo, o “social-fascismo”, etc., teve como consequência uma maior acentuação do sectarismo nacional, que ia da dissolução do “bloco operário-camponês” até o abstencionismo na Revolução de 1930, sob o pretexto de tratar-se de um conflito “interimperialista”. A mudança da Internacional para a Linha da Frente Popular e do apoio às burguesias progressistas, virou no Brasil Aliança Libertadora Nacional, que na prática abriu as portas do partido aos aliados pequeno-burgueses sob a égide de Prestes. Durante a guerra, setores do partido come-

çaram a apoiar as forças “progressistas e antifascistas” no seio do governo Vargas. As tentativas de Stálin de conservar a aliança com os anglo-saxões no pós-guerra foram apoiadas eficientemente por Luiz Carlos Prestes, quando apertou a mão do embaixador norte-americano em praça pública, mas o partido descobriu a existência do inimigo principal com o início da guerra fria. O Manifesto de Agosto coincide com os temores do governo soviético de uma próxima Terceira Guerra Mundial e a volta de Prestes, em 1958, se dá novamente sob o signo da “coexistência pacífica”, a ponto de o Partido se recusar a participar de manifestações contra a visita de Eisenhower ao Brasil. E todas essas fases, voltas e reviravoltas, ajudaram a forjar e deformar o proletariado brasileiro e seus expoentes políticos.

Não podemos, certamente, afirmar que a política mundial não nós afeta “em casa”. E não podemos igualmente querer solucionar os nossos problemas ignorando os problemas globais da revolução mundial. O passado pesa, enquanto não for superado, mas só será superado na medida em que aprendemos a experiência.

Para aprender a experiência, é preciso compreender, por exemplo, porque a Internacional Comunista, fundada justamente para combater e superar o reformismo da Segunda Internacional, vinte anos depois acabou de maneira inglória como neorreformista e que partidos inteiros tomaram o mesmo rumo. Claro que há os fatos da subordinação da Internacional à política externa soviética, que foi um dos traços essenciais do estalinismo. Mas as afamadas palavras de Stálin: “Já que essa gente não faz revolução nem em mil anos, que faça alguma coisa para nós pelo dinheiro que recebem” – são expressão de uma situação extrema, de plena degenerescência de um movimento revolucionário. O problema é: como chegaram ao ponto de degenerar assim? Como é que, de um Estado-Maior da Revolução Mundial se transformaram em simples instrumento da política externa da União Soviética?

Há um fenômeno novo nas lutas de classes internacionais. Um fenômeno que Lênin já tinha visto, mas que com todo seu impacto é produto da época pós-leninista. Trata-se das relações entre os países, onde o proletariado já tomou o poder e o proletariado dos países capitalistas, onde o proletariado ainda luta pelo poder. Seus interesses e pontos de vista não coincidem sempre, mesmo quando se trata de dois fatores revolucionários – e aí abstraímos o caos extremo da política soviética durante e depois de Stálin.

Em primeiro lugar, há a tendência de toda revolução vitoriosa de ver a revolução mundial como continuação da própria. Isso é compreensível, pois os revolucionários vitoriosos se inclinam a generalizar sua experiência e as condições de luta que as formou. O fenômeno tem a sua complementação natural na atitude das novas gerações de revolucionários nos países capitalistas, as quais começam a querer copiar o processo revolucionário vitorioso, que “deu certo”. Quando depois de algum tempo, sacrifícios e desgastes, se descobre que as meras cópias e imitações “não deram certo”, vemos facilmente a tendência oposta de jogar fora “a experiência revolucionária”, que é identificada com o “marxismo-leninismo”, começar experiências pragmáticas, ou se adaptar ao ambiente dominante, que geralmente é reformista. Não há dúvida que esse fenômeno facilitou a decadência do Comintern.

Em segundo lugar, há a tendência inerente aos governos revolucionários de identificar suas necessidades e perspectivas com as existentes nos processos revolucionários dos países capitalistas. Essa existiu claramente nos primeiros anos da Rússia revolucionária quando o problema principal consistia em romper o isolamento da República Soviética e quando “Revolução Mundial” significava ajuda do proletariado ocidental ao Estado Operário. Essa atitude foi responsável pela análise errada da situação na Polônia, a qual tinha provocado a marcha a Varsóvia, em 1921, e foi igualmente responsável pelas experiências como o “Outubro Alemão”, em 1923, quando todas as facções

do Partido russo insistiram em que a situação na Alemanha estaria “madura”.

Esse fenômeno não pertence ao passado. Não há dúvida que experiências que os dirigentes cubanos fazem há uma década com o movimento revolucionário no continente se devem à sua ânsia de romper o isolamento do socialismo cubano no continente, diminuir a sua dependência da ajuda material da União Soviética e vencer os pontos de estrangulamento econômicos e sociais. Os seus constantes apelos à “luta armada”, em todas as circunstâncias, refletem de um lado a tendência da generalização da própria experiência e, de outro, se deve à procura de soluções “mais rápidas”.

A defesa dessas necessidades nacionais da revolução vitoriosa pode ser tentada com métodos aparentemente revolucionários, mas que esses não são os únicos recursos válidos, mostram as recentes declarações de Fidel sobre as possibilidades de vitória “pacífica” do socialismo no Chile e as interpretações cubanas duvidosas sobre o caráter do regime militar peruano. Antes, já a imprensa cubana tinha revelado uma estranha incompreensão da greve de maio na França, país com que manteve relações relativamente boas, pelo menos com o governo de De Gaulle. Em todos esses casos se revelam tendências de subordinação dos interesses da revolução mundial e do proletariado internacional aos nacionais do país socialista.

No caso da China, o mesmo fato se manifesta em um nível diferente. O seu problema não é tanto o rompimento imediato do seu isolamento, para o qual a liderança chinesa encontrou meios de suportá-lo. O problema cardinal da China é o conflito com a União Soviética, que contém muitos elementos de contradição nacionais, de potências, cuja não solução é outra herança do estalinismo. A China está empenhada em projetar esse problema sobre o proletariado mundial, sob a forma da “luta contra o revisionismo”. As meias-verdades da luta chinesa contra o revisionismo, (para ela Stálin era um revolucionário e o revisionismo começou com Kruchev), mostra que se trata

de uma luta ideológica, que é manejada com fins limitados – os da política externa. Não se trata de um balanço e de uma crítica do revisionismo, que seria de fato no interesse da Revolução Mundial, mas da criação de um mito, (a da política estalinista revolucionária), que é um obstáculo para o proletariado revolucionário vencer a sua crise.

Colocando nesta luta “contra o revisionismo” os Estados Unidos e a União Soviética praticamente no mesmo pé, (eles estão unidos para dividir o mundo), essa atitude é fundamentada “teoricamente” na “volta ao capitalismo” do regime soviético e o “social-imperialismo” de Moscou, que lembra perigosamente a “teoria do socialfascismo” do Comintern da década de 30 e de fato trata-se de fundamentar uma linha ultraesquerdista em escala mundial e nas atuais relações internacionais. Na prática, a liderança chinesa nega hoje a contradição fundamental entre o capitalismo e o socialismo, que determina em última instância as relações internacionais e a política mundial, desde o fim da guerra e continua determinando.

Também no caso chinês, temos um outro precedente de subordinação de interesses do proletariado de um país capitalista aos da potência socialista. Temos a experiência da Indonésia, onde um partido comunista de orientação chinesa praticou uma política de colaboração de classes, em função das relações externas da China com a Indonésia. Também nesse caso os resultados são conhecidos.

É evidente que as contradições de interesses, que surgem entre potências socialistas e o proletariado de países capitalistas, não podem ser antagônicas, nem fundamentais. A prazo, os interesses são comuns. Trata-se da derrota do capitalismo mundial, uma velha aspiração do proletariado de todos os países e cuja sobrevivência estrangula, em diversos graus, o desenvolvimento da economia e da sociedade em todos os países do mundo socialista. Solidariedade internacional, porém, não pode mais significar o sacrifício dos interesses do proletariado e da revolução mundial a interesses imediatos de potências

socialistas. Solidariedade internacional significa encontrar em todos os momentos de luta um denominador comum entre interesses divergentes, o qual não sacrifique problemas vitais de ambas as partes e que não comprometa os objetivos finais da revolução mundial.

Somos parte da revolução mundial

Hoje enfrentamos novamente a tarefa da fusão da teoria revolucionária com o movimento operário em escala mundial. Novamente não se trata de simples repetição da história. A penetração da teoria revolucionária na massa só é possível quando é constantemente desenvolvida, enriquecida e confrontada com a realidade em mudança. Desde os tempos de Lênin, a sociedade capitalista continuou a desenvolver-se e as lutas de classes não pararam. O campo socialista se expandiu, o movimento revolucionário atingiu os quatro cantos do globo. Vivemos na época da revolução mundial. Se o *Manifesto Comunista* ainda falava do “espectro do comunismo que rondava a Europa”, nos tempos de Lênin a teoria já se tinha tornado força material na Europa e na Ásia e hoje se tornou realidade na América.

Há uma série de problemas novos surgidos na época pós-leninista, os quais têm de ser assimilados dentro do marxismo-leninismo. As relações entre as potências socialistas e o proletariado dos países capitalistas só representa um entre muitos.

Outro, fundamental, representam as mudanças qualitativas que o imperialismo sofreu após a Segunda Guerra. Há a tendência de integração dos países imperialistas mais fracos pelos mais fortes. Hoje, as metrópoles não precisam mais de tropas coloniais para dominar o mundo subdesenvolvido. Desapareceram as perspectivas de guerras interimperialistas pela repartição do mundo, frente às ameaças da existência de um campo socialista e da revolução mundial. Todos esses fenômenos caracterizados como “cooperação antagonica” e que determinam as relações das potências imperialistas entre si e entre as

potências imperialistas, de um lado, e as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos, de outro, ainda estão a espera de análises mais profundas.

Uma contribuição completamente nova na época pós-leninista foi a Revolução Chinesa. Não se trata só do fato de a Revolução Chinesa ter mudado radicalmente as relações de forças entre capitalismo e socialismo em escala mundial. Pela primeira vez, uma revolução agrária pôde tomar rumos socialistas e esse fenômeno criou um impacto inédito entre os povos da Ásia e da África, especialmente.

Outros problemas novos surgiram com a industrialização de vastas regiões da América Latina, onde se criou um tipo de país capitalista-industrial subdesenvolvido, com suas formas de dependência específica com a metrópole imperialista. O mesmo fenômeno colocou na ordem do dia a questão da revolução proletária em países de estrutura subdesenvolvida e das formas concretas sob as quais o jovem proletariado conquistará seu papel hegemônico no processo revolucionário.

Um dos problemas fundamentais é o dos rumos que a próxima onda da revolução mundial pode tomar. Criou-se nas últimas décadas a noção da “estratégia periférica” da revolução mundial que deslocando-se para a periferia do mundo capitalista, estava travando uma batalha de cerco das metrópoles. A revolução ia do campo à cidade, sendo que as regiões subdesenvolvidas representavam o “campo” e as metrópoles, “as cidades” em escala mundial. Essa concepção, definida pela primeira vez por Bukharin no Congresso dos Povos Orientais em 1920, hoje não está mais tão bem fundamentada, como parecia há uns anos atrás. Em primeiro lugar, não há essa “imunidade” do proletariado dos países imperialistas à revolução, como se pretende fazer crer às vezes. Se a classe operária da Europa Ocidental em 1918 ainda teve ilusões democrático-burguesas, em 1945 ela as tinha perdido e se tornou vítima do uma armadilha histórica, pensando que suas lideranças comunistas a estavam levando para a revolução, e o seu posterior reformismo

foi uma reação ao fracasso das esperanças revolucionárias e à reconstrução do capitalismo europeu. O maio francês revelou a existência de um potencial revolucionário e indica igualmente – tanto como as lutas na Itália – uma retomada do processo revolucionário em países imperialistas. Em segundo lugar, a onda revolucionária, depois de ter mudado de rumos para o Oriente, atingindo a China, Coreia e o Vietnã do Norte, declinou da mesma maneira como no Ocidente. Ela estagnou nas Filipinas, Índia e Indonésia, do mesmo modo como na Europa. O último impulso desta segunda onda da Revolução Mundial alcançou Cuba, mas não chegou mais a atingir o continente americano.

E, finalmente, está no interesse do proletariado mundial que o próximo ciclo da revolução mundial atinja os países industrializados do Ocidente. A vitória da revolução num país da Europa Ocidental colocaria toda a luta de classes em escala mundial em nível mais alto. Teria repercussão inevitável em todo o campo socialista no sentido de uma superação dos fenômenos de degenerescência da ditadura do proletariado, que a União Soviética projetou, de uma ou de outra maneira, sobre essa parte do mundo. Conferiria à Revolução Mundial um novo centro impulsionador, representado por um proletariado de um país capitalista desenvolvido, com um potencial industrial correspondente ao seu dispor. Seria o caminho mais curto para o comunismo mundial vencer e superar a sua crise. Pois não esqueçamos que em última instância a crise foi provocada pelo fato de a revolução ter parado nas portas do Ocidente e todas as revoluções se terem realizado em países com um proletariado fraco em diversos graus. Não esqueçamos também que o socialismo é resultado e negação da sociedade capitalista. E, se o imperialismo soube causar uma inversão dos rumos da revolução mundial, no sentido de se ter iniciado nos países mais atrasados, a história mostra que pagamos um preço para isso. As revoluções em países subdesenvolvidos produzem um “socialismo subdesenvolvido”, já disse Paul Baran e nós seremos maus revolucionários se procurarmos encobrir esse

fato. Evidentemente, não podemos esperar que as revoluções se produzem nas condições históricas mais favoráveis, mas as tentativas de transformar os males em virtudes não nos ajudam a vencer a crise.

É nesta situação que se dá a nova fusão do marxismo-leninismo com o movimento operário. Ela se está dando num momento de curva baixa da conjuntura revolucionária no mundo, mas o ponto mais baixo da curva parece superado. A relativa estabilidade do mundo capitalista está chegando novamente a um fim e suas crises se estão anunciando de maneira inconfundível. Seus primeiros sintomas foram a crise do dólar e do ouro, que nos Estados Unidos, o baluarte do capitalismo mundial, se transformou em queda de produção e crescimento de desemprego. A radicalização do proletariado europeu mostrou que ele não se integrou no “neo” capitalismo e se sua combatividade ainda não se traduziu em ações reais consequentes, isso se deve ainda a velha liderança reformista da qual tem de se descartar. A sociedade capitalista, entretanto, produz sempre de novo os seus coveiros.

A fraqueza nossa, na presente situação, é de não dispormos de um órgão internacional para uma tarefa, que tem de ser vencida em escala internacional. E essa situação de fato não pode ser vencida artificialmente. Uma nova Internacional, um novo Estado-Maior da Revolução Mundial, só pode surgir como resultado da existência de partidos revolucionários, que liderem realmente a classe operária. O problema consiste hoje na criação desses partidos revolucionários do proletariado em cada país. Soluções artificiais como a fundação da Quarta Internacional por Trotsky, não mudaram as relações de forças e se tornaram uma caricatura de qualquer associação internacional do proletariado. A chamada Quarta que não chegou a se tornar uma Internacional, criou durante seus 30 anos de existência uma miniatura do Comintern, sustentada por seitas, que se dividiram e subdividiram e às vezes se fundiram de novo, em lutas internas, que refletiram a sua impotência de intervir nas lutas de classes.

Não menos artificiais, todavia, são as tentativas de criar novos centros da revolução mundial, nos moldes e em substituição da velha Moscou perdida. É artificial, porque a luta do proletariado mundial não pode ser mais dirigida por um centro geográfico. O centro, que faz falta, deve ser criado pelas vanguardas revolucionárias do proletariado mundial. A tentativa de substituir a caída imagem de Stálin pela de Mao Tsé-Tung como chefe mundial do comunismo, a prática dos partidos “pró-chineses” é motivada, em grande parte, pelo desejo de que o prestígio da revolução chinesa resolva para eles as dificuldades que encontram de se tornar vanguarda real de um movimento revolucionário. É um velho sonho querer colher sem precisar plantar, mas que esse caminho não é, na realidade, uma solução para nossos problemas, mostra-o a esterilidade dos “partidos chineses”, tanto entre nós como na Europa, e isso um quarto de século depois da vitória da Revolução Chinesa e mais de uma década depois de o Maoísmo ter declarado a sua independência.

O papel da Rússia Soviética como centro coordenador da Revolução Mundial já tinha sido limitado pelas particularidades em que se desenrolaram as suas lutas de classes e sob as quais se deu a sua revolução. O proletariado russo mal conhecia a vida sindical e os poucos sindicatos existentes não tiveram papel na insurreição operária nem precisavam ser levados em conta como possíveis adversários da revolução. A falta de experiência democrática e de autogestão do proletariado russo, que durante a maior parte da sua existência teve de enfrentar o absolutismo mais primitivo da Europa, dificultou o aproveitamento da experiência da sua vitória pela classe operária do Ocidente. As mesmas causas dificultaram igualmente a compreensão das condições de luta do proletariado ocidental pelos líderes revolucionários russos, – fato que se fez sentir com maior peso depois do afastamento de Lênin, mas que já tinha sido responsável pela adoção de resoluções “russas” por parte da Internacional. Mais limitada ainda são as possibilidades da

Revolução Chinesa para figurar como centro “orientador” do Proletariado mundial. A experiência de luta operária da revolução agrária chinesa está muito menos desenvolvida do que era a dos bolcheviques para enfrentar os problemas da luta proletária em países mais industrializados. E, ao contrário da liderança revolucionária russa, a qual em grande parte conhecia o Ocidente, tinha convivido com sua classe operária e participado ativamente da luta contra o revisionismo e o reformismo da Segunda Internacional, a liderança revolucionária chinesa, pelas condições em que travou sua luta, foi forçada a um isolamento nacional, que implicava numa ignorância de fato dos problemas de luta de classes nos centros do mundo capitalista e do neorrevisionismo estalinista. Basta comparar as obras de Lênin e as de Mao Tsé-Tung para ver a diferença da problemática de luta e de experiências. Experiência viva.

Há mais de vinte anos, ainda em pleno pós-guerra, quando surgiu em diversos países o clamor para a fundação de uma nova Internacional, August Thalheimer, pouco antes do seu falecimento em Cuba, previu que o proletariado internacional ia carecer desse instrumento de luta durante um intervalo de tempo bastante grande. Salientou ele a necessidade de continuar a obra interrompida da fase leninista da Terceira Internacional e isso só poderia ser feito adaptando os seus princípios gerais à realidade nacional de cada país. O caminho da criação de uma nova Internacional começa pela formação de partidos nacionais.

Há um outro aspecto do problema, sobre o qual Thalheimer chamou a atenção. Num mundo em que a terça parte da sua população já fez a revolução socialista, é difícil querer formar uma Internacional sem a participação de pelo menos uma parte dos partidos no poder. E a experiência mostra ser conveniente que participem mais de um partido de países socialistas para neutralizar o efeito de dependência dos partidos dos países capitalistas e para evitar que os problemas específicos de uma potência socialista pesem demasiadamente sobre a Internacional.

Esta perspectiva, que temos de enfrentar, não significa que, temos de encerrar-nos em nossa realidade nacional e esperar condições favoráveis no resto do mundo para a formação de uma nova Internacional. Não é essa a concepção leninista de luta de classes em escala mundial. Temos de estabelecer e estreitar os vínculos com todas aquelas organizações semelhantes à Política Operária, as quais estão dispostas e em condições para uma cooperação regional ou internacional e para uma permuta das experiências de luta. Isso diz respeito, especialmente, às vanguardas revolucionárias que lutam em condições semelhantes às nossas na América Latina, mas não relega a um segundo plano as ligações com grupos e correntes revolucionárias nos países capitalistas desenvolvidos. Podemos e devemos, inclusive, formalizar essas ligações e criar órgãos de cooperação e de intercâmbio internacional, quando for possível. Isso é um caminho para a criação de uma nova Internacional, mas devemos estar cientes que ainda não é a Internacional, nem pode substituí-la.

E a colaboração mais efetiva que podemos dar ao movimento comunista internacional é prosseguir e avançar na luta pela formação do partido revolucionário do proletariado brasileiro. Temos consciência do fato que a luta que travamos no Brasil é parte de uma luta que se desenrola hoje em quase todos os países do mundo capitalista. Fazemos parte dessa vanguarda comunista internacional que continua a obra de Marx e Lênin, que mudou a face do globo e continua a mudá-la.

E por isso continuamos marchando, “a certeza na frente e a história na mão”, como diz a já citada canção.

O PSB E A FASE ATUAL DA LUTA DE CLASSES

Érico Sachs

Todo programa político tem o seu papel limitado pela situação objetiva da qual foi elaborado. Quando há mudanças qualitativas dessa situação, isto é, do nível da luta de classes, o programa pode deixar de responder aos problemas colocados pela luta diária. Isto não diz respeito, geralmente, aos objetivos finais do movimento e, sim, à análise da situação presente, às perspectivas a curto e médio prazo e às suas consequências táticas e mesmo estratégicas.

O PSB não escapa a essa regra. Elaborado há mais de quinze anos – no início da ditadura militar – influenciou, em grau maior ou menor, uma nova esquerda, independentemente se o aceitava ou rejeitava. Hoje estamos perante a necessidade de reavaliar a situação, o nível da luta de classes no país e a atualidade do PSB.

Quinze anos de ditadura aberta mudaram algo na face desta terra. Não solucionando nenhum dos problemas que levaram ao golpe militar de 1964, aprofundaram as contradições latentes no seio da sociedade brasileira. Houve, antes de tudo, uma forte expansão das forças produtivas, que teve como consequência um crescimento da classe operária, em termos relativos e absolu-

tos. Esse crescimento não foi meramente quantitativo. O proletariado deu passos decisivos em direção ao seu amadurecimento como classe – embora ainda se encontre no meio do caminho. Mas fato é que o populismo, como sistema e estrutura política, desmoronou e não ressurgirá nos antigos padrões. A derrocada do populismo não levou a grande massa do nosso proletariado à procura de novos caminhos políticos – nesse sentido se criou, antes, um vácuo. A luta está hoje, em sua maior parte, em nível econômico, isto é, sindical. Já se criou, entretanto, uma situação em que a luta pela liberdade sindical – que em 1965 ainda não passava de uma palavra de ordem propagandística e educativa – se torne uma premissa indispensável para a mobilização política da classe. Este terá que ser o próximo passo.

Nesse sentido, a linha estratégica do PSB, que consiste em formar e fazer avançar o processo objetivo da criação da classe operária independente, foi plenamente confirmado. O problema hoje consiste em levar em conta as circunstâncias concretas dentro das quais o fenômeno se dá, para poder elaborar uma linha política correspondente.

Outra questão que se coloca é reavaliar a situação do Brasil dentro do contexto do capitalismo mundial, isto é, as formas concretas sob as quais o domínio do imperialismo é exercido neste país. As questões do subdesenvolvimento e da dependência, que em grande parte ainda são tratadas como lugares comuns, hoje exigem definições mais precisas. A expansão econômica da década de 70 deu ao país um papel de destaque no mundo subdesenvolvido. Por outro lado, a prática política do regime militar mostrou que também países dependentes não se submetem docilmente às exigências de uma potência imperialista. Isso chegou a surpreender muita gente, mas para nós, a definição de “cooperação antagônica” ficou comprovada. Hoje, trata-se de dar conteúdo à definição, à base da experiência dos últimos anos.

Finalmente, neste contexto, é preciso constatar que os autores do PSB não facilitaram muito a tarefa, quando falaram

do “bloqueio” do desenvolvimento capitalista do Brasil e tomaram a política econômica do regime militar como sintoma de “estagnação”. É verdade que o PSB não estava sozinho com esta interpretação; economistas como Celso Furtado, incorreram em erro análogo. O que facilitou esse equívoco foi o fato de a crise cíclica de 1963/66 ainda não ter sido superada. Isso, em grande parte, foi responsável pelo nosso despreparo frente ao “milagre econômico”.

No campo, as mudanças não são menos significativas. A contínua penetração de métodos capitalistas na agricultura, a generalidade do fenômeno dos “boias-frias” prepara o terreno para lutas sociais em escala inédita no país. Ajuda a destruir as velhas estruturas do coronelismo e aproxima as formas de luta dos trabalhadores rurais aos do proletariado urbano. Desde já, o sindicalismo está presente em regiões do interior e os sindicatos rurais farão parte de uma futura Central Única dos Trabalhadores.

O desenvolvimento das lutas de classes no campo, todavia, ainda é contraditório. Em primeiro lugar, as diferenças regionais ainda são maiores do que no setor industrial. Em segundo lugar, o desenvolvimento é mais lento do que nas cidades. Apesar disso, contém um potencial explosivo latente, principalmente no Nordeste. Para adaptar o Programa à nova situação impõe-se um estudo mais detalhado e aprofundado das peculiaridades regionais e setoriais da nossa agricultura. Nada mudou, evidentemente, o nosso objetivo estratégico de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Não devemos perder de vista também que o desenvolvimento da última década e meia produziu uma mudança nas relações de forças existentes no seio da aliança das classes dominantes. O peso e a influência do latifúndio continuaram a diminuir em relação à indústria e ao capital financeiro. A ditadura militar em si é um terreno pouco propício para a defesa de interesses específicos de setores da classe dominantes. A ditadura aberta defende, por excelência, os interesses do setor

dominante, da grande burguesia. Entretanto, mesmo a volta a formas democrático-burguesas de governo não restabeleceria as antigas relações de forças de antes de 1964. A expansão do setor industrial criou fatos consumados que impediriam isso.

No que diz respeito às relações internacionais podemos verificar um quadro semelhante de mudanças dentro de uma continuidade básica.

O confronto latente entre dois sistemas sociais, o do Ocidente capitalista e imperialista e o campo socialista continua a representar a contradição fundamental da política mundial.

No campo imperialista houve certas mudanças quantitativas. As potências europeias reunidas na comunidade econômica conseguiram fortalecer seu potencial econômico e diminuir a distância que as separava do norte-americano. Durante as últimas duas décadas, a produtividade da indústria europeia-ocidental cresceu em ritmo mais acelerado do que a norte-americana. Embora os EUA ainda conservem a dianteira, a diminuição dessa distância chegou a provocar a crise do dólar, a desvalorização maciça da moeda norte-americana. O conseqüente aguçamento da concorrência no mercado mundial levou, por sua vez, ao restabelecimento parcial de barreiras protecionistas.

Assim mesmo, a hegemonia norte-americana no bloco ocidental e na OTAN não está posta em questão. As potências europeias podem hoje pressionar com mais força pela defesa dos seus interesses no seio da aliança, mas elas têm plena concordância que dependem do potencial militar norte-americano para a sobrevivência como economias capitalistas.

A crise do petróleo, isto é, a negativa dos países produtores de petróleo de fornecer às nações industriais o seu produto a preços baixos, revelou publicamente a dependência do Ocidente em relação ao fornecimento de matérias primas. O petróleo, entretanto, somente precipitou a crise cíclica de 1973/76, sendo esta a mais grave do capitalismo mundial no pós-guerra. Até hoje não está superada inteiramente, dando lugar à estagnação em diversos países. Os próprios EUA já enfrentam nova

crise. Entretanto, seria precipitado esperar que essa situação beneficie automaticamente as forças revolucionárias nos países industriais. Até agora só beneficiou a direita, como mostra, entre outras, a eleição nos EUA.

O campo socialista conseguiu se expandir nestes últimos quinze anos. O imperialismo norte-americano foi derrotado no Vietnã. O Iêmen do Sul, Moçambique e Angola juntaram-se ao Campo. E a revolução etíope tomou o caminho socialista. Assim mesmo, o Campo Socialista também não está livre de crises internas, embora de caráter diferente. Há uma crise estrutural, que irrompeu abertamente na Polônia e que se deve à resistência latente da classe operária contra a tutela burocrática, que já se tornou um entrave para a maioria dos países socialistas.

A crise mais grave, porém, consiste na divisão do campo socialista. As contradições entre as suas maiores potências, a URSS e a China, romperam a frente única anti-imperialista em escala mundial e favorecem objetivamente as forças de sustentação do capitalismo internacional. Esse fenômeno não desmente a polarização do mundo em dois campos antagônicos, o imperialista e o socialista. A China só pode desempenhar atualmente seu papel de aliada potencial dos EUA contra a União Soviética, aproveitando-se da contradição existente para uma política imediatista e de curta visão. Embora não acreditemos que essa constelação de forças em escala mundial seja definitiva, o PSB tem que entrar nesse assunto imprevisível no passado.

A parte do Programa que trata das recomendações táticas, certamente é a mais desatualizada. A proposta da FER, por exemplo, da Frente da Esquerda Revolucionária, visava quebrar o monopólio do pelego-comunismo sobre o proletariado. A própria história se encarregou disso. Hoje esse monopólio está quebrado e as tarefas já são outras.

Não conseguimos, na realidade, materializar a FER. A culpa certamente não foi nossa. Não encontramos receptividade para esse gênero de luta nas organizações – o PCdoB e o MRT

– que naquela época poderiam compor conosco. O que ficou desses aliados potenciais de então, hoje está no campo democrata e isso não é pura coincidência. De resto, embora em circunstâncias completamente diferentes, uma espécie de frente de esquerda realizou-se espontaneamente no PT – embora não abranja todo o PT. A esquerda em si, inclusive aquelas frações que no passado consideramos ER¹, por sua vez, está passando por um processo de reagrupamento. Uma parte, praticamente não sobreviveu; outra foi e continua indo para a direita. O que hoje existe em matéria de grupos e grupúsculos certamente não representa a última palavra da esquerda brasileira.

Sobre o capítulo da guerrilha, como instrumento de luta revolucionária, já tivemos ocasião de observar que ocupa um lugar de destaque em demasia no Programa. Isso foi resultado das lutas internas de então, principalmente com a ala debrayista.

Hoje, o Programa deve avaliar a experiência da luta de guerrilha em Cuba e na Nicarágua, entre outras, mas a atual situação brasileira não coloca o problema na ordem do dia. Importante seria um balanço da nossa experiência com a chamada “guerrilha urbana”, que sacrificou uma geração de revolucionários e que contribuiu para o esfacelamento das organizações operárias durante a clandestinidade.

Concluindo, podemos dizer que a linha estratégica elaborada no PSB continua válida. É de se admirar talvez o fato de uma parte tão grande do Programa ter resistido ao tempo. Mas, assim mesmo, o Programa não responde mais às nossas necessidades atuais e futuras. Isso tem de ser remediado, se quisermos que o PSB desempenhe seu papel da mesma forma como fez no passado.

¹ Sigla para “Esquerda Revolucionária”.

QUAL É A HERANÇA DA REVOLUÇÃO RUSSA?

Érico Sachs

“Do que se trata é de uma sociedade comunista não como se desenvolveu sobre as bases que lhe são próprias, mas, pelo contrário, tal como acaba de sair da sociedade capitalista; uma sociedade que, por consequência, em todos os aspectos, econômico, moral, intelectual, apresenta ainda os estigmas da antiga sociedade que a engendrou.”

(...)

“Mas estes defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como acaba de sair da sociedade capitalista, após um longo e doloroso parto. O direito nunca pode ser mais elevado que o estado econômico da sociedade e o grau de civilização que lhe corresponde.”

(K. Marx – “Crítica ao Programa de Gotha”. Portucalense Editora)

O que representa hoje a União Soviética para o proletariado mundial? Esta pergunta continua a preocupar as vanguardas teóricas e de luta em quase todos os países, tanto nos que já se livraram do domínio capitalista, como daqueles que ainda aspiram essa meta. As respostas variam de “socialismo” a “capitalismo de Estado”, incluindo até mesmo “potência imperia-

lista igual às outras”. Mas aí se trata de definições de extremos. Entre elas há uma série de nuances.

A União Soviética de hoje, certamente, não corresponde à imagem que os revolucionários marxistas de todas as gerações fizeram de uma sociedade socialista. Trata-se de um sistema burocrático, com uma hierarquia levada ao excesso, com uma carência de democracia socialista em todos os níveis, sistema que deixa pouca ou nenhuma margem para a iniciativa e auto-gestão das massas trabalhadoras.

Não há dúvidas também que a União Soviética passou por profundas mudanças desde os dias de Lênin. Mas, o que significam essas mudanças, qualitativamente?

A Revolução Russa e a tomada do poder pelos bolcheviques representou uma das transformações mais radicais e mais profundas da história da humanidade. Estudando essa revolução, inclusive a sua fase pós-revolucionária, verifica-se que ela passou por uma série de estágios diferentes, mas nunca sofreu uma contrarrevolução. Surgem dificuldades quando se pretende provar o contrário, de um ponto de vista marxista. Trotsky, em diversas versões, afirmara que a Revolução Russa sofrera um “termidor”. Mas o termidor – paralelo tirado da Revolução Francesa e que marca o fim do domínio dos jacobinos – implicou na passagem do poder da pequena-burguesia para as mãos da burguesia propriamente dita, isto é, significou uma mudança do regime de classes. E quem teria realizado esse “termidor” na União Soviética? A burocracia? Neste caso, a burocracia seria uma classe – afirmação que o próprio Trotsky sempre rejeitou. Essa contradição no seu esquema interpretativo do desenvolvimento pós-revolucionário da URSS, ele nunca chegou a superar.

Mais frágil ainda é o esquema dos maoistas. Segundo eles, houve uma contrarrevolução por ocasião da morte de Stálin. A burocracia representa a “nova classe”, que tomou o poder e restaurou o capitalismo na União Soviética. Trata-se, aí, de afirmações puramente polêmicas, sem nenhuma tentativa analítica.

Todos esses esquemas explicativos (há outros) não nos podem satisfazer e não satisfarão a ninguém habituado a raciocinar com categorias marxistas. Já salientamos que não encontramos na história da URSS nenhum momento de contrarrevolução, que tenha alterado as bases de classes da sociedade. Isso poderá parecer estranho, em vista das críticas ao sistema soviético atual que esboçamos no início. Mas, para compreender o fenômeno da União Soviética de hoje, não se pode partir de esquemas preconcebidos de revolução e de socialismo (esquemas que, na maioria das vezes, em nenhum lugar foram comprovados). Para compreender o desenrolar da Revolução Russa é preciso, antes de tudo, estudar as suas particularidades, as condições concretas nas quais se realizou. Tentaremos esboçá-las em seguida.

O ponto de partida

Ao contrário do que esperavam os pais do socialismo científico e toda uma geração de revolucionários marxistas, a primeira revolução proletária vitoriosa não se deu num dos países industriais mais avançados do Velho Mundo, e sim num dos mais atrasados, a Rússia. Lênin chegou a explicar esse fato com a “teoria do elo mais fraco”, mas antes de se tornar uma teoria, tratava-se de uma justificativa “a posteriori” de um evento histórico.

Para Lênin, a Revolução Russa seria a espoleta da revolução no Ocidente. A insurreição do proletariado russo seria imitada a curto prazo pela classe operária da Europa Central e Ocidental, onde se formava uma crise revolucionária, depois de quatro anos de guerra interimperialista. Era esse argumento que ajudava Lênin a convencer frações reticentes do próprio Partido Bolchevique a passar para a revolução proletária. Quando Lênin discutia com Kamenev sobre as “Teses de Abril”, as primeiras greves dos metalúrgicos alemães, ainda sob o estado de guerra, pareciam confirmar os seus argumentos perante as bases. Em seguida, quando a data da insurreição já es-

tava sendo discutida no Comitê Central, a revolta da Marinha de Guerra alemã reforçava os argumentos de Lênin.

Seria pura especulação querer discutir se Lênin teria se decidido pela insurreição caso tivesse sabido de antemão que a revolução proletária na Rússia ficaria isolada. O que se pode supor, pelos debates travados então entre os bolcheviques, é que ele teria tido muito mais dificuldades para convencer seus companheiros. Em todo caso, pode-se concluir que Lênin não estava despreparado para a eventualidade de um isolamento da revolução. Mais de uma vez, usou nos seus discursos a ressalva “se o proletariado ficar sozinho...”. Estava mais bem preparado do que Trotsky, que, desde 1905, na elaboração de sua teoria da revolução permanente, declara: “sem o apoio estatal direto do proletariado europeu, a classe operária da Rússia não poderia continuar no poder e transformar o seu domínio temporário numa ditadura estável e prolongada...”. (Citado por Isaac Deutscher em *O profeta armado*). Na véspera da Insurreição de Outubro, Trotsky reafirmou essa convicção, mas tanto ele como Lênin estavam convencidos de que o proletariado europeu não deixaria a revolução russa sozinha.

Por trás dessas preocupações e elaborações teóricas havia um problema material bastante convincente: a classe operária russa, uma ilha num mar de população camponesa, seria capaz, por sua própria força, de manter o poder conquistado e transformar a sociedade em bases socialistas?

Já dissemos que a Rússia era tida como um dos países mais atrasados da Europa. Isso, em outras palavras, quer dizer um dos países de capitalismo menos desenvolvido, com uma sociedade burguesa mais incipiente. Mas também os revolucionários russos, como todos os marxistas, partiram da premissa de que era o capitalismo, com a sua concentração de capitais, divisão do trabalho, tecnologia, nível de distribuição e de comunicação, que criava as condições para a construção de uma sociedade socialista.

Esse desenvolvimento estava atrasado no reino dos czares. E havia agravantes. A própria história e as tradições russas se desenvolveram de uma maneira diferente das da Europa Ocidental. A história russa não conhecia a luta entre a cidade e o campo, não conhecia a luta da burguesia urbana, dos artesãos e da plebe contra a nobreza feudal, que marca a história europeia durante séculos e que criou uma consciência burguesa, culminando com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial Inglesa.

A Rússia tinha sido separada da Europa por quatro séculos de dominação mongol. Tinha conhecido, desta maneira, o regime do despotismo oriental, que deixou raízes profundas, mesmo depois da independência. Os czares, que reunificaram a Rússia depois da expulsão dos conquistadores, herdaram uma máquina administrativa e burocrática criada durante o domínio mongol, e se empenharam imediatamente em sufocar o desenvolvimento autônomo das poucas cidades independentes que mantinham relações com a Liga Hanseática do norte da Europa.

Um reflexo e um instrumento desse desenvolvimento era a Igreja Russa. O que dominava era a tradição de Bizâncio. A Igreja Ortodoxa Russa não foi tocada pelas correntes protestantes ou, em seguida, pelo aburguesamento da própria Igreja Católica.

A industrialização russa era recente. Iniciada e realizada principalmente pelo Estado, em consequência das derrotas sofridas na Guerra da Crimeia, e visando uma “modernização” da sociedade que permitisse enfrentar o poderio militar do Ocidente. Que o resultado desse esforço foi insuficiente, mostraram duas guerras; a de 1904 contra o Japão e a Guerra Mundial de 1914.

Na hora da revolução, em 1917, 80% da população ainda vivia no campo. Num país de 140 milhões de habitantes, os camponeses representavam uma massa cinzenta, simbolizada pelo “mujiqe”. Alheio à política e à organização social, culti-

vava a terra nos curtos meses de verão à base de uma agricultura arcaica. No longo inverno russo, dormia perto do fogão da cozinha, como encarnação da inércia. Hoje, já se esqueceu o que era uma aldeia russa antes da Revolução. Para lembrar-se, bastaria voltar aos romances de um Tolstoi. Mas esse camponês, por outro lado, se distinguia por uma sede insaciável de terra. Desta terra que já havia sido das suas comunidades, do “mir”, e que os grandes proprietários tinham se apossado com o apoio dos governos czaristas. O futuro da Rússia dependia, nas palavras de Lênin, de quem iria dar a terra aos camponeses: se a burguesia ou o proletariado.

A classe operária russa era jovem e pequena. As estimativas, no momento da revolução, não ultrapassavam de 3 milhões de operários industriais, mas os dados mais frequentemente citados referem-se a 2 milhões e meio. (Zinoviev, mais tarde, fala em 6 e 8 milhões, mas aí inclui camadas marginalizadas e “lumpen”, com o intuito de “reforçar” o caráter proletário da Revolução). Era um proletariado excepcional, rebelde, com capacidade de luta e de sacrifício. Uma das vantagens para a sua luta era o alto grau de concentração, como em Petrogrado, onde havia fábricas com 40 mil operários (Fábrica Putilov). Conquistara a liderança na luta política da sociedade russa. A “hegemonia do proletariado” não era mais um postulado teórico, e sim um fato que ia possibilitar a Revolução de Outubro. Ao mesmo tempo, ainda estava muito ligado ao campo; em grande parte tratava-se da primeira geração de operários industriais. Nos anos de desemprego e de miséria, também depois da Revolução, muitos operários, mesmo qualificados, voltavam às suas aldeias, onde um pedaço de terra permitia a subsistência.

O proletariado russo, um dos mais revolucionários da sua época, todavia não tinha tido nenhuma experiência de autogestão. Praticamente não tinha conhecido nenhuma fase de vida democrático-burguesa. (Com exceção de fevereiro a outubro de 1917.) Não tinha desfrutado daquelas “condições mais favoráveis da luta pelo socialismo”, de que falava Engels. Essa falta de

experiência democrática ia dificultá-lo em seguida no manejo dos instrumentos da democracia socialista. Concomitantemente, não conhecia sindicatos, se abstrairmos uma pequena minoria, os ferroviários. Isso, de certo modo, facilitou a luta revolucionária, mas, da mesma maneira, tornou-se um obstáculo após a Revolução, quando o proletariado tornou-se classe dominante.

Clara Zetkin, a dirigente comunista alemã, um dia perguntou a Lênin se a revolução não teria sido facilitada pelo fato de a grande maioria do povo russo ter sido analfabeta. Depois de ligeira hesitação, Lênin concordou, mas acrescentou que era muito difícil construir o socialismo com analfabetos.

O fato consumado

Em 1920/1921, depois de quase quatro anos de guerra civil e intervenção armada de 14 países capitalistas, dois fatos estavam consumados. Em primeiro lugar, a onda revolucionária, que tinha abalado a Europa Central e que alimentara a esperança dos bolcheviques no sentido de um alastramento da revolução para o Oeste, tinha se esgotado. O capitalismo europeu sobrevivera e cercava a República Soviética, que ficara sozinha e tinha de resolver os seus problemas por conta própria.

Em segundo lugar, depois da derrota da contrarrevolução, os problemas econômicos e sociais acumulados (mas tidos como secundários durante a guerra civil) surgiram à tona, exigindo soluções imediatas. Um sintoma extremo dessa situação foi o levante do Kronstadt, quando os marinheiros, aliados fiéis da revolução de 1917, se rebelaram contra o poder soviético.

O esforço de guerra tinha deixado a República Soviética em ruínas. Para ter uma ideia da devastação causada, basta ter em conta que, em 1921, a renda nacional era um terço da de 1913, o último ano da paz. A produção industrial tinha caído, no mesmo período, para um quinto; a mineração do carvão, para um décimo; a produção de ferro, para um quadragésimo. Ao mesmo tempo, a população de Moscou ficou reduzida à metade e a de Petrogrado a um terço em relação a 1913.

Não menos alarmante era a situação social. Da pequena classe operária russa, nem 50% continuavam em fábricas e usinas. A sua parte mais ativa, com a tomada do poder, saíra da produção para ocupar funções políticas e administrativas no novo Estado e, em seguida, forneceria os comandantes e comissários políticos para um exército de camponeses, que no auge da guerra civil chegou a contar com 5 milhões de combatentes; ou formava unidades de elite (divisões proletárias) como dorso das forças revolucionárias. A antiga classe operária tinha se esgotado fisicamente na revolução e na guerra civil e o que restava era justamente a parte menos dinâmica e menos politizada. Com a reconstrução que se iniciava, a lacuna tinha de ser preenchida e o foi com centenas de milhares, e posteriormente milhões, de camponeses, vindo a qualidade política da classe a sofrer novas alterações.

Quando os bolcheviques tomaram o poder, não pretendiam por enquanto, no campo econômico, passar além do “controle da produção”, isto é, deixar as fábricas funcionando com seus antigos donos, mas sob controle operário e cogestão. A ideia não deu certo. Os donos geralmente fugiram espontaneamente ou os operários os fizeram fugir. Mas, nem os operários nem os bolcheviques estavam preparados para gerir o parque industrial. O problema foi encoberto pela guerra civil, quando a produção se limitou praticamente ao esforço de guerra. As cidades tinham de ser abastecidas com o produto do camponês, mas não produziam artigos industriais para dá-los em troca de cereais. Instaurou-se a requisição forçada de trigo. O sistema foi batizado de “comunismo de guerra”. Eliminava em grande parte a circulação de dinheiro e o pagamento dos operários se deu, na maioria das vezes, em espécie. Como sempre acontece em casos semelhantes, surgiram teorias que pretendiam transformar a necessidade em virtude. Segundo essas, o comunismo de guerra era tido como um passo na construção do socialismo. A realidade não se comprovou. O camponês aguentava as requisições porque eram tidas como provisórias, enquanto a

volta dos grandes proprietários de terra, que acompanhavam os exércitos brancos, seria duradoura. O sistema não resolvia, tampouco, a situação nas cidades, que passavam fome, porque a quantidade dos alimentos requisitados era insuficiente. O descontentamento crescia. Em 1921, notava-se um aumento da influência menchevique nas fábricas – já tida como morta entre os operários industriais.

A saída do impasse preconizada por Lênin estava na chamada “Nova Política Econômica”, mais conhecida como NEP, conforme a sigla russa. A cidade, doravante, pagaria ao camponês o produto do seu trabalho. Foi estabelecido um sistema de quotas. A requisição armada foi abolida. Ao mesmo tempo, foi criado um espaço para a iniciativa privada na economia, tanto na produção quanto na distribuição das mercadorias. O Estado proletário se assegurou o domínio das indústrias chaves, mas o caminho estava aberto para o restabelecimento da economia de mercado. Mesmo as indústrias estatais tinham de respeitar as leis do mercado. Foi uma tentativa de reconstruir a economia soviética no quadro do célebre “um passo atrás, dois adiante” de Lênin. Ele mesmo caracterizava o sistema instalado como “capitalismo de Estado”, que só não virava capitalismo pura e simplesmente porque se dava sob o domínio da ditadura do proletariado.

Hoje não há mais dúvidas que essa solução tirou a revolução do beco sem saída, mas, ao mesmo tempo, a NEP tornou-se um terreno fértil para as lutas de facções no interior do PCUS nos anos que se seguiram.

As primeiras oposições

Pode-se dizer que as oposições no seio do Partido Bolchevique surgiram com a própria revolução. A formação de um governo puramente bolchevique já encontrou resistência de uma parte do Partido e, se esse não passou de um episódio, deve-se sobretudo à atitude míope e arrogante dos mencheviques e sociais-revolucionários de direita, que não exigiram menos do que o afastamento de Lênin e Trotsky do governo como preço

para a colaboração. (Os sociais-revolucionários de esquerda chegaram a integrar temporariamente o governo).

A primeira oposição de envergadura foi a de Bukharin, a dos chamados “comunistas de esquerda”, por ocasião do Tratado de Brest-Litowsk. Bukharin, que nesta ocasião podia contar com o apoio dos sociais-revolucionários de esquerda, exigia a guerra revolucionária contra a Alemanha, a fim de levar a revolução para o Ocidente.

A guerra revolucionária contra países capitalistas, em princípio, fazia parte da doutrina bolchevique da revolução proletária. Em 1920, Lênin e Trotsky tentaram materializá-la no conflito com a Polônia, mas o Exército Vermelho foi derrotado às portas de Varsóvia. Em princípios de 1918, entretanto, tanto Lênin como Trotsky sabiam que a jovem República Soviética não estava em condições de enfrentar a máquina militar alemã, ainda intacta na Frente Oriental. Os camponeses russos, esgotados e cansados por quatro anos de guerra imperialista, desertavam em massa do exército para não perder a vez na distribuição das terras. Havia divergências entre Lênin e Trotsky, mas não se podia falar naquela ocasião de uma oposição trotsquista. As divergências giravam em torno da tática a seguir durante as negociações. Trotsky pretendia resistir ao máximo às exigências dos militares alemães, para mostrar à classe operária do Ocidente que a Revolução Russa não estava de jogo com cartas marcadas com a monarquia dos Hohenzoller e que Lênin não era “agente alemão”, como afirmavam os sociais-patriotas dos países aliados. Trotsky exagerou essa tática, mas finalmente, nas votações decisivas, aliou-se a Lênin contra Bukharin.

Seguiram-se os anos da guerra civil e de intervenção estrangeira. Não havia oposição no seio do Partido. As poucas que surgiram, como a Oposição Militar de Stálin e Voroshilov, se relacionavam com o emprego maciço de “especialistas militares” (oficiais do antigo exército czarista), política defendida por Trotsky e endossada por Lênin, mas não tiveram consequências na vida partidária.

As Oposições que nos interessam aqui, isto é, aquelas que questionaram a estrutura econômica, social e política da República Soviética, e que marcaram profundamente o seu futuro desenvolvimento, surgem com o término da guerra civil, num momento em que as esperanças de uma revolução no Ocidente tinham passado. Foi justamente quando o PC soviético chegou a tomar consciência que tinha de solucionar o problema da manutenção do poder sem ajuda externa. E o que levamos em conta como Oposições não são meras divergências de opinião na cúpula ou nas bases do Partido, mas a existência de facções organizadas, com disciplina própria, que procuram sustentar os seus pontos de vista, apesar de derrotadas em Congressos, contra a maioria do Partido.

A primeira dessas oposições, a do “Centralismo Democrático”, surgiu em 1920, liderada por Osinsky e Sapronov. Sua formação se liga principalmente ao restabelecimento das direções responsáveis de um só homem nas empresas estatais. Até então, as fábricas e demais empresas industriais tinham sido dirigidas por conselhos compostos por representantes dos operários, sindicais e técnicos. O sistema não aprovou na tarefa da reconstrução e mais adiante veremos por que. Mas, o caso das direções das empresas só representava o cume de um fenômeno geral na sociedade soviética – a do restringimento da democracia socialista dentro e fora do Partido a favor das atividades dos “especialistas”. A facção do “Centralismo Democrático” representou a primeira forma de protesto organizado dentro do Partido, mas não estava em condições de apresentar uma alternativa viável. O que propunha era a conservação de métodos que, no passado, não tinham solucionado os problemas mais urgentes da sobrevivência da jovem República. Sua plataforma estava enriquecida ainda com reivindicações obviamente utópicas, como o abastecimento gratuito para os trabalhadores à base de um igualitarismo total, etc. Por isso mesmo, o “Centralismo Democrático” não sobreviveu ao 9º Congresso de forma organizada.

Repercussão maior dentro das fileiras do Partido obteve a Oposição Operária de Kollontai e Shliapnikov, que também se tornara conhecida no Ocidente.

A Oposição Operária procurara igualmente elaborar uma alternativa à tendência do restringimento da democracia socialista. O eixo de sua argumentação e plataforma se situava na exigência da entrega da reconstrução e da administração da economia soviética aos sindicatos. Argumentava que eram os sindicatos as organizações de massa, que conglomeravam a classe operária e, portanto, eram os órgãos mais indicados para a realização da ditadura do proletariado e garantir, na prática, a democracia socialista.

Essa tentativa foi combatida frontalmente por Lênin, Trotsky e quase toda a liderança bolchevique. Embora tomassem posições diferentes na questão sindical, estavam uníssonos na argumentação sobre a incapacidade dos sindicatos soviéticos de tomar essas responsabilidades econômicas. Não negavam que, em princípio, os sindicatos tinham um papel de destaque na construção de uma sociedade socialista, mas a receita da Oposição Operária se chocava com a realidade soviética, com o despreparo cultural e técnico das massas, com seus sindicatos recém-formados e sem tradições.

Foi Trotsky quem mais enfaticamente investiu contra a Oposição Operária, pois defendia justamente o extremo oposto na discussão. No passado, à procura de uma solução para os problemas econômicos candentes, tinha defendido a proposta de “militarização do trabalho”. Esbarrou com a resistência da maioria do Comitê Central e dos próprios sindicatos, evidentemente, e abandonou esse ponto de vista. Agora, no 10º Congresso do Partido, no qual a discussão sindical atingira o auge, e no qual também a Oposição Operária apresentara suas teses, defendia a posição de estatização dos sindicatos”. Novamente não se impôs contra a maioria, que sob a liderança de Lênin rejeitou os dois extremos. É preciso ver, porém, que tanto a Plataforma da Oposição como as teses de Trotsky ainda partiam

da premissa da continuação da política do comunismo de guerra. Esta, porém, recebeu logo em seguida o golpe mortal pelo levante dos marinheiros de Kronstadt. A revolta armada mostrou o quanto os bolcheviques estavam atrasados na solução dos problemas mais urgentes do país e varreu as teses opostas da mesa do Congresso. A Oposição Operária caiu na passividade frente à realidade da NEP, instituída pelo Congresso. Deixou de atuar como uma facção dentro do Partido. Posteriormente, os seus remanescentes se cindiram em duas tendências. Uma, liderada por Kollontai, chegando à conclusão de que, nas condições russas, as suas concepções ideais de construção socialista não correspondiam à realidade, se colocou à disposição de Stálin. A outra ala, sob a liderança de Shliapnikov, nas lutas internas futuras iria juntar-se a Trotsky.

Burocracia x Democracia Socialista

Lênin já definira a Rússia Soviética como “ditadura do proletariado com deformações burocráticas”. Nos últimos anos de sua vida, dedicou-se à luta contra essas deformações, contra os métodos de Stálin na Secretaria-Geral do Partido e no Controle Operário e Camponês, da mesma maneira como havia se oposto às soluções “administrativas” de Trotsky. O caso não é tão simples para poder-se afirmar que Lênin havia querido abolir a burocracia. Esta era composta por especialistas e o proletariado soviético precisava de especialistas nos mais diversos ramos para se manter no poder e assegurar o funcionamento de sua máquina estatal. Sobre essa necessidade, toda a liderança do Partido e do Estado em pouco tempo estava de acordo. O próprio Trotsky, que nas lutas internas posteriores iria levantar a bandeira da luta contra a burocracia, em 1921 ainda dizia numa discussão com sindicalistas:

Burocracia (...) não foi uma descoberta do czarismo. Representava toda uma época no desenvolvimento da humanidade” (...) época ainda não encerrada, e que seus males surgiam “em pro-

porção inversa ao esclarecimento, aos padrões culturais e à consciência política das massas.

Deutscher resume a argumentação de Trotsky, que pleiteava que um serviço público competente, hierarquicamente organizado, tinha seus méritos e que a Rússia sofria não dos excessos, mas sim da falta de uma burocracia eficiente. Usou esse argumento repetidamente, dizendo que em prol da eficiência era necessário conceder certos privilégios limitados à burocracia. Fez-se, desse modo, porta-voz dos grupos administrativos, e isso mais tarde permitiu a Stálin classificá-lo, com certa lógica, como o “patriarca dos burocratas” (citado conforme Deutscher em *O Profeta Armado*).

O problema que Lênin colocava era “quem controla quem”: os comunistas os burocratas, ou vice-versa, e citava como exemplo a administração da cidade de Moscou.

O que era essa burocracia? Evidentemente, ela englobava então muitos operários e revolucionários, mandados para a administração pública, a fim de romper a resistência da velha máquina estatal, para transformá-la em instrumento da ditadura do proletariado. Nas condições russas, entretanto, a “quebra da máquina de Estado burguesa” e a formação de uma nova, proletária, não podia ser realizada sem um aproveitamento intensivo da antiga burocracia herdada do passado. Era composta de “especialistas”, que, bem ou mal, administravam profissionalmente. Esse processo se deu em diversos níveis nos diversos setores. Só não se deu praticamente no setor de segurança e repressão, que o novo regime teve de criar. Mas já se dera maciçamente nas Forças Armadas, onde, durante a Guerra Civil serviram 40 mil ex-oficiais czaristas, vigiados por comissários políticos. Na Justiça a situação não era muito diferente, pois não havia muitos juizes e bacharéis revolucionários. As necessidades cresciam quando se tratava de assegurar o abastecimento das cidades, o funcionamento dos meios de transporte e, não por último, garantir a gerên-

cia das fábricas e dos meios de produção em geral. Os novos administradores e funcionários públicos “vermelhos”, como eram chamados, se misturavam com burocratas antigos e traquejados, e não podiam deixar de aprender o seu ofício com eles. Na medida em que aprendiam, absorviam tradições da burocracia russa.

A realidade russa naquela fase da revolução fez com que a meta de Lênin de “cada um ser temporariamente burocrata” (em *O Estado e a Revolução*), para evitar o surgimento de uma máquina burocrática, não passasse de um objetivo remoto. O problema concreto e imediato era da sobrevivência da revolução e isso agora dependia do funcionamento e da eficiência do novo Estado. Isso, por razões já indicadas, a classe operária russa não estava em condições de garantir diretamente. Não o estava em virtude de seu nível cultural herdado dos tempos do czarismo. Ela só podia garantir esse funcionamento mediante o controle exercido sobre a burocracia e exercia esse controle, bem ou mal, por intermédio do Partido.

Nessas condições – e temos de ter consciência disso – os soviets, órgãos da democracia socialista, falharam na Rússia, como órgãos do poder proletário na fase pós-revolucionária. Tiveram o seu papel como órgãos do Duplo Poder e da Insurreiçã, mas não conseguiram enfrentar as tarefas da manutenção da ditadura proletária, nem as da recuperação econômica. Nessas circunstâncias, a burocracia tinha um papel necessário a desempenhar na manutenção do poder proletário e na construção do socialismo. O problema posto por Lênin, todavia, perdurava: quem controla quem?

Operários e camponeses

No decorrer das discussões sobre a questão sindical, Lênin dirigiu-se a Trotsky dizendo:

O camarada Trotsky fala do Estado Operário. Permita-me dizer que isso é pura abstração (...) Não se trata de um Estado com-

pletamente operário e aí está o *x* da questão (...) Em nosso país o Estado não é na realidade operário, e sim operário e camponês.

“Operário e camponês” – eis aí o “*x* da questão”, que os sucessores de Lênin tiveram de enfrentar na prática. O próprio Lênin via a realização da ditadura proletária, nas condições soviéticas, depender do funcionamento da Aliança Operário-Camponesa. Essa preocupação, a do relacionamento do proletariado urbano com a imensa maioria dos camponeses, estava sempre presente na estratégia de Lênin, desde as discussões sobre o Programa Agrário da Social-democracia Russa até a redação do seu testamento, onde receava a divisão do Partido em uma fração operária e outra camponesa.

A atitude do camponês foi decisiva durante a Guerra Civil. No início, cansado de qualquer guerra e satisfeito com o pedaço de terra recebido pela Revolução, ele procurava não envolver-se com a Guerra Civil. O motivo para defender a Revolução com a arma na mão foi fornecido pelos Exércitos Brancos, que procuravam restabelecer as grandes propriedades da antiga nobreza. Aí o mujique despertou, e isso permitiu a organização de um Exército Vermelho de milhões de camponeses, comandados por operários.

Já assinalamos também que era essa ameaça, de perda das suas terras, que fez o camponês se conformar mesmo com as requisições de cereais durante o comunismo de guerra – mas somente enquanto durava a Guerra Civil e a ameaça de retorno dos grandes proprietários fundiários.

O camponês não era socialista, nem raciocinava em termos de coletividade. Sua ânsia de terra própria fez dele um individualista extremo. Este traço, mais o fato de ter sido a Revolução que lhe dera a terra, representavam os dois polos extremos do comportamento do camponês. Não é anedota, mas a voz preva-
lente no campo e citada por vários autores era que os bolcheviques eram gente boa, pois tinham distribuído a terra, mas os comunistas eram gente má, pois queriam coletivizar a terra...

Com o fim da Guerra e o esgotamento da política baseada nas requisições de cereais, o descontentamento no campo começou a tomar formas violentas. Kronstadt só era o cume do iceberg. Entre 1920 e 1921, registraram-se mais de 130 levantes camponeses na Rússia Central. A NEP, afinal de contas, não era outra coisa do que uma política de apaziguamento do campo.

O que significava a NEP para o camponês?

Em princípio, consistia de um só decreto, o que aboliu as requisições. A entrega dos excedentes da produção agrária era regulamentada por preços e quotas fixas. Mas, esse primeiro decreto tinha consequências. De nada adiantava pagar ao camponês em dinheiro, se ele não conseguia comprar o que precisava. O que ele precisava era de artigos industriais, de tecidos, de sapatos, ferramentas e instrumentos de trabalho. Eram justamente esses artigos que faltavam numa situação em que a indústria produzia um quinto do volume de 1913. Iniciou-se o período de reconstrução, que se apoiou em dois pilares principais: a indústria estatal, o setor socializado, que abrangia as grandes empresas, e o setor privado, de iniciativa particular. Este nunca chegou a ultrapassar 20% da produção global, mas era essencial para o abastecimento do campo, já que incluía grande parte do setor de serviços.

Outra consequência da NEP foi a mudança na estrutura da Aliança Operário-Camponesa. A distribuição das terras, evidentemente, não tinha produzido relações igualitárias no campo. Era inevitável que um camponês recebesse mais do que outro ou recebesse terras melhores que as de seu vizinho. No princípio, os bolcheviques se apoiavam nos chamados camponeses pobres, que durante a guerra civil ajudavam nas requisições. Com a NEP, esse eixo tinha de mudar. O camponês pobre não dispunha de excedentes de produção necessários para o abastecimento das cidades, ele produzia sobretudo para a subsistência. Só o camponês médio e o “kulak” (camponês rico, que

empregava mão de obra) dispunham da produção necessária. Já que o intercâmbio agora transcorria à base de uma economia de mercado, era inevitável fazer concessões periódicas para incentivar a produção. Assim, por exemplo, as quotas em espécie foram paulatinamente substituídas por impostos em dinheiro. Os camponeses tinham de vender o seu produto para poderem pagar os impostos. Posteriormente, foi liberalizado o estatuto rural, facilitando o emprego de assalariados e, finalmente, tolerava-se que os camponeses mais ricos arrendassem terras de vizinhos menos afortunados para estender a produção.

Todas essas concessões foram feitas, a princípio, para assegurar o abastecimento das cidades e permitir a reconstrução da economia urbana. O poder soviético, longe de criar forças produtivas superiores à velha sociedade capitalista, ainda estava empenhado em atingir o nível econômico do período anterior à guerra. Mas a pobreza dos recursos econômicos da jovem República Soviética foi tal que qualquer concessão a uma classe ia em detrimento da situação de outra – partindo da premissa que as duas classes fundamentais da sociedade soviética eram constituídas por operários e camponeses. Não há dúvida que as concessões aos camponeses iam em detrimento da situação material dos operários industriais. Preços mais altos para os cereais significavam pão mais caro nas cidades. Mas não concedendo aumentos, os camponeses não produziam as quantidades necessárias de trigo – e os operários ficavam sem pão.

Essa situação temos de ter em mente, se quisermos compreender a origem das lutas de facções que se desenrolaram de 1923 em diante. Anos mais tarde, em 1928, quando a luta interna atingia o seu auge, corria uma piada de gosto político duvidoso nas antessalas do Comintern: “com Trotsky, o operário ia bem e o camponês ia mal; com Bukharin, o camponês ia bem e o operário ia mal; com Stálin e a ‘Linha Geral do Partido’, todos estavam na merda...”

Lênin tinha qualificado a NEP como “recuo”, mas a imensa maioria do Partido, que aceitara essa alternativa, não tinha

ideia alguma das consequências dessa nova política. Em pouco tempo, enfrentara o problema do pulular do capitalismo agrário no campo (através do kulak) e do surgimento de uma nova burguesia nas cidades (os chamados “homens da NEP”). Nem tinham ideia ainda **como** e **quando** esse recuo seria superado, para poder dar o passo para frente. Hoje, esquece-se facilmente que a construção de uma economia em bases socialistas ainda não tinha precedentes. Nenhuma tentativa de conquista de poder pelo proletariado tinha ido tão longe. Naquele momento, ainda não estava comprovado, historicamente, que a classe operária estava em condições de organizar uma economia em bases coletivistas, além dos padrões capitalistas. E o proletariado russo tinha de comprovar os postulados teóricos dos clássicos do marxismo num dos países mais atrasados da Europa, representando ele mesmo uma ilha num mar de economia camponesa. Queremos lembrar esse fato antes de entrar nas lutas de facções propriamente ditas, lutas internas que se desenvolveram à base da problemática que a NEP criara, lutas que marcaram decisivamente a face e as estruturas internas da primeira ditadura do proletariado vitoriosa.

A primeira oposição trotsquista

Queremos assinalar aqui o que já assinalamos antes, que a divergência no seio do Partido anda não constitui oposição no sentido de facção partidária. Todo comunista só pode agir conforme a sua consciência de revolucionário. Ele tem de decidir se uma divergência com a linha política é tão grave que impossibilita uma militância comum ou se se submete ao centralismo democrático porque acha que o denominador comum, objetivo da luta comum, mais do que a divergência momentânea, é principal. Visto desse ângulo, a divergência é um direito do comunista militante e não pretendemos aqui aplicar os padrões estalinistas posteriores (mas não só estalinistas) de que qualquer divergência só pode ser remediada por uma “autocrítica” formal.

Já mencionamos também que não vemos nas divergências de Trotsky por ocasião de Brest-Litowsk como luta de facção. Tampouco nas divergências de Lênin e Trotsky sobre a questão da militarização do trabalho ou da estatização dos sindicatos. Todas essas questões foram debatidas dentro dos padrões da democracia partidária e a minoria se submeteu à maioria.

Qualitativamente diferente tornou-se a divergência entre Lênin e Trotsky sobre a questão da planificação da economia soviética, mas as consequências só apareceram depois da retirada de Lênin da vida política – em virtude de sua doença e morte posterior.

Enquanto Lênin participava da direção do Partido e do Estado, se opunha às concepções de Trotsky sobre as possibilidades de uma planificação global da economia soviética. Argumentava que durante a NEP, uma espécie de capitalismo de Estado, com a existência de 20 milhões de unidades agrícolas particulares, não havia possibilidade de uma planificação global da economia. Lênin acusava Trotsky de formalismo administrativo. Defendia o ponto de vista de que o “Gosplan” (órgão estatal de planificação) só poderia elaborar planos setoriais, mas não globais. Para tal, tinha de ser criada ainda uma infraestrutura, no decorrer da época da reconstrução. O único setor da economia onde admitia uma planificação global era o da eletrificação. Foi quando lançou a célebre palavra de ordem “eletrificação + ditadura do proletariado = Socialismo”.

Isaac Deutscher, na sua biografia de Trotsky, quis dar a impressão que Lênin, no seu leito de morte, aceitara o ponto de vista de Trotsky sobre a planificação, da mesma forma como já teria aceitado implicitamente a “teoria da revolução permanente”. Tais tentativas do autor ameaçam diminuir o valor histórico de sua obra. Em geral, ele não esconde as fraquezas das posições de Trotsky e só podemos atribuir esse deslize ao seu empenho constante de defender a pessoa de Trotsky das calúnias posteriores, que o estalinismo levantou contra o fun-

dador do Exército Vermelho. Fato é que Lênin, impossibilitado de intervir no Congresso do Partido, onde pretendia dar combate aos métodos burocráticos de Stálin, procurou o apoio de Trotsky para a denúncia dos acontecimentos na Geórgia. As relações entre Lênin e Trotsky tinham sido tensas, principalmente devido às divergências em torno da questão do planejamento. Facilitando a reconciliação, Lênin não fez mais do que conceder a Trotsky que se poderia ter feito **mais** em matéria de planejamento. Mas isso tampouco adiantou. Trotsky, em vez de enfrentar Stálin, preferiu fazer um “compromisso podre” (Lênin) com ele e as preocupações do fundador da República Soviética sobre os acontecimentos da Geórgia e os métodos de Stálin não encontraram porta-voz.

Tudo isso, entretanto, não passava de uma introdução a uma problemática posterior, onde os conceitos de Trotsky sobre a planificação conservam sua importância.

No que diz respeito à liderança bolchevique, assistimos com a NEP a mudanças de posições fundamentais. Um exemplo é o caso de Bukharin. Porta-voz dos “comunistas de esquerda”, logo depois da Revolução, tornou-se expoente de um curso de direita, que defendia uma política de “socialismo a passo de lesma”, com receio de por em perigo a Aliança Operário-Camponesa.

Zinoviev e Kamenev, por sua vez, que formaram a “troika” com Stálin na política de contenção dos camponeses, passaram-se em seguida para o lado de Trotsky, para formar a Oposição Unida.

As rivalidades e antagonismos pessoais, sem dúvidas, desempenharam seu papel na luta interna em torno da sucessão de Lênin. Assim, a aliança Zinoviev-Kamenev-Stálin foi motivada em grande parte pela resistência dos velhos bolcheviques contra uma liderança de Trotsky, cujo passado não estava esquecido e que, por sua vez, em suas atitudes pessoais, nada fizera para superar a desconfiança existente. Por outro lado, não se pode dar importância em demasia às relações pessoais. Sinal

é que o antagonismo entre Zinoviev e Trotsky ficaria superado quando se tratou de criar uma frente única contra Stálin. As causas eram mais profundas. Não há dúvidas que Trotsky e Stálin representavam dois polos, duas concepções antagônicas numa luta que iria abalar os fundamentos do Partido e do Estado Soviético.

1923: o ano decisivo

Mais radical de todas, porém, foi a mudança ocorrida na posição de Trotsky. Todos os historiadores registram um ponto de rompimento, uma “cesura” na sua atuação na fase pós-revolucionária. Há ligeiras divergências quanto ao momento. E. H. Carr, na sua *História da União Soviética* (O Interregno), registrando o caminho de Trotsky para a Oposição, está inclinado a localizar o ponto de rompimento em 1923. Isaac Deutscher, no seu *O profeta desarmado*, o coloca no decorrer do ano de 1922.

Ao acompanharmos as dissensões no Politburo e examinarmos a participação que nelas teve Trotsky, somos surpreendidos pela modificação que ocorreu no próprio Trotsky, em cerca de um ano. Na primeira metade de 1922 ele falava principalmente como o disciplinário bolchevique; na segunda já estava em conflito com os disciplinários. O contraste se evidencia em muitas de suas atitudes, mas torna-se mais evidente quando lembramos que no início do ano ele acusara, em nome do Politburo, a Oposição dos Trabalhadores, perante o Partido e a Internacional. Não obstante, já no fim do ano ele parecia adotar opiniões até então defendidas pela Oposição (e pelos decemistas)...

Trotsky, a princípio, atacou-os e advertiu-os de que os bolcheviques não deviam, em circunstância alguma, opor-se aos líderes do Partido em termos de “nós” e “eles”. Não obstante, no curso de 1922, Trotsky parecia ter adotado a maioria de suas ideias e uma atitude que o levava a argumentar contra a maioria do Politburo em termos de ‘nós’ e ‘eles’.

(Isaac Deutscher, *O profeta desarmado*)

No mesmo ano, em 1922, chocara a liderança bolchevique e o próprio Lênin, recusando ser nomeado vice-presidente do Conselho de Comissários do Povo, isto é, substituto de Lênin na chefia do governo. Muito se especulou sobre as causas dessa renúncia, mas ela só se tornaria compreensível no quadro da futura passagem de Trotsky para a Oposição.

Que se dera com Trotsky? Que foi que provocou esse ponto de ruptura? Não nos podem satisfazer, certamente, as explicações de Deutscher, no sentido de que Trotsky teria vivido um conflito entre “autoridade e liberdade”.

Para nos inteirarmos da situação de Trotsky temos de voltar ao problema fundamental da Revolução Russa – o seu isolamento. A Rússia Soviética tinha de resolver os seus problemas aparentemente insolúveis de força própria, sem o auxílio do proletariado vitorioso de países mais adiantados. O futuro desenvolvimento mostrou que não eram propriamente insolúveis, mas os métodos exigidos nas condições russas para garantir a manutenção do poder e assegurar o salto qualitativo para uma economia em bases coletivistas, assustou a uma geração de líderes comunistas, educados nas tradições do marxismo ocidental. Na medida em que a revolução avançava nesse caminho, surgiram grupos de oposição no seio do Partido, que, ou não se conformavam com o preço e os sacrifícios exigidos por semelhante desenvolvimento, ou que simplesmente não acreditavam mais numa perspectiva socialista sem uma revolução no Ocidente. Trotsky foi um dos primeiros na cúpula do Partido posto diante dessa situação. Não pretendemos explicar a sua atitude pela sua “teoria da revolução permanente”. Ela só é explicável pela realidade russa de então. A teoria da revolução permanente, aliás, não passa de uma tentativa de interpretação do processo revolucionário mundial visto de um ângulo russo. Fato é que há um momento em que Trotsky não queria mais tomar responsabilidades pelo futuro desenvolvimento e destino da revolução. E isso, forçosamente, o levou para o campo da oposição.

Antes de chegar a esse ponto de ruptura definitiva, ocorreu uma evolução no ocidente que chegou a unir temporariamente as facções hostis do Partido russo. Na segunda metade de 1923, esboçou-se a possibilidade do surgimento de uma situação revolucionária na Alemanha. O futuro desenrolar dos eventos mostrou que essa perspectiva era ilusória, mas por muito tempo a liderança soviética aceitou a ficção do levante dos operários alemães a curto prazo. Quando esse prazo venceu e a realidade não confirmou as expectativas, os comunistas alemães tiveram de bater em retirada, enfrentando uma crise interna. Mas quem mais se apegou à ficção de uma “situação revolucionária” na Alemanha, a ponto de se tornar uma ideia fixa, foi Trotsky. Até hoje, um dos axiomas do trotsquismo internacional é constituído pela “situação revolucionária de 1923”, que teria sido jogada fora. Na luta interna no PC soviético, que agora recrudescer, os acontecimentos alemães tiveram um papel de destaque: “com Lênin, em 1917, a Revolução Russa; com Zinoviev, Kamenev e Stálin, em 1923, o desastre alemão”, este tornou-se um dos argumentos favoritos de Trotsky.

Foi justamente o caso alemão que enterrou definitivamente qualquer esperança a médio prazo de poder vencer as dificuldades internas mediante a ajuda do proletariado vitorioso no ocidente. Se o ponto de ruptura para Trotsky não tinha sido atingido ainda, agora estava.

A primeira Oposição trotsquista, que se formara ainda em fins de 1923, em torno da chamada Plataforma dos 46, saiu sem a assinatura de Trotsky e sem que intervisse nas discussões. Parecia até que hesitava se valeria a pena levar avante a argumentação na forma como fora formulada no documento. Os líderes mais conhecidos da Oposição, Preobrajenski, Piatakov, Antonov-Ovseenko, defendiam posições originalmente formuladas por Trotsky. Os pontos fundamentais da Plataforma podem ser resumidos no seguinte:

- constata-se a existência de uma crise econômica e financeira, que a maioria do Politburo não sabe enfrentar, por incapacidade política e econômica;

- constata-se a ausência de uma direção planejada e organizada da indústria;
- constata-se uma crescente burocratização e hierarquização da vida partidária, que paralisa os debates internos. A medida proposta é suprimir novamente a resolução do 10º Congresso do Partido, que diz respeito à proibição de formar facções ou agrupamentos em seu seio.

Pode-se ver que a oposição de 1923 não está disposta a investir contra a burocracia como um todo. Critica a ineficiência burocrática e investe especialmente contra a burocratização da vida partidária. Da mesma maneira, não exige um restabelecimento da democracia operária em geral (como a Oposição Operária), mas exige a abertura de um espaço para si, mediante a revogação das proibições de formar facções, adotadas no 10º Congresso. As críticas são feitas em nome da **eficiência** do regime. (E.H. Carr caracteriza essa oposição como sendo de tecnocratas.) É em nome dessa eficiência que se exige planificação e industrialização. Certo ou errado, trata-se ainda da tentativa de elaborar uma alternativa à situação reinante naquele momento.

É o ângulo da crítica – a eficiência – que determina também o caráter social do apoio. A oposição de 1923 tinha as suas bases principalmente entre os quadros intelectuais do Partido, concentrados em Moscou e entre a juventude, principalmente entre estudantes das escolas técnicas. No que diz respeito às massas trabalhadoras, a repercussão foi pequena.

Onde a Oposição teve menos êxito, foi nas fileiras dos operários industriais, pois embora defendesse os interesses da indústria, essa defesa ia mais a favor dos técnicos e dos administradores do que dos proletários da categoria (...) No seu programa político e econômico nem havia o que despertasse o entusiasmo dos operários, nem o que ia ao encontro dos seus interesses imediatos (...). (E. H. Carr, *O Interregno*)

A oposição foi derrotada em duas fases. Na ausência de Trotsky, na 13ª Conferência do Partido, em janeiro de 1924, e finalmente com a presença de Trotsky, no 13º Congresso do Partido, em maio de 1924. Mas, com isso, a luta não terminou.

A oposição unida

Trotsky não havia sido derrotado há muito tempo, quando surgiu a cisão no seio da “troika”. Zinoviev e Kamenev entraram em oposição a Stálin, que, por sua vez, era apoiado por Bukharin, Rikov e Tomski. Novamente se coloca o problema dos antagonismos pessoais na liderança, mas queremos lembrar que a hostilidade entre Zinoviev e Trotsky, no passado, tinha predominado sobre todas as outras rivalidades no Politburo. Foram, por exemplo, Zinoviev e Kamenev que tinham exigido a exclusão de Trotsky do Partido, e foi Stálin quem se opôs a essa medida e a impediu. Para compreender a reviravolta de Zinoviev e Kamenev é preciso levar em conta outros fatores. Veremos como Deutscher descreve a situação no 14º Congresso do Partido, na qual a facção dos Leningradenses (Zinoviev) foi derrotada.

Se Trotsky tivesse mantido abertos os ouvidos para o que os Leningradenses estavam dizendo, não poderia deixar de perceber imediatamente que estavam defendendo causas que ele próprio defendera e atacando as atitudes que atacara. Como opositores, começavam onde ele parara. Argumentavam a partir de suas premissas, retomavam os seus argumentos para levá-los mais adiante. Ele criticara a falta de iniciativa do Politburo, sua negligência com a indústria e sua solicitude excessiva para com o setor privado da economia. Os Leningradenses fizeram o mesmo (...) Trotsky não podia deixar de concordar com os argumentos que apresentavam (...) pois vinham do arsenal do internacionalismo clássico (...) Como ele, falavam da aliança profana entre o homem da NEP, o kulak e o burocrata; e, como ele, faziam um apelo para o renascimento da democracia partidária. Ele adver-

tira o Partido contra a “degeneração” de sua liderança e agora a mesma advertência ressoava de forma ainda mais pungente e alarmante, nos protestos dos Leningradenses contra o perigo “termidoriano”.

Além disso, Trotsky não apoiou a Oposição de Leningrado. As feridas causadas na recente luta de facções ainda eram profundas demais para permitir uma aliança imediata com Zinoviev. Haveria de passar mais de um ano para que se realizasse.

Quando se realizou e se formou finalmente a “Oposição Unida”, a aliança não se limitava às facções de Trotsky e de Zinoviev-Kamenev. Participaram igualmente Shliapnikov, o líder da antiga Oposição Operária, os remanescentes da Democracia Socialista e de outras oposições históricas, que continuavam vegetando em situação de semiclandestinidadade.

Qual era o denominador comum desses agrupamentos heterogêneos, que no passado tinham se combatido mutuamente?

Procurando encontrar uma fórmula sucinta, poderíamos dizer que o denominador comum era o desespero com a realidade da situação pós-revolucionária. Um sintoma disso era o surgimento de uma terminologia de “termidor”, levantada originalmente pela Oposição Operária. O exemplo histórico da Revolução Francesa – a mais radical na história humana até o Outubro Vermelho – sempre estava presente no raciocínio dos bolcheviques. O desenrolar da Revolução Francesa, entretanto, já devido ao caráter de revolução burguesa, tinha de ser diferente da russa. Também na França, uma facção após outra abandonou as fileiras, mas as abandonavam na medida em que a revolução se radicalizava e se aprofundava. Até que o radicalismo chegou aos seus limites possíveis e desembocou no Termidor.

Na União Soviética, o caminho foi diferente. Revolução proletária num país predominantemente camponês, por muito tempo não pôde radicalizar suficientemente para ir ao encontro das aspirações da classe operária. Durante quase uma década,

estava empenhada em reconstruir a economia do país, destruída na luta revolucionária, para criar as premissas para um futuro salto qualitativo, que as oposições de esquerda exigiam de imediato. Deutscher assinala na citação acima que Zinoviev-Kamenev, depois de Trotsky, buscavam os seus argumentos no arsenal do “internacionalismo clássico”. Mas esse arsenal estava num nível de abstração que tinha de ser adaptado às condições concretas da realidade soviética.

Está claro, além disso, que parte da Oposição sabia perfeitamente que o caminho da revolução russa não ia conforme os preceitos do “internacionalismo clássico”. O próprio Trotsky, no passado, tinha defendido medidas, como a militarização do trabalho, a estatização dos sindicatos, que teriam horrorizado qualquer “internacionalista clássico”. (Stálin, posteriormente, as pôs em prática) Em princípios de 1922, ainda no 12º Congresso, Trotsky dirigia-se da seguinte maneira à classe operária soviética:

Pode haver momentos em que o governo não lhes pagará salários ou em que lhes pagará somente a metade deles, quando os trabalhadores terão de emprestar (a outra metade) ao Estado. (citado por Isaac Deutscher)

Agora, na plataforma da Oposição Unida, o aumento salarial dos operários industriais abria a lista das reivindicações. As concessões mútuas necessárias para encontrar um denominador comum entre os diversos agrupamentos da Oposição Unida, por si só, já impediram que essa se apresentasse como alternativa à política da maioria. Para a Oposição Operária e grupos similares, a reivindicação salarial era indispensável. Para Zinoviev e Kamenev, era mais expressão de seu imediatismo político. Para Trotsky, deve ter sido indiferente, já que não via mais perspectivas da revolução russa isolada solucionar os seus problemas. Para ele, tratava-se agora de erguer bem alto a bandeira do “internacionalismo clássico”. Anos mais tarde,

na sua biografia de Stálin, ele ia admitir que nenhum dirigente trotsquista responsável acreditava naquela ocasião ser possível uma vitória da Oposição.

Essa afirmação, aliás, não é de todo correta. Os tecnocratas entre os dirigentes trotsquistas, como Preobrajenski e Piatkov, insistiram no seu Programa defendido há muito e algumas reivindicações suas entraram na Plataforma oficial. Assim, por exemplo, exigiam o fechamento de todas as empresas industriais não rentáveis. Mas qual era a empresa que funcionava rentavelmente sob um ponto de vista econômico? Qualquer operário tinha de sentir seu lugar ameaçado. Tal reivindicação contribuiu para neutralizar os efeitos da campanha salarial e cortou as possibilidades de penetração dos opositores no proletariado.

A luta interna, desta vez, foi caracterizada por uma violência inédita. A Oposição rompeu as regras do jogo, procurando mobilizar o descontentamento latente das massas fora do Partido. O que mais irritou os velhos bolcheviques foram os slogans opositores que falavam de uma “aliança dos burocratas, homens da NEP e kulak” para restabelecer o capitalismo na União Soviética. Os velhos revolucionários (que estavam incluídos entre os “burocratas”), que haviam lutado pela Revolução, que toleravam a NEP por motivos de força maior, mas que estavam procurando um caminho para superá-la, não perdoavam a Trotsky esses métodos de luta interna, e davam carta branca a Stálin para que aplicasse, por sua vez, medidas até então só utilizadas contra os inimigos de classe. Seria, todavia, totalmente irrealista querer explicar a derrota da Oposição Unida pelos métodos duvidosos do secretário-geral. Este teve atrás de si a maioria do Partido e era justamente por este fato que podia usar métodos abertamente discriminatórios e repressivos contra a Oposição. E ele teve cuidado de lançar mão desses métodos só depois de a Oposição ter ficado desmoralizada e isolada no seio do Partido.

O papel de Stálin

Stálin, sem dúvidas, foi o líder mais pragmático que a Revolução Russa produziu. Intelectualmente medíocre, um dos mais “russos” dos dirigentes, era provavelmente o menos influenciado pelo marxismo clássico, ocidental, e essa fraqueza se tornaria sua força nas condições peculiares da construção socialista na Rússia pós-revolucionária. A lenda do sinistro georgiano que planejava a sua ascensão a ditador incontestado da primeira revolução proletária vitoriosa desde o início... isso continua lenda. A personalidade de Stálin, não há dúvidas, marcou profundamente o desenvolvimento e a estrutura da sociedade soviética, até o ponto em que uma personalidade pode influir na História. Mas é preciso ver a figura histórica como produto da História. Stálin não criou a burocracia, nem mesmo a atribuiu o papel que ela teve na Rússia Soviética. Ele foi antes produto e chegou a se tornar prisioneiro da máquina burocrática. Mas, antes de tudo, pelo seu caráter e formação, se prestou melhor para responder às necessidades da realidade soviética naquele período de isolamento de que os seus adversários nas lutas de facções.

O nome de Stálin está estreitamente ligado à chamada “teoria de socialismo num só país”, embora Bukharin apoiasse totalmente aquela fórmula e não faltem autores que atribuíram a este a paternidade. Para nós, isto há de ser um problema secundário. O que importa é o papel que a fórmula desempenhou.

Evidentemente, não se trata de uma teoria. Tratava-se, antes de tudo, de uma palavra de ordem, de uma perspectiva apresentada aos trabalhadores soviéticos, numa fase em que as esperanças de uma revolução no Ocidente tiveram de ser congeladas. A única possibilidade real era de prosseguir na construção socialista por força própria, enquanto não mudava a situação internacional. Hoje, visto em retrospectiva, é preciso reconhecer que a palavra de ordem teve um papel decisivo, que mobilizou uma geração de trabalhadores soviéticos para um esforço sobre-humano, suportando os sacrifícios de um nível

de vida baixíssimo, para transformar um dos países mais atrasados da Europa em potência industrial. Quando foi lançada a palavra de ordem, ainda não tinha o conteúdo que mais tarde tomou. No início, a ênfase estava em “**socialismo num só país**”. Posteriormente, na fase do estalinismo propriamente dito, quando predominaram as considerações de política externa, o acento mudou para “**socialismo num só país**”. No início, também não se tratou de criar uma sociedade socialista acabada num só país (ou até do comunismo, como Stálin afirmara em 1937). Partiu-se simplesmente da premissa de que o proletariado no poder, mesmo isolado num só país, não poderia deixar de construir o socialismo. Eis a formulação original de Stálin:

Para acabar com o poder da burguesia e estabelecer o poder do proletariado num só país, isso não significa ter chegado à vitória completa do socialismo (...) Para chegar à vitória final do socialismo, para organizar a produção socialista, os esforços de um só país são insuficientes, particularmente de um país camponês como a Rússia; para isso se requer os esforços dos proletários de vários países avançados.

Stálin levou a herança leninista da NEP até às últimas consequências compatíveis com o sistema soviético. Quando chegou a tomar influência decisiva sobre a política econômica, em 1922 aproximadamente, a NEP mal tinha dado os primeiros passos. Em 1923, a produção industrial atingira 25% do nível de 1913 e isso já foi considerado um sucesso, pois duplicara no prazo de 2 anos. Em 1926/1927, o nível de antes da guerra foi atingido. Isso explica, em grande parte, a derrota das oposições.

Completada a fase da reconstrução, e criada dessa maneira a infraestrutura necessária, colocou-se na prática o problema da superação da NEP e da criação de uma economia planificada. Isso supunha a supressão do setor privado na economia, na cidade e no campo. Lênin já havia assinalado que, com

20 milhões de unidades agrícolas particulares, não era possível planificar a economia soviética. Sokolnikov, atuante no setor de desenvolvimento econômico, posteriormente constatou que a “indústria estava amarrada pelas condições reinantes na economia camponesa”.

A coletivização das terras tornou-se condição indispensável para o salto qualitativo em direção de uma economia socialista. Nesse intuito, Stálin encontrou uma nova oposição, a de Bukharin, que apoiara a sua política até então. Bukharin, como o próprio Stálin e, da mesma forma, Trotsky, sabiam muito bem que o futuro da República Soviética dependia da industrialização. Mas, se para Trotsky a industrialização era um princípio que independia das condições concretas, para Bukharin a industrialização intensiva naquele momento punha em perigo as relações entre campo e cidade, entre o operário e o camponês. Propunha como alternativa um “socialismo a passo de lesma”, que não pusesse em risco a aliança operário-camponesa, como havia sido concebida durante a NEP.

Acontece que nessa altura, 1928/1929, as relações entre cidade e campo tinham atingido novamente um ponto crítico, que precipitou os acontecimentos. A autoconfiança dos camponeses tinha crescido com as concessões obtidas no passado. O poder e a influência do kulak haviam aumentado. O campo se negava a vender as quantidades necessárias de cereais na base dos preços estabelecidos e ameaçava novamente de fome as cidades.

Para vencer o ponto morto, Stálin propôs originalmente a expropriação dos kulaks (que lideravam a resistência), transformando as suas terras em centros de irradiação para uma campanha intensiva de coletivização. Bukharin receava que essa medida não ia se limitar na prática aos kulaks e acabaria por atingir igualmente os camponeses médios, que dispunham de grosso excedente de cereais necessários para a alimentação das cidades. Stálin afirmava que o governo soviético dispunha de recursos para equipar e fornecer créditos para a transfor-

mação de 8% das terras cultiváveis em colkoses (cooperativas agrícolas socialistas). Pelos cálculos de Bukharin, os recursos mal chegariam a 6%.

Fato é que, naquela altura dos acontecimentos, a NEP tinha dado o que podia dar para o desenvolvimento econômico e qualquer futuro progresso em direção ao socialismo exigia a sua superação, que, por sua vez, pressupunha medidas radicais. Stálin estava preparado para isso, tendo sido o único do velho Politiburo disposto a arcar com as conseqüências em toda sua extensão. Era o único entre essa geração de líderes que não tinha escrúpulos de aplicar os métodos indicados para uma solução rápida do problema.

Silenciada a oposição da direita, lançou-se a campanha da coletivização da agricultura. Foi uma coletivização forçada, e outra não teria sido possível na escala em que foi realizada. O Estado soviético não tinha recursos para demonstrar aos camponeses a superioridade da agricultura coletivizada. Não houve meias-medidas. Em quatro anos, o campo soviético consistia de colkoses e sovkses (fazendas estatais). Visto em retrospectiva, surge a impressão de que Stálin estava disposto a quebrar, de uma vez por todas, a resistência do camponês individualista. Os métodos utilizados já antecipavam o Stálin de épocas posteriores. Milhões de camponeses, que resistiam à coletivização, foram mandados para a Sibéria. Planos pré-estabelecidos coletivizaram região por região, com a ajuda de tropas de segurança. O preço foi caro: quase a metade da criação de gado, porcos e cavalos do país foi perdida. Os camponeses abatiam os animais na véspera da entrada nos colkoses.

Hoje, pode-se especular se haveria alternativas a essa política e até que ponto seriam alternativas. Mas isso não passa de especulação. Para nós é importante ter clareza que essa experiência soviética não pode ser generalizada como um princípio para a construção socialista. Outras revoluções, posteriores e que se deram em condições mais favoráveis, seguiram

caminhos diferentes para levar o socialismo no campo. Nosso problema aqui é levar em conta as condições particulares da construção socialista na União Soviética. Visto desse ângulo, a história confirmou a justeza da política de Stálin, no final da década de 20 e início da de 30. A coletivização permitiu os Planos Quinquenais e a industrialização. Dez anos mais tarde, a União Soviética estava em condições de enfrentar e derrotar os exércitos do imperialismo mais agressivo e mais poderoso da Europa, o da Alemanha Nazista.

Durante os debates dos anos 1920, Preobrajenski, um dos teóricos da oposição trotsquista, defendera e fundamentara a teoria da “acumulação socialista primitiva”. Um dos esteios dessa teoria era a afirmação de que a classe operária soviética tinha que explorar o camponês para criar uma industrialização em bases socialistas. Significava que tinha de se apropriar do excedente da produção agrícola, sem poder fornecer valores correspondentes em troca. A maioria do Partido rejeitava essa teoria, considerada inapropriada numa fase em que se procurava contentar o camponês. O próprio Trotsky se distanciava dela, pois não queria fornecer razões para a acusação de “subestimar o papel do camponês”. Mas, agora que a questão da acumulação socialista estava colocada, Stálin pôde implantá-la, independentemente de justificações teóricas. Da mesma forma como pôs em prática os conceitos salariais manifestados por Trotsky em 1922 e a estatização dos sindicatos, bem como a militarização de fato do trabalho.

Será justo, portanto, falar – como o próprio Trotsky afirmara – que Stálin teria roubado o programa da oposição? Acreditamos que tal carece de fundamento. Em linhas gerais, toda a liderança bolchevique conhecia as premissas da construção socialista. O problema – como já mencionamos – era do **quando** e do **como**.

A começar pelo problema da planificação da economia. Levantado por Trotsky, em 1920, passou-se quase uma década para que as premissas fossem criadas. O mesmo tinha se

dado com a industrialização de base, isto é, a concentração dos esforços na criação de uma indústria pesada. Os recursos de investimentos da NEP eram limitados, e sua utilização precoce na indústria pesada teria privado o camponês dos produtos de consumo que ele esperava em troca dos produtos do seu trabalho. E sem esses fornecimentos agrícolas, a produção industrial teria desmoronado. Era um círculo vicioso, que só podia ser rompido por meios extraeconômicos. Mas mesmo essas medidas extraeconômicas só podiam ser tomadas depois de ser reconstruída a economia destruída pela guerra civil.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, a coletivização completou o caráter socialista da revolução. Dali em diante a acumulação podia se dar em bases socialistas, eliminando a economia de mercado. E não foi gratuitamente que, quando esse ponto foi atingido, os antigos porta-vozes da Oposição abandonaram Trotsky. Preobrajenski, Piatakov e Radek – só para citar os mais conhecidos – se colocaram à disposição de Stálin e da maioria do Partido. Isso não pode ser explicado pelas medidas de coação exercidas contra os oposicionistas. Velhos revolucionários, estavam habituados a enfrentar perseguições. O que pesou foi o fato de que estavam sendo postas em prática medidas que eles sempre haviam pleiteado teoricamente, mas tinham pleiteado como princípios, sem levar em conta as condições concretas. Como disse Preobrajenski mais tarde: “*A coletivização é o ponto essencial. Será que a prevê? Não, não a prevê.*” (E. H. Carr – *O Interregno*)

Como resultado dessa nova situação, houve a desintegração completa das oposições surgidas durante a NEP. Zinoviev e Kamenev já haviam entregue os pontos. A Oposição Trotskista, apesar de resistir mais tempo, no final do 1º Plano Quinquenal, em 1934, tinha deixado de existir de forma organizada. Daí em diante, o trotsquismo na URSS só serviria como bode expiatório de Stálin, em outra fase do estalinismo.

Estalinismo

Falamos de Stálin e do seu papel nas lutas de facções, mas essa fase do desenvolvimento da União Soviética não pode ser considerada ainda como estalinista. Nas lutas de facções, Stálin representava a maioria do Partido contra oposições minoritárias. Minoritárias tanto no conjunto do Partido quanto no meio dos chamados “velhos bolcheviques”, o núcleo proveniente das lutas na clandestinidade sob o czarismo e que incorporava a experiência da velha fração leninista. Apesar dos métodos administrativos que Stálin preferia usar nos debates internos, ainda vigoravam certos padrões democráticos e legalistas da vida partidária, que tinham de ser respeitados. As medidas administrativas e repressivas não poderiam ter sido postas em prática sem a concordância e conivência dos órgãos dirigentes, como o Comitê Central e o Politburo. Stálin tinha o apoio dessa maioria, mesmo levando em conta que as minorias estavam sub-representadas em todas as conferências e congressos, de 1923 em diante.

O que podemos chamar, então, de estalinismo? Evidentemente, não se trata de um conjunto de teorias que Stálin criou. Isso nunca foi a sua força e, além disso, conhecemos o menosprezo com que tratou a teoria, que contrariava a sua prática.

Estalinismo, na história da União Soviética, é a fase da ditadura pessoal de Stálin, a fase na qual ele reprimiu e eliminou sistematicamente os restos da democracia socialista ainda existentes e liquidou os antigos opositoristas como todos os dirigentes da maioria do Partido considerados opositoristas em potencial. Nessa fase, substituiu toda a liderança do Estado e do Partido por criaturas absolutamente fiéis ou incapazes de fazer oposição, transformando, assim, o Partido em mero instrumento executivo da sua política.

É evidente que não existe uma linha divisória rígida que separe o estalinismo da fase anterior. Muitos elementos do futuro estalinismo já estavam presentes na atuação de Stálin no passado, desde a “pacificação” da Geórgia (que havia enfure-

cido Lênin), mas o salto da quantidade em qualidade pode ser acompanhado.

A liderança e o prestígio de Stálin chegaram ao auge com a conclusão do 1º Plano Quinquenal. O fato de as metas do Plano terem sido atingidas e as bases da indústria pesada soviética terem sido criadas numa escala muito mais ampla do que qualquer oposição sonhara, já teria garantido a ele um prestígio inédito e inconteste. A isso somou-se o fato de essa obra ter sido realizada em bases de acumulação socialista, eliminando definitivamente os restos dos setores capitalistas, apesar dos imensos sacrifícios materiais que essa fase custou aos trabalhadores soviéticos. Ao mesmo tempo, havia a sensação predominante de que a situação crítica tinha sido superada, a época de sacrifícios, ultrapassada e igualmente o estado de exceção que limitava a democracia socialista na vida diária.

A sociedade toda esperava uma volta aos padrões da democracia socialista. O Partido, que tinha conferido ao Politburo e, implicitamente, a Stálin poderes extraordinários nos anos críticos, esperava uma volta aos padrões leninistas de vida partidária. Nas fábricas de Moscou, Leningrado e outras cidades industriais, realizavam-se assembleias gerais dos operários que discutiam condições de trabalho e maior participação dos trabalhadores no planejamento e organização da produção. A população esperava uma elevação do nível de vida, reivindicação levantada dentro do Politburo por Kirov.

Isso quer dizer que, no mesmo momento em que Stálin desfrutava de uma liderança inquestionável, enfrentava uma oposição latente em quase todas as camadas da sociedade soviética contra a continuação dos seus métodos de governo e administração. Não se tratava de uma oposição organizada ou mesmo estruturada. Tampouco se dirigia contra a pessoa de Stálin; pelo contrário, as esperanças de uma vida melhor e do restabelecimento da democracia estavam concentradas na direção do Partido, que tinha conseguido resolver os problemas fundamentais no passado.

Hoje não está claro se Stálin, naquela altura, já tinha decidido sufocar essa tendência social ou se estava disposto a ir ao encontro dessas aspirações. Parece ter havido hesitações, ou, pelo menos, houve medidas contraditórias. Mas, em 1936, quando Stálin já estava preparando os processos monstros de Moscou, chegou a ser promulgada uma nova Constituição cujo texto foi elaborado por uma comissão presidida por Bukharin. Tratava-se de fato da Constituição mais democrática até então adotada na URSS – embora não tenha chegado a ser colocada em prática.

Para enveredar pelo caminho da manutenção dos seus métodos políticos já consagrados no passado, Stálin tinha de lançar mão da repressão e, sobretudo, tinha de eliminar de antemão qualquer possibilidade de oposição por parte do Partido. E o Partido foi a primeira vítima do estalinismo.

O sinal foi o assassinato de Kirov em Leningrado. Secretário do Partido naquela cidade, tinha sido para lá enviado com o propósito de dismantelar a máquina montada por Zinoviev. Adepto de Stálin nas lutas de facções do passado, tornara-se porta-voz de uma “abertura”. Kruchtchev afirmou no seu relatório no 20º Congresso – e ele não contou propriamente uma novidade – que Stálin estava conivente com a morte de Kirov. Mas o fato é que o assassinato político serviu como pretexto para desencadear uma onda de repressão nas fileiras partidárias. Começou pelo elo mais fraco, Zinoviev e Kamenev, mas isso não bastava. Primeiro, porque a corrente de democratização interna não era liderada nem por Zinoviev nem por Kamenev, que já tinham perdido toda a influência política. Segundo, porque essas medidas de repressão política agora tinham de despertar descontentamento e desconfiança, principalmente entre os velhos bolcheviques, que sabiam muito bem que os dois antigos opositoristas não tinham nada a ver com os atentados políticos. Além disso, a versão de Kruchtchev, apresentada vinte anos mais tarde, já circulava naquele tempo entre os velhos bolcheviques.

Stálin, naquela altura dos acontecimentos, deve ter chegado à conclusão de que meias-verdades não resolveriam o seu caso e só provocariam o surgimento de uma oposição organizada. A resposta que deu aos problemas que enfrentava consistia nos processos monstros contra expoentes das antigas oposições e da velha guarda. No decorrer de três processos, o mundo estarrecido tomou conhecimento de que quase toda a liderança dos tempos de Lênin que tinha sobrevivido – com exceção de Stálin – tinha sido agente da polícia secreta do czar e instrumentos e agentes dos imperialismos alemão, italiano e japonês. Começou a repressão e o terror físico maciço. Os velhos bolcheviques foram as primeiras vítimas, mas o terror se dirigia igualmente contra a geração nova no Partido e no Komsomol, que pleiteava reformas políticas e administrativas. Atingiu tanto a burocracia estatal econômica como a liderança do Exército Vermelho. Não precisamos entrar aqui em detalhes: há uma abundância de literatura e documentação a respeito. O que nos interessa aqui é o motivo desse terror que, à primeira vista, parece não passar de ambições loucas de um ditador. Mas, também nesse caso, ambições somente não explicariam o fenômeno.

Não há dúvidas que a personalidade de Stálin, seu caráter e seu nível intelectual, desempenharam o seu papel. Já assinálamos que era ele a personalidade mais “russa” da liderança bolchevique, isto é, quem mais encarnava tradições históricas russas, inclusive as que Marx se referia como “Despotismo Oriental”.

Não há dúvidas também que o isolamento da revolução foi uma premissa para o surgimento da liderança de Stálin. O fato de a revolução ter precisado solucionar todos os seus problemas exclusivamente por força própria revalorizou tradições e métodos herdados da própria história. Lênin teria dito que a Rússia era um país cheio de tradições bárbaras e que, para combater essa barbárie, os bolcheviques em último caso teriam que lançar mão de métodos bárbaros. O que para Lênin era em último caso, isto é, uma exceção, para Stálin se tornou normal e rotineiro.

O ano de 1934 foi mais um ano decisivo para a União Soviética, não só no que diz respeito à transformação econômica, mas também ao terreno social. O 1º Plano Quinquenal já produzira centena de milhares de técnicos, administradores e professores vermelhos, toda uma intelectualidade nova, saída da classe operária e identificada com a revolução. Igualmente formara centenas de milhares de operários especializados que, em virtude do seu papel no processo de produção, já estavam em condições de ter voz na divisão de trabalho e no planejamento da produção nas empresas. Tudo isso implicou numa elevação do nível cultural e técnico nos centros industriais e na criação de uma base material para o funcionamento de uma democracia socialista em bases mais amplas. Esses fatores novos não só criaram condições para mudanças na estrutura soviética, como impeliram nessa direção.

Stálin e sua equipe se decidiram pelo esmagamento dessas tendências novas, nas quais viram um perigo para o Estado Soviético. Não estavam dispostos a correr riscos e abandonar os métodos que no passado tinham dado certo. O que tinha funcionado até então tinha igualmente de assegurar o futuro. Mas com essa atitude de um conservadorismo autossuficiente iam contra a corrente social e política. Para se impor nessa situação, necessitavam do terror em grande estilo, era preciso aterrorizar toda uma sociedade em desenvolvimento.

Não é raro na história do movimento operário (e na história em geral) que uma liderança criada em determinada época e sob determinadas condições de luta falhe e fique superada quando mudam a época e as condições. Raros, porém, são os casos em que tais lideranças tenham consciência das suas limitações. O casal Lafargue foi uma dessas raras exceções. Kautsky e Plekhanov são tidos como exemplos clássicos de marxistas de alto nível que não perceberam que certa fase da luta de classes estava superada.

Com Stálin, as coisas não se passaram de forma diferente. Tendo se tornado dirigente máximo do Partido numa

época crítica e completada que estava a Revolução de Outubro com a socialização do campo e o início da economia planificada, não percebeu, ou não quis perceber, que sua ação na liderança do Partido e do Estado tinha gerado situações e condições novas, que requeriam novos métodos. Sua situação, porém, era diferente da dos dirigentes de partidos operários no passado. Dispondo de poderes, estatal e de repressão, usou esses recursos para assegurar a continuidade do seu regime. Um Lênin, que representava o processo histórico, podia ficar no papel de *primus inter pares*. Para Stálin, que de certo momento em diante se opunha às tendências de desenvolvimento inerentes à sociedade soviética, essa situação já não era mais possível. A ditadura pessoal, por sua vez, tinha de marcar profundamente toda a estrutura da sociedade soviética. Apesar dos futuros progressos econômicos, a superestrutura política e ideológica regrediu.

O que representa a URSS hoje?

Quando se procura definir o caráter da União Soviética hoje, não se pode deixar de encarar o papel da burocracia, tal como o regime estalinista a deixou. As coisas evidentemente não se passaram de maneira tão simples como é descrita por certos autores (e o próprio Trotsky em certas polêmicas): antes de Stálin, democracia socialista; com Stálin, burocracia. Já mencionamos como Lênin enfrentou o problema. Ele não pretendia simplesmente abolir a burocracia. Isso teria sido irreal. Sua preocupação era o controle do aparelho burocrático pelo Partido e as organizações de massas.

Lênin tinha plena consciência da necessidade da burocracia e via nela, nas condições russas, parte integrante do sistema soviético. Por isso mesmo, falava de uma “ditadura do proletariado com deformações burocráticas”.

Aí coloca-se o problema do que consistia a ditadura do proletariado na Rússia Soviética e de que maneira esta foi exercida. Já que a classe operária russa mostrou limitações para

o exercício direto do poder (a falência dos soviets depois da tomada do poder), ela só podia agir indiretamente, por meio de um instrumento. Este instrumento era o Partido Comunista. Cabia a ele exercer a ditadura em nome do proletariado, decidir os rumos da Revolução (construção do socialismo) e se utilizar da burocracia para a execução dessas tarefas. Uma das primeiras consequências dessa situação, que Lênin não havia previsto, foi uma paulatina fusão entre o Estado e o Partido. Isto explica, em parte, porque as lutas de facções no seio do Partido tomaram um caráter tão agudo.

As lutas de facções, por sua vez, diminuíram com sua intensidade a democracia no seio do Partido, isto é, burocratizaram lentamente a vida partidária. Stálin, na fase da ditadura pessoal, liquidou definitivamente os restos da democracia interna, tornando o Partido uma parte da máquina burocrática, uma parte privilegiada, encarregada de assegurar o cumprimento das decisões políticas tomadas na cúpula. O Partido, em vez de controlar a burocracia, tornou-se parte do sistema burocrático. Atingido esse ponto de desenvolvimento, não se pode mais falar de “deformações”. Trata-se de uma degenerescência do sistema.

Então, a burocracia tomou conta da ditadura do proletariado? Até que ponto isso modificou o caráter do Estado Soviético?

Trotsky, no seu livro *A Revolução traída*, escrito já na fase da planificação e acumulação socialista primitiva, afirma que a tendência do regime burocrático era estabelecer o sistema capitalista na URSS. Isto só mostra o grau de alheamento dos problemas reais da sociedade soviética a que chegou na fase posterior.

A burocracia soviética é um produto da Revolução de Outubro (da realidade russa e do isolamento na fase crítica). Ela exerce uma tutela sobre a classe operária soviética e a sociedade toda, e essa posição representa sua força e lhe garante privilégios materiais. Com seus privilégios e o espírito pequeno-burguês daí decorrente, pode querer imitar o modo de

vida das classes dominantes do Ocidente (embora não passe de uma imitação caricatural), mas não pode “querer” restabelecer o capitalismo, pois isso destruiria as bases do seu poder, que consiste justamente na gerência de uma economia coletivizada e planificada.

Não faltam também os “teóricos” que falam da burocracia como uma “nova classe” e do sistema soviético como “capitalismo de Estado”. Evidentemente, não são categorias marxistas que estão sendo usadas no caso. Capitalismo de Estado não deixa de ser capitalismo e não elimina a caça do lucro como força motriz do processo de produção. Além disso, não elimina a burguesia, distinta do Estado capitalista, embora reduza o seu campo de ação. Finalmente, não supera a economia de mercado. Nós vimos que Lênin chegou a caracterizar a economia soviética sob a NEP como capitalismo de Estado, embora um capitalismo de Estado sem precedentes, pois se dava sob uma Ditadura do Proletariado. A NEP, entretanto, foi superada por uma acumulação socialista primitiva, cuja força motriz não era mais o lucro. Essa superação, justamente, foi realizada com a colaboração ativa da burocracia.

Trotsky, no livro citado em outras ocasiões, rejeitara a definição da burocracia como classe, mas escolhera um termo não menos infeliz. Procurou caracterizá-la como “casta”. Acontece que uma casta é um estrato social ainda mais fechado do que uma classe. De uma classe para outra pode-se passar. Milhões de camponeses, no mundo inteiro, se tornaram operários industriais, operários conseguem se passar para a pequena-burguesia e pequeno-burgueses podem transformar-se em capitalistas – embora, na fase monopolista, isto seja mais raro. Mas, numa casta se nasce e se morre. Isso, certamente, não corresponde à realidade da sociedade soviética, onde anualmente saem centenas de milhares de novos técnicos, administradores, cientistas, etc. das Universidades para se integrarem na burocracia. São filhos de operários e camponeses, que não têm outra alternativa do que a integração no sistema, se quiserem exercer suas profis-

sões. Integram a burocracia, começando por baixo, adquirindo privilégios na medida em que sobem, e eles progridem nesse caminho na medida em que provem sua eficiência e se adaptam ao sistema. Isso, certamente, não é uma característica da sociedade de castas.

Stálin desistira de querer controlar a burocracia através do Partido. Isso lhe teria forçado a fazer concessões que, a seu ver, teriam ameaçado a eficiência do sistema. Preferiu controlar a burocracia estatal (e o próprio Partido) através da polícia política, a NKVD. Seu sistema era simples: um diretor de uma fábrica tinha direitos e deveres. Os direitos consistiam nos seus privilégios. Os deveres, antes de tudo, no cumprimento do plano de produção elaborado para sua empresa. Se não conseguiu atingir as metas, seja por incompetência ou mesmo por motivos alheios a sua vontade (como falta de matéria-prima ou de mão de obra), era demitido, preso e acabava na Sibéria. Hoje, depois da “desestalinização” de Kruchtchev, os métodos se modernizaram e se civilizaram. Mas, no fundo, o sistema continua o mesmo.

Stálin se opusera mesmo àquelas reformas modestas. Depois da vitória sobre o nazismo, quando a sua liderança e seu prestígio atingiram um novo auge (inclusive em escala mundial), novamente surgiu na sociedade soviética uma vasta tendência a favor de reformas, de democratização interna e de uma elevação do nível de vida. Milhões de soldados soviéticos, operários e camponeses fardados, tinham conhecido o ocidente e essa experiência os fez questionar as próprias condições de vida em casa. A primeira medida de Stálin foi transferir para a Sibéria todos os soldados e oficiais que haviam caído prisioneiros e conhecido, dessa maneira, mais demoradamente, o nível de vida no ocidente. Essa medida pôde passar despercebida pela grande maioria da população soviética que, naquele momento, ignorava quais dos seus filhos haviam morrido ou estado no cativeiro alemão. Só anos mais tarde, após a morte do ditador, os sobreviventes entre os prisioneiros de guerra

puderam voltar às suas casas. Publicamente, Stálin de novo tomava atitudes conciliatórias frente às reivindicações vindas de baixo, mas ele não se conformou com elas. Ano a ano, apertou os parafusos. Na véspera da sua morte, estava preparando uma reedição dos Processos dos anos 1930, com a “descoberta” de uma “conspiração dos médicos do Kremlin”. Tudo indica que nos seus últimos anos de vida seu regime pessoal tenha tomado formas paranoicas, tendo chegado a desconfiar de seus colaboradores mais fiéis e próximos. A quase imediata libertação e reabilitação dos médicos acusados depois da morte de Stálin, foi um primeiro passo para um processo de reformas que, acompanhado por lutas internas na cúpula do PCUS, durou até o fim da década de 50.

Tratava-se de uma reforma do sistema burocrático, mas não de sua abolição. Foram eliminados os piores excessos do estalinismo, como o trabalho forçado e as arbitrariedades e onipotência da NKVD. Na política econômica, foi conseguida em poucos anos uma radical elevação do nível de vida, principalmente pela elevação dos salários mais baixos. Conforme análises norte-americanas, na época, a escala de salários na indústria, que antes tinha como base a relação de 1 a 5, ficou reduzida a 1 a 3. Todas essas medidas em conjunto conseguiram neutralizar as diversas oposições surgidas no pós-guerra. O que ficou de oposição, os chamados “dissidentes”, são em sua maior parte compostos por correntes burguesas, de liberais, como Sakharov, passando por eslavófilos abertamente reacionários, como Soljenitzin, sem qualquer enraizamento na massa.

O motivo da aparente passividade da classe operária soviética (dizemos “aparente”, pois nada sabemos dos conflitos e tensões que se dão nas empresas industriais daquele país) é que ela foi formada no decorrer do processo de acumulação socialista primitiva, sem ligação direta com o proletariado que fez a Revolução. Passada a fase da acumulação primitiva e da reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética iniciou uma fase de crescente progresso material, que garantiu

um nível de vida muito alto quando comparado com o passado. Pela primeira vez, os trabalhadores soviéticos estão colhendo os frutos materiais dos sacrifícios anteriores, e todas essas conquistas se deram sob esse sistema burocrático. Na experiência da grande massa trabalhadora, a ditadura do proletariado e o socialismo ainda são inseparáveis da tutela burocrática. E esta é aceita, apesar dos conflitos diários existentes porque parece garantir as conquistas do socialismo.

A própria burocracia não é mais a mesma dos tempos da NEP. O elemento físico herdado da velha Rússia, evidentemente, não existe mais. A burocracia atual foi formada por escolas superiores e universidades. Racionalizou-se e modernizou-se, na medida em que um sistema burocrático é capaz de fazê-lo.

Assim mesmo, a burocracia já provou ser um obstáculo para a expansão das forças produtivas. Basta ver a diminuição do crescimento anual do Produto Interno Bruto da URSS na década passada e a persistência do problema agrário, até hoje não solucionado, que obriga o governo soviético a importar cereais do ocidente. Isso tem de criar conflitos, cujas consequências ainda são imprevisíveis. A superação definitiva da degenerescência burocrática e o restabelecimento da democracia socialista na URSS dependerão em grande parte da expansão da revolução proletária para os países industrializados do ocidente, isto é, para países onde o ponto de partida da ditadura do proletariado se situa em nível muito superior ao da Rússia em 1917. Semelhante revolução no ocidente tornará impossível a sobrevivência do sistema burocrático na URSS.

Uma das características essenciais do estalinismo é a de ter transformado em virtude o atraso e a miséria pelos quais a Revolução Russa passou. De ter apresentado o modelo soviético como o único válido para qualquer revolução proletária. Acontece que na Rússia foi mais fácil fazer a revolução, mas as dificuldades posteriores foram infinitamente maiores do que seriam no ocidente. E, nesse sentido, o estalinismo foi uma reação à colocação leninista do problema. O próprio Lê-

nin declara no seu célebre “O esquerdismo, doença infantil do comunismo”:

Também seria errado não ter em conta que depois da vitória da revolução proletária, mesmo que seja em apenas um dos países adiantados, se produzirá, com toda a certeza, uma radical transformação: a Rússia, logo depois disso, transformar-se-á não em país modelo, e sim de novo, em país atrasado (do ponto de vista “soviético” e socialista).

É verdade que estas linhas foram escritas há mais de 60 anos, pouco tempo depois da tomada do poder. Entrementes, a revolução mudou profundamente a face da velha Rússia. Industrializou-a, tornou-a a segunda potência do mundo e elevou radicalmente o nível cultural de sua população. Mas, enquanto a União Soviética não superar as consequências do estalinismo, essa citação de Lênin continua válida.

Temos que ver o domínio burocrático na fase pós-revolucionária na Rússia como uma negação das tentativas falhas de resolver os problemas da manutenção da ditadura do proletariado com os métodos da democracia socialista. A negação da negação estará no restabelecimento da democracia socialista em nível mais alto, para o qual a própria fase anterior criou as bases materiais. E somente este salto qualitativo permitirá o desenvolvimento de uma sociedade socialista naquela parte do mundo.

August Thalheimer, à procura de uma definição para o nível de socialismo soviético, propôs “Socialismo de Estado”. É uma definição contraditória – ele salienta – mas a contradição é do próprio desenvolvimento que a Revolução de Outubro percorreu.

A herança mundial da Revolução de Outubro.

O isolamento em que a União Soviética vivia nos primeiros 25 anos da sua existência – como a única ditadura do proletariado vitoriosa, cercada e bloqueada pelo mundo capitalista

– marcou não só as suas próprias estruturas sociais e políticas, mas deixou igualmente profundos traços no movimento operário internacional. Mormente porque a Revolução Russa se sentiu desde o início como vanguarda da revolução mundial e, até certo ponto, preencheu esse papel.

Acontece que a política externa de um país é sempre condicionada e, de algum modo, um prolongamento da sua situação interna. Isso diz respeito também a partidos, na medida em que têm uma política externa. A situação da URSS e do PCUS mudou mais de uma vez em sua história.

O primeiro efeito da Revolução de Outubro, a curto e médio prazo, foi a divisão do movimento operário mundial, grosso modo, em reformistas e revolucionários, social-democratas e comunistas. Estes, formando-se em partidos independentes e reunindo-se numa Internacional, na maioria das vezes, não dispunham de experiência e tradição de luta próprias. Iam a Moscou para aprender com os revolucionários russos. Durante os primeiros quatro Congressos da Internacional Comunista, os leninistas, a começar pelo próprio Lênin, procuravam discernir, nos debates com os companheiros de outros países, quais eram os traços da Revolução Russa que tinham validade geral para a luta de classes em escala internacional e quais representavam particularidades russas. Tratava-se de um processo de aprendizagem do comunismo mundial, que foi interrompido com a morte de Lênin e o início das lutas de facções.

O próprio Lênin, na sua última intervenção no IV Congresso da IC., produziu um quase balanço, declarando:

Em 1921, no III Congresso, votamos uma resolução sobre a estrutura orgânica dos partidos comunistas, assim como os métodos e o conteúdo do seu trabalho. O texto é excelente, mas essencialmente russo, ou quase, na medida em que foi tirado das condições de vida russas. Eis o seu lado bom, mas também o seu lado mau. Seu lado mau porque estou convencido de que quase nenhum estrangeiro o pode ler; antes de afirmar isto reli essa

resolução: primeiro, é demasiadamente comprida (...) segundo, mesmo se a lessem ninguém a compreenderia, precisamente por ser demasiadamente russa. Não porque fosse escrita em russo – fez-se um esforço para a traduzir para todas as línguas – mas porque está inteiramente impregnada do espírito russo. E terceiro, se algum estrangeiro excepcionalmente a compreender, não a pode aplicar (...) Tudo o que se disse na resolução permanece letra morta. Ora, a menos que compreendamos esse fato, não podemos avançar. Creio que o mais importante para todos nós, tanto russos como camaradas estrangeiros, é que após cinco anos de Revolução Russa, é nosso dever instruímo-nos (...) Estou persuadido de que devemos dizer, a esse respeito, não só aos russos, mas também aos camaradas estrangeiros, que o mais importante no período que se segue é o estudo. Nós estudamos no sentido geral do termo. Eles, porém, devem estudar no sentido particular, para compreender realmente a organização, a estrutura, o método e o conteúdo da ação revolucionária.

É um Lênin quase desconhecido para a geração de revolucionários posterior, um Lênin que exige que se estude a experiência da Revolução Russa, mas que se estude também cada situação particular, para poder aplicar a experiência. “Nós estudamos no sentido geral do termo. Eles (os camaradas estrangeiros) porém, devem estudar num sentido particular...”. Não basta querer imitar a experiência russa. Nem estalinistas, nem trotsquistas fizeram questão de divulgar este Lênin.

Na URSS, os epígonos estavam absorvidos pela luta interna e procuravam utilizar-se das seções estrangeiras da IC para fortalecer as suas posições. Conseguiram isso em virtude da irradiação que o Estado Operário e Camponês exercia sobre os revolucionários de todo o mundo e, dessa maneira, não foi difícil para a maioria do partido soviético dominar a IC – que continuava a falar russo.

Nesta altura, já podemos falar de uma segunda fase na história da Internacional. Oficialmente, ela se deu sob a consigna

da “bolchevização” dos PC’s estrangeiros. Na prática implicava na intervenção do Centro, em Moscou, nos partidos estrangeiros mais importantes, para impor direções de absoluta fidelidade à facção dominante na União Soviética. Esta fase não só interrompeu o processo da formação de PC’s capazes de aplicar a experiência da revolução russa de maneira criadora nas lutas de classes nos seus países. Transferiu para a Internacional a luta interna e a contínua burocratização, que estavam em progresso na sociedade soviética. O que caracterizava doravante a IC era a absoluta mediocridade teórica e o aventureirismo de esquerda (“teoria do socialfascismo”), que tivera seu desfecho com a vitória do fascismo na Alemanha.

A terceira fase na vida da IC inaugurou-se aproximadamente em 1934/1935. Era a da submissão da IC às necessidades da política externa do Estado Soviético. Dá-se sob o signo das Frentes Populares, na qual os PC’s apoiavam as chamadas “burguesias democráticas e progressistas” contra a ameaça fascista. Não é preciso salientar aqui que essa política se deu pelo preço do abandono completo da herança leninista. Ela coincide cronologicamente com a ditadura pessoal de Stálin. “Já que os PC’s não sabem fazer a revolução, que nos ajudem pelo menos” – teria dito o secretário-geral, conforme mais de uma testemunha. Tratava-se praticamente de uma liquidação da Internacional como instrumento da revolução internacional. Até a dissolução formal foi só um passo.

Evidentemente, as ligações dos PC’s com o centro de Moscou não pararam com a dissolução, mas continuaram de maneira bilateral. O fato novo foi o expansionismo soviético durante e em consequência da Segunda Guerra Mundial. Nas regiões e países onde o Exército Vermelho avançava, foi obrigado a expropriar as velhas classes dominantes e exportar o sistema socialista. Foram “revoluções” feitas de cima para baixo, nas quais pouca ou nenhuma iniciativa foi deixada para as classes operárias nacionais. Pois o que foi exportado não era só o socialismo como também o sistema burocrático à semelhança do

senhor soviético. As chamadas Democracias Populares – assim chamadas para não assustar os aliados ocidentais – nasceram dessa maneira com um sistema burocrático, que a URSS tinha desenvolvido durante um quarto de século de isolamento. Foi essa a única maneira como Stálin concebia a expansão socialista. Mas, mesmo em tempo de vida de Stálin, houve revoluções genuínas, de força própria, como a iugoslava e, posteriormente, a chinesa. Todas essas revoluções se deram um caráter socialista contra os pareceres de Stálin, que tinha de conformar-se com os fatos consumados. As contradições inerentes ao sistema estalinista levaram à cisão do bloco oriental, com a rebelião da Iugoslávia e, posteriormente, da China. Tratava-se, entretanto, de rebeliões de burocracias nacionais contra o domínio da soviética e isso, de antemão, não determinou a mudança dos métodos utilizados no confronto.

A política externa de Stálin, principalmente depois da guerra, fracassou e o preço pago depois desse fracasso custou caro à União Soviética. Implicou na reconstrução do capitalismo na Europa Ocidental e trouxe consigo o espectro de uma Terceira Guerra Mundial. Custou caro também ao proletariado mundial, pois o não aproveitamento das situações revolucionárias na Europa Ocidental (Alemanha, França e Itália) e a colaboração dos PC's nos governos burgueses daqueles países neutralizou a ação das classes operárias e permitiu o ressurgimento agressivo de uma força interimperialista em escala mundial. Uma Europa socialista, com seu potencial econômico e político, aliado à União Soviética, teria enterrado para sempre as aspirações de domínio mundial do imperialismo americano. Desse ponto de vista, a política externa estalinista tinha um lado puramente contrarrevolucionário.

O fracasso da política externa, mais o conservadorismo que o ditador revelara até os últimos anos da sua vida, levou à já mencionada “desestalinização”. Da maneira como Stálin foi apresentado em público por Kruchtchev, os efeitos para o proletariado mundial foram duvidosos. Kruchtchev, evidentemente,

não soube explicar o papel histórico de Stálin (sem minar as suas próprias posições), e as suas “revelações”, da maneira como foram apresentadas e veiculadas, só contribuíram para desmoralizar o movimento comunista internacional em sua totalidade.

No extremo oposto das facções soviéticas (embora só fora das fronteiras da URSS) encontra-se o trotsquismo, que se recomenda não só como alternativa histórica ao estalinismo, mas também como único e legítimo herdeiro da Revolução de Outubro e da IC.

No que diz respeito à figura de Trotsky, como alternativa a Stálin, já tratamos do assunto. Restaria apreciar o seu papel nas lutas de classes em escala mundial – na medida em que liderou uma corrente internacional do comunismo.

Há muito corre, à boca pequena, entre os adeptos da Quarta Internacional e suas cisões, a versão de que nas lutas de facções no seio do PCUS Trotsky teria falhado e se revelado “ingênuo”. Seu verdadeiro valor e sua importância teria se revelado no exílio, como continuador das lutas revolucionárias dos bolcheviques, contra os efeitos desagregadores do estalinismo em escala mundial. O próprio Trotsky, de certo modo, reforçou essas opiniões, quando anotou no seu diário, escrito no exílio, na França:

Para ser bem claro, direi o seguinte. Se eu não estivesse, em 1917, em Petersburgo, a Revolução de Outubro teria acontecido do mesmo modo – **condicionada pela presença e a direção de Lênin** (...). Enquanto que o que eu faço agora é, na total significação da palavra, “insubstituível”. Não há nesta afirmação a menor vaidade. O desmoronamento das duas Internacionais trouxe consigo um problema, que nenhum dos chefes dessas Internacionais tem possibilidade de enfrentar. As particularidades do meu destino pessoal me colocaram diante desse problema, armado dos pés à cabeça com uma séria experiência. Oferecer um método revolucionário à nova geração, por cima das cabeças dos chefes da Segunda e da Terceira Internacional, é uma tarefa que não

tem, afora minha pessoa, homem nenhum que a possa cumprir (Trotsky, *Diário do Exílio* – Edições Populares – destaque do autor)

Em que consistia o papel “insubstituível” de Trotsky naquele momento?

Como coroação da sua atividade no exílio, Trotsky via a fundação da Quarta Internacional, que deveria continuar a obra da IC leninista. Mas, o que essa nova Internacional representava de fato? No momento da sua fundação só abrangia uma fração da antiga Oposição de Esquerda Internacional, que já havia sofrido duas cisões maiores. A primeira, quando Trotsky queria obrigar todas as seções nacionais a seguir a política do “entrismo”, isto é, de entrada nos partidos da Segunda Internacional. Esta cisão foi liderada pelos espanhóis, por André Nin, que, em seguida, se juntaram ao Bloco Operário e Camponês da Catalunha para formar o POUM. A segunda cisão, maior, se dá justamente em torno do problema da fundação da Internacional e é liderada pelos italianos, que a acharam uma aventura. Quando a Internacional foi fundada, finalmente, e nisso Trotsky se mostrou intransigente, suas “seções nacionais” variavam entre cinquenta e duzentos militantes por país. Apesar dos seus títulos, às vezes pomposos, nenhuma das seções podia ser considerada como um partido.

O próprio Trotsky justificou a fundação dessa internacional com o fato de a IC, na sua constituição, em 1919, ter sido igualmente fraca. Mas, em primeiro lugar, a comparação não é séria. A fraqueza da IC, que pelo menos dispunha do PC soviético, dos Espartaquistas Alemães, etc. não pode ser comparada com a “fraqueza” da Quarta, composta de seitas. A Internacional trotsquista, quando surgiu, não passava de mera caricatura da I. C.. E caricatura ela continuou, copiando em miniatura os órgãos e a estrutura da IC, com os seus Comitês Centrais, Politiburos, etc.

Em segundo lugar, a IC foi fundada numa situação revolucionária na Europa Ocidental, quando se tratava de aproveitar uma situação histórica, antes que ela se esgotasse. A Quarta Internacional foi fundada numa fase de franco descenso do movimento operário internacional. Sua história não é uma história de revoluções – nem sequer de tentativas de revoluções – mas de prosaicas sequencias de cisões, tentativas de reunificações e de novas cisões, como um fiel reflexo da falta de perspectivas nas lutas de classes reais.

A tentativa de copiar a IC e de repetir a história não é casual. Representa a própria essência do trotsquismo. Enquadrados na fórmula da “revolução permanente” – “teoria” pela qual Trotsky interpretou a Revolução Russa – os trotsquistas pouco ou nada puderam contribuir de maneira criativa nas lutas de classes nos seus países, encarando-as estreitamente pelos padrões da Revolução Russa. Não é por acaso que tanto os trotsquistas como os remanescentes do estalinismo no Brasil defendem no presente momento a convocação de uma Assembleia Constituinte.

O próprio Trotsky abriu caminho, em 1923, quando mediu os acontecimentos alemães pelos padrões do modelo russo. Em todas as suas polêmicas sobre os acontecimentos alemães, não há uma análise concreta que permita concluir que a situação tenha estado madura para a tomada do poder pelos comunistas. Mas, a todas as objeções levantadas pelos revolucionários alemães, ele respondia: “Esses argumentos ouvimos também na véspera da Revolução de Outubro, na Rússia”.

Um papel análogo desempenhou em relação à Revolução Espanhola. Na Espanha, em 1936, ao contrário da Alemanha em 1923, houve realmente uma situação revolucionária, desencadeada pelo levante dos militares. O POUM representava naquele momento a força mais conseqüente no país, defendendo um programa de ação que poderia ser resumido em três pontos: formação de um governo operário, expropriação dos latifúndios e imediata independência para as colônias. Trotsky

combatia o POUM (que ele considerava centrista) e o argumento que sempre voltava nas suas críticas era: “Em Petrogrado, em 1917, fizemos as coisas de maneira diferente.”

A Revolução Espanhola, porém, não era igual à russa, nenhuma outra o foi e nenhuma futura será. Toda revolução exige uma atuação criadora da sua vanguarda, a adaptação crítica de experiências do passado a uma realidade concreta. Para essa obra o trotsquismo não seria capaz sem negar a si mesmo, pois ele também não passa de um ângulo russo da interpretação da revolução mundial – embora de outra época que o estalinismo. Desse ponto de vista, não passam dos dois lados de uma mesma medalha.

De nossa parte, rejeitamos absolutamente a campanha de difamação estalinista contra a figura histórica de Trotsky, que culminou no seu assassinato no exílio mexicano. Rejeitamos igualmente qualquer outra tentativa de diminuir o papel de Trotsky, ao lado de Lênin, na Revolução e na Guerra Civil. Concordamos com Trotsky quando ele salienta que “a presença de Lênin”, em 1917, em Petersburgo, já garantiu a Revolução, mas isso não diminui o papel que ele mesmo desempenhou, embora as razões sejam diferentes das alegadas no “Diário”. A figura de Lênin era decisiva porque ele se empenhou a vida toda pela formação de um partido de revolucionários, capaz de levar a classe operária à revolução. Trotsky nunca chegou a admitir isso.

Da mesma maneira, todavia, não vemos nenhum sentido de querer negar o papel de Stálin na fase de construção socialista na União Soviética e isso independe do seu desempenho político posterior. Para nós, tanto Trotsky como Stálin fazem parte do Pantheon das lideranças que a Revolução Russa produziu em suas diversas fases, independentemente das simpatias ou antipatias despertadas pelas figuras históricas. Isso é uma premissa indispensável quando se trata de aproveitar as experiências de um processo revolucionário concreto.

Nós e a Revolução de Outubro

Essa problemática toda, em que diz respeito à nossa luta? É óbvio que os problemas que enfrentamos atualmente no Brasil são bastante diferentes, mas, assim mesmo, não podemos ficar indiferentes aos caminhos que o processo revolucionário mundial tomou desde 1917. Não podemos ficar indiferentes, em primeiro lugar, porque a Revolução Russa e seu desenvolvimento posterior marcaram profundamente o movimento operário no mundo inteiro, e isso sentimos na própria carne.

Em segundo lugar, a existência da União Soviética e do campo socialista é hoje um dos eixos fundamentais em torno do qual gira a política mundial e que influi nas lutas de classes em escala internacional e, conseqüentemente, nas lutas de classes em cada país.

Finalmente, não podemos ficar indiferentes porque a experiência passada diz respeito ao nosso próprio futuro.

O que não devemos fazer, e isso foi um erro do passado, é ficar em função das lutas de facções de PC's em outros países (seja do PC soviético ou de qualquer outro – os rótulos podem mudar, mas o sistema é o mesmo). Nossa luta fundamental está em função da emancipação do proletariado em nosso país. Só assim podemos nos tornar um fator político e social nas lutas de classes reais. E é a partir deste ângulo que podemos procurar compreender e absorver a experiência das lutas em outras partes do mundo.

Se nós queremos tirar lições para o futuro, temos de aprender a distinguir os aspectos especificamente russos da ditadura do proletariado das formas que ela tomará em outras revoluções, que se deem em outras circunstâncias. Uma lição já podemos tirar da Revolução Russa: a democracia socialista não é um princípio abstrato, mas necessita de condições materiais criadas antes da revolução, que o proletariado transformado em classe dominante possa aproveitar.

Não se trata propriamente de uma novidade para marxistas. O próprio Marx já salientou: “do que se trata aqui não é de

uma sociedade comunista como se desenvolveu sobre as bases que lhes são próprias, mas, pelo contrário, tal como acaba de sair da sociedade capitalista”. A experiência soviética só nos mostrou concretamente as conseqüências previstas teoricamente. No caso russo, porém, temos de levar em conta o grau incipiente do desenvolvimento do capitalismo: também o proletariado russo herdou “os estigmas da antiga sociedade que o engendrou”.

Nesse sentido, a experiência soviética ainda é a mais rica para nós (mesmo no sentido negativo). A China principiou de um ponto de partida mais baixo ainda. E os países industrializados, como a Alemanha Oriental ou a Tchecoslováquia, onde a revolução e a construção socialista poderiam ter partido de um nível mais alto, não estavam em condições de apresentar uma alternativa, porque desde o início o modelo soviético lhes foi imposto de cima para baixo. Conhecemos os conflitos que esse fenômeno gerou e que o problema está longe de ser superado, como mostra atualmente o caso da Polônia.

Atualmente, e há muito, a União Soviética perdeu a sua força de irradiação revolucionária. Em conseqüência da sua política interna e externa despertou inclusive hostilidade em vastos setores da esquerda mundial, que negam nela qualquer caráter socialista. (Em outros setores da “esquerda” essa hostilidade não passa de um anticomunismo velado por uma fraseologia radical.) Como revolucionários marxistas temos de evitar julgamentos emocionais e simplistas. Não podemos nos colocar no ponto de vista de querer rejeitar uma revolução porque não gostamos da forma que tomou. Não podemos querer elaborar alternativas para fatos históricos. Disso, a própria história terá que se encarregar. A revolução mundial começou em 1917 em Petrogrado e, se ela tomou rumos não previstos pela geração que a fez, nem por isso deixou de ser um fator que mudou a face do globo. E é justamente por isso, pelo fato de o socialismo ter ultrapassado o estágio da propaganda e ter se materializado em condições concretas, que perdeu a sua imagem imaculada para tomar formas históricas determinadas.

Sob a influência direta da Revolução de Outubro, criou-se um campo socialista que, apesar das suas contradições internas, liquidou o sistema capitalista nos seus domínios e que constitui uma ameaça permanente para o capitalismo e o imperialismo no resto do mundo. Assim como se formou, sob a influência direta e o exemplo da liderança soviética, é uma criação com uma cabeça de duas faces. A própria URSS não segue mais uma política de fomentar revoluções no mundo capitalista. Isso os PC's de orientação soviética demonstram diariamente. Mas, onde revoluções surgem de força própria e criam um fato consumado, a URSS é obrigada a apoiar e sustentá-las. Temos esses exemplos de Cuba e Etiópia. São os interesses vitais da União Soviética que a impelem a apoiar a expansão do campo socialista. Também a burocracia não pode ignorar que a vitória definitiva do socialismo no mundo só se pode dar em escala mundial. O intercâmbio comercial com o mundo capitalista não pode substituir a divisão de trabalho socialista internacional. Nesse sentido, a URSS representa um aliado contra o imperialismo, principalmente no campo militar.

Se nós dissemos que a democracia socialista necessita de uma base material, deixada pela sociedade anterior, tocamos num assunto que nos diz particularmente respeito. O que para a Rússia era o atraso e as tradições semibárbaras, para nós é o subdesenvolvimento e as estruturas herdadas do passado colonial. Isso quer dizer que a revolução socialista no Brasil estaria condenada de antemão a sofrer degenerescências? Bem, não somos tão pessimistas.

Objetivamente, nenhuma nova revolução, e isso inclui a nossa, se dará em condições tão desfavoráveis como se deu a russa. Nenhuma nova revolução ficará mais isolada no mundo capitalista, pois hoje existe um campo socialista que, direta ou indiretamente, serve como escudo e apoio. Nenhuma nova revolução, inclusive a nossa, estará sob a pressão de precisar industrializar em tempo tão curto e exigir sacrifícios materiais tão grandes, como foi o caso da União Soviética nos anos 1920

e 1930, sabendo que tinha pouco tempo para enfrentar novamente a agressão imperialista.

Isso, porém, só é o pano de fundo. Especificamente, no que diz respeito ao grau de desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira, já está incomparavelmente superior ao existente na Rússia czarista. O desenvolvimento brasileiro na indústria e a grandeza numérica do nosso proletariado são mais favoráveis do que tinham sido no reino dos czares, na véspera da sua derrubada. No momento da Revolução de Outubro, 80% da população vivia ainda no campo. No nosso caso, a população rural não ultrapassa 35%.

No que diz respeito ao campo, não lidamos com o tipo de camponês europeu, individualista. Entre nós, formou-se um proletariado rural, direta ou indiretamente assalariado, para o qual a propriedade individual da terra não terá o peso que teve na Rússia pós-revolucionária. Neste terreno, temos a aprender mais com a revolução cubana do que com a russa.

O nosso proletariado não atingiu ainda o grau de disposição de luta revolucionária que caracterizou o russo sob o czarismo. O caminho da formação da classe operária no Brasil indica outras características. O proletariado brasileiro já dispõe de certa estrutura sindical que, embora atrelada, se tornou um fator social no país, que tem de ser levado em conta pela classe dominante. As lutas coletivas de massas dos últimos anos já mostraram a tendência para o rompimento das cadeias impostas. E isso indica também a importância que esse futuro movimento sindical livre terá para a formação política da classe. Tudo dependerá evidentemente do desenrolar das lutas e do grau de iniciativa e de participação das massas proletárias nelas. São esses os fatores que formam a classe, que desenvolvem a sua experiência coletiva e a sua capacidade de autogestão. São esses os fatores que possibilitam superar a situação na qual as vanguardas, formadas principalmente por elementos vindos da classe média, procuram falar pela classe operária.

É desse desenvolvimento do proletariado brasileiro que dependerá, em última instância, o nível da futura democracia socialista. Não há dúvidas de que a revolução socialista brasileira terá que lidar com a herança do atraso em que a classe dominante nativa e o imperialismo deixarão o país. Não há dúvida também de que será preciso de mais de uma geração para levar o seu povo, principalmente do interior, a um nível cultural e técnico que garanta o pleno desenvolvimento de uma democracia socialista, que leve ao definhamento do Estado e, com isso, ao definhamento de qualquer democracia. Mas limitações impostas por condições objetivas ainda não significam degenerescência. Nem o socialismo soviético estava automaticamente condenado à degenerescência. Esta, no caso russo, foi produto de fatores históricos concretos, que procuramos caracterizar.

Finalmente, no nosso caso, há o fator da consciência da problemática, do aproveitamento de uma experiência. “Liberdade é o conhecimento da necessidade”, já disse Hegel, no que foi apoiado reiteradamente por Engels. E esse conhecimento é um fator que evita que os próprios revolucionários se tornem vítimas das forças sociais cegas. E esse conhecimento, essas experiências, têm que ser transmitidos, não só a uma elite, mas à própria classe na medida em que o nível de luta o permita.

Por isso, o atual nível de luta, ainda predominantemente econômico e incipiente do ponto de vista da atividade do nosso proletariado, não nos deve fazer perder de vista os objetivos finais. Foi isso que sempre distinguiu revolucionários de reformistas, mesmo quando se encontravam na mesma trincheira. Por isso, também, essa discussão para nós não é “abstrata”, não é privilégio de “teóricos” que “não têm nada a fazer”. Ela faz parte da formação de comunistas brasileiros, que saibam aplicar a experiência do marxismo vivo à realidade do seu país.

APÊNDICE

CURRICULUM VITAE

Meu nome é Érico Czaczkes Sachs e nasci em 11 de março de 1922, em Viena, como Erich Czaczkes. Meu antigo sobrenome é de origem ucraniana. Por ocasião da minha naturalização posterior no Brasil, em 1955, o meu pseudônimo na imprensa “Sachs” passou a fazer parte do meu sobrenome. Meu sobrenome é agora Czaczkes Sachs. Também tenho o direito de me chamar Érico Sachs. Tenho em minha posse um documento a respeito da mudança do meu sobrenome.

Vivi até os 12 anos de vida, portanto até 1934, com os meus pais em Viena. Meus pais se chamam David Czaczkes e Sina Ida Czaczkes (sobrenome de solteira: Roemer). Minha mãe tinha ascendência russa. Em Viena, estudei de 1928 até 1931/1932 na *Volksschule* e, depois, no *Realgymnasium* na III Circunscrição até a segunda ou terceira série. Em 1934, fui para Moscou com minha mãe, onde estabelecemos domicílio na casa dos seus pais. Vivemos em Moscou de outubro de 1934 a setembro de 1937. Estudei na escola de língua alemã, que tinha dez séries, de acordo com o sistema da época, da quarta até o começo da sétima série. Em setembro de 1937, minha mãe e eu fomos expulsos da União Soviética, em decorrência dos expurgos da época. Voltamos para Viena. Em junho de 1938, minha mãe e eu deixamos Viena, devido à anexação da Áustria ao Reich Alemão, porque queríamos evitar as perseguições raciais nacional-socialistas. Tanto meus pais como também eu somos de ascendência judaica. Fui para a França, passando pela Alemanha. De cerca de junho de 1938 a maio de 1939, vivi em diferentes lugares. Durante alguns meses estudei numa escola agrícola do governo francês, em Charleroi-sur-Seine. Em maio de 1939, embarquei com minha mãe num navio para o Brasil.

Ficamos no Rio de Janeiro, para onde meu pai seguiu em setembro de 1939. Ele morreu pouco tempo depois. Vivi, depois de 1939, mais ou menos constantemente no Rio de Janeiro. Aprendi, em seguida – tinha então 17 anos – o ofício de gráfico e trabalhei nele até 1948.

Nessa época havia aprendido a língua portuguesa e a dominava tão bem que me transferi para a imprensa. Depois, colaborava como autônomo num jornal e, mais tarde, fui empregado com vínculos mais estáveis, sendo essa a minha profissão principal. Minha especialidade era a política, de fato e exclusivamente a política externa. Em 1955, renunciei à minha cidadania austríaca, adquirida por nascimento, com a minha naturalização. Desde então, sou cidadão dos Estados Unidos do Brasil. Em 1959, transferi-me do jornal dos *Diários Associados*, onde estava ocupado desde 1953, para um outro jornal de nome *Jornal do Commercio*. Esse era o jornal econômico tradicional do Rio de Janeiro, mas também abrangia outros assuntos.

Paralelamente, de 1958 a 1960, em função de um acordo, atuei como tradutor para a embaixada alemã no Rio de Janeiro, no departamento de imprensa. Traduzia o boletim de notícias diário da embaixada. De 1960 a 1962, tive uma relação de trabalho estável nessa atividade. De 1962 a 1964, continuei nesse trabalho, ainda que de forma mais limitada, como autônomo. Tratava-se então das mesmas relações de contrato vigentes de 1958 a 1960. Em 1962, tornei-me funcionário do Ministério da Educação. Trabalhei no setor de publicidade. Em 1º de abril de 1964, ocorreu no Brasil o golpe de estado mundialmente conhecido, por meio do qual a constituição democrática do estado foi substituída por uma ditadura militar. Nessa época, junto a minha atividade no Ministério da Educação – desde 1962 – eu era redator de um diário de nome *Correio da Manhã*. Esse jornal, publicado no Rio de Janeiro, defendia o ponto de vista de que a antiga constituição democrática do estado deveria ser restabelecida. Com isso, entrou em contradição com o regime político dominante. No ano de 1968, esse jornal foi censurado.

Em maio de 1964, logo após a mudança de poder, fui levado à prisão e permaneci nela seis semanas sob investigação.

Eu era desde 1957/1958 membro do Partido Socialista Brasileiro, seção do Rio de Janeiro, até a sua dissolução. Esse partido, junto com todos os outros partidos democráticos, foi dissolvido em 1966. Minha prisão em 1964 tinha também relação com minha filiação partidária.

Fui demitido de meu emprego no Ministério da Educação. Uma lei de exceção foi o fundamento para isso. Ao mesmo tempo, perdi minha ocupação na embaixada alemã. Do final de 1964 até agosto de 1967 fui processado por “subversão” por um tribunal militar de exceção. O procurador requereu contra mim uma pena de prisão com base em determinações que previam um mínimo de doze anos. Como a acusação era insustentável, fui absolvido. Em setembro de 1969, fui preso novamente, como em maio de 1964, por minhas atividades jornalísticas. Na noite de 8 para 9 de outubro de 1969, pude fugir da prisão. Procurei abrigo na embaixada do México no Rio de Janeiro. Lá recebi o assim chamado asilo diplomático. Após cinco meses, recebi salvo-conduto para viajar para o México. Residi no México até outubro de 1970. Então, viajei para a Europa. Em 17 de novembro de 1970, entrei na República Federal da Alemanha. Meu primeiro domicílio foi em Colônia, onde me encontro até agora.

Antes da minha segunda prisão no Brasil, de cerca de 1967 até setembro de 1969, ocupava-me como tradutor autônomo. Traduzi, entre outros, Heinrich Heine do alemão para a língua portuguesa.

Após minha chegada a Colônia, encontrei novamente uma ocupação jornalística na Deutsche Welle, que exerço desde 13 de abril de 1971. Está previsto que, na Deutsche Welle, instituição de direito público, eu venha a ter um contrato como tradutor e redator para o rádio e a televisão.

Érico Czaczkes Sachs

CARTA A THEODOR BERGMANN

Dossenheim, 18.3.76

Caro Camarada Bergmann,

Por favor, desculpe-me por responder apenas hoje, mas um resfriado forte e as provas que se seguiram na Universidade contribuíram para postergar a resposta.

Sua carta me alegrou bastante. Quando cheguei à República Federal, perguntei por você, mas me disseram que você estaria na Austrália. Estou aqui desde 1971, não como “retornado”, mas como refugiado. Depois de alguma luta, consegui asilo político aqui e estou esperando que a situação mude no Brasil.

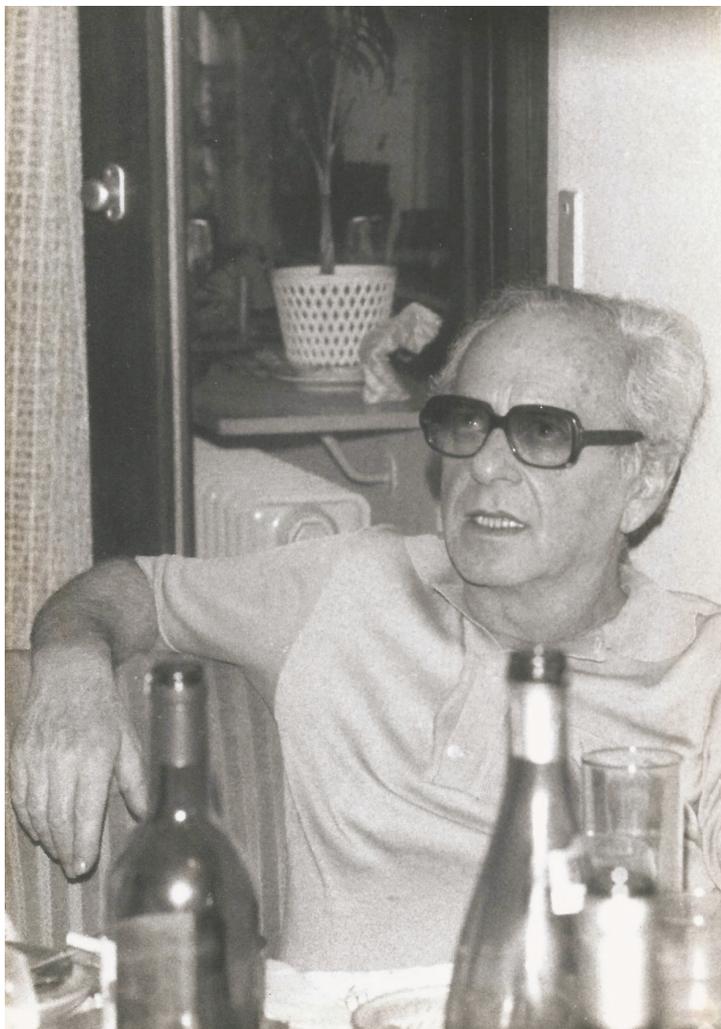
O seu plano de uma história da KPO naturalmente me agrada, mas não creio que eu possa colaborar muito com isso pessoalmente. Só em 1938 encontrei os camaradas e era, na época, muito jovem. Um ano depois, emigrei. Apesar disso, nunca perdi interesse no assunto e aqui utilizei o tempo para juntar algum material. Se isso lhe puder ser útil de alguma forma, está naturalmente a sua disposição.

Agradar-me-ia vê-lo novamente e eu poderia dar um pulo em Stuttgart, se isso lhe convier. Contudo, no momento, só até o dia 22 deste mês. No final do mês, devo-me submeter a uma pequena operação e ela limitará minha liberdade de movimento em abril. Caso isso lhe convenha, por favor, escreva-me imediatamente ou me telefone.

Cordiais saudações,

Érico Sachs

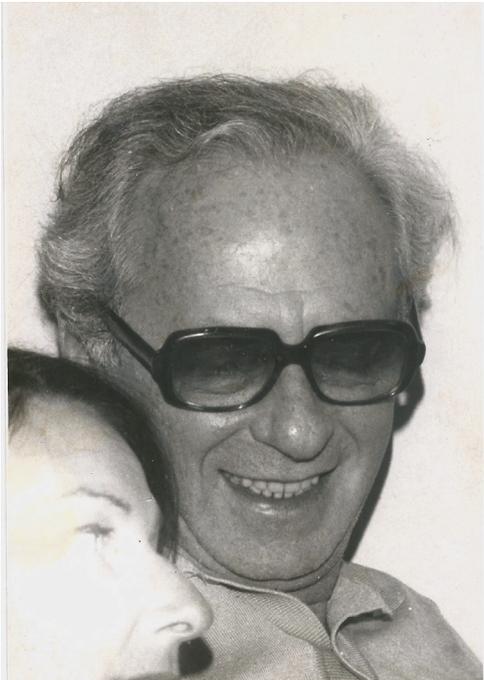
FOTOGRAFIAS E DOCUMENTOS



Em Heidelberg, 1978



Fotos nessa página e na seguinte:
Em Heidelberg com Elke
Stichs, 1978

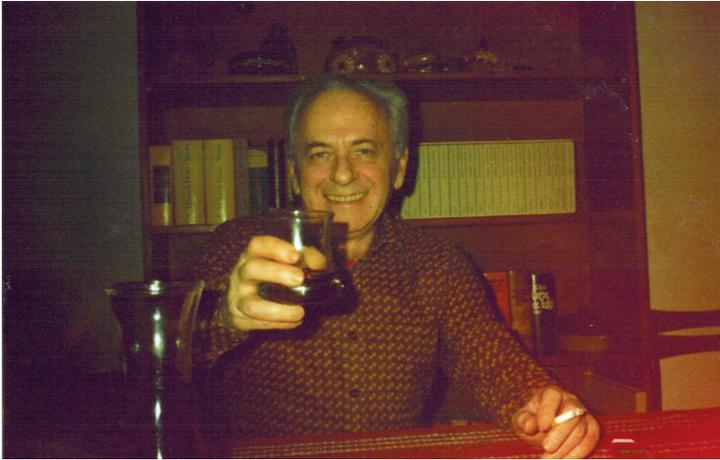




Na Europa, pouco antes do retorno ao Brasil, no final dos anos 70



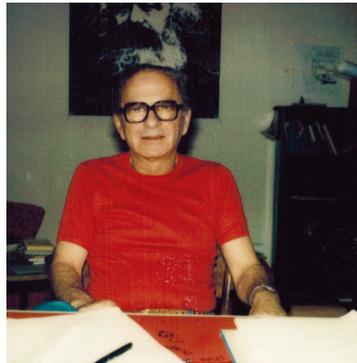
No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no início dos anos 80



Na Alemanha, no final do exílio, final dos anos 70



Na Alemanha, no final do exílio,
final dos anos 70



No seu escritório de trabalho,
na casa de Dossenheim (cercanias
de Heidelberg)



Carteira de identidade de 1955, já com a nacionalidade brasileira



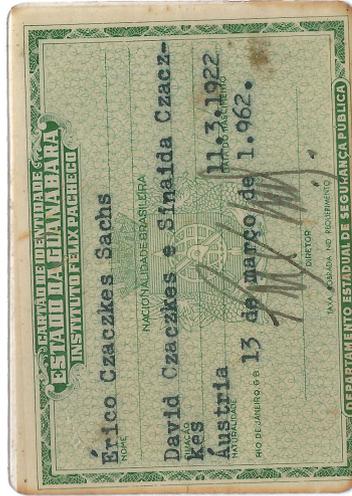
Carteira de motorista brasileira, 1961



Carteira do Sindicato dos Jornalistas do Estado da Guanabara, 1962



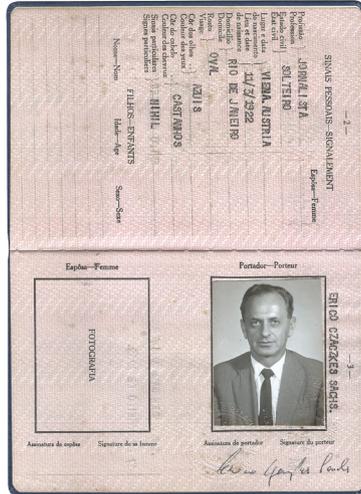
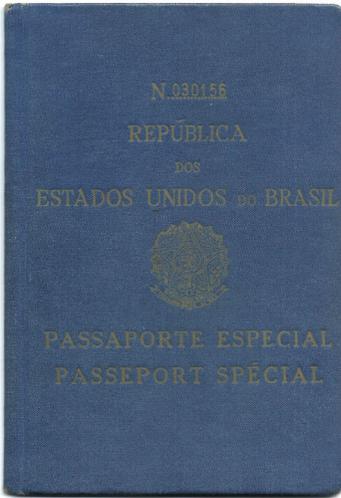
Carteira de identidade, 1962



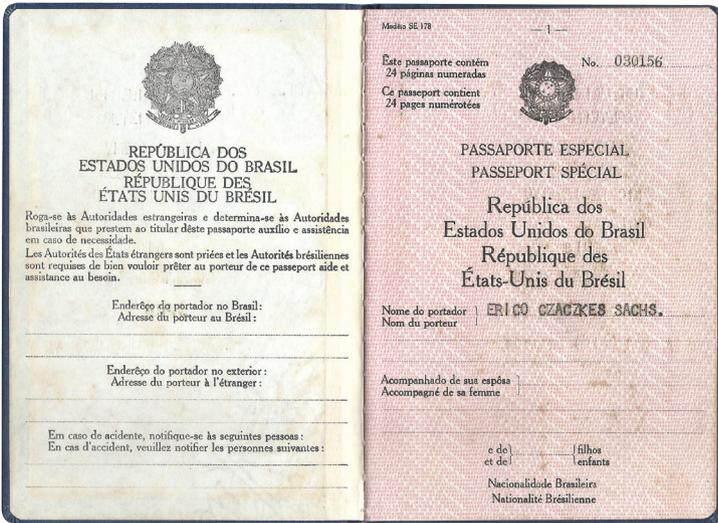
Carteira de repórter do Correio da Manhã, 1965



Carteira de motorista mexicana, 1970



Passaporte especial, com o qual viajou à Europa em missão jornalística, 1961



- 4 -

Países para os quais este passeport é concedido:
 Pays pour lesquels ce passeport est délivré:

**ALEMANHA, AUSTRIA, FRANÇA, SUÍÇA, ITALIA,
 GRÃ BREITANNIA, BELGICA, PAISES BAIXOS.**

Este passeport é válido até o dia:
 Ce passeport expire le:

17 DE JANEIRO DE 1962.

se não for prorrogado
 à menos de prorrogacion



Divisão de Passaports

- 5 -



Repartição expedidora: SECRETARIA DE ESTADO DAS
 Delivré par ... RELACOES EXTERIORES.

Data: 18 DE OUTUBRO DE 1961.
 Date:

Assinatura do funcionario que concedeu o passeport e:
 Signature de l'agent delivrant le passeport:

Lilak Magiera Senzoti

Chefe da Divisão de Passaports

- 6 -

PRORROGAÇÕES—PROROGATIONS

1°—A validade deste passeport é prorrogada até }
 La validité de ce passeport est prorogée jusqu'au }

2°—A validade deste passeport é prorrogada até }
 La validité de ce passeport est prorogée jusqu'au }

- 7 -

OBSERVAÇÕES—OBSERVATIONS

O TITULAR VIAJA EM MISSÃO JORNALÍSTICA, APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA N. 18.656 EXPEDIDA PELA DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA NO ESTADO DA GUANABARA EM 13 DE OUTUBRO DE 1961. TÍTULO ELEITORAL N. 91.198 DE 5/8/1958. O TITULAR É BRASILEIRO NATURALIZADO.



Divisão de Passaports

W. Senzoti
 Chefe da Divisão de Passaports

S. G. - 11-66 - S.A.C. - S.S.P. - D.S.T. n.º 4 - 50.000

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRÂNSITO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇO MÉDICO DE S. PAULO, 13 de 4 de 1967

VÁLIDO ATÉ 13 / 4 / 1967

CERTIFICADO DE EXAME MÉDICO

O Sr. Erice Czaczkes,
identificado sob número 207 365, submeteu-se a
exame médico, na data supra, tendo sido considerado apto
para MOTORISTA AMADOR.

OBRIGADO AO USO DE ÓCULOS

[Assinatura]
MÉDICO EXAMINADOR

— Serviço Médico
— CAIXA DE SANIDADE

V. 10
CENTAVOS

de _____ de _____ de _____

Médico Examinador

Certificado de exame médico para a carteira de habilitação em São Paulo, 1967


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 09/18 -

PLANILHA DE REGISTRO

Fonário N.º _____

Nome **ERICO CZACZKES SACHS**

Nacionalidade Brasileira (naturalizado)
 Naturalidade Austria
 Filho de David Czaczkes
 e de Sinaide Czaczkes
 Idade 47 anos, Nascido em 11 de Março de 1921
 Estado Civil solteiro Instrução secundária
 Profissão jornalista
 Residência Barão da Torre, 404- ap. 301
 Motivo _____

Notas Cromáticas

cor branca Cabelos grizalhos
 Olhos castanhos Bigode raspado
 Barba _____ Como usa raspada

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,65 m. _____ Peso: 56
 Fronte: Altura _____ Inclinação _____
 Largura _____ Sobrancelhas _____
 Pálpebras _____
 Nariz: dorso _____
 Base _____
 Boca _____ Lábios _____ Queixo _____ Orelhas _____
 Mãos particulares, cicatrizes e tatuagens _____




Fotografia tirada em _____ de _____

Assinatura do Identificado _____ Identificado em 19 de Setembro de 1969
 Identificador _____

SÉRIE	Mão direita					
		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS
SEÇÃO	Mão esquerda					

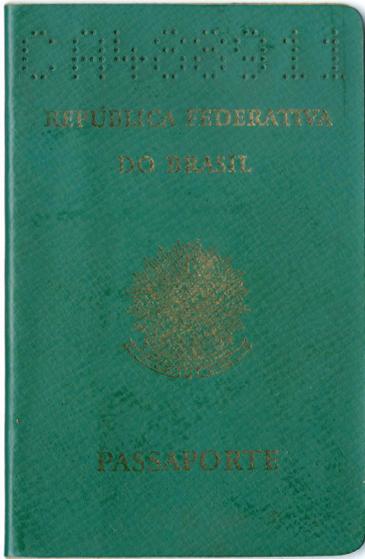
Série _____
Seção _____

Ficha de registro policial no DOPS, após sua prisão, em setembro de 1969

<p>Herr <u>Erico Czaczkes Sachs</u> Frau Fräulein erhält die Erlaubnis, nach Ablegung der Prüfung*) ein Kraftfahrzeug mit Antrieb durch Elektro- und Verbrennungsmaschine der Klasse eins-zwei-drei-vier*) zu führen.</p> <p><u>6900 Heidelberg</u>, den <u>3. März</u> 19<u>75</u></p> <p style="text-align: center;">Stadtverwaltung Heidelberg Amt für Öffentliche Ordnung Verkehrsabteilung Im Auftrage:</p> <p>(Stempel)</p> <p>Liste Nr. <u>12715</u> (Unterschrift)</p>	<div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Eigenhändige Unterschrift des Inhabers:</p> <p style="text-align: center;"><i>Erico Czaczkes Sachs</i></p>
<p>Vermerk des amtlich anerkannten Sachverständigen oder Prüfers für den Kraftfahrzeugverkehr.**)*) Nach bestandener Prüfung ausgehändigt.</p> <p>_____ den _____ 19____</p> <p style="text-align: center;"><small>Der amtlich anerkannte Sachverständige (Prüfer**)*) für den Kraftfahrzeugverkehr</small></p> <p style="text-align: right;"><small>(Unterschrift)</small></p> <p><small>*) Nichtzutreffendes ist zu streichen. **) Bei Führerscheinen der Klasse 4, bei erneuter Erteilung nach Entziehung der der Fahrerlaubnis und in den Fällen des § 10 Abs. 5 und § 14 Abs. 4 StVG ist dieser Vermerk gegebenenfalls zu streichen.</small></p>	

<p>(Raum für weitere amtliche Eintragungen, insbesondere über Bedingungen der Erlaubnis oder die Ausdehnung der Erlaubnis nach Ergänzungsprüfungen)</p> <p><u>spanischen</u></p> <p>Auflage: Beschränkt auf Kraftfahrzeuge mit zulässigen Gesamtgewicht bis 3,5t</p> <p><u>Heidelberg</u>, den <u>3. März 1975</u></p> <p style="text-align: center;"><i>1.11.3. Jamblich</i></p>	<p style="text-align: center;">Führerschein</p> <p style="text-align: center;">für</p> <p>Herrn <u>Erico Czaczkes Sachs</u> Frau Fräulein</p> <p>geboren am <u>11. März 1922</u></p> <p style="text-align: center;"><u>Wien/Österreich</u></p> <p>wohnhaft in <u>6900 Heidelberg</u></p> <p style="text-align: center;"><u>Freiburger-</u> Straße Nr. <u>17</u></p> <p style="text-align: left;"><small>Kiesco-Vordruck V.1</small></p>
--	--

Carteira de motorista alemã, emitida em Heidelberg, 1975



Passaporte brasileiro, 1979





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO

ÉRICO CRÁZKES SACHS

Enquadrado Lei
n.º 4.069 — 11/06/62

Demitido nos termos
do 1.º do Artigo 7.º
Decreto n.º 53.897 —
27/04/1964. D.O. — 09/09/64

14 de julho 1980

1508
seção II

Nota manuscrita que menciona a sua demissão do Ministério da Educação e Cultura, pelo Ato Institucional nº 1, e sua posterior readmissão, com base na Lei da Anistia, pela Portaria nº 480, 1980 [ver na página ao lado]

PORTARIA Nº 480, DE 8 DE JULHO DE 1980

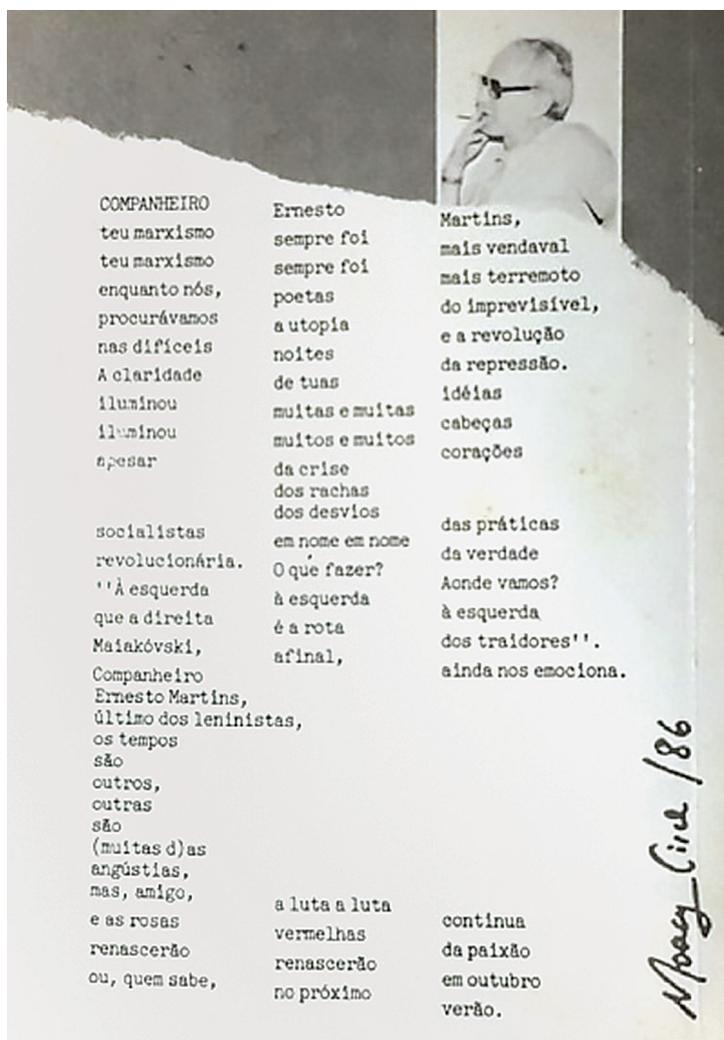
O Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura, usando da competência que lhe foi sub-delegada pela Portaria Ministerial nº 79, de 16 de janeiro de 1980, na conformidade do que dispõe o artigo 19 do Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta do Processo nº 200.900/80,

RESOLVE:

Fazer retornar à atividade, de acordo com o artigo 29 e o §39 do artigo 39 da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, sua regulamentação pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, e Parecer nº N-27, de 28 de março de 1980, da Consultoria Geral da República,

ERICO CZACZKES SACHS, demitido do cargo (por classificar) Assessor de Publicidade, do antigo Quadro de Pessoal – Parte Especial do Ministério da Educação e Cultura, pelo Decreto de 08 de setembro de 1964, publicado no Diário Oficial de 09 de setembro de 1964, para exercer o mesmo cargo, que foi classificado como ASSISTENTE COMERCIAL, código AP-103.12. Classe “A”, e que passa a integrar Quadro Suplementar deste Ministério,

João Guilherme de Aragão



Poema de autoria de Moacy Cirne, 1986

O Centro de Estudos Victor Meyer, cujas finalidades incluem a preservação e a difusão da herança política da Política Operária (POLOP), decidiu homenagear os 30 anos da morte de Érico Sachs com a edição desta obra.

O livro é constituído de três partes: uma de responsabilidade dos companheiros do Brasil, centrada na importância de Érico e da Política Operária para o movimento revolucionário do país.

A segunda parte, a cargo de companheiros alemães que conheceram Érico no exílio, incorpora artigos publicados na revista alemã *Sozialismus* e depoimentos pessoais importantes para o conhecimento de sua personalidade, entre eles uma entrevista com o escritor de língua alemã Rafik Shami.

Por último, a terceira parte permite que o próprio Érico exponha as suas concepções políticas, representadas por três de seus mais importantes textos: “Caminho e caráter da revolução brasileira”, “Qual é a herança da Revolução Russa?” e “O PSB e a fase atual da luta de classes”, que faz um balanço da atualidade política e das necessidades de revisão do instrumento político mais importante produzido pela POLOP.

ISBN 978-85-63320-09-4



9

788563

320094

CVM

Centro de Estudos Victor Meyer